

Defesa Nacional



D. RENATO BATISTA MUNIZ
D. ARMANDO VIANO P. DE VASCONCELOS
D. JOSÉ HORACIO DA C. GARCIA
D. OCTAVIO SEIXAS VELHO
P. L. D. JOÃO CAPISTRANO

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXXIV

Brasil — Rio de Janeiro, Março de 1947

Ms. 394

Cards da Biblioteca

SUMÁRIO:

I — EDITORIAL	ADQUIRIR LIBROS PER	3
II — Homenagem	1
III — ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL:	1
a) — A 4. ^a Seção na Campanha da Itália (continuação) — Ten.	1
Cel. Aguiinaldo J. Sena Campos	1
b) — Métodos de Classificação — Ten. Cel. Adalardo Fialho	2
c) — Como vejo o combate ofensivo da Díssida Blindada — Maj.	2
A. C. Moniz de Aragão	2
d) — A Cia. de Serviços do 11. ^o R. I. na Campanha da Itália —	3
Cap. Francisco Ruas Santos	3
e) — O tiro das metralhadoras (continua) — Cap. J. F. Mou-	4
ra Neto	4
f) — São os cavalos essenciais na guerra moderna? — Maj. Jo-	5
sé H. Garcia	5
g) — Calculadores de dados para canhão — Ten. Cel. Ari da	5
Silveira	5
h) — Questionário do Telegrafista — 1. ^o Ten. Pitombo Cavil	6
canti	6
i) — Conselhos e indicações práticas para os cavaleiros que se	10
iniciam — Trad. do Cap. Mário de Castro Pinto	11
IV — ASSUNTOS DE CULTURA GERAL:	11
a) — Um ano de administração em Fernando de Noronha —	12
Ten. Dr. Guilherme Auler	12
b) — A importância das forças morais na guerra — Ten. Dr.	12
Heitor Coll Oliveira	12
c) — Problemas da vida do oficial — Cap. Rui Alencar Nogueira	13
d) — Os militares e a política — Cel. João B. de Magalhães	15
V — HISTÓRIA E GEOGRAFIA:	15
a) — A política imperial em relação ao Paraguai — Maj. Rio	16
grandino da Costa e Silva	16
b) — A gruta do inferno — Maj. Airton Salgueiro de Freitas	18
VI — ASSUNTOS DIVERSOS:	18
(a) — Boletim —	20
b) — Dicionário Militar Brasileiro — Cap. Octávio Alves Velho	20
c) — Relatório da Diretoria, Balanço Geral e estatística do movi-	21
mento financeiro da Cooperativa M. E. O. I. "A DEFESA	21
NACIONAL", relativos ao ano de 1946	21
d) — Anúncios sobre livros	22
e) — Índice de Colaboradores da Revista de 1940 e 1945	22
f) — Índice de 1946	23
g) — Noticiário e Legislação	24

entido o quanto obteve da sua ofensiva
e tentou intensificar na sua estratégia desenhar
ch e o que era objetivo obter em oeste

EDITORIAL

A grande experiência da 2.^a grande Guerra, no atinente a utilização das reservas humanas, oferecem-nos os Exércitos das Democracias, com especial interesse o dos Estados Unidos da América do Norte.

O esforço que esta grande Nação amiga realizou no Campo da "Mobilização total" foi insuperável e merece ser estudado com particular carinho por nós, seus tradicionais aliados e, nesse após guerra, seus discípulos dilétos no Continente de Colombo.

A batalha da paz, que se desenrola com perspectivas ainda sombrias para a felicidade dos povos ameaçada para o futuro não remoto, deve servir de advertência, se não bastou a experiência do último conflito, para que os problemas da Guerra sejam encarados com a seriedade e profundezas que o momento histórico exige na salvaguarda da civilização.

A defesa dentro de seus objetivos, pretende aqui focalizar alguns aspectos do problema, cada vez mais complexo, da formação da Reserva para tentar algumas conclusões que, certamente hão de despertar a reflexão dos camaradas de farda e das autoridades responsáveis.

Os Estados Unidos da América, mercê de sua extraordinária capacidade de organização e de tra-

balho, de seu alto estagio de educação e cultura técnico-científica, de seu potencial industrial e econômico, do gráu de instrução de seu povo e do índice de saúde e robustez física de sua gente, puderam surpreender o mundo com a eficiência de seu potencial bélico improvisado que o gênio político de Roosevelt, soube acionar numa demonstração convincente das virtudes indómitas do homem livre e convencido de seus deveres patrióticos.

E em ano e meio de inexcedível atividade, a maior Nação comercial e industrial do mundo, se transformou na mais irresistivel máquina militar e abastecedora dos povos nos cinco Continentes! Foi insuperável em todos os campos em que operou.

Tornou-se como na primeira grande Guerra, o fator decisivo da vitória aliada, embora em circunstâncias muito mais ameaçadoras. E venceu muito bem.

Porque? Porque seu povo possue uma conciênciia nacional, o senso das responsabilidades, a mentalidade de cooperação geral pela confiança em si próprio e no idealismo de seus dirigentes; ama acima de tudo sua pátria, em cujos destinos deposita tôda sua fé e, para cuja felicidade, sua dedicação é imprescindivel.

O senso da resposabilidade dêsse povo civilizado, agora como em todos os tempos, permitiu à Pátria de Lincoln realizar o máximo de esforço e sacrifício em defesa da causa sagrada da liberdade e da justiça, vencendo o mais terrível instrumento de guerra que a História registra.

A compreensão da guerra, tão necessária para êsse resultado, como os grandes Mestres conciam, penetrou a consciênciia do povo, do que deu sobrejas mostras na campanha, embora lhe faltasse o hábito do trato dessas questões em tempo de paz.

Os fatores decisivos que pesaram nessa demonstração, apesar de não dispôr a América do Norte, em sua lei orgânica, da obrigatoriedade do serviço militar, tantas vezes tentado neste após guerra, foram os seguintes: —

1.º) — A solida preparação técnico-profissional do quadro de seus oficiais do Exército e da Marinha regulares.

2.º) — O sistema de solução e treinamento (selective service) que permitiu o conhecimento das capacidades individuais e o melhor e mais racional aproveitamento das aptidões profissionais do cidadão, na emergência da Guerra — "The right man in the right place".

3.º) — A plena e inteligente aplicação dos métodos científicos da organização industrial para permitir a rápida e integral transformação do país, da atividade de paz para a de Guerra.

4.º) — O estado de robustez física e de saúde de sua gente.

Não obstante, passemos em revista os aspectos particulares da situação inicial da América do Norte antes da 2.ª grande Guerra.

Em 30-VI-1939 o país dispunha de (1) um Exército regular e uma Guarda Nacional como reserva instruída, porém sobre outra concepção que não a nossa.

O Exército regular naquela data, possuía 13.928 Oficiais e 174.079 homens (inclusive as Unidades patrulheiras das Filipinas).

No mesmo ano foi autorizado o aumento de 4.000 Oficiais e 37.000 praças que constituíram o Corpo Aéreo.

(1) — Dados colhidos numa publicação-Oficial "O Exército dos Estados Unidos de 1943.

Desde 1903, a Guarda Nacional permanecia sob o controle integral dos Estados, distribuindo-se pelos 48 Estados e Territórios só devendo passar ao âmbito Federal em caso de emergência.

Dai por diante, passou a ter uma organização análoga à do Exército, repartindo-se em Unidades das armas e dos serviços e usando os mesmos uniformes e métodos de instrução do Exército.

Instrutores do Exército Regular eram especialmente designados. Já em 1933, foi restaurada, podendo seus Oficiais frequentar os Cursos Militares e de acordo com a idade, condições físicas e capacidade profissional, ser "reconhecidos pela Federação" como susceptíveis de serem nomeados Oficiais do Exército dos Estados Unidos.

Sob o ponto de vista da fiscalização e adestramento ficava a Guarda Nacional sujeita ao Comando da Zona Militar correspondente. Contavam-se 1818 Divisões de Infantaria e 4 Divisões de Cavalaria na Guarda Nacional, além de Unidades isoladas.

Os quartéis, campos de treinamento depósitos de equipamentos e de armamentos são próprios e mantidos pelos Estados.

O regimem de instrução admitia: — uma reunião à noite, por semana, nos respectivos quartéis e acampamentos nos campos de instrução, para exercícios, com a duração de duas semanas, coincidindo com as manobras do Exército Regular a que se reuniam.

Assim as "Reservas organizadas" em tempo de paz, no Exército Norte americano, incorporavam como efetivo — base: — o Exército Regular, o Corpo de Oficiais da Reserva e Reserva de praças. O Corpo de Oficiais da Reserva é, na organização militar do país, o maior corpo potencial de Oficiais pa-

ra a guerra, como brilliantemente ficou provado. Em Junho de 1939 esse corpo contava com 14.445 membros, provenientes da 1.^a grande Guerra e com 194.575 oficiais e 3.054 praças das Reservas organizadas, das quais, 65% estavam classificados na Guarda Nacional e cerca de 25% no Exército Regular.

Deflagrada a 2.^a grande guerra, os Estados Unidos puderam contar com o enquadramento de 132.072 Oficiais que rapidamente (em 2 anos) se elevou a cerca de 800.000 nas condições expostas pelo General Eisenhower o ano passado em nossa E. E. M. (2).

Não lhe foi pertanto difícil preparar para a Guerra mais trágica da história, bons profissionais em apenas 13 semanas, sob um método racional e estandardizado de instrução individual. Os ensinamentos da guerra por certo lhes trouxeram aperfeiçoamentos ao sistema. Guardadas as proporções, na nossa E. E. B. foram incorporados os subalternos da Reserva do nosso Corpo de Oficiais da Reserva que, submetidos a uma preparação intensiva, puderam apresentar os mais elevados índices de capacidade de ação e profissional sagrando nos campos de batalha a obra benemerita do nosso saudoso Tenente Coronel Luiz Augusto de Araújo Correia Lima — o patrono dos C. P. O. R.

Essa organização tem evoluído com os tempos, embora careça ainda de maiores aperfeiçoamentos, momentaneamente no recrutamento.

Os Cursos de formação, sob o novo regimento escolar vieram demonstrar a sua excelência, podendo-se em 2 anos, com 3 meses de instrução continua e 20 dias do período descontínuo em cada um,

(2) — Vide o n.º 888 da Revista do Mês de Setembro.

obter magníficos Oficiais subalternos da Tropa e do Serviço de Intendência, conforme os resultados apresentados pelo C. P. O. R. do Rio no corrente ano letivo, apesar da carência angustiosa de meios, em que se debate.

E' preciso não subestimar a finalidade desse Curso na educação cívica e militar dos nossos jovens. O Exército, em geral, não comprehendeu em tôda a sua extensão o significado dos C. P. O. R. para a segurança de nossa Pátria e, particularmente, na formação moral da nossa juventude como fator decisivo da nacionalidade.

Não devemos nessa transição, esquecer seus fins, apesar dos êrrros cometidos. E' fácil melhorar e aperfeiçoar a obra quando reconhecemos sua utilidade e a comprehendemos.

Assim se passa com a Guerra. Para prepará-la e resolvê-la é preciso ter o concerto das cousas passadas, presentes e futuras para se poder discernir entre os elementos persistentes e os mutáveis.

Nossas Leis são boas como quaisquer outras. Executá-las bem e adaptá-las ao ambiente é o difícil e nisso não evoluimos o bastante, por excesso de personalismo e falta de visão do Conjunto.

Defeito, que vale fazer oficiais subalternos da Reserva indivíduos cuja atividade profissional civil não tem qualquer relação com suas atribuições normais? Um médico, dentista, farmacêutico, veterinário devem ser aproveitados como tais na guerra e não como combatentes. Os químicos, eletrotécnicos, metalúrgicos, geólogos técnicos industriais de qualquer gráu, em suma, devem ser preparados para o seu máximo aproveitamento, nunca porém, como combatentes.

Faz-se, pois necessário cuidar também da formação especializada dessa gente para os quadros

da direção e execução dos diferentes serviços, inclusive os técnicos, mas completando os C. P. O. R. Os N. P. O. R. associados às Escolas em Estabelecimentos do Exército, poderiam dar magníficos resultados nesse particular.

O 1.^º ano do C. P. O. R., poderia ter o programa comum a todos, transferindo-se os candidatos aprovados para os Cursos correspondentes, no 2.^º ano do curso de formação para a Reserva. Seus diplomas de Aspirantes ficariam condicionados a aprovação em cadeiras militares obrigatórias nos Cursos acadêmicos que frequentassem e a um estágio prático que corresponderia ao 3.^º ano do Curso a ser criado.

Nossas fábricas militares, Arsenais, Diretorias, Hospitais, etc. prestam-se bem para complementar o aprendizado nesse 3.^º ano, estágios.

Essas rápidas observações nos advertem do duplo sentido do problema: — o recrutamento para os C. P. O. R. e à convocação periódica do oficial da Reserva que precisa ser atualizada.

Não basta formar oficiais, é preciso ainda dar solução real aos Cursos de formação de Sargentos especialistas. O aluno do C. P. O. R., que não conseguir concluir o Curso de Oficial deve ser obrigado a tirar seu tempo, compulsoriamente, em um desses Cursos. Os do 1.^º ano para Sargento de fileira, os de 2.^º ano para os Cursos de Sargentos especialistas. Dest'arte, teremos transformado o nosso Corpo de Oficiais da Reserva no "maior manancial de Oficiais para a Guerra".

HOMENAGEM A UM BRAVO

Transcrevendo e divulgando por todo o Exército a bela e honrosa citação que se segue, "A Defesa Nacional" não sómente rende suas homenagens a um digno Camarada, o Coronel DUROSOY e aos seus bravos comandados do 2º Regimento de Couraceiros, como também dedica este brilhante exemplo a todos os Oficiais e Chefes da nossa Cavalaria.

"Citação em Ordem' do Dia do Exército"



2º REGIMENTO DE COURACEIROS

Regimento magnífico, formado e comandado pelo Tenente Coronel DUROSOY, que pode ser incluído entre os melhores obreiros da Libertação de nossa terra. Desembarcado na França, a 15 de Agosto de 1944, na extrema ponta do Exército Francês e imediatamente engajado, avançou contra Marselha, onde foi o primeiro a entrar, a 23 de Agosto, quebrando as resistências inimigas que tentavam opor-se ao seu avanço notadamente no *Luc*, a 17 de Agosto, em *Aubagne* a 21 e 22 de Agosto. Contribuiu poderosamente para a libertação de Marselha após cinco dias de combate de ruas contra um adversário numéricamente superior solidamente enticeirado e que dispunha de possante artilharia; apoderou-se da *Basilique de Notre-Dame de la Garde* e das fortificações de *Angelus*. Retomou a marcha que balizou de novas vitórias, notadamente em *Chaton sur*

Saone, a 5 de Setembro, onde infligiu ao inimigo uma sangrenta derrota, e depois em *Beaune* e *Dijon*, libertadas a 8 e 11 de Setembro. Executando uma manobra particularmente audaciosa, apoderou-se a 13 de Setembro da cidade de *Langres* e de sua cidadela, capturando numerosos prisioneiros e importante material de guerra. Distinguiu-se por sua agressividade e tenacidade durante as ríjas operações nos *Vosges*, especialmente no *Forte de Château Lambert* de 26 de Setembro a 10 de Outubro, e ocupando *Travezir* em condições particularmente difíceis. Penetrando na Alsácia a 20 de Novembro, libertou logo no dia seguinte, após violento combate, a cidade de *Altkirch* e tomou parte vitoriosamente na Manobra de junção do 1.^o e do 2.^o Corpos de Exército, a 29 de Novembro no planalto de *Burnhaupt* que reduzia o bolsão da Alsácia. Engajado ao N. de *Mulhouse*, sem interrupção, de 20 de Janeiro a 9 de Fevereiro de 1945, sempre na testa dos primeiros elementos da Infantaria, executou brilhantemente o assalto de *Illzach*, *Kingersheim*, *Richwiller* e de suas cidades. Reduzido, a 2 de Fevereiro, a 18 carros, depois de combates furiosos, continuou a lutar com o mesmo ardor, rechassando todos os contra-ataques do adversário, destruindo-lhe numerosos carros blindados mais bem armados que os seus. Depois de se haver apoderado de *Cité Ste. Thérèze* e de *Ensisheim*, a 3 de Fevereiro, transpõe à viva força, a 6., o *Ill* e o canal de *Hardth*, e, num impeto irresistível — levou seus esquadrões até o *Rheno*. Cobriu-se novamente de glória no decurso da campanha da Alemanha. Em quatro dias, sucessivamente, transpõe o *Neckar* à viva força, atropelou o inimigo até o *Danúbio*, que atravessou. Apoderou-se das cidades de *Messkirch*, *Krautwies*, *Mengen*, *Sigmaringen*, chegou a *Ulm*, cujas primeiras casas atingiu a 23 de Abril na testa de todas as forças aliadas.

A presente citação comporta a atribuição da Cruz de Guerra com palma. (Extr. da O. do Dia de 6.1.-46).

Feito em Paris, a 1.^o de Outubro de 1945.

(a) Ch. de GAULLE.

Transcrevendo a bela e honrosa citação, "A Defesa Nacional" rende suas homenagens a um digno Camarada o Coronel Durossoy e aos seus bravos comandados do 2.^o Regimento de Couraceiros.

O Coronel Durossoy foi um dos oficiais dos últimos tempos da Missão Militar Francesa que dedicada e proveitosamente cooperaram conhecendo os trabalhos da Escola de Estado Maior, onde, por sua cultura, extrema delicadeza e afabilidade, não fez somente admiradores: deixou, também, alguns amigos. Ai veio a guerra supreendê-lo.

Fomos testemunhas da tortura moral que o acabrinhava ao sentir-se preso, por circunstâncias irremovíveis, num país estrangeiro, numa inactividade forçada que lhe redobrava o sofrimento de ver sua pátria submetida e humilhada. Surge, um dia, a suspirada oportunidade. Não vacila um instante, parte quase repentinamente num avião que o leva à África. Recuperava, enfim, a liberdade e, com ela, a possibilidade de agir.

Mal chegado a Argel, recebe a missão de organizar um Regimento de Carros. Age, multiplica-se, vive e recupera, em cada dia, um mês de inação forçada. O Regimento está formado. Não lhe dera, somente corpo. Incute-lhe também uma alma: — esse espírito de cavalariano, misto de arrobo e serenidade, de audácia e prudência, de coragem indômita, e calma, de agressividade e reflexão que ele, o Chefe, conservara íntegro no seu peito, frenete e alimentado pela fé do cavaleiro e pela esperança de, um dia, expandir-se, resoluto indomável, na ânsia de varrer do sélo pâtrio a sombra humilhante do invasor execrado.

Soara a hora da redenção. O Regimento embarca, atravessa o Mediterrâneo, lança-se sobre Marselha, e prossegue, numa arrancada incontida que lembra os "fúrias" épicas de um Murat modernizado, até Ulm, até à Áustria. Bem poucas vezes um Chefe terá tido a oportunidade de forjar seu instrumento de guerra e, ele próprio, conduzi-lo, de êxito à vitória final.

O adjunto, o discípulo do Marechal Liautsey, honrou as lições do Mestre. E como na França se procura colocar "the right man in the right place", o ex-comandante do 2.º Regimento de Couraceiros é, desde um ano, Comandante da Escola de Saumur, a Escola de Aplicação das Armas Blindadas e da Cavalaria. E' o espírito do cavaleiro dando vida à simbiose do cavalo e do carro.

Esta citação merece ser lida e meditada por nossos Camaradas. Ela não significa, apenas, um merecido louvor aos bravos: — é um eloquente exemplo do quanto pode fazer um homem de ação na guerra.

No mês que se comemora com justo jubilo os feitos gloriosos dos nossos bravos Oficiais e soldados em Monte Castelo, transmito congratulações através da Revista "A DEFESA NACIONAL".

MARIO DE ANDRADE RAMOS

Rio, 4-3-47

Senador Federal

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

"A profissão militar nada tem de misterioso. Não exige qualidades miagrosas nem estudos transcendentes, nem gênio especial. As ciências militares são accessíveis a todos. Praticam-se como as outras ciências; empregam os mesmos métodos. Seja como fôr, a ação, para ser eficaz, deve submeter-se sempre à mesmas regras de preparação intelectual, na paz como na guerra, em todos os campos de batalha. A modalidade de ação, que é a guerra, submete-se às nossas leis que qualquer outro modo de atividade".

Cel. PERRIER DE LA BATHIE

A 4.^a SECÇÃO NA CAMPANHA DA ITÁLIA

Ten. Cel. SENNA CAMPOS

Do E. M. da 1.^a D. I. E.

(Continuação)

— IV —

ESTACIONAMENTO EM PISA

O Destacamento da F. E. B., sob o comando do Sr. General Zenóbio da Costa, operava no vale do Serchio, desde o dia 13 de setembro de 1944 quando o Q.G. do então General Măcarenhas, mudou-se de Vada para a Tenuta de S. Rossore, instalando-se nos terrenos do Palácio Real, sob frondoso bosque de carvalhos, depois de ter sido a área escolhida e delimitada, limpa de minas, por uma tropa de Engenharia americana que estacionava nas proximidades.

Estava o Comando Geral em situação vantajosa para recepcionar o 2.^º Escalão da F. E. B. e acompanhar as operações da tropa brasileira em franca atividade e progredindo na região montanhosa, ao norte de Pisa.

O Q. G. da 1.^a D. I. E. organizou-se em condições de receber os seus elementos que deveriam chegar com o novo escalão, pois já vimos, dispunha cada Seção de seu chefe respectivo e cada Serviço de um oficial adjunto, apenas.

Entre 8 e 11 horas do dia 6 de outubro, chegou a Nápoles o 2.^º Escalão da F. E. B., sob o comando geral do Sr. General Osvaldo Cordeiro de Farias, baldeando-se para mais de 60 navios pequenos, de desembarque, chamados L. C. I., que conduziriam, a Livorno, os 10.100 homens do efetivo. Esse transbordo verificou-se pelas condições do porto de destino, muito prejudicado pelos bombardeios que sofreu.

A carga foi passada para um cargueiro norueguês, a serviço dos EE. UU.

O deslocamento, pelo espaço de 36 horas, foi cruel, ainda mais por efeito do mau tempo, que fez com que os navios, de fundo chato, jogassem barbaramente.

De tudo isso resultou um problema alimentar a ser solucionado pela 4.^a Seção, pois os componentes desse novo escalaõ não podiam ver, com simpatia, uma lata de "ração C". E essa idiosincrasia perdurou por todo o tempo da campanha.

O primeiro contingente desembarcou no dia 11, à tarde e o restante da tropa, permanecendo a bordo, para só desembarcar no dia seguinte, presenciou a um espetáculo noturno, constituído pela reação da defesa anti-aérea, do pôrto, contra a incursão de aviões inimigos.

A insuficiência de viaturas e o inconveniente de um desembarque à noite e consequente chegada ao acampamento, em plena escuridão, determinaram a interrupção do serviço.

O pessoal foi transportado por elementos americanos da Peninsular Base Section (P. B. S.), em vagas sucessivas, do cais improvisado de desembarque, para o estacionamento.

O desembarque da carga constituiu incumbência da Seção de Base Brasileira, com sede em Livorno, pelas ordens emanadas do Comando da F. E. B., pois 90% dos volumes destinavam-se aos seus depósitos. Isso, no entanto, não se verificou e sobre a 4.^a Seção recaiu a responsabilidade de receber, transportar e entregar toda a carga, operação que durou 7 dias e 7 noites, ininterruptamente e quase sempre debaixo de chuva.

A mão de obra e o transporte correram por conta dos americanos, enquanto que a guarda, a fiscalização do navio e os guias estiveram a cargo dos brasileiros.

O trabalho de descarga, na praça fronteira ao órgão brasileiro, foi feito a braço, por não existir material apropriado e as 1340 toneladas foram manuseadas à custa de muito suor, de nossos homens e de italianos.

A precariedade das embalagens, a falta de prática da es-tiva italiana e brasileira, improvisada, fizeram com que os prejuizos e desvios de artigos, figurassem no rol das ocorrências.

Depois de feita a triagem e de ser entregue aos depósitos tudo que lhes era destinado, a bagagem foi transportada para a área de estacionamento, pelas viaturas da Cia de Intendência, já em funcionamento, e ali entregue aos seus destinatários.

Com a distribuição dos sacos B., surgiram as reclamações quanto a falta de vários artigos, principalmente borzeguins, pois com a demora de alguns meses, dessa bagagem em depósito, no Rio, muitos sacos foram violados. Com isso o S. I. teve de repôr as faltas, valendo-se de seu estoque de reserva.

O 2.^º Escalão valeu-se da experiência adquirida nos amargos dias passados pelo 1.^º Escalão, quando de sua chegada à Itália e referidos em relatórios enviados ao Ministro da Guerra. As tropas receberam, ao desembarcar, documentação especial que as orientava, sobre as ordens em vigor, instruções diversas, enfim tudo que devia ser seguido e que havia constituído quabra-cabeça para o 1.^º Escalão.

O estacionamento, instalado em uma vasta clareira, à margem de larga alameda, foi preparado pela P. B. S. e dispunha de um primeiro conjunto de barracas piramidais, destinadas aos oficiais e de 52 áreas sucessivas, destinadas a subunidades e unidades. Cada área dispunha de barraca cosinha e barracas depósito, tudo higiènicamente montado. No fundo, perfeitamente alinhadas e correspondendo uma por área, foram construídas as privadas, cobertas de zinco e com paredes de tela de arame e papel alcatroado, dentro das prescrições do Manual de Higiene em Campanha americano. O espaço intermediário destinava-se às barracas do pessoal, dessa vez conduzidas pela própria tropa, em seu equipamento.

Entre as barracas foram cavados abrigos individuais, para o caso de alguma incursão aérea.

Na outra margem da alameda foram armadas quatro grandes caixas dágua, de lona, sobre suporte de madeira e diariamente supridas por caminhões especiais; um banheiro, com 32 bocas que permitia o banho frio e quente; dispensário que atendia aos doentes, a cargo dos próprios americanos, pois não dispúnhamos ainda do material de saúde necessário; posto de gasolina, no fim da alameda; ponto de suprimento,

a cargo do S. I., destinado a atender à tropa, quanto ao fornecimento de material e de alimentação.

O Q. G., situado a 500 metros da tropa, estava agora reajustando-se com a chegada de todos os seus elementos. O seu grande problema era o equipamento do novo contingente. A 4.^a Seção recebeu do Comando essa incumbência expressa, ao contrário do que havia sido feito com o 1.^º Escalão, cujo recebimento teve a interferência da Seção de Base Brasileira. Desse forma a Seção dirigiu o trabalho, tendo junto a cada depósito americano, um oficial do Serviço correspondente.

Os recebimentos foram realizados, de acordo com as combinações estabelecidas entre o Governo Americano e a Comissão Brasileira, em Washington. Por essa combinação seria fornecido material novo e recondicionado, dentro das possibilidades do Teatro de Operações.

O recebimento estava previsto para 15 dias, dentro da prioridade dada à tropa brasileira. No entanto, circunstâncias várias perturbaram a marcha dos trabalhos, que se alongaram por 35 dias, no seguinte ritmo:

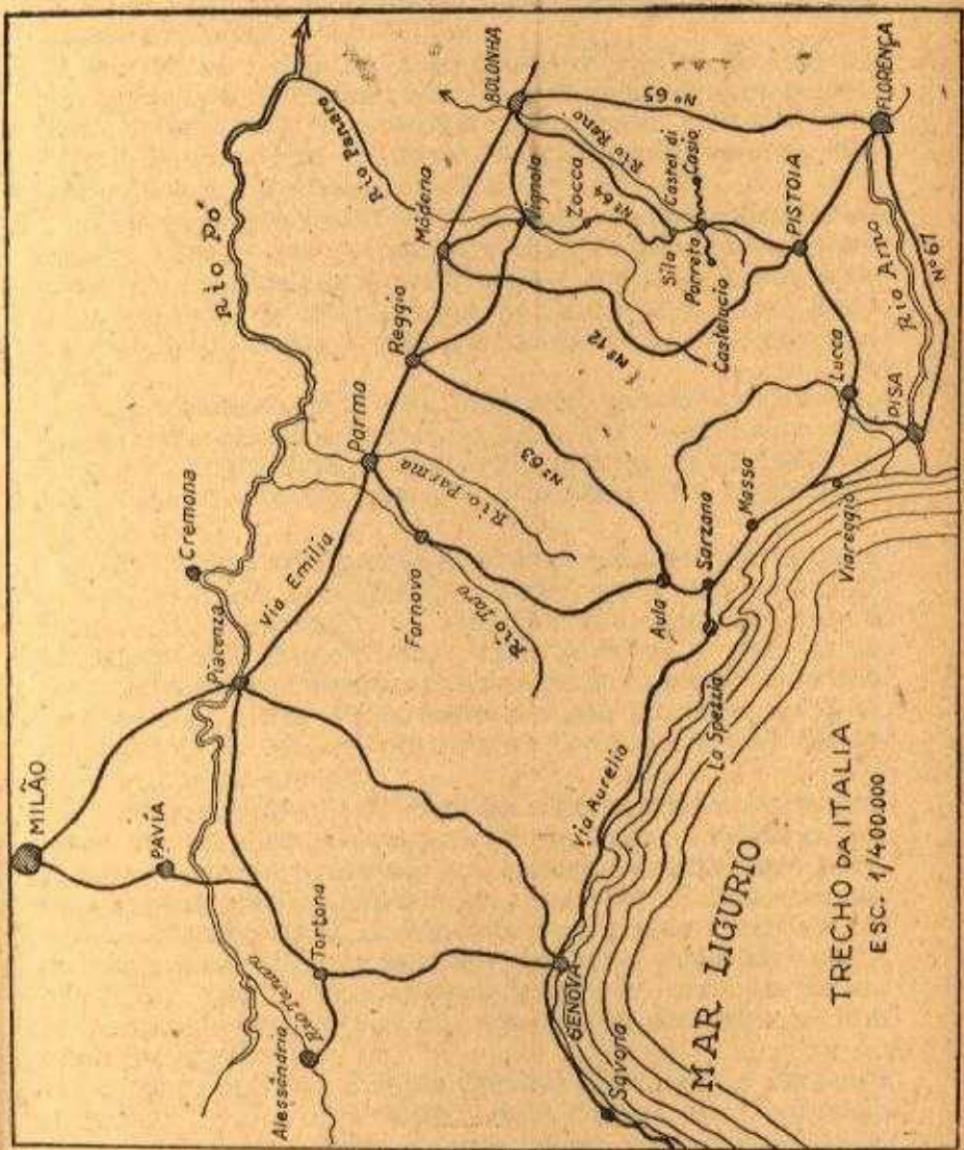
1.^a Fase — 10 dias — trabalho lento; adaptação ao mecanismo americano de suprimento; falta de planos preestabelecidos e pequeno fluxo de material.

2.^a Fase — 15 dias — trabalho intenso; entrada de material em abundância nos depósitos americanos.

3.^a Fase — 10 dias — progressiva lentidão; final dos fornecimentos — pouca entrada de material para completar as dotações.

As razões dessa demora foram varias: o fluxo irregular da chegada dos comboios marítimos; dificuldade de transporte entre os depósitos e a tropa, feito pelas próprias viaturas que iam sendo fornecidas às unidades, pois estas tinham que realizar os seus próprios transportes e completar a sua instrução, agora em franco período intensivo; a marcação dos caixotes de material recuperado que não traziam a inscrição correspondente ao material e nem sempre as quantidades especificadas; finalmente a burocracia que retardava tudo, obrigando os interessados a uma peregrinação, sem fim, para se conseguir um "visto" ou uma "ordem".

Várias armas, constantes dos quadros de dotação, não existiam e com isso as substituições foram providenciadas, como pistolas Colt e carabinas calibre 30, por metralhadoras de mão e fuzis Springfield.



O Serviço de Intendência distribuiu capacetes, perneiras, capotes e cobertores americanos ou porque não dispunhamos do material correspondente, de origem brasileira, ou porque o nosso era inferior ao distribuído.

Em 22 de novembro, o equipamento do 2.º Escalão foi dado como terminado, na região de S. Rossore, embora recompletamentos fossem programados para época posterior, com a tropa já no vale do Rio Reno, dependente diretamente dos depósitos do 5.º Exército americano.

Esse recompletamento não foi fácil, dada a situação especial e o tempo em que as diversas unidades iam sendo enviadas, da zona de treinamento para a linha de frente. Mas, apesar de todos os contratempes, as dificuldades foram sанadas e paulatinamente, a vida normal da tropa foi se estabelecendo.

A prioridade fixada pelo Comando, para o equipamento das diversas unidades, obrigou muitas vezes a se lançar mão de material distribuído a uma unidade para recompletar outra que deveria partir para o vale do Reno e ser empregadas a curto prazo.

A 4.ª Seção teve que se desdobrar para atender a todos os sectores a que era solicitada. Assim, o seu chefe, antes da chegada do 2.º Escalão, foi mandado como ligação junto à 4.ª Seção do 5.º Exército, para, mais de perto, resolver os casos referentes ao equipamento da tropa a chegar. E como único elemento de sua Seção, ora estava em Florênciа, no Q. G. Recuado, do 5.º Ex., ora em Pisa ou Livorno, tratando da recepção de nossa gente.

Com a chegada do 2.º Escalão, a Seção desdobrou-se, pois tinha que atender ao equipamento da tropa, à descarga dos volumes e procurar contacto com o Destacamento da F. E. B., porque já se previa a entrada em ação do Q. G. Mascarenhas, em substituição ao Q. G. Zenóbio. Estava toda a 1.ª D. I. E. na Itália e em vésperas de entrar em ação, como um todo.

E com isso, a Seção recebeu reforço em mais um adjunto, e algumas praças, pois não era possível desdobrar-se, sem que fosse ampliada.

A 30 de outubro, o então General Mascarenhas assume o Comando Geral e nova ordem chega aos arraiais brasileiros: roçada das nossas fôrças do vale do Serchio para o vale do Reno e entrada em linha dos demais elementos.

Estavámos em franco equipamento da tropa, nessa época, a Seção desdobrada em dois escalões — o Avançado, em

Ponte A Moriano, no antigo P. C. Zenóbio e agora P. C. Mascalheras e o Recuado em S. Rôssore, atendendo à tropa que se preparava para entrar em ação. Essa foi a única medida capaz de resolver a situação criada pelo escalonamento excessivo, em profundidade.

Essa situação obrigou os dois escalões a se suprirem em depósitos diferentes e localizados em pontos muito separados.

No dia 5 de novembro, o Q. G. 1.^a D. I. E. desdobrou-se em Q. G. Avançado, dirigindo-se a Porreta Terme, seguindo à tropa transferida do vale do Serchio e em Q. G. Recuado, ainda em S. Rôssore. Ao mesmo tempo, as unidades estacionadas na região de Pisa, foram se deslocando para a zona de treinamento, na região de Filétole, próximo a Lucca, valendo-se dos seus próprios meios e do reforço de viaturas das outras unidades.

No dia 8, a 4.^a Seção deslocou-se com o Q. G. Recuado, para Pistoia, deixando um oficial regulando os movimentos para a frente e outro encarregado do equipamento da tropa, enquanto, outro de seus adjuntos, já estava em Porreta, com o Q. G. Avançado.

Para atender aos movimentos intensivos que se iriam processar, entre a zona de treinamento e a zona de frente, a 4.^a Seção desdobrou-se em 4.^a Seção Avançada, em Porreta e 4.^a Recuada, em Pistoia, encarregando-se, respectivamente, dos movimentos entre Porreta e a linha de frente e entre a zona de treinamento e o estacionamento intermediário, a sudoeste daquela localidade.

Os cinco dias de transportes profundos, do vale do Serchio para o vale do Reno, seguiram-se os movimentos intensos do 2.^º Escalão, para a região intermediária de Borgo Capane e a entrada em linha, progressivamente, dos mesmos elementos, em substituição às tropas do antigo Destacamento da F. E. B., representado, em Infantaria, pelo 6.^º R. I.

Essa fase final ficou conhecida como a "Dança dos Batalhões", que será descrita posteriormente.

Passemos, rapidamente, uma vista dolhos pelo terreno que coube à Divisão brasileira e onde, reunida, suportou a ação de um inimigo aguerrido e de um clima agressivo, durante quatro longos meses.

A região, bem palmilhada pela tropa brasileira, está situada entre os rios Arno e Pô; a costa ligúrica e o meridiano Florença-Bolonha.

Os Apeninos iniciam o seu ramo norte, na região de Savona e vão até o Passo de Bocca Trabaria, a sudeste de Florença, no paralelo de Ancona, sob a denominação de Apeninos Setentrionais. Nesse trecho, são constituídos de cadeias paralelas, com curtos contrafortes que se dirigem para o Golfo de Gênova e para o Vale do Pô. Atingem altura superior a 2.000 metros.

São poucos os rios que sulcam as suas encostas sudoeste, destacando-se dentre êles o rio Sercchio, que banha Lucca e desagua ao sul de Viareggio.

Suas encostas norte são percorridas por alguns rios sem importância e torrentes, entre as quais destaca-se o Reno e os afluentes do Pô, como — Parma, Taro e Tanaro, que banha Alessândria.

Essas serranias, são atravessadas pelas estradas principais:

- 65 — Florênc — Bolonha
- 64 — Pistoia — Bolonha
- 12 — Pistoia — Módena
- 62 — Sarzana — Fornovo — Parma
- 63 — Allua — Reggio

A Estrada 64 — Pistoia — Porreta — Bolonha, inicia a sua subida, uns 2 kms. depois de Pistoia, para atingir o seu ponto máximo, em Colina, a 900 metros de altitude. Daí desce rapidamente, pelo vale estreito e sinuoso do rio Reno e é cortada por várias torrentes, até atingir Porreta Terme, após um desnível de quase 600 metros.

O aspecto montanhoso da região faz com que poucos sejam os povoados ao longo do eixo de transportes que nos coube e, quando êstes surgem, são de uma exiguidade que mal permitem o seu aproveitamento por pequenos efetivos.

Além do mais, tudo estava superlotado com populações adventícias, que fugiram aos horrores da guerra e elementos americanos.

Os povoados estendiam-se pelas encostas, sem locais planos e amplos, onde qualquer organização militar pudesse, com vantagem, tirar partido do terreno.

O centro de gravidade da 1.^a D. I. E. girou em torno de Porreta, onde inicialmente foram instalados vários órgãos dos R. I. e o Q. G. Avançado, nas melhores acomodações da cidade, que haviam escapado aos bombardeios e às destruições.

O Q. G. ficou em uma ravina estreita, sobre a Torrente Maggiore, em um hotel balneário e outras edificações vizinhas.

Encaixado entre dois morros e com orientação obliqua aos planos de tiro da artilharia pesada alemã, essa sua colocação livrou-nos dos impactos diretos, mas não dos estilhaços, originários de arrebentamentos longos ou curtos, à direita ou à esquerda, mas nunca no objetivo...

De dia ou de noite sempre era esperado o tiro feliz, pois as coordenadas do alvo eram sobejamente conhecidas do inimigo, uma vez que, ali, também havia estado o seu Q. G.

A primeira instalação do nosso Q. G. foi abandonada, porque sofreu os efeitos das granadas inimigas, em um dos passadiços e posteriormente, quando ocupado o edifício por tropa e pelo Pôsto de Tratamento, três impactos foram verificados, ocasionando perdas de vidas e ferimentos.

O aspecto bem dobrado da região contribuiu para a segurança e as dificuldades do terreno favoreceram os trabalhos do Q. G., que com certa calma passou ali 4 meses a fio.

A Porreta vêm ter duas estradas — a proveniente de Castellucio e a de Castel Di Casio, esta com características técnicas inferiores à primeira, ambas atravessando terrenos montanhosos e difíceis.

A estrada Porreta — Castel Di Casio, liga o eixo secundário — Taviano-Riola à estrada 64 e se desenvolve a coberto das vistas de Monte Castelo, mas em seu trecho final, enfiadão do Soprassasso, ao longo do vale da Torrente Limentra, afluente do Rio Reno.

Três quilômetros ao norte de Porreta, acha-se Sila, localidade bem sacrificada pelos bombardeios, confluência dos rios Sila-Reno e que corre entre as elevações — Belvedere-Toracia, ao norte e Castellucio-Capugnano, ao sul. Ali também vem ter uma estrada secundária que desce, serpenteando, de Gaggio Montano e se liga em Crociale, à estrada que de oeste passa por Lizzano in Belvedere.

De Gaggio Montano a estrada margeia Abetaia, sobre as encostas de Monte Castelo, inflete para nordeste, deixa Montese a oeste, passa por Sassomolare, Castel D'Aiano, vai a Zocca, biparte-se para Monteveglio, a nordeste e Vignola, ao norte.

Por essa última estrada, subindo o grande movimento que começa em Monte Belvedere-Toracia, pontos dominantes

da região, e se prolonga na direção nordeste, para ampliar-se e baixar de elevação, formando as cabeceiras dos rios afluentes do Panaro e Reno, essa estrada nos leva ao vale do Panaro e nos desvia do vale do Reno, consequentemente da direção de Bolonha.

A ação da 1.^a D. I. E., de novembro a março, desenvolveu-se face ao divisor de águas dos rios Reno e Panaro, numa região compartmentada transversalmente pelos cortes Sila-Reno e longitudinalmente, pelos Reno e Torrente Limentra.

Si até Sila o nosso êixo de transportes, constituído pela estrada 64, corria mais ou menos normal à frente de contacto, de Vidiciatico a Riola, os nossos movimentos principais desfilavam paralelamente à frente ocupada e em grandes trechos, sob as vistas diretas do inimigo. Os próprios caminhos que, partindo das estradas principais demandavam as primeiras linhas, subiam as encostas abruptas sujeitas à ação adversária. A melhor defesa estava na velocidade, mas como eram pessimas as condições de tráfego, principalmente durante as chuvas, a neve e o degelo, conclui-se que se tinha de apelar, muitas vezes, para a sorte.

Em Sila e circunvizinhanças tinha-se, durante todo o dia, a proteção da fumaça produzida por tropas de Guerra Química, efeitos de que se beneficiava, em parte, a localidade de Porreta, quando os ventos, aliando-se às tropas, arrastava o manto branco de fumo, sobre os destroços da velha cidadela termal.

Naquilo em que a natureza não concordava para o abrigo das forças, o homem, empregando a sua parcela de conhecimentos, supria, com os seus inventos, a deficiência que perturbava as operações.

As pontes de Sila e de Riola eram os pontos preferidos pelos tiros tedescos.

A observação direta sobre a primeira permitia uma inquietação sistemática e incômoda, apezar da fumaça e da rede vertical de proteção. Já sobre a segunda, situada em um S da estrada, não era possível a observação direta, mas tal facto não impedia que esse local fosse um dos mais críticos do trânsito.

Outro ponto perigoso era o "By Pass" de Crociale, cuja entrada, junto a uma ponte destruída, atraía sempre os tiros

inimigos, quando havia uma parada de elementos de qualquer natureza.

Si levarmos em conta todos os fatores expostos, bem podemos avaliar as condições em que eram processados os movimentos, nos trechos finais das estradas.

Fora da estrada 64 tudo era difícil e mesmo sobre ela, quando viaturas isoladas e combóios tinham que parar, até que a fumaça permitisse divisar o caminho a trilhar, ou então, os tiros inimigos deixassem livre os trechos preferidos pelos bombardeios.

"O GRADUADO — INSTRUTOR MORAL, CUMPRE SUA MISSÃO NÃO ENUNCIANDO PRECEITOS, MAS A ELES SE AMOLDANDO, E PELOS SEUS PRÓPRIOS ATOS QUE INSTRUÍ, BEM OU MAL, E AS MAIS DAS VEZES SEM DISSO SE APERCEBER: PARA INSTRUIR NÃO É PRECISO SABER FALAR NA PÁTRIA, NA BANDEIRA OU DE SACRIFÍCIO, MAS SIM SER SOLDADO MODELAR, PELA ATITUDE, PELA CONDUTA,
PELA PONTUALIDADE.

Da lista "Ensino sobre a Instrução Militar".

De GÉNÉRAL BRALLION

MÉTODO DE CLASSIFICAÇÃO DENTRO DO REGIMENTO E DE UNIDADES SUBORDINADAS

[Tradução do "The Mailing List", de Fort Benning]

Ten. Cel. ADALARDO FIALHO

(Continuação)

VI. SEÇÃO

CLASSIFICAÇÃO CONTINUA

Esta secção continua a discussão de fatores sobre a Formula 20 e conclui com uma discussão dos informes que são tirados desta formula.

Pelo Oficial S1 da Unidade.

A cooperação mais íntima possível entre o oficial S1 da Unidade e o Cmt. da Companhia é necessária para assegurar uma classificação contínua.

O contacto direto entre os 2 podia ser autorizado, pelo Cmt. regimental, para o único fim de conservar os registros em dia e corretos.

Onde quer que a informação obtida desta maneira indica que uma ação deva ser tomada, envolvendo a transferência ou mudança do serviço, canais apropriados de comando devem ser seguidos.

Quatro secções são dadas, na Formula 20, especialmente para a classificação contínua durante o serviço do conscrito: os itens (22), Escolas de Serviço, Arma ou Serviço; (25) Preferido; (27) Classificação em especialidades militares; e (29) Registro de Serviço corrente.

O item (28), (Notas), pode também ser usado. Todas as entradas nestas secções serão feitas pelo grupo de classificação da

secção pessoal da Unidade, de acordo com os regulamentos existentes. Os Cmts. de Cia. e outros darão as informações sobre as quais tais entradas são baseadas, porém não farão nenhuma entradas sobre a Formula 20, exceto para certas certificações específicas iniciais.

Item (22). Sempre que um conscrito tenha satisfatoriamente completado um curso, numa escola de serviço, entradas apropriadas serão feitas nos espaços dados sob este item.

Se possível, esta entrada deve ser feita na própria escola e a "Classificação da Escola" marcada com iniciais por um oficial responsável.

Item (25). Uma marca de verificação no retângulo designado "Transferido" indica que o conscrito está satisfatoriamente colocado numa unidade e não deve ser transferido daquela unidade sem consulta ao seu Cmt. de Unidade. Sugere-se que tal marca seja datada e marcada com iniciais pelo oficial em comando imediato e que, no caso da transferência do soldado ser proposta, ou o seu oficial Cmt. transferido, esta classificação "Transferido" seja revista e ou verificada ou mudada.

Item (27). Depois que um conscrito tenha completado a instrução básica, ou tenha sido designado para um serviço específico num a Unidade permanente, uma entrada baseada na informação Cmt. imediato do soldado será feita pelo oficial SI, na coluna intitulada "Designação". O conscrito será classificado como "Potencial", "Semi-habil", ou "habil", por referência à maneira pela qual ele cumpre as exigências expostas no AR 615-26, II Seção. Esta descrição será seguida pelo número de série de especificação apropriado obtido do AR 615-26.

O fim da classificação "Potencial" é indicar que o conscrito teve instrução que o indica para uma especialidade militar particular ou demonstrou habilidade num "test" de aptidão, porém não teve nenhuma experiência qualificante.

Normalmente, as Secções de pessoal regimentais não farão nenhuma entrada nestas colunas até que o conscrito tenha adquirido proficiência "semi-habil" ou "habil" numa especialidade militar. Durante o curso de serviço de um conserto, pode ele adquirir classificação "semi-habil" ou "habil" em mais do que uma especialidade militar.

Estas especialidades militares adicionais serão acrescentadas sobre linhas subsequentes. A data da classificação será dada e deve ser marcada com iniciais pelo Oficial encarregado da classificação de proficiência.

Para o fim, aquela classificação pode ser contínua. Classificações de especialidades entradas na Formula 20 como resultado de entrevistas devem ser mudadas sempre que prática atual, durante um período conveniente, indica entradas erradas ou omissões. Quando um conscrito atinge habilidade em certas ocupações ou especialidades militares, como resultado de instrução, novas entradas apropriadas devem ser feitas. O Cmt. de Cia. ou de Unidade semelhante deve trabalhar constantemente para o objetivo de que seus homens constatadamente obtenham novas e mais altas especialidades, e que, uma vez um alto grau de habilidade seja atingida, aquela especialidade não seja perdida, pela falta de uso.

Um atirador habil (como os de 1940) pode não ser mais mesmo semi-habil, se não tem atirado com um fuzil desde aquela data.

Item (29). Entradas serão feitas, sob Registro de Serviço corrente, quando um conscrito é transferido para outra unidade, ou quando o seu serviço, dentro da unidade, é materialmente mudado.

As entradas indicarão a natureza geral dos serviços e os graus permanentes ou temporários obtidos. Nenhuma entradas serão feitas para mudanças menores na designação do serviço. No caso de serviço limitado, o cirurgião indicará a sua aprovação da designação do serviço, marcado com iniciais no espaço designado "O. K. do Cirurgião". E' da mais alta importância que o item (29) tenha relação com o item (27).

O atual serviço deve, se possível, exigir o exercício da mais alta especialidade atingida pelo soldado.

Um operador de rádio, que está trabalhando como chauffeur de caminhão, está perdendo a sua habilidade de rádio e é menos útil para o exército. E' de se esperar que uma unidade bem instruída possuirá alguns mais altos especialistas, que não podem ser usados imediatamente, de outra sorte aquela unidade faltará à flexibilidade organizacional necessária em combate. Contudo, tal Unidade deve estar querendo uma ocasião para partilhar este excesso de especialistas com Unidades menos afortunadas, tanto no interesse de um exército equilibrado, como pelo amor do soldado indivíduo.

Item (28). O espaço "Notas" é para informação adicional exigida por qualquer item onde o espaço dado é insuficiente.

E' também usado para registrar informação importante não pedida na ficha e que auxiliará na designação ou redesignação.

Fazendo uma entrada aqui, deve-se fazer referência ao número item ao qual a informação pertence.

Tais entradas devem ser resumidas, e avaliações pessoais devem ser marcadas com iniciais pelos oficiais encarregados delas.

Classificação continua por outros Comandantes

Frequentemente, pode ser aconselhável, para o Cmt. de Cia. ou semelhante, tomar a iniciativa em relação à classificação contínua.

Tal ação envolverá comumente reclassificação e frequentemente resulta em redesignação.

A reclassificação pode ser necessária porque o conscrito é incapaz de executar satisfatoriamente um serviço designado, ou porque o homem é designado para um serviço no qual não faz completo uso de sua inteligência, habilidades, competência, instrução ou aptidões.

A reclassificação deve ter logar em relação a categorias tais como:

1. Especialistas. Quando os homens adquirem novas habilidades, no correr da instrução, a reclassificação torna-se necessária.
2. Conscritos de tempo longo — Conscritos de longo serviço, cuja idade impede a sua competição física com homens mais jovens, serão reclassificados, tendo em vista a redesignação para serviços proporcionais à sua habilidade física, experiência e anos de serviço.
3. Serviço limitado. Quando, na opinião de um Cmt. de Cia., ou Cmt. semelhante, um conscrito fôr de mais valor numa designação diferente, o Cmt. fará tal redesignação dentro da Unidade ou, si uma vaga apropriada, não existe, informará os fatos essenciais ao oficial S1 da Unidade. Este oficial reentrevistará o homem interessado e, si os fatos informados são verificados, iniciará a ação necessária para transferir o conscrito para outra Unidade.

Quando, na opinião de um Cmt. de Regimento ou Unidade semelhante, os melhores interesses do serviço indicam a utilização das habilidades ou aptidões de um conscrito numa Unidade outra que aquela para a qual é designado, tomará a ação necessária, a fim de efetuar tal transferência ou, quando necessário, fazer apropriadas recomendações para autoridades mais altas.

Tal reclassificação e redesignação serão cumpridas mensalmente, precedendo a publicação do Inventário de Especialistas, o qual é discutido mais tarde neste artigo.

A fim de equilibrar especialidades disponíveis, os Cmto. de Unidades farão tais transferências entre unidades da mesma ou diferentes armas ou serviços, quando pode ser necessário dentro do seu Comando.

Depois de tais transferências, dentro do Regimento, os Cmto. regimentais informarão os de idade excessiva por número de série de especificação militar, cor, e arma ou serviço, para o Cmt. da Divisão, que cumprirá tais transferências entre unidades da mesma ou diferentes armas e serviços quando pode ser necessário dentro do seu comando.

Depois do completamento do acima, as idades excessivas restantes serão informadas às autoridades superiores, para ação semelhante.

Sob nenhuma circunstância um homem, possuindo habilidades científicas, profissionais ou técnicas das quais há uma aguda escassez no Exército, será continuado numa designação na qual não faz completo uso destas habilidades.

Classificação contínua por relatórios periódicos

Para uso e informação do Cmt. Regimental e Cmto. de Unidades subordinadas, o oficial S1 da Unidade dirige e supervisiona a preparação de certo número de relatórios periódicos.

1. *O Registro informativo.* Este registro deve ser preenchido ou revisto mensalmente e é um extrato da Formula 20, relacionando os homens na Companhia alfabeticamente.

Os itens mostrados são o nome, graduação, número de série do Exército, resultado do E C G E, educação, ocupações civis e respectivo número de série de especificação, especialidade militar e respectivo número de série de especificação e atual serviço e respectivo número de série de especificação e grau de habilidade (Vêde a fig. 6 para exemplo típico). Todos os itens, com a exceção dos atinentes à serviço atual, são lançados no registro pela seção do pessoal da Unidade como dados informativos para uso pelo Cmt. de Companhia.

O registro é então encaminhado, para completamento, para a Companhia ou Unidade semelhante, onde a especialidade militar correta, atual serviço e grau de habilidade são preenchidos. Ao mesmo tempo, todas as mudanças em graduação podem

ser mostradas. O registro completo é então recambiado para a Secção do pessoal da Unidade, onde proporciona informação corrente correta, a qual pode ser registrada sobre as Formulas 20, para conservá-las em dia e ficarem prontamente utilizáveis. Um mês mais tarde, o registro é recambiado para a companhia, para anotação de posteriores mudanças e volta, assim estabelecendo-se um método contínuo para relatar mudanças e conservar as Formulas 20 em dia.

Cada registro levará uma exposição. As Formulas 20, registrando a presente situação (status) do conscrito, são disponíveis para os oficiais da Unidade.

A menos que os itens sejam verificados em sua fonte, são de pequeno valor e sob as condições de campanha é frequentemente impossível tomar contacto com as Unidades pessoalmente.

Assim, o Registro Informativo torna-se um elo entre oficiais da Companhia e oficiais do pessoal da Unidade.

Através deste registro, um quadro pessoal de conjunto é dado ao Cmt. da Companhia. Isto, muitas vezes, será de valor inestimável ao fazer-se designações, ao dar-se graus e classificações, e ao igualar-se inteligências e habilidades, dentro da Companhia.

Por exemplo, o Cmt. da Cia. pode achar que o seu 2.º Pelotão, que é uma constante fonte de perturbações, não tem a sua partilha proporcional de inteligências, ou falta-lhe certas especialidades essenciais para o acionamento eficiente do pelotão.

Com efeito, o registro proporciona dados que facilitam mensalmente a reclassificação. Habilidades militares passadas atingidas pelo soldado, habilidades civis desconhecidas e habilidades comuns podem ser descobertas por este procedimento.

Em alguns casos, as secções do pessoal da unidade preenchem o Registro Informativo, têm a formula mimeografada em pequena quantidade e usam os registros por certo número de meses, apagando nomes de perdas de pessoal, corrigindo mudanças de situações (status) e acrescentando nomes de novos homens. Em outras ocasiões, pedidos são feitos, às unidades de registros mecânicos, de tantas informações necessárias quantas possam dar. Este serviço pode ser atendido por Unidades de registros mecânicos e registros deste tipo são satisfatórios, depois de se acrescentar as colunas adicionais e informação.

Tanto um como outro método é satisfatório e economiza trabalho burocrático considerável.

Desde que as Unidades de registros mecânicos são uma parte integral do sistema do pessoal do Exército, ainda que não estri-

tamente uma parte do sistema de classificação, algumas palavras de definição podem ser úteis aqui.

Fundamentalmente, o fim das Unidades de registros mecânicos, que são situadas nos Q. G. de Comando de Serviço e comandos semelhantes, é provêr o Exército com a mais rápida escrituração de pessoal possível. Estas Unidades fornecem aos mais altos escalões e ao Departamento da Guerra registros, mapas-relatórios mensais dos efetivos, registros históricos de Unidades e outros registros estatísticos desejados, previamente preparados manualmente por pessoal burocrático regimental e de Companhia.

A ferramenta básica das unidades de registros mecânicos é um cartão furado à máquina. Um destes cartões existe para cada conscrito no exército.

A informação que vai nêle é tirada da Formula 20 do soldado, como resultado de relatórios específicos de secções de pessoal da Unidade. Por isso, intima união com a classificação é essencial, para que os cartões das unidades de registros mecânicos estejam sempre em dia e precisos.

Si a Formula 20 não estiver corrigida e em dia, os cartões das unidades de registros mecânicos não podem nunca refletir a verdadeira situação.

2. *O Inventário de Especialistas.* Este é um relatório preparado mensalmente pelo escritório do pessoal da Unidade. Este relatório é disposto em quadro e tirado diretamente do Item (27) da Formula 20 e deve ser feito depois de completar a transferência da informação do Registro Informativo para a Formula 20. O inventário será feito por Unidades separadas dentro do Regimento, para uso pelos Cmts. regimentais e subordinados. Sòmente um inventário consolidado, para todo o Regimento, necessita ser submetido à Divisão.

O Inventário de Especialistas (Vêde Fig. 7) contém as seguintes informações:

a. Número de série de especificação.

Esta linha alista os vários números de série de especificação pedidos no Quadro de organização do Regimento ou Unidades subordinadas.

b. Quadro de Organização autorizado.

Esta linha alista o número total de cada classificação técnica autorizada no Quadro de Organização corrente para Unidade.

c. Disponíveis.

Esta linha alista o número total de homens agora na Unidade e qualificados nesta especialidade militar.

d. Excesso ou falta.

Esta linha sumariza numéricamente a diferença entre o Quadro de Organização e o número dos disponíveis.

e. Necessidades.

Esta linha alista o número total de homens qualificados para cada especialidade militar necessário para executar as funções da Unidade.

Não se conforma necessariamente ao Quadro de Organização. Por exemplo, condições de alojamento podem ser tais, numa localidade particular, que é necessário apelar para uma Cia. para alimentar um grupo extra de oficiais, exigindo o serviço de um cozinheiro extra.

A coluna "Necessidade" mostrará então um cozinheiro extra.

No Inventário dos Especialistas, cada conscrito é mostrado uma vez. Desde que certo número de homens possa ter mais de uma especialidade militar, isto apresenta um problema.

Um homem será comumente relatado em termos de sua especialidade mais importante — aquela que requerer o mais alto grau de habilidade e mais instrução.

Estes inventários formam a base para requisições de pessoal, porque elas mostram atual efetivo e necessidades por número de série de especificação.

Com inventários precisos, qualquer dado tipo de especialista pode ser rapidamente achado, para as várias designações especiais que ocorrem constantemente e muitas escassezes e ultrapassamentos de idade que aparecem podem ser igualadas dentro das Unidades e sem referência a autoridades mais altas.

Os Inventários mostram as verdadeiras condições existentes dentro das Unidades e, quando usados em conjunção com outros papéis sobre pessoal, tais como o Registro Informativo, formam a base para a equalização científica das Unidades.

3. Relatórios de habilidades especiais.

Seguindo-se ao completamento de redesignações, dentro do Regimento, a fim de fazer uso de todas as habilidades disponíveis trazidas no Registro Informativo, os conscritos, cujas habilidades não podem ser utilizadas ao máximo serão relatados ao seguinte mais alto escalão, o qual tomará ação apropriada seguinte.

Inventário de especialistas

Data - 1 - 1 - 43

Unidade: Regimento de Infantaria

Companhias de Fuzileiros

Localização: F^{ta} Beuning, Ga.

Nº de série da especificação	014	055	056	060	821	824	Totais
Unidade Cia. A	Quadro de efetivos autorizado	-	-	1 4	1	1	198
	Disponíveis	2	-	1 4	1	1	173
	Excessos ou faltas	2/e	-	-	-	-	20/f
	Necessidades	2	-	1 4	1	1	197
Unidade Cia. B	Quadro de efetivos autorizado	-	-	1 4	1	1	198
	Disponíveis	2	1	1 4	1	1	171
	Excessos ou faltas	2/e	1/e	-	-	-	22/f
	Necessidades	2	0	1 4	1	1	197
Unidade Cia. C	Quadro de efetivos autorizado	-	-	1 4	1	1	198
	Disponíveis	2	1	1 4	1	1	175
	Excessos ou faltas	2/e	1/e	-	-	-	20/f
	Necessidades	2	-	1 4	1	1	198
Unidade Cia. E	Quadro de efetivos autorizado	-	-	1 4	1	1	198
	Disponíveis	2	1	1 4	-	2	172
	Excessos ou faltas	2/e	1/e	-	1/f	1/e	21/f
	Necessidades	2	-	1 4	1	1	198
Unidade Cia. F	Quadro de efetivos autorizado	-	-	1 4	1	1	198
	Disponíveis	2	-	1 4	1	1	182
	Excessos ou faltas	2/e	-	-	-	-	11/f
	Necessidades	2	-	1 4	1	1	198
Totais	Quadro de efetivos autorizado	-	-	5 20	5	5	965
	Disponíveis	10	5	5 20	4	5	871
	Excessos ou faltas	10/e	3/e	-	1/f	1/e	94/f
	Necessidades	10	-	5 20	5	5	975

Fig. 7

Frequentemente, as habilidades a serem relatadas serão especificadamente alistadas em cartas do General Diretor do Departamento do Pessoal do Exército.

Estas serão habilidades nas quais escassezes definidas existem no Exército.

Desde que estas chamadas possam ser em parte antecipadas, alguns regimentos mantêm um arquivo de fichas sobre habilidades especiais das quais, êles ou o exército, como um todo, possam ter necessidade.

Os usos de tal arquivo são muitos. Por exemplo, um Russo deve visitar um regimento. Si há um conscrito no regimento que interpreta o russo correntemente, êle pode ser útil escoltando este visitante.

Ou, alguns aeroplanos modelos são necessitados para auxiliar na instrução de identificação de aviões.

Um habil fabricante de modelos poderia produzi-los, si se lhe dessem tal serviço especial por curto tempo, bem que o seu maior valor para o regimento pudesse ser como sub-oficial de armas pesadas.

Ou ainda, o regimento pode ter diversos auxiliares de instrumento de agrimensor, que são úteis como guias de esquadra, porém não insubstituíveis.

O exército pode, ao mesmo tempo, ter necessidade de auxiliares de instrumento de agrimensor, enquanto que o regimento é meramente interessado em ter competentes guias de esquadra para substitui-los.

Classificação continua por meio de Registro correntes.

Para a informação e guia do Cmt. regimental, a Secção do pessoal da Unidade mantém diversos tipos de registros correntes.

1. Inventário do pessoal.

As Secções do pessoal da Unidade manterão um Inventário do pessoal por meio de um quadro corrente de autorizações de pessoal, limites de idade de posto ultrapassadas e faltas por especialidades militares de cada unidade dentro da Organização.

Faltas e excessos de especialistas militares devem ser igualadas por transferências dentro da Unidade.

As faltas e excessos restantes devem ser relatados prontamente por meio do inventário de especialistas consolidado, para o seguinte mais alto escalão tendo jurisdição de designação para reajustamentos semelhantes dentro daquele comando.

Os oficiais S1 da unidade prepararão requisições, a intervalos próprios, para trazer as suas unidades aos efetivos numé-

ricos e de especialistas. Após o recebimento dos recompletamentos pedidos, êstes devem ser adidos às Unidades, quando as circunstâncias justificam, até que as classificações prévias sejam verificadas ou, quando necessário, reclassificações e substituições sejam feitas. Após o completamento desta ação pelo oficial S1 da Unidade, para o Cmt. regimental, êles serão designados pelo S1, que é também Ajudante assistente, para as Unidades subordinadas, dentro do regimento, de conformidade com os pedidos do regimento. Ao designar conscritos, simples soldados, para diversas Unidades dentro do Regimento, o oficial S1 da Unidade deve distribuir proporcionalmente aqueles cujos registros mostram tanto altos como baixos resultados de E C G E.

2. Candidatos a oficial.

O oficial S1 da Unidade manterá um registro corrente de todos os homens, dentro do Regimento, que têm as necessárias qualificações físicas, mentais, morais, educacionais e para chefe, para fazê-los candidatos a oficial potenciais.

3. Quadros.

Quando os quadros devem ser escolhidos, o oficial S1 da Unidade aconselhará os Cmts. de Unidades sobre todos os homens designados para as suas respectivas Unidades e que possuam as qualificações necessárias.

De tal lista ou registro, o Cmt. da Unidade indicará indivíduos recomendados para novos quadros, dentro da quota distribuída à sua Unidade.

Os planos presentes indicam que cada Divisão recentemente incluída no serviço ativo será chamada, algum tempo depois de receber a sua carga de homens, a fornecer um quadro de alistados para outra nova Divisão.

As datas definidas para fornecer quadros serão dadas aos corpos de tropa, em cada caso.

O procedimento habitual para formar um quadro é, quanto ao Corpo de Tropa, apresentar uma requisição especial, na formula comum, através dos canais, ao General Diretor do Departamento do Pessoal do Exército, para recompletamento no número necessário para trazer o Corpo de Tropa ao seu efetivo autorizado, mais o efetivo do quadro que está sendo fornecido. Requisições de pessoal para tais recompletamentos não necessitam invariavelmente pedir homens da mesma especificação e número de série de ocupação, como está especificado no "Quadro de efetivos da organização do Exército".

Registro Informativo

(compilado das Fórmulas 20, em arquivo neste Q. G. e à disposição dos Cmts. de Unidades)

Unidade Cia. A do Rgt.º de Inf. Localização Fte. Benning, Ga. Data 1-1-43

NOMES	NÚMERO DE SÉRIE DO EXERCITO	RESULTADO DO TADO DO ECGE	OCCUPAÇÃO CIVIL		ESPECIALIDADE MILITAR		SERVIÇO ATUAL	
			N.º de missas de educação	TÍTULO	N.º de série do esp.	TÍTULO	N.º de série do esp.	TÍTULO
Aston, R., Soldado	32336576	IV 87	8	Chanteur de cam.	245	Não especialista	521	
Anderson, Frank, Soldado	33058629	III 97	12	Majinista	113	Fuzileiro-atirador	746	
Amold, Reuben, Cabo	22231567	II 114	11	Carajista	316	Cmt. de Esquadra	653	
Arsenio, Abel, Sargent	21043499	II 116	13	Gerente de loja	352	Fuzileiro	745	
Barts, Thomas, Soldado	32014102	III 91	9	Vendedor	321	Fuz.-atirador Cmt. de Seção Sgt. de Pelotão x	746 652 651	
Bateswill, Jeremy, Soldado	33033045	IV 75	9			Chauffeur de cam. leve x	345	
Bentford, John, Sargent	30014523	III 99	12	Empregado de armazém	324	Encar. de munições Metralhadora leve	504 604	
						Fuzileiro Mtr. leve	745 604	
						Cmt. de Esquadra Cmt. de Seção x	653 652	

* Nota para o Cmdt. de Unidade: "S" — Especialistas "SS" — Semi-especialista. Verifique uma e somente uma coluna para indicar o modo de execução no serviço atual. Si os "SS" ou os "S" são verificados, aquele serviço será dado ao conserto como uma especialidade militar. * O soldado está sendo agora relatado por este número no Inventário dos Especialistas. O número designa a sua mais importante especialidade militar.

te talento para garantir designação para uma especialidade militar, si o seu registro de exeperiências civis indica desempenho satisfatório de certas ocupações.

A medida da eficiência com a qual os seus deveres foram executados é dada, principalmente, por duas indicações: tempo de permanência numa ocupação e salários, em relação à escala prevalecente, para aquela categoria de trabalho, em sua localidade.

As diferenças individuais constitutem a idéia básica da designação própria.

Os oficiais S1 da Unidade não estão comumente em situação de devotar detalhado estudo para cada caso. Contudo, os oficiais S1 da Unidade devem fazer todo o possível, em conferências com Cmts., dentro do Regimento, para ajudar a colocar êstes homens (muitos dos quais terão Grau V, no E C G E) onde serão de mais valor para o serviço.

Os conselhos do pessoal consultante da Divisão estarão, comumente, disponíveis para ajudar em decisões interessando a problemas de soldado.

Este conselho deve ser procurado em todos os casos como êste, sem atenção aos grupos de inteligência dos quais faça parte o indivíduo soldado.

SECÇÃO VII

Sumário das responsabilidades do oficial S1 da Unidade perante o Cmt. regimental, em relação ao método de classificação.

O Cmt. regimental é responsável pela designação apropriada, reclassificação e redesignação, quando necessário, de todos os conscritos de seu comando. O oficial S1 da Unidade, como ajudante assistente, é o agente do Cmt. regimental nesta ação, e como tal é responsável por:

1. Manter a Formula 20 e todos os outros dados julgados essenciais na consideração do pessoal para designação, transferência ou promoção.
2. Fornecer informações aos Cmts. de Cia. ou de Unidade relativas aos conscritos que possam estar sob consideração para promoção, designação para serviço especial ou transferência.
3. Preparar mensalmente Registros Informativos pela Cia. ou Unidade semelhante, mostrando dados essenciais de valor para os Cmts.

4. Fazer designações de recompletamentos recem-chegados e de conscritos reclassificados, tudo dentro da Unidade.
5. Organizar Inventários de Especialistas periódicos.
6. Recomendar redesignações de conscritos que tenham sido incorretamente designados.
7. Fazer periódica verificação da designação do serviço de todos os conscritos no Regimento e comparar tal designação com as qualificações militares desse pessoal, conservando o Cmt. regimental informado sobre a utilização das especialidades existentes dentro da Unidade.
8. Reunir, compilar e fornecer, ao Cmt. regimental, fatos que possam ser utilizados, ao responder pedidos especiais. Em acréscimos aos serviços para os quais o oficial S1 da Unidade é qualificado para desempenhar, pode ainda ser capaz de sugerir como o Regimento pode receber auxílio em métodos de classificação, consultando as Agências de classificação da Divisão, o pessoal técnico e o pessoal consultante. Os auxílios que podem ser prestados pelos técnicos de pessoal da Divisão incluem:
 1. Exame de todos os conscritos que possuam o E C G E, o Exame de Aptidão Mecânica, o Exame de Aptidão burocrática e ou outros Exames especiais.
 2. Direção de conferências sobre métodos de classificação, para familiarizar todos os oficiais, dentro da Unidade, com as vantagens dêles e com a necessidade de um eficiente sistema de classificação.
 3. Direção de escolas para oficiais e pessoal alistado que devem explorar o sistema de classificação.

Os auxílios que podem ser prestados pelo pessoal consultante da Divisão incluem:

 1. Prover serviços consultantes para todos os problemas psicológicos, em ligação com classificação, que surgem em unidades subordinadas.
 2. Direção de conferências sobre métodos de classificação, para do problemas psicológicos especiais estão envolvidos.
 3. Atuar como testemunha perita ou conselheiro, em ligação com juntas especiais e cortes, quando solicitado para fazer assim.

COMO VEJO O COMBATE OFENSIVO DA DIVISÃO BLINDADA

Major A. C. MONIZ DE ARAGÃO

— I —

GENERALIDADES

1 — O êxito do ataque da divisão blindada reside antes na surpresa, rapidez e brutalidade de ação do que na sua intensidade e duração.

E' essencial que o Divisionário decida em curto prazo e com conhecimento de causa, informando-se a tempo sobre o inimigo e o terreno e que, posteriormente e sem demora, faça chegar ao conhecimento dos subordinados as suas ordens.

Consequentemente, o comandante da divisão deve preceder o grosso da G. U., de molde a apressar a sua entrada em ação. Marcha com o escalão de combate da Vanguarda ou, sempre que o ambiente de segurança permitir, passa à frente d'este.

2 — E' a brigada blindada que obtém a decisão no combate da divisão moto-mecanizada. O esforço da ação é realizado onde os carros podem encontrar terreno e condições favoráveis.

O papel dos outros elementos consiste em facilitar e completar a atuação dos engenhos mecanizados:

- proporcionando-lhes condições favoráveis;
- apoiando o seu ataque;
- protegendo os seus flancos;
- ocupando o terreno e
- cooperando no aproveitamento do bom êxito.

O ataque será conduzido com todos os meios blindados:

- concentrados sobre um único eixo, em uma ação direta, brusca e violenta;
- ou repartidos por duas ações convergentes, seja contra um saliente, seja contra as alas do dispositivo adverso.

3 — A velocidade de progressão debaixo do fogo e a rapidez de intervenção dos elementos couraçados permitem fixar para o ataque objetivos afastados e visar, na mesma operação, a desorganização completa da estrutura defensiva do inimigo, desde que não esteja fortemente instalada.

— II —

A TOMADA DE CONTACTO

4 — O Comandante da Divisão deve tirar partido do efeito de surpresa, fazendo uso de absoluta simplicidade em suas concepções e realizando-as com grande vigor.

Para isso, orientado pelas informações da descoberta e da segurança afastada, toma as medidas que se impõem, visando o encontro com o adversário.

Aquelas informações são, normalmente, insuficientes para permitir ao Divisionário firmar uma decisão. Incumbe às Vanguardas precisar a situação. Ultimar a tomada de contacto.

5 — A FRENTE DE CONTACTO:

- a) — É imposta pelo adversário que mantém uma atitude defensiva.
- b) — Contra um inimigo em progressão há interesse em que uma das linhas a atingir, fixadas na ordem de operações da grande unidade, só constitua suficientemente sólida, visando facilitar a realização do dispositivo de ataque e garantir a plenitude de fogos indispensável à irrupção desta operação.

6 — O Chefe decide rapidamente. Elege a frente em que vai pronunciar o esforço. Em consequência, reparte os meios.

— III —

O ATAQUE

7 — O Divisionário, à luz das informações colhidas no terreno e à medida que a situação se esclarece, precisa a sua **ídeia de manobra**. Fixa:

- a frente de ataque;
- a direção de esforço;
- e o objetivo ou os objetivos a conquistar.

De acordo com a intenção firmada, organiza o dispositivo da divisão, considerando:

- a — que os meios da divisão só permitem montar uma ação em força sobre uma faixa estreita de terreno; (1)
- b — que, consequentemente, nas partes extensas da frente, de um e outro lado da zona de ataque, é necessário manter o contacto e cobrir a operação principal;
- c — que, sendo possível a intervenção inimiga no decorrer do desdobramento para o ataque, é preciso conservar reservas divisionárias, tão mais importantes quanto mais ameacador fôr o adversário e mais fracamente mantida a linha de contacto;
- d — e que será fatal qualquer desobediência ao princípio de economia de fôrças.

8 — Assim, a Divisão é articulada em largura, em agrupamentos:

- a — um ou dois, com missão nitidamente ofensiva;
- b — outros, com encargo de assegurar o contacto e cobrir os flancos do dispositivo de ataque.

Escalonadas em profundidade, a artilharia e as reservas estão prontas para intervir, onde se fizer mistér.

9 — Fixada a parte da frente de contacto em que quer produzir o esforço (ou a direção dêste, se pretende efetuar uma ação de ala) e a base de partida, o Comando faz realizar o dispositivo, que compreende:

(1) — A frente de ataque é função dos carros disponíveis, o que permite à Brigada Blindada atuar sobre uma frente de 2.000 a 3.500 metros, em 4 ou 2 vagas de carros.

- os agrupamentos de combate,
- a artilharia e
- as reservas divisionárias.

10 — A base de partida é uma linha do terreno facilmente identificada, mesmo de um engenho blindado. Por ela se regulam:

- os Agrupamentos de Combate, de maneira a irromper em ordem sobre o objetivo;
- a Artilharia para desencadear o seu plano de fogos.

11 — O Agrupamento de Ataque, (**Agrupamento de Combate** com encargo nitidamente ofensivo), tem por missão conquistar um objetivo ou objetivos sucessivos precisamente definidos no terreno.

O Agrupamento se articula em:

- Escalão de Ataque, constituído por engenhos blindados, encarregado de conquistar o objetivo;
- Escalão de Ocupação, composto de elementos transportados, cobertos e apoiados por A. M. R., tendo por finalidade manter o terreno conquistado;
- Base de Fogo, organizada com os meios das unidades transportadas, (metralhadoras, canhões c/c., morteiros).
- Reservas, destinados a parar as ameaças e a aproveitar imediatamente o êxito.

12 — O Escalão de Ataque é articulado em largura, em Grupos de Ataque de composição variável.

A zona de ação de um Grupo de Ataque não deve ultrapassar de 600 metros de largura.

O número de Grupos que constituem o Escalão de Ataque depende das dimensões do terreno, que deve ser completamente mobilizado. Normalmente, o Comandante daquele escalão dispõe de dois ou três destes grupos e de uma reserva.

Nestas condições, a ação do Escalão de Ataque se desenvolverá sobre uma superfície de 2.000 a 3.500 metros de largura por 1.500 a 2.000 metros de profundidade.

- 13 — A Artilharia, em tese, é desdobrada tendo em vista atuar com a totalidade dos meios em benefício do Agrupamento de Ataque, tomado a seu cargo os fogos de:
- proteção e
 - contra-bateria.
14. — As reservas divisionárias, inicialmente constituidas pelos elementos do Regimento de Descoberta, são indispensáveis na realização de uma ação profunda e rápida. Devem garantir ao comando a possibilidade de um aproveitamento profundo e potente do êxito. Impõe-se que sejam constantemente reforçadas no decorrer do ataque por elementos que se tenham tornado disponíveis.
- 15 — A tomada de dispositivo de ataque tem por finalidade:
- a — constituir o Agrupamento de Ataque, colocando-o frente ao seu objetivo;
 - b — dispôr os meios de fogo em condições tais que possam agir em proveito do Escalão de Ataque;
 - c — reunir os elementos reservados e articulá-los de acordo com as suas missões prováveis;
 - d — fixar os P. C. e os eixos de transmissões.
- A realização do dispositivo deve ser rápida e secreta. E' feita em guarda.
- A segurança é obtida, em geral, pelo conjunto do dispositivo. Entretanto, no caso de uma manobra de ala é indispensável assegurar a proteção do flanco descoberto.
- O segredo é pedido à rapidez da aproximação, ao desenfiamento dos itinerários, ao disfarce, à descoberta e à defesa aérea, e, eventualmente, aos movimentos executados à noite.
- A rapidez é conseguida pela supressão dos tempos mortos e pela continuidade do movimento. Depende da presteza e da precisão dos reconhecimentos.
- As unidades são encaminhadas, sucessivamente, para:
- os pontos de primeiro destino
 - e as posições de espera, onde acabam de se articular para transpôr a base de partida.
- 16 — Evolução do ataque:
- a — A hora prescrita e ao sinal fixado, os elementos do escalão de ataque irrompem, transpondo a ba-

se de partida. Simultâneamente é desencadeado o plano de fogo.

A velocidade do ataque é fundada no regime normal dos motores. Entretanto, é permito aos engenhos mecânizados acelerá-la para fugir a uma região particularmente perigosa ou para lançar-se à abordagem duma resistência inimiga.

b — De inicio a artilharia e a base de fogo garantem a protecção do ataque. A medida que este avança, os objetivos se tornam duvidosos e vão ficando fora do alcance das armas automáticas.

O sucesso repousa, cada vez mais, sobre a rapidez e a eficácia dos fogos do próprio **Escalão de Ataque**, bem como sobre as manobras que executar.

Na hipótese da Divisão ter sido reforçada, os destruidores de tanques podem tomar a seu cargo os fogos de apôio imediato. A artilharia, em princípio, se encarrega dos fogos de:

- protecção e
- contra-bateria.

c — Sobre um **objetivo intermediário** o **Escalão de Ataque** se detém durante o tempo suficiente para reajustar o dispositivo, as ligações e os fogos ou para permitir que um grupo seja ultrapassado por outro.

d — Sobre o **objetivo normal**, caso deva ser mantido, o **Escalão de Ataque** é reunido e reagrupado não muito longe, para que possa intervir, si necessário, a fim de apoiar os A. M. R. encarregados de aguardar o **Escalão de Ocupação**.

17 — Aproveitamento do êxito:

Uma ação profunda acaba por desorganizar o inimigo, impedindo que se reconstitua. O aproveitamento imediato do sucesso é conduzido em uma ou várias direções fixadas de antemão pelo **Divisionário** e precisadas no terreno pelo **Comandante do Agrupamento de Ataque**.

Para isso, são constituidos destacamentos mistos, fornecidos pela reserva ou recuperados do **Escalão de Ataque**.

A COMPANHIA DE SERVIÇOS DO 11.^º R. I. NA CAMPANHA DA ITÁLIA

Algumas observações e alguns ensinamentos

Cap. FRANCISCO RUAS SANTOS

Com o fim principal de informar aos nossos leitores a respeito do funcionamento de tão importante órgão regimental — a Cia. de Serviços — em casos vividos na campanha da Itália, é que nos abalançamos a dar aqui este nosso depoimento. Como objetivo secundário temos em mira apresentar alguns ensinamentos colhidos no campo experimental da guerra, pois que êsses são indiscutivelmente os nossos melhores guias durante a preparação de tempo de paz. Este segundo objetivo assume, todavia, grande importância, quando atentarmos para o fato de que já temos uma grande unidade de infantaria moldada na organização norte-americana e nesta última temos Companhias de Serviços. Lembramo-nos perfeitamente das grandes dificuldades que se apresentaram ao nosso 11.^º R. I. quando se tratava, nos meses que precederam imediatamente ao seu embarque para a Itália, de preparar para o funcionamento sua Cia. de Serviços. Devia o regimento transformar, nuns casos, antigas funções da Cia. Extra, noutras, de preparar homens para desempenhar, na Cia. de Serviços, funções inteiramente novas. Lembrâ-nos também de que, naquela época, tratáva-se ainda de preparar todos os homens para manejar, atirar e combater com o armamento orgânico da Companhia e ainda outro complementar, os quais eram, como para todo o Regimento, de procedência norte-americana e pouco conhecidos. E é por nos lembrarmos daquela luta de preparação que se iniciou no acantonamento do Morro do Capistrano, na Vila Militar, e no Campo de Instrução de Gericinó, e só terminou na região de treinamento de Filletole, na Itália, que vislumbramos

nessa experiência passada ensinamentos que poderão ser de utilidade para muitos dos nossos companheiros.

A fase de preparação para a guerra

Em primeiro lugar, como base de partida e de referência para toda a nossa exposição, vejamos, nos seus pontos essenciais, qual a organização e o papel da Companhia de Serviços do Regimento de Infantaria dados pelo manual de campanha respectivo (FM 7-30, norte-americano), vigente por ocasião da preparação da F. E. B.

Diz esse regulamento:

"A Companhia de Serviço é a unidade de reaprovisionamento do Regimento — ela tem as seguintes atribuições:

(1) Fornece as praças necessárias aos seguintes órgãos do comando do regimento:

Seção do Pessoal, inclusive o grupo sob a direção do secretário;

Seção de Operações e Instrução;

Seção de Reaprovisionamento;

e auxiliares para o oficial de serviços especiais e para os capelões.

(2) Recebe e distribui todos os aprovisionamentos.

(3) Executa a manutenção de 2.º escalão do Regimento.

(4) Fornece pessoal e transporte para os aprovisionamentos dos batalhões e companhias isoladas do Regimento.

(b) Em relação a a (2), (3) e (4) acima, a companhia de serviço, no combate, explora, instala e controla o seguinte:

(1) Os pontos de distribuição regimentais para:

a) Rações e água (aprovisionamentos de classe I)

b) Gasolina e óleo (aprovisionamento de classe III)

c) Munição (aprovisionamento de classe V)

d) Aprovisionamento de material de engenharia (aprovisionamento de classe IV)

(2) O estacionamento dos trens do regimento (zona do escalação de retaguarda do regimento) geralmente compreende:

a) Seção do oficial de suprimento do regimento (S-4), exceto o pessoal do posto de comando regimental.

b) Comando da Companhia de serviço.

c) Pelotão de transporte, compreendendo:

1. Seção de Comando.

2. Seção de Manutenção.

3. Viaturas cozinha e bagagem (quando sob o controle regimental).

d) Pessoal do rancho, do aprovisionamento e cozinhas de todas as companhias, quando não forem necessárias na zona da frente (normalmente operam no estacionamento das viaturas cozinha e bagagem).

e) Ponto de distribuição (geralmente próximo às localizações da cozinha), da ração regimental (classe I).

f) Ponto de distribuição regimental de gasolina e óleo (classe III).*

Dessa organização podemos desde logo excluir, por não interessar à nossa narrativa, as Seções de Pessoal e de Operações e Instrução. Quer nos parecer que seria melhor o fornecimento de homens para essas seções por parte da Companhia de Comando do Regimento, pois os homens da Seção de Operações e Instrução e alguns da do Pessoal trabalham no P. C. regimental e, assim, ficariam mais bem situados nessa outra sub-unidade. O mesmo se pôde dizer dos auxiliares de capelães dos Btis. que melhor estariam nas Cias. de Comando dessas unidades.

Ainda para servir de base às nossas observações, vejamos rapidamente qual o armamento e quais as viaturas da dotação da Companhia. Esta é regularmente dotada de lança-rojões ("bazukas") — 10 — sendo a sub-unidade do R. I. que dispõe de maior número (9) de metralhadoras 50. Possui quase tantos lança-granadas quanto uma Cia. de fuzileiros. Seus homens são armados de pistola 45, fuzis ordinários e carabinas (substituídas, na Itália, por sub-metralhadoras). Dispõe de 29 viaturas de 2 $\frac{1}{2}$ toneladas, 2 de $\frac{3}{4}$ de tonelada, as quais constituem os trens regimentais; além dessas possui 6 viaturas de $\frac{1}{4}$ de tonelada ("jeep") para comando e transporte de pessoal e de algum material e armamento da Companhia, e de 19 reboques.

Uma simples vista na organização da Companhia em pessoal nos mostra logo que este se compõe, quase que inteiramente, de especialistas e de especializados em determinadas funções. E' por essa razão que a instrução do pessoal da Companhia requeria, e requer, atenções especiais e, na execução, com tempo curto, nos levou a muitas dificuldades. Essa instrução tinha um tríplice aspecto quando encaramos o conjunto da Companhia: técnico, funcional-técnico e tático. A instrução técnica teria de ser ministrada a todos os homens da Companhia, a fim de habilitá-los a manejar e atirar com o lança-rojão, a metralhadora .50, os fuzis-ordinários, a carabina, a mtr. .30 e as granadas de fuzil, e a manejar e lançar as granadas de mão ofensiva e defensiva. A instrução técnico-funcional, isto é, a que visava preparar cada homem para desempenhar sua função, deveria ser ministrada a homens já com um preparo básico (como nos casos de motoristas

e mecânicos, recrutados como tal para a F. E. B.). Mas, na realidade, teve, em muitos casos, de ser ministrada como se o homem nada soubesse. Ficou demonstrado, aliás não só no nosso caso, que não basta recrutar um motorista civil para se ter automaticamente um motorista militar. E, assim, com outras funções. Como não dispúnhamos de tempo suficiente, o problema assumia feições inquietantes. Ao mesmo tempo que era ministrada a instrução técnica e funcional, entregue ao Comandante do Pelotão de Transportes e ao seu oficial adjunto, tínhamos de cuidar da instrução tática e da instrução complementar mínima indispensável para levar os homens ao combate. Ainda aqui, repetimos, não se tratava de, numa rápida instrução, rever assuntos da instrução tática elementar de reservistas convocados. O modo de ação da Companhia no combate era coisa inteiramente nova para todos. O armamento norte-americano trazia a obrigação de se ministrar certa instrução ainda desconhecida entre nós, o que importaria pouco no caso de se dispôr de tempo. Assim, tomando um exemplo, dentre muitos, era preciso ensinar a cavar abrigos de onde atirar com o lança-rojão, arma que não possuímos até então em nosso Exército.

Quanto ao funcionamento da Companhia no âmbito do Regimento, realizamos alguns exercícios que serviram para concretizar as idéias proporcionadas pelo manual americano já citado.

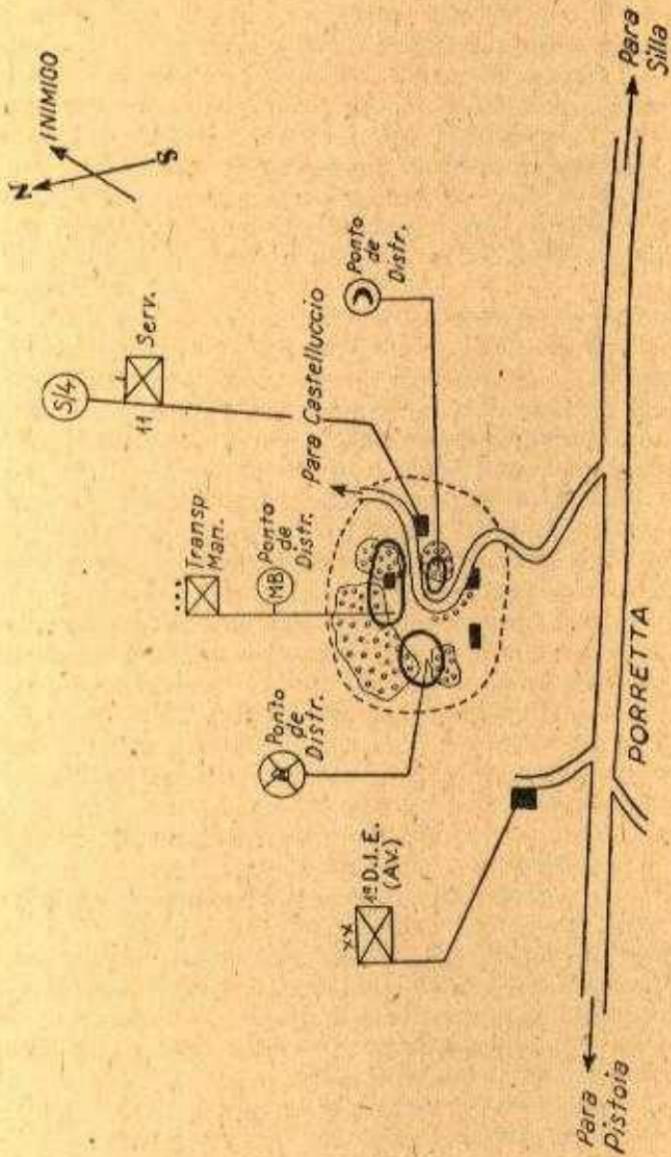
Deste modo, a Companhia pôde ir para a Itália com a sua instrução já bem adiantada. Ali, à medida que o Regimento ia recebendo, em San Rossore, o armamento e o material da sua dotação, ia-se, aos poucos, engrenando-se todas as funções dos homens dentro da nova organização. No Brasil, não pudéramos nos libertar dos antigos processos e a organização americana só tivera vida nos exercícios. De San Rossore em diante, e antes mesmo que o Regimento entrasse em linha, foi a Companhia completando sua instrução.

Vejamos, agora, como funcionou a Companhia de Serviços em campanha.

Em primeiro lugar, trataremos do seu funcionamento durante o período dos primeiros ataques malogrados a Monte Castello, da defensiva que se lhes seguiu e da estabilização, vale dizer, o período que vai de fins de Novembro de 1944 a meados de Fevereiro de 1945. A êle chamaremos de

Primeira fase da campanha

Para atender às necessidades do Regimento, que entrara em linha na região do maciço do Monte Belvedere, a Companhia



Esköpo mostrando a localização dos principais órgãos de serviço, no estacionamento do Cia, durante a 1ª fase.

Est. approx: 100 m.s

Zona de estacionamiento
de C.I.G.

Fig. 1

de Serviços desdobrou-se na área entre Porretta e Silla nos primeiros dias de Dezembro de 1944.

Cabem aqui duas considerações: uma a respeito da situação das tropas na zona de combate e outra acerca do próprio funcionamento da Companhia. Estávamos em posição nos Apeninos, numa região de terreno dobradíssimo, tendo como via de comunicações mais importante a estrada n.º 64, a qual, vindo de Pistóia para Bolonha, transpõe a cadeia montanhosa, ligando as planícies da Toscana às do vale do Pô. Pela própria situação da frente e da natureza do terreno, a estrada 64 assumiu importância capital para as nossas operações e ao longo dela se haviam estendido quase todos os órgãos de serviço, brasileiro e americanos, das tropas que combatiam ao N. e NE de Porretta, numa larga frente.

No caso da 1.ª D. I. E., tínhamos de nos limitar ao estreito vale do rio Reno, na região Porretta-Silla, já desde algum tempo cheia de outros órgãos de serviço aliados. Não podia, portanto, dispôr o Regimento de uma área, não dizemos bôa, mas sofrível, para instalar seu estacionamento de trens como prescrevia o manual 7-30. Este previa que, em certos casos, as dimensões da área de estacionamento dos trens podia ir a 2,5 km x 2,5 km (superfície máxima). Ora, devido às condições do terreno e às suas possibilidades de circulação, se fôssemos delimitar e calcular a extensão da área de estacionamento de todos os trens do regimento, veríamos que ultrapassava do ôbro aquela superfície máxima. Mas, esse estacionamento de todos os trens que, a rigor não poderia existir devido às condições do terreno, não existiu também por efeito da descentralização imediata levada a efeito pelo Regimento, quanto aos seus trens, entregando certo número de viaturas aos Btls. e Cias. Regimentais, inclusive para transporte de gêneros. E isso desde a sua entrada em linha em fins de Novembro. Na realidade houve, então, pequenos estacionamentos de trens, autônomos e afastados uns dos outros. O mais importante e o maior era, naturalmente, o da Companhia de Serviços, onde se procurou aplicar tudo o que prescrevia o regulamento respectivo no tocante à instalação e disposição interna, à segurança e às transmissões. Este estacionamento não poderia sem graves prejuízos para o serviço, ser desdobrado em outros menores e afastados. Ocupava uma área pequena, com um intervalo mínimo entre os seus elementos. Em compensação, achava-se plenamente assegurado o conforto do pessoal durante o rigor do inverno e a sua proteção e a de algum material contra certos efeitos dos bombardeios pela ocupação de casas, conhecida como era a solidez das construções campestres italianas da região.

Além disso, havia a influir um outro fator nesse modo de proceder: a ausência da aviação inimiga, quase permanente. Ela, todavia, teria grande dificuldade para assinalar nossos órgãos de serviço mais denunciadores da presença da Companhia, pois foi aproveitada, em grande parte, a cobertura de um bosque de pinheiros e de outras árvores para mascarar viaturas e munição. Nessa zona de estacionamento da Companhia ficaram: os pontos de distribuição de víveres e forragem, de munição, de material das diferentes classes, a seção de manutenção, a seção do S-4 e o comando da Companhia (vêr o esboço da fig. 1). A distribuição de gasolina era feita diretamente aos Btl. e Cias. Regimentais, por intermédio de uma viatura de 2 ½ toneladas, que se abastecia nos pontos de distribuição da retaguarda e reabastecia diretamente os interessados, trocando os recipientes cheios por vazios e reiniciando o ciclo, o qual tinha a duração média de uma jornada. Este processo apresentou a grande vantagem de libertar as unidades da preocupação e do trabalho de vir à retaguarda receber gasolina, retornar e redistribuí-la a todos os seus elementos. Além disso, ganhava-se tempo. A indisponibilidade da viatura encarregada do serviço era praticamente igual à do caso em que ela apenas fosse utilizada entre os pontos de distribuição da D. I. e do R. I.

Quanto ao funcionamento dos transportes regimentais e da seção de manutenção, temos apenas de nos reportar ao que a respeito já escreveu o oficial de transportes do 11.^º R. I. (1), nada tendo a modificar ou acrescentar.

No que toca ao funcionamento dos demais pontos de distribuição e da seção do S-4, temos, entretanto, alguma coisa a dizer. Antes de mais, cumpre-nos referir que o seu funcionamento foi sempre normal, seja devido aos meios de que dispúnhamos, seja pela não interferência da aviação inimiga, seja pelas facilidades da própria organização americana dentro da qual trabalhávamos e na qual, já nesta altura, estavam todos os órgãos de serviço bem engrenados. Embora estivesse descentralizado o estacionamento dos trens do Regimento, não viamos, em absoluto, vantagem final para o conjunto do R. I. na entrega aos Btl. das suas seções de transportes, orgânicas da Companhia de Serviços, com o seu comandante inclusive, o qual é, também, S-4 de Btl. Como se sabe, este oficial só poderá prestar serviços quando adido ao seu Btl., se levar também consigo as viaturas da sua seção. Ora,

(1) Trabalho de autoria do capitão Geraldo Alvarenga Navarro, Cmt do Pel. de Transportes do 11.^º R. I. E., a vir a lume no próximo número da "Revista do Clube Militar".

a entrega dessas viaturas aos Btis. só se justifica quando, pela natureza das operações ou do terreno, o Btl. está agindo isolado. Já anteriormente frisamos o fato de estarem nossas comunicações amarradas obrigatoriamente à estrada 64 e, de fato, em todo o período aqui encarado, dela não podíamos nos desprender. Por esse motivo, mesmo que os Btis. estivessem fora do âmbito do Regimento, os seus serviços de abastecimento continuavam praticamente na mesma situação, isto é, presos à mesma estrada 64, a via comum de toda a D. I. e de quase todo o IV Corpo de Exército nessa parte da frente. Assim sendo, só poderiam resultar em maiores vantagens para o conjunto do R. I. e, particularmente, para os Btis., ficarem suas seções de transportes dentro do Pel. de Transportes, vale dizer, da Cia. de Serviços. Haveria, fatalmente, mais serviço para o S-4 e para o Pel. de Transportes na coordenação e na execução dos transportes, mas esse acréscimo já está englobado no trabalho normal da sua função. Concretizando mais o exposto, como um exemplo, podemos dizer que, entre uma distribuição de rações e outra, voltariam as viaturas ao controle do R. I., o qual, além de poder aproveitar suas viagens de volta para evacuações do Btl., teria as viagens disponíveis para realizar certos transportes de material e de munição em proveito dos mesmos Btis.; ficaria, dessa forma, disponível um maior número de viaturas do Pel. de Transportes e este último poderia realizar muitos transportes de tropa sem necessitar de refôrço da D. I. Para nós, portanto, o simples fato de se achar o Btl. desligado taticamente do R. I. não é razão bastante para se ir aplicando, sem outras considerações, a letra dos artigos do regulamento que facultam esse ou aquele proceder. E o que dissemos a respeito das seções de Btis. se aplica às seções das Cias. Regimentais.

Opondo-se ao fator terreno e ao princípio de economia de meios, havia na Itália o desejo, facilmente explicável, por parte das unidades, de serem *auto-suficientes*. Trabalhavamos com uma organização nova e, em matéria de serviços, só conhecida de muito poucos. Julgáva-se que, nesse assunto, as coisas teriam de se passar como no Brasil e as unidades buscaram, muito naturalmente, depender o menos possível do Regimento. O ensinamento que essa experiência nos mostra logo decorre de uma deficiência do nosso treinamento, oriundo, por sua vez, da falta de tempo e de meios. Se tivéssemos tido, no Brasil uns e outro, deixaríamos suficientemente demonstrado que tanto a centralização como o descentralização dos meios de transportes constituem boas normas, desde que judiciosamente empregadas. A flexibilidade no se passar de uma para a outra, e vice-versa, é para nós

um objetivo que deve ser procurado na instrução. Atingido esse objetivo, as unidades se capacitarão, afinal, de que para elas tanto faz estarem as viaturas sob seu controle, como fora dele, pois terão sempre os seus transportes, as suas rações, o seu material onde quer que o desejem. O problema será apenas do comando do Regimento, através do S-4, centralizando ou descentralizando conforme o indicarem as circunstâncias do combate.

Outra consideração que nos permitimos fazer, a propósito do S-4 de Btl., é a seguinte: este oficial, sendo fundamentalmente comandante da seção de transportes e desempenhando funções importantes quanto à segurança do estacionamento dos trens do Btl., quando êles estacionam longe dos outros trens do Regimento, deve ser oficial da arma, isto é, conhecedor da instrução técnica e tática das pequenas unidades de infantaria. Ainda aqui o exemplo da campanha da Itália pôde ser invocado, agora pelo seu lado negativo. Devemos nos lembrar de que, nem sempre a situação do inimigo aéreo e blindado se nos apresentará como se nos apresentou ali, justificando-se, pois, a sugestão que aqui deixamos. Além das razões expostas, devemos aduzir uma outra: é que, sendo oficial da arma, afastará com isso a inclinação natural de se querer empregá-lo como o *aprovisionador* da nossa antiga organização. Na realidade, pela organização americana, nada há que se possa asemelhar a tal oficial. Não nos esqueçamos — principalmente nos casos em que o inimigo tem e emprega sua aviação, seus blindados e suas tropas de paraquedistas e aéro-transportadas — de que o S-4 de Btl. é, antes de tudo, um *comandante de coluna motorizada de infantaria e um comandante de fração de infantaria*. Não fôra o período de transição que atravessamos quanto à organização de muitas unidades do Exército, e essa última consideração não teria cabimento. Quando possuirmos tôda a nossa organização nos moldes da americana, se chegarmos a isso, desaparecerá fatalmente aquela tendência de se querer adaptar “a priori” para desempenhar uma função ainda *deseconhecida*, o que já tínhamos numa outra organização bem diferente.

E já que estamos no assunto de funções, não é demais nos referirmos a uma novidade que nos foi trazida pelos manuais americanos. O regulamento da Companhia de Serviços, já acenitado, diz que o comando desta comprehende o oficial de suprimentos regimental (S-4) e seus auxiliares, o comandante da Companhia e o pessoal necessário para auxiliar a êste último no comando. Mais adiante, acrescenta o regulamento que o “comandante da companhia auxilia o oficial de suprimento do regimento no aprovisionamento regimental e comanda a companhia

de serviço". A primeira vista, para nós brasileiros, fica exquisito haver um major, o S-4 do Regimento, pertencendo a uma companhia comandada por capitão. E, então, salta logo uma conclusão: o S-4 comanda efetivamente a companhia. Essa conclusão, além de estar em desacordo com o regulamento, não foi confirmada pela prática em campanha. O que há realmente, é *um S-4 e uma Companhia de Serviços*, esta com seu comandante, capitão, o qual, diz o referido manual 7-30: "auxilia o oficial de suprimento do regimento (S-4) no reaprovisionamento regimental". O S-4 e seu auxiliar (sub-tenente dos suprimentos) pertencem à Companhia de Serviços, como poderiam pertencer à Companhia de Comando do Regimento, comandada por capitão, e continuar a exercer as mesmas funções no estacionamento dos trens. Dizemos isto porque o S-4 regimental têm que se dividir entre o P. C. do Regimento, o estacionamento dos trens, a 4.^a Seção da D. I., etc. Não pode integrar o E. M. do R. I. como os S-2 e S-3, dali a nosso ver, a razão de ser incluído no efetivo da Cia. de Serviços, como poderia, pelo mesmo raciocínio, ficar na de Comando. E para mais caracterizar a independência quanto a comando, prescreve o regulamento da Cia. de Serviços que "durante as operações de guerra, o grupo de escrituração e o de recebimento e distribuição *antes controlados pelo S-4, passam a funcionar, normalmente, sob a fiscalização direta do comandante da companhia de serviço*". (art. I, n.^o 4). (1) Portanto, o comandante da Companhia exerce plena ação de comando sobre todos os elementos da Companhia, dado que até o auxiliar do S-4 (sub-tenente) está, também, sujeito à sua ação. Precisamos não nos esquecer de que o S-4, fazendo parte do E. M. do R. I., onde tem funções importantes, não as poderia desempenhar a contento se fosse descer a pormenores de comando de companhia, compreendidos aqui, também, os relativos ao funcionamento dos serviços. O que ele faz, diz o regulamento, e a experiência da campanha confirmou, é dar conhecimento dos *planos do regimento* quanto a reabastecimento e defesa do estacionamento dos trens ao comandante da Companhia de Serviços a quem cabe executá-los, passando (o S-4) a ter mera ação fiscalizadora sobre sua execução, como delegado que é do comando do Regimento. É "mutatis-mutandis" o papel do S-3 regimental em relação às unidades do Regimento no tocante ao seu emprêgo tático segundo a decisão do coronel. Não se deve, do mesmo modo, interpretar as ordens que dá a respeito de viaturas ao Cmt. da Cia. de Serviços ou Cmt.

(1) O grifo é nosso.

do Pel. de Transportes como ação de comando sobre a Cia. de Serviços ou o Pel. de Transportes.

Quanto, agora, à execução propriamente dos recebimentos e distribuições no âmbito da Companhia, não temos nada de especial assinalar, uma vez que, como já dissemos, tudo se passava normalmente segundo uma rotina invariável. Há muitos ensinamentos a registrar, porém ésses aparecem em questões de pormenores, as quais fogem inteiramente ao plano dêste artigo, de resto já contendo certas observações um tanto pormenorizadas. O esboço da figura 2 mostra a localização dos órgãos de serviço que mais interessavam à Cia. Há, entretanto, alguns aspectos de interesse mais imediato para a instrução e a organização das Companhias de Serviços, os quais deixaremos registrados aqui. Assim, quanto ao material bélico, eram os fornecimentos feitos pela Companhia de Manutenção da D. I., por intermédio do seu Pelotão de Armamento. Durante o período funcionou essa Companhia em Pistoia e o seu Pelotão de Armamento nessa cidade, em Porretta e depois em Pavana. Nesses locais fomos buscar o material bélico recuperado e o fornecido, à vista de requisições, para substituir as perdas em combate. A Companhia de Serviços dispõe de um armeiro destinado a fazer as pequenas reparações e substituições de peças do armamento orgânico dessa sub-unidade. E', todavia, de grande conveniência, reunir alguns armeiros dos Btl's, e sub-unidades regimentais na Cia. de Serviços para, juntamente com e sob a direção do armeiro dessa última, constituirem uma equipe para trabalhar em proveito do Regimento, principalmente nas situações em que há ou é de se prever grande movimento nas substituições, reparações e recompletamento de material bélico (ataque do R. I. ou contra-ataques inimigos). A constituição dessa equipe aumentará o rendimento do trabalho e evitará atrasos e uma sobrecarga inútil de trabalho para o Pel. de Armamento da Cia. de Manutenção, além de permitir ao Regimento ganhar tempo na recuperação do seu material. A constituição dessa equipe, com caráter temporário, deverá ser feita e desfeita rapidamente, exigindo uma flexibilidade a ser dada pela instrução de tempo de paz.

Outra observação que temos a fazer a respeito dos reaprovisionamentos, é a que se refere ao volume do material a receber e distribuir (fardamento, material de engenharia) o qual exige locais apropriados e protegidos para o armazenamento transitório e para a sua distribuição rápida. Para dar uma idéia do que sucedeu na Itália, basta dizer que o Regimento recebeu, apenas nos primeiros dias do inverno, muitos milhares de peças de fardamento (compreendendo gorros e casacos forrados de pêlo, far-

damento especial para os combatentes na neve, equipamento para a guerra em montanha e para esquiadores, como barracas, sacos para dormir em montanhas, etc.). Este fardamento, armazenado, enchia inúmeros e amplos depósitos. Nessas ocasiões, que exigem uma distribuição mais rápida do que a costumeira, o pessoal do serviço de distribuição deve ser, pelo menos, triplicado. E já que tocamos novamente em pessoal, é oportuno dizer que os homens previstos como reserva da Companhia no quadro de organização, não são suficientes para os serviços da Companhia, razão pela qual, em campanha, tem-se de prevêr, como se fez, um aumento de, pelo menos 20% no efetivo da Companhia (excedentes). Ligada à questão dos recebimentos e das distribuições está a importante questão do local. Chegamos à conclusão que o local ideal para esse fim são os galpões, com páteos, situados longe de pontos preferidos para os bombardeios da artilharia e da aviação inimigas, como aliás deve estar o estacionamento dos trens.

Segunda fase da campanha

Caracteriza esta segunda fase as operações preliminares e a ofensiva da primavera, marcadas, no âmbito do VI Corpo, aquelas pela conquista do Monte Belvedere e de outras posições pela 4.^a Divisão de Montanha, e a de Monte Castello pela 1.^a D. I. E.; e a ofensiva, pela rutura das linhas alemãs nos Apeninos e pelas operações que culminaram na rendição incondicional das forças do Eixo na Itália. Compreende, portanto, o período que vai dos últimos dias de Fevereiro ao dia 2 de Maio de 1945.

Durante as operações preliminares não houve repercussões sensíveis no desdobramento e no funcionamento da Companhia. Apenas tivemos de avançar, após a conquista dos Montes Belvedere e Castello, para a região SW de Gaggio Montano, o estacionamento da Companhia, e de ativar os serviços de recuperação e substituição de material bélico, de distribuição de material de engenharia e de munição.

Quando, porém, com a rutura da frente alemã, a 1.^a D. I. E. foi lançada na direção de Zocca, mudou radicalmente de feição o modo de agir da Companhia, para o qual, aliás, já vinhamos nos preparando desde um certo tempo antes, seja por meio de mais um lance para a frente, seja através de uma série de providências preparatórias recomendadas pela 4.^a Seção da D. I. E. Visavam estas últimas, principalmente, diminuir o número de viaturas necessárias ao deslocamento das unidades, uma vez que a estabilização, no inverno, gerando a necessidade de conforto

e de se aumentarem as defesas contra o frio, acarretará um aumento da carga das unidades.

Na ofensiva, tínhamos de aplicar o sábio preceito regulamentar que recomenda levar o mais próximo da primeira linha os pontos de distribuição de munição e de rações. Acontecia, no entanto, que a partir de Zocca, já nos achávamos em perseguição aos alemães batidos e os lanços daqueles dois pontos foram sendo cada vez maiores. O nosso esboço da figura 3 procura dar uma idéia do funcionamento da Companhia durante esse período e, por élle, se pôde ver a grandeza crescente dos lanços, não mais da Companhia como um todo, mas dos escalões em que se viu dividida. Compreendiam esses escalões o de víveres, o de munição, o de material e o de manutenção. A distribuição de gasolina continuou a ser feita como dantes e agora mais ainda justificado o processo. Quando a Companhia se reunia, passava a estacionar como foi indicado na descrição da primeira fase.

Outro característico desta movimentada fase foi a necessidade de se dar maior iniciativa aos elementos subordinados, uma vez que durante dias os diferentes órgãos da Companhia se achavam verdadeiramente descentralizados. Aqui surgiu a vantagem do já bem conhecido "S. O. P." dos americanos, isto é, nas nossas "normas gerais de ação", tão preconizado e empregado por êles. Criadas essas normas durante o tempo de paz (no nosso caso, pelas razões já apresentadas, criadas na primeira fase da campanha) e tendo os subordinados a liberdade de agir com certa iniciativa, apesar das grandes dificuldades acarretadas pelos constantes e amplos deslocamentos e pelas necessidades da tropa, não haverá solução de continuidade no funcionamento dos serviços.

Outro aspecto que desejamos frizar é o do papel importíssimo do rádio como meio de transmissão mais indicado para assegurar as ligações necessárias dos órgãos de serviço com o comando do Regimento e os comandos de Btl. e Cias. Regimentais e, também, com a retaguarda. Sem o rádio, as ligações se tornam precárias e, quando asseguradas por meio de estafetas, são demoradíssimas, acarretando uma indisponibilidade de viaturas de $\frac{1}{4}$ muito prejudicial para o cumprimento da missão da Companhia. Numa fase como esta, de deslocamentos a bem dizer ininterruptos, o S-4, o comandante da Companhia e o oficial de munições têm de se desdobrar em atividades para poder da melhor forma atender às necessidades da tropa, indo de encontro ou a essas se antecipando. Por isso, tais oficiais têm de se manter inteiramente a par da situação, muitas vezes, como aconteceu, juxtapondo-se aos P. C. de Btl. de 1.º escalão. Convém lembrar

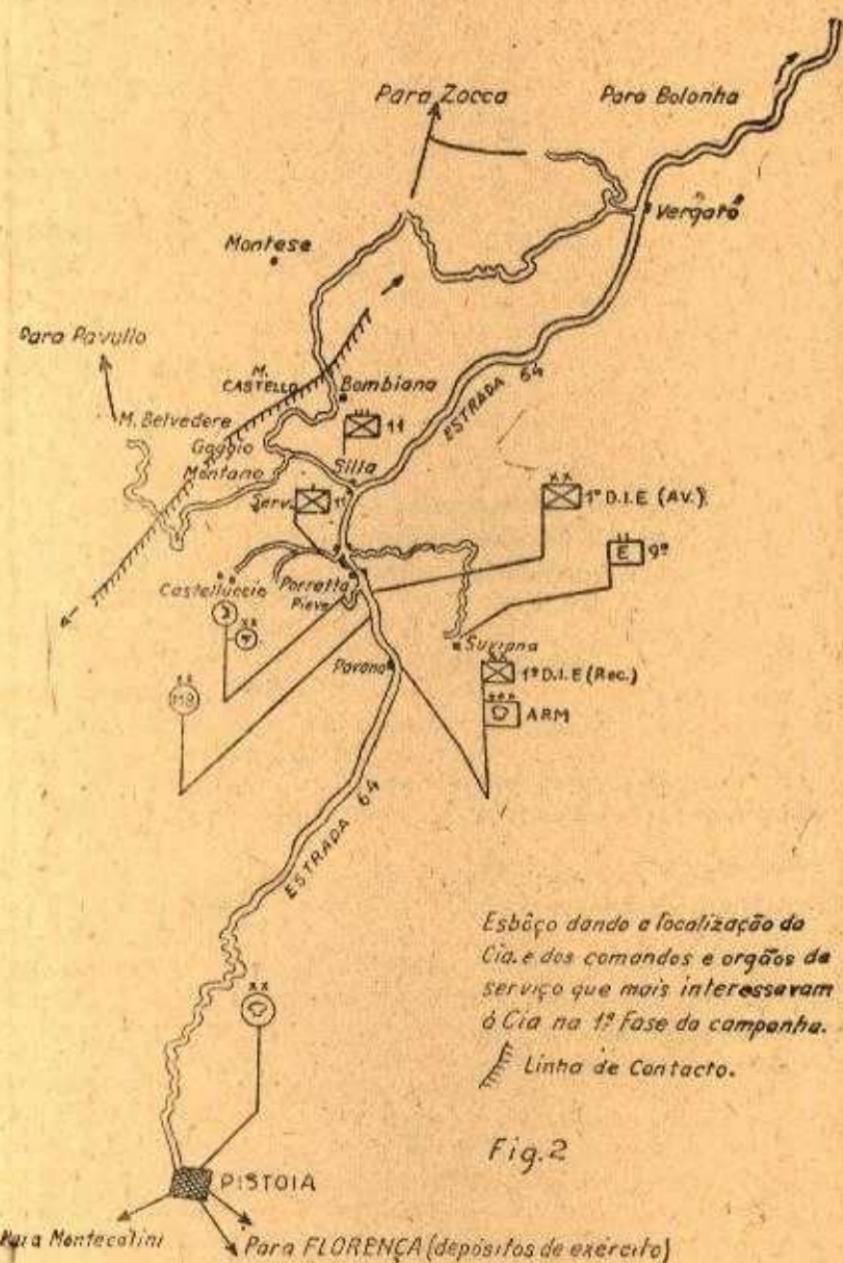


Fig. 2



Deslocamentos dos principais órgãos da Cia na 2ª fase da campanha.

LEGENDA

- Da Cia. Serv.
- > Dos pontos de distribuição de viv. e munição.
- > Da seção de manutenção e dos outros elementos.
- Número de jornadas de permanência dos pontos de dist. de viv. e mun. nos locais indicados.

Fig. 3

também, que o comandante do Pelotão de Transportes e seu adjunto são obrigados, pela frequência dos transportes motorizados a se afastar do estacionamento dos trens e, muitas vezes, os dois oficiais ao mesmo tempo, o que vem reforçar o que dissemos a respeito da vantagem da existência das "normas gerais de ação".

O reflexo que uma situação como esta apresenta para a instrução do tempo de paz é, a nosso ver, a exigência, em primeiro lugar, de um conhecimento perfeito, por parte dos homens da Companhia, das suas funções no âmbito desta e as da Companhia no do Regimento e mesmo da D. I. Em segundo lugar, verificamos que - fundamental a necessidade de um treinamento de marchas motorizadas, com todas as suas exigências subordinadas (carregamento, descarregamento, embarque e desembarque das viaturas, disciplina dos transportes e do próprio carregamento dos veículos, tudo transformado, o mais possível, em normas gerais).

O treinamento e o estado físico dos homens, é óbvio dizer, estava num ponto bem elevado. Muitos deles passaram dias seguidos trabalhando quase sem descanso e no regime das rações "C" e "K". Na Itália, tínhamos a nosso favor, nessa época, os admiráveis dias de primavera. No Brasil, devido a outras condições de clima e de terreno, impõe-se, com mais forte razão, a questão do treinamento e do estado físico dos homens da Companhia, a fim de se obter deles o mesmo rendimento de trabalho apresentado em Companha.

Terminada, no dia 2 de Maio de 1945, a luta na Itália, passamos a viver situação idêntica, na cidade de Alessandria e em Francolise, à dos dias da primeira fase, apenas com duas diferenças: a guerra havia terminado e a máquina da Companhia funcionava agora ao inverso. Recolhímos todo o armamento, material, munição distribuídos, para devolvê-los aos depósitos de Exército ou aos da 1.^a D. I. E. que os preparavam para embarque com destino ao Brasil.

**FAÇA-SE SOCIO DA COOPERATIVA
OU ASSINANTE DESTA REVISTA
PARA GOZAR DAS VANTAGENS QUE
OFERECE.**

O TIRO DAS METRALHADORAS

Cap. J. F. MOURA NETO

(Continua)

— CAPÍTULO I —

I — DIVISÃO DA BALÍSTICA

1 — Numa definição elementar a balística é a ciência que estuda os fenômenos que se passam com o projétil, desde a deflagração da pólvora até o seu efeito no alvo. Podemos dividi-la em três partes:

- Balística Interna;
- Balística Externa; e
- Balística de Efeitos.

2 — Balística Interna —

Estuda os fenômenos que se passam no interior do cano da arma: a combustão da pólvora, as pressões exercidas nas paredes do tubo e o deslocamento do projétil na alma.

3 — Balística Externa —

Estuda o movimento do projétil desde a origem do tiro até o ponto de queda das tabelas. A Balística Externa pode ser encarada sob dois aspectos: no vácuo e no meio resistente. A Balística no vácuo estuda o movimento do projétil apenas sob a influência da aceleração da gravidade; e no meio resistente, isto é, na atmosfera, o estudo é feito debaixo de

duas hipóteses principais: a resistência do ar e a aceleração da gravidade.

Nesta fase a ciência resolve os problemas mais importantes do tiro: a confecção das tabelas de tiro, a correção das trajetórias perturbadas e a organização dos aparêlhos de pontaria.

4 — Balística de Efeitos —

Calcada na teoria das probabilidades, estuda os desvios sofridos pelo projétil, a determinação destes desvios, que são imprescindíveis para a regulação do tiro, a medida da precisão e justeza das armas.

Para as armas de pequeno calibre explora e estuda a rasância, a eficácia, a densidade de fogo, e vários outros assuntos que permitem o emprêgo judicioso do armamento.

II — MOVIMENTO DO PROJETIL

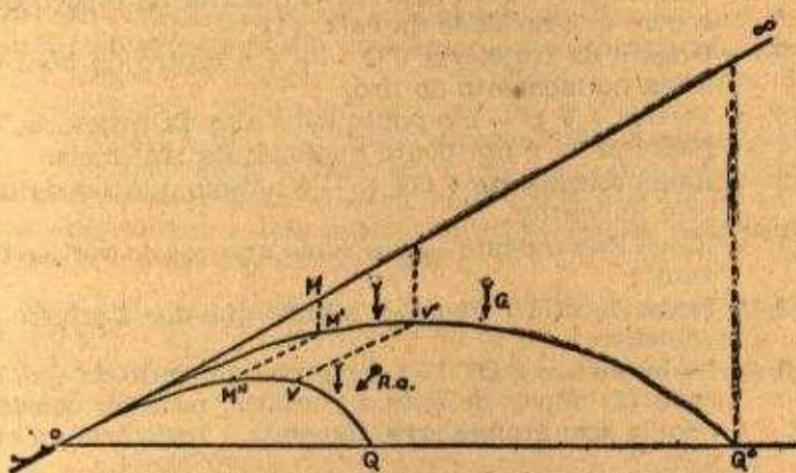
5 — Ao abandonar o cano da arma o projétil está animado de sua velocidade máxima, que é a velocidade inicial, e nesta situação é lançado ao mundo exterior. Começará a sofrer a ação de dois fatores importantes:

- a aceleração da gravidade, e
- a resistência do ar.

Excluído a influência desses fatores, o projétil sairia do cano e seguiria sempre a mesma direção do eixo do tubo. Não havendo a resistência do ar a velocidade seria constante e igual a velocidade inicial, e sem a ação da aceleração da gravidade não seria atraído para o centro da terra, a trajetória seria uma linha reta indefinida. Fig. 1 — OM ω

Excluído apenas a resistência do ar (Balística no vácuo), a medida que o projétil fosse se afastando da origem, iria sendo atraído para o centro da terra. A curva descrita seria uma parábola, o vértice estaria exatamente na metade da curva, o ramo ascendente seria igual ao ramo descendente e o ângulo de projeção. A velocidade inicial diminuiria, seria mínima

no vértice, e daí por diante cresceria novamente atingindo o ponto de queda com uma velocidade que seria igual a inicial. Fig. 1—OM'VQ'.



Sofrendo a influência dos dois fatores, a curva se apresenta deformada, o vértice se encontra além da metade do alcance, alcance este que por sua vez é menor que a metade do alcance no vácuo. O ramo ascendente é maior que o ramo descendente, o ponto de velocidade mínima está além do vértice, e a velocidade de queda é menor que a velocidade inicial. Esta curva deformada pelos agentes exteriores é a trajetória balística, chamada simplesmente de trajetória. Fig. 1—OM'VQ.

III — ELEMENTOS DA TRAJETÓRIA

- 6 — Para conhecimento seguro relativo ao tiro das metralhadoras, é necessário que se conheça com bastante exatidão os elementos da trajetória, aliados ao princípio da sua rigidez.

A Balística Externa consagrou letras e nomes para êsses elementos, outros foram dados por analogia, nomenclatura esta que facilita o estudo e o manuseio das tabelas de tiro.

Estudamos simultaneamente como êles se apresentam na prática e na teoria. Figuras 2, 3 e 4.

- 7 — **Horizonte da arma (P. H. ou H. H')** — é o plano horizontal que passa no centro da boca da arma, sendo tomado como origem e referência para quase todos os cálculos.
- 8 — **Trajetória** — é a linha curva descrita no espaço pelo centro de gravidade da bala. (1)
- 9 — **Origem da trajetória (O)** — é o centro da boca da arma no momento do tiro.
- 10 — **Vértice (V)** — é o ponto mais alto da trajetória.
- 11 — **Ponto M** — é um ponto qualquer da trajetória.
- 12 — **Ramo ascendente (OV)** — é o ramo que vai da origem ao vértice.
- 13 — **Ramo descendente** — é o ramo que vai do vértice em diante.
- 14 — **Linha de sítio (OI)** — é a linha que une a origem ao objetivo.
- 15 — **Linha de tiro (OT)** — é o prolongamento do eixo do cano (2) depois de feita a pontaria, pode ser considerada sem grande erro, tangente à trajetória na origem.
- 16 — **Angulo de sítio (S)** — é o ângulo formado pela linha de sítio com o horizonte da arma. E' também chamado simplesmente de **sítio**.

O ângulo de sítio sendo referido ao horizonte da arma, a linha de sítio quando estiver acima do mesmo o ângulo é positivo, estando abaixo é negativo. Na figura 2 o ângulo de sítio é positivo, na figura 3 é negativo, e na figura 4 é nulo, pois a linha de sítio se confunde com o horizonte da arma.

A figura 4 representa o caso normal das tabelas de tiro, que na maioria são confeccionadas para sítio nulo. (3)

- 17 — **Angulo de tiro (α)** — é o ângulo formado pela linha de tiro com a linha de sítio, sendo também chamado **ângulo de alça**. E' um dos ângulos mais importantes da trajetória e de grande interesse para o combatente. O ângulo de tiro é sempre positivo e fornecido pela tabela de tiro.

- (1) — Reserva-se o nome de projétil para as armas de grande calibre.
- (2) — E' a geratriz das ráias, uma linha imaginária que une o centro da culatra ao centro da boca.
- (3) — Algumas tabelas do material da Artilharia de Costa são confeccionadas com sítio correspondente a altitude das baterias fixas.

IV — SUMÁRIO DO PRINCÍPIO DA RIGIDEZ DA TRAJETÓRIA

- 18 — Este princípio é de importância capital no tiro das metralhadoras, dêle nascem inúmeras regras que aplicamos na prática do tiro. O princípio da rigidez da trajetória implica em se dizer que a trajetória é rígida, isto é, não se deforma sobre a linha de sítio. Quando apontamos a arma para um determinado objetivo que esteja mais alto ou mais baixo que ela, a bala descreverá a mesma curva que descreveria no caso do sítio nulo. Figuras 2, 3 e 4.

Este princípio, também chamado de hipótese da rigidez da trajetória, só é aceito dentro de determinados limites do ângulo de sítio e do ângulo de tiro, como veremos posteriormente.

V — ELEMENTOS DA TRAJETÓRIA (Continuação)

- 19 — **Ponto de incidência (I)** — é o ponto em que a trajetória encontra o terreno.
 20 — **Ponto de chegada (C)** — é o ponto em que a trajetória encontra a linha de sítio.
 21 — **Ponto de queda (Q)** — é o ponto em que a trajetória encontra o horizonte da arma.

Nas figuras 2 e 3 o ponto de queda é teórico e não interessa na prática do tiro. Na figura 4 sendo o sítio nulo, ele se confunde com o ponto de chegada e constitui o caso das tabelas de tiro.

- 22 — **Ponto de impacto (B)** — é o ponto em que a trajetória encontra o objetivo.

Nas figuras 2, 3 e 4 os pontos citados estão em coincidência, na figura 5, estão destacados.

- 23 — **Angulo de queda (ω)** — é o ângulo formado pela tangente à trajetória no ponto de queda com o horizonte da arma.

Nas figuras 2 e 3 é teórico e sem finalidade prática. Na figura 4, caso das tabelas, o ponto de queda se confundido com o ponto de chegada, os dois ângulos são iguais.

24 — **Angulo de chegada** (ω_1) — é o ângulo formado pela tangente à trajetória no ponto de chegada com a linha de sítio.

Dentro dos limites do princípio da rigidez da trajetória, o ângulo de chegada é igual ao ângulo de queda das tabelas, daí ser também chamado ângulo de queda prático.

25 — **Angulo de incidência** (1) — é o ângulo formado pela tangente à trajetória no ponto de incidência com o terreno.

26 — **Ordenada balística** (y) — é a medida da perpendicular à linha de sítio, baixada de um ponto qualquer da trajetória. (MR).

27 — **Ordenada vertical** (y_1) — é a medida da perpendicular ao horizonte da arma, baixada de um ponto qualquer da trajetória. (MF)

28 — **Abeissa balística** (x) — é a medida que vai da origem ao pé da ordenada balística, sendo estimada sobre a linha de sítio. (OR).

29 — **Abeissa vertical** (x_1) — é a medida que vai da origem ao pé da ordenada vertical, sendo estimada no horizonte da arma. (FO).

30 — **Coordenadas de um ponto** — qualquer ponto da trajetória pode ser amarrado desde que se conheçam a sua ordenada e a abcissa (vertical ou balística).

31 — **Coordenadas do vértice** — as coordenadas do vértice são: a flecha e a abcissa balística da flecha.

32 — **Flecha** (Y) — é a ordenada balística máxima.

33 — **Abcissa balística do vértice** (x_0) — é a medida que vai da origem ao pé da flecha, sendo estimada sobre o sítio.

34 — **Distância de tiro** (D) — é a medida que vai da origem ao objetivo, sendo estimada sobre o sítio. (OI)

35 — **Distância topográfica** (d) — é a medida entre a origem e a projeção do objetivo sobre o P. H., sendo estimada no horizonte da arma.

Noutras palavras, é a projeção da distância de tiro sobre o horizonte da arma. Quando preparamos o tiro na carta, sendo o ângulo de sítio inferior a $\pm 200''$ ($= 11.^\circ$), podemos empregar indistintamente d por D .

36 — **Alcance** (X) — é a abcissa do ponto de queda. Nas figuras 2 e 3 trata-se do alcance teórico, que não tem

finalidade na prática. Na figura 4, sendo o sítio nulo, o alcance X se confunde com a distância de tiro D e com a distância topográfica d.

Em virtude do princípio da rigidez da trajetória, na prática empregamos indistintamente a distância de tiro, medida no telêmetro, pelo alcance fornecido na tabela de tiro e graduado na alça, pois dentro dos limites do princípio da rigidez, o valor de X é muito próximo do valor de D. Considerando que nas figuras 2 e 3 o ângulo de tiro & seja igual ao ângulo de tiro & da figura 4 (caso das tabelas) e o ângulo de sítio pequeno, a distância de tiro (OI) será quasi igual a OQ(X) da figura 4. Fica portanto esclarecido que quando falarmos de alcance X, nos referimos ao valor fornecido pela tabela de tiro ou graduação da alça, e de distância de tiro a medida avaliada no terreno. Deve-se evitar a troca de nome quando nos referimos a êsses elementos, pois a nomenclatura já está consagrada de ha muito. Infelizmente as tabelas da Madsen 35-F, 32 e Hotchkiss apresentam esta incorreção já alertada.

- 37 — **Velocidade inicial (V_0)** — é a velocidade com que a bala sai da boca da arma, ou seja, a velocidade na origem do tiro.
- 38 — **Velocidade restante no ponto de queda ou velocidade de queda (U)** — é a velocidade da bala no ponto de queda das tabelas (Fig. 4), em consequência do princípio da rigidez, pode ser considerado de mesmo valor no ponto de chegada.
- 39 — **Duração do trajeto total (T)** — é o tempo gasto pela bala para ir da origem ao ponto de queda das tabelas

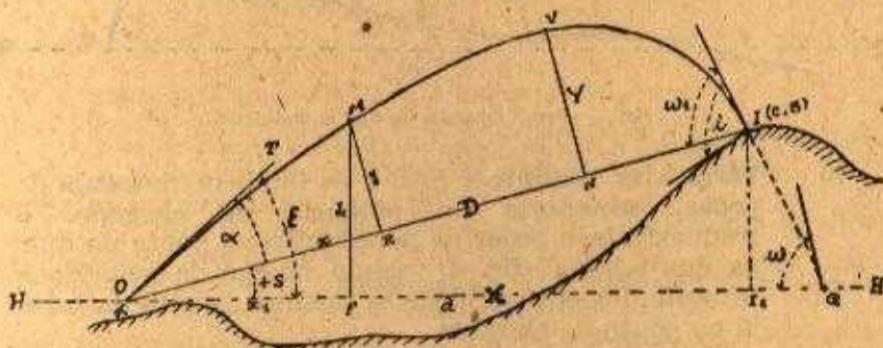


Fig. 2 — Objetivo mais alto que a peça — Sítio positivo

(Fig. 4), em virtude do princípio da rigidez, podemos admitir o mesmo tempo para atingir o ponto de chegada.

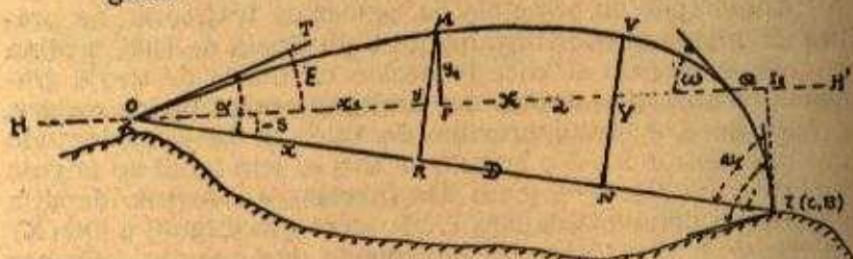


Fig. 3 — Objetivo mais baixo que a peça — Sítio negativo

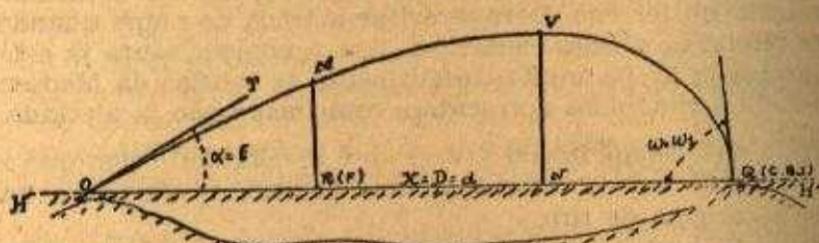


Fig. 4 — Objetivo e a peça no mesmo plano — Caso das tabelas — Sítio nulo

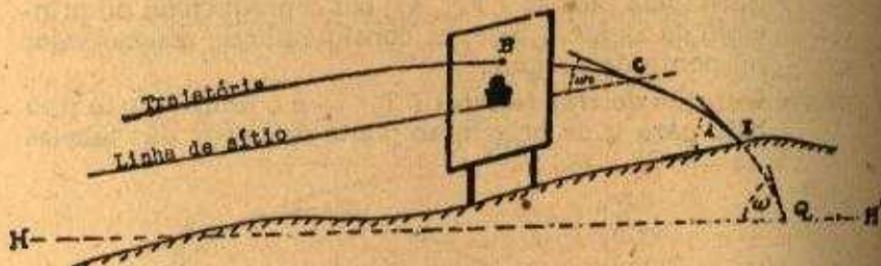


Fig. 5 — Pontos e ângulos do final da trajetória

40 — Fôrça viva restante (f. v.) — também chamada de poder vulnerante ou potência de chegada, é traduzida pelo poder de penetração no ponto de queda das tabelas (fig. 4), sendo função da velocidade restante. Podemos aplicar os mesmos valores da tabela ao ponto de chegada.

41 — Linha de mira — é a linha que une o entalhe de mira ao vértice de mira no aparêlho de pontaria da arma.

- 42 — **Linha de visada** — é o prolongamento da linha de mira até o objetivo. No tiro direto materializa a linha de sítio.
- 43 — **Ponto em branco** — é o limite mínimo de graduação das alças de mira, sendo mesmo que **alça em branco**.
- 44 — **Plano de tiro** — é o plano vertical que contém a linha de tiro.
- 45 — **Plano de pontaria** — é o plano vertical que contém a linha de visada.

No Morteiro Brandt 81mm, quando registramos prato — 32/tambor-100 (deriva normal) o plano de pontaria fica paralelo ao plano de tiro; na Luneta Alça Zeiss da mtr. Madsen 35-F, o mesmo se dá quando registramos prato O ou 64/ tambor O (vermelho) no dispositivo de pontaria indireta.

No caso do aparêlho de pontaria da arma, alça e massa de mira, ambos se confundem.

- 46 — **Derivação (β)** — Em virtude do raiamento do cano, que impõe à bala o movimento de rotação, da nascente a **fórmula derivadora** que faz com que a bala abandone o plano de tiro, derivando à direita ou à esquerda

O raiamento sendo da esquerda para a direita (Madsen 35, 32 e Hotchkiss), a derivação será sempre à direita, no caso contrário, (Pistola Colt 45) à esquerda.

O valor da derivação é avaliado no P. H. entre o plano de tiro e o ponto de queda, sendo expresso na tabela de tiro pelo ângulo sob o qual se vê esta frente da origem do tiro, ou consignando o valôr da frente.



Fig. 8 — Derivação

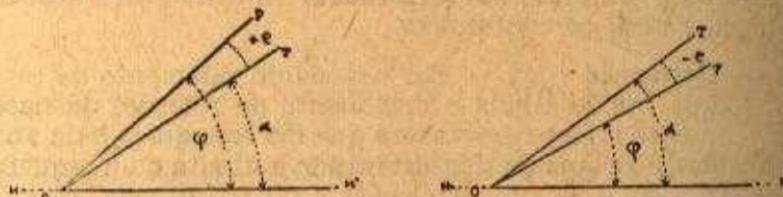
O valôr fornecido pela tabela é aplicado ao ponto de chegada, em virtude do princípio da rigidez da trajetória.

- 47 — **Linha de projeção (OP)** — é a tangente à trajetória na origem do tiro.
- 48 — **Angulo de projeção (φ)** — é o ângulo formado pela linha de projeção com o horizonte da arma.
- 49 — **Angulo de vibração (ρ)** — é o ângulo formado pela linha de tiro com a linha de projeção.

Existe apenas quando a arma está atirando, pois nasce da trepidação da arma durante o tiro.

Na prática não levamos em conta o seu valor, por ser insignificante, por este motivo é que admitimos que a linha de tiro fosse tangente à trajetória na origem, isto é, se confundisse com a linha de projeção. Apesar desta hipótese, não devemos modificar a nomenclatura dos ângulos, isto é, não chamar indistintamente ângulo de tiro por ângulo de projeção ou vice versa, pois ambos diferem por definição.

O ângulo de vibração será positivo quando a linha de projeção estiver acima da linha de tiro (Mosquetão 1908/34), e negativo quando estiver abaixo (Madsen 35-F e 32); todavia é constante em grandeza e em sinal para cada tipo de arma. Fig. 7 e 8.



Cumpre notar de passagem que as tabelas de tiro das Mtrs. Madsen 32 e Hotchkiss apresentam esta confusão de nomenclatura entre α e φ , todavia a tabela de tiro do Morteiros Brandt 81 mm está coretamente redigida neste ponto. Propositadamente deixamos os elementos OP e e , φ , para serem tratados em último lugar, pois não interessam ao combatente na prática.

50 — Ângulo de elevação (E) — também chamado ângulo de nível é o ângulo formado pela linha de tiro com o horizonte da arma.

Observando as figuras 2 e 3 notamos que: $E = \alpha + S$ e $E = \alpha - S$, generalizando vem:

$$E = \alpha \pm S \quad (1)$$

Quando o ângulo de sítio é nulo, isto é, a arma e o objetivo estão no mesmo plano ou no caso das tabelas de tiro, $E = \alpha$; porém não devemos mudar a nomenclatura dos ângulos. A tabela Madsen 35-F apresenta esta incorreção.

O ângulo de elevação é uma soma algébrica cujo sinal, depende do sinal do ângulo de sítio, assim mesmo quando este

fôr negativo e de valôr absoluto superior ao ângulo de tiro. Quando a linha de tiro estiver acima do horizonte da arma é positivo, abaixo é negativo; na situação particular da linha de tiro se confundir com o horizonte da arma, o ângulo de elevação é nulo e o eixo do cano se encontra na horizontal. Fica portanto esclarecido, quando encontrarmos na prática, o que é comum, ângulos de elevação negativos ou nulos. Figuras 21, 22, 23 e 24.

Para as armas de tiro curvo não empregamos a fórmula 1, e sim apenas o ângulo de tiro, em virtude do princípio da rigidez da trajetória.

VI — QUADRO SINÓTICO DOS ELEMENTOS DA TRAJETÓRIA

PONTOS:

Origem da trajetória — O — Centro da bôca da arma no momento do tiro

Vértice — V — Ponto mais alto da trajetória.

Ponto de queda — Q — Encontro da trajetória com o P.H.

Ponto de chegada — C — Encontro da trajetória com a linha de sítio.

Ponto de incidência — I — Encontro da trajetória com o terreno.

Ponto de impacto — B — Encontro da trajetória com o alvo.

LINHAS:

Linha de projeção — OP — Tangente à trajetória na origem.

Linha de tiro — OT — Prolongamento do eixo do cano depois de feita a pontaria.

Linha de sítio — OI — Une a origem ao objetivo.

Alcance — X — Abscissa do ponto de queda.

Distância de tiro — D — Medida entre a origem e o objetivo.

Distância topográfica — d — Projeção da distância de tiro sobre o horizonte da arma.

Ordenada balística — y — Medida da perpendicular de um ponto qualquer à linha de sítio.

Ordenada vertical — y_1 — Medida da perpendicular de um ponto qualquer ao horizonte da arma.

Abcissa balística — x — Medida entre a origem e o pé da ordenada balística, estimada sobre a linha de sítio.

Abcissa vertical — x_1 — Medida entre a origem e o pé da ordenada vertical, estimada no P. H.

Flecha — Y — Ordenada balística máxima.

Abcissa balística do vértice — x_v — Medida entre a origem e o pé da flecha.

ANGULOS:

Angulo de tiro — α — Formado pela linha de tiro com o linha de sítio.

Angulo de sítio — S — Formado pela linha de sítio com o P. H.

Angulo de projeção — φ — Formado pela linha de projeção com o P. H.

Angulo de vibração — ρ — Formado pela linha de tiro com a linha de projeção.

Angulo de elevação — E — Formado pela linha de tiro com o P. H.

Angulo de queda — ω — Formado pela tangente Y trajetória no ponto de queda com o P. H.

Angulo de chegada — ω_1 — Formado pela tangente à trajetória no ponto de chegada com a linha de sítio.

Angulo de incidência — i — Formado pela tangente à trajetória no ponto de incidência com o terreno.

Derivação — β — Afastamento entre o plano de tiro e o ponto de queda.

PLANOS:

Plano de tiro — — — Plano vertical que contém a linha de tiro.

Plano de pontaria (4) — — — Plano vertical que contém a linha de visada.

Horizonte da arma — HH' — Plano horizontal que passa no centro da boca da arma.

DIVERSOS:

Velocidade inicial — V^o — Velocidade da bala na origem.

Velocidade de queda — U — Velocidade da bala no ponto de queda das tabelas.

Duração do trajeto total — T — Tempo que gasta a bala para ir da origem ao ponto de queda das tabelas.

Fôrça viva restante — f. v. — Potência da bala no ponto de queda das tabelas.

Linha de mira (4) — — — Une o entalhe ao vértice de mira.

Linha de visada (4) — — — Prolongamento da linha de mira até o alvo.

Ponto em branco (4) — - Menor graduação da alça de mira.

VII — PROPRIEDADES DA TRAJETÓRIA (5)

51 — O presente estudo tem caráter elementar, visando apenas alertar o leitor sobre algumas propriedades importantes da trajetória, evitando confusões que poderiam surgir num primeiro estudo.

As demonstrações destas propriedades são transcendenciais, não se comportando num livro de carácter prático.

a) — A trajetória tem a sua concavidade voltada para baixo.

(4) — Não constitui elemento da trajetória, está colocado apenas para facilitar outras definições.

(5) — As presentes propriedades pertencem a Balística Externa e são chamadas teoremas de Saint Robert, para facilitar o estudo foram modificadas em seus enunciados.

- b) — Em dois pontos de mesma ordenada balística, a velocidade da bala é maior no ramo ascendente do que no ramo descendente.
- c) — O tempo de percurso da bala para percorrer o ramo ascendente é menor que o tempo gasto para percorrer o descendente.
- d) — O ramo ascendente é maior que o ramo descendente.
- e) — A velocidade restante no ponto de queda (U) é menor que a velocidade inicial (v_0).
- f) — O Angulo de queda (ω) é maior que o ângulo de tiro (α).
- g) — A abcissa balística da flecha é maior que a metade do alcance.

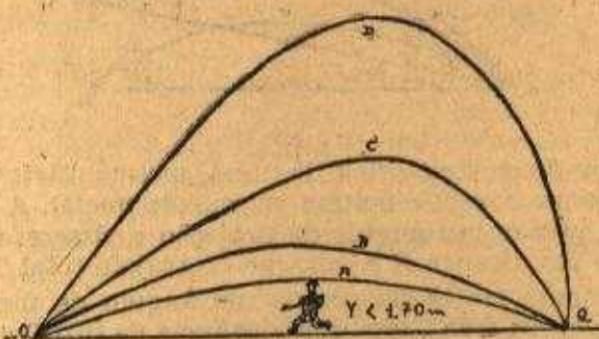
VIII — CLASSIFICAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS

- 52 — **Trajetória normal** — é aquela que é descrita nas condições ideais como foi calculada e é apresentada nas tabelas de tiro. As trajetórias normais são calculadas para cada alcance dentro de um ambiente atmosférico padrão, definido por:
- pressão atmosférica em milímetros;
 - temperatura em graus centígrados;
 - estado higrométrico do ar (humidade) em centos ou quartos; e
 - vento nulo.
- 53 — **Trajetória perturbada** — é aquela que é descrita fora do ambiente padrão da atabela de tiro. Basta variar um dos elementos aerológicos para que a trajetória seja perturbada por esta variação.
- 54 — **Tensão da trajetória** — é função do ângulo de tiro α , quanto menor o valôr de α mais tensa será a trajetória, e mais se assemelha da linha reta.
- 55 — **Trajetória rasante** — é aquela cuja flecha não é superior a altura de um homem de pé (1,70m ou 1,60m). Fig. 9-A.
- 56 — **Trajetória tensa** — é aquela cujo ângulo de tiro é inferior a 12° . Fig. 9-B.
- 57 — **Trajetória mergulhante** — ou **trajetória tensa-curva** é aquela cujo ângulo de tiro fica compreendido entre

12° e 45° , se caracteriza pela grande abertura do ângulo de queda. Fig. 9-C.

Para a Mtr. Madsen 35-F podemos arbitrar êste valôr para 6° , pois a partir dêste ângulo de tiro, suas trajetórias são por completo mergulhantes.

58 — **Trajetória curva ou trajetória vertical** — é aquela cujo ângulo de tiro é superior a 45° . Fig. 9-D



59 — O Alcance máximo seria obtido teóricamente com um ângulo de tiro de 45° para qualquer tipo de arma, na Infantaria, somente o Morteiro nos dá um alcance máximo com êste ângulo; as metralhadoras de 7mm atingem o máximo de alcance com ângulo de tiro inferior a 45° . Para a Madsen 35-F o valôr 5.600 m é obtido com α igual a 29° , para a Hotchkiss o valôr de 4 000 m é obtido com α igual a 35° .

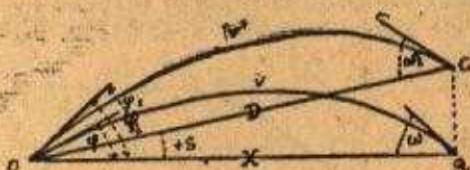
Quando se executa um tiro com um ângulo de tiro superior ou inferior ao ângulo que nos fornece o alcance máximo, o alcance obtido é sempre inferior ao máximo.

IX — PRINCÍPIO DA RIGIDEZ DA TRAJETÓRIA (6)

60 — Do princípio da rigidez da trajetória, admitido pela Balística no vácuo, tiramos inúmeras regras práticas para o tiro das metralhadoras; seu conhecimento e

(6) — Para maiores detalhes consultar: Balística Externa do Ten. Cel. Arnaldo da Hora — Segunda Edição página 81.

perfeita compreensão, facilitam sobremodo o estudo do tiro. A demonstração algébrica do princípio da rigidez, não se comportando num livro dessa natureza, deve ser admitida pela observação das figuras abaixo. Fig. 10 e 11



Sejam duas trajetórias de uma mesma Metralhadora, com a mesma origem e mesma velocidade inicial. A primeira trajetória possue um ângulo de projeção φ , descreve a curva OVQ, tem um alcance X e duração do trajeto total T.

A segunda trajetória possue um ângulo de projeção φ' , descreve a curva OVC, tem uma distância de tiro D e duração do trajeto entre O e C igual a T'.

Considerando que o sítio de C em relação a O seja inferior a $\pm 10^\circ$ ($+178''$) e o ângulo de projeção φ seja inferior a 10° ($178''$), podemos admitir que:

- fazendo a rotação de OQ, em torno de O, de um valor igual a S, o ponto Q subirá verticalmente e coincidirá com C, e o mesmo se processará com os demais pontos, que coincidirão nas duas trajetórias.

Admitimos portanto que a primeira trajetória OVQ não não se deformou com a rotação sobre a linha de sítio, isto é, permaneceu rígida.

Esta hipótese aqui admitida, é aceita na prática como verdadeira, e dela consegue-se:

- a) — O alcance X (das tabelas) é praticamente igual à distância de tiro D;
- b) — o ângulo de projeção φ' , não é mais que o ângulo de elevação da segunda trajetória, e igual a soma algébrica: $\varphi \pm S$, praticamente por motivos já explicados, utilizamos: $\alpha \pm S$.
- c) — os tempos T e T' são iguais;
- d) — o ângulo de queda (das tabelas) é igual ao ângulo de chegada;

- e) — a flecha Y é igual a flecha Y', o mesmo acontecendo com as ordenadas balísticas de mesma altitude;
- f) — a velocidade restante no ponto de queda (das tabelas) é igual a velocidade no ponto de chegada; e,
- g) — a fôrça viva no ponto de queda (das tabelas) é igual a fôrça viva no ponto de chegada.

Quando apontamos a metralhadora diretamente para o objetivo, depois de graduar a alça do valôr D, a rotação de OQ é feita automaticamente pela linha de visada e o sitio S imediatamente corrigido.

Quando não podemos apontar para o objetivo (tiro mascarado, indireto, presença de cortina de fumaça, à noite, etc.) ou por él estiver a uma distância superior a maior graduação da alça, devemos empregar a fórmula do ângulo de elevação (n.º 1), para corrigir o sitio e obrigar OQ a fazer a rotação. Esta modalidade de pontaria é a pontaria indireta, que estudaremos posteriormente.

Na prática não é comum ângulos de sitio superiores a $\pm 10^\circ$, que só aparecem em regiões montanhosas, e os ângulos de tiro de 10° correspondem:

- na Madsen 35-F 3600m ($10^\circ 05' 33''$)
- na Hotchkiss 2800m ($10^\circ 34' 22''$)
- na Madsen 32 2700m ($10^\circ 10' 00''$)

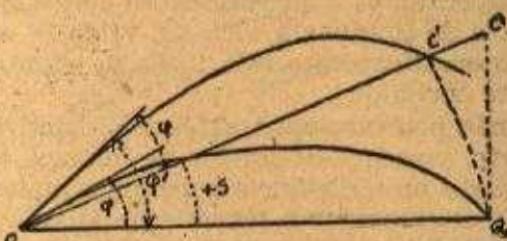
que são distâncias de tiro pouco empregadas.

A Compagnie Madsen A. S. admitiu para a mtr. Madsen 35-F (Bala B2M), o limite máximo do princípio da rigidez da trajetória, o valôr de $\pm 17^\circ$ ($\pm 300''$) para o ângulo de sitio.

Praticamente podemos resumir o expôsto no seguinte:

- a) — quando o sitio do objetivo fôr inferior a $\pm 10^\circ$, os tiros são executados normalmente com o auxilio das alças ou dos ângulos de elevação; (mtrs. Madsen 35-F, 32 e Hotchkiss).
- b) — quando o sitio do objetivo fôr superior a $\pm 10^\circ$ e inferior a $\pm 17^\circ$ com a metralhadora Madsen 35-F (Bala B2M) seguimos como na letra a;
- c) — quando o sitio do objetivo fôr superior a $\pm 10^\circ$, entramos no TIRO EM MONTANHA com a metralhadora Hotchkiss;
- d) — quando o sitio do objetivo fôr superior a $\pm 17^\circ$, entramos no TIRO EM MONTANHA com a metralhadora Madsen 35-F (Bala B2M).

Em todos os casos do **Tiro em Montanha**, não mais podemos aplicar a alça correspondente a distância de tiro, medida no telêmetro, nem tão pouco a fórmula do ângulo de elevação, posto que, fazendo a rotação de um valor superior a $\pm 10^\circ$ ($\pm 17^\circ$) o ponto Q não subirá verticalmente e cairá sobre C'. Fig. 11.



Também é preciso que se leve em conta a aceleração da gravidade atuando no sentido do tiro (sítio negativo) ou contrário ao tiro (sítio positivo), que deformará a trajetória, tornando-a quasi que retilínea. Nestes casos, devemos recorrer aos Abacos especiais, chamados **Abacos para o Tiro em Montanha**.

X — CALCULO DOS ELEMENTOS DA TRAJETÓRIA

- .61 — A Balística no vácuo determina fórmulas de aplicação imediata que nos permitem calcular com boa aproximação os principais elementos da trajetória.

Não devemos nos esquecer de dois princípios elementares que utilizaremos na prática para os cálculos d'estes elementos.

- Nos ângulos inferiores a $\pm 17^\circ$ ($\pm 300''$) se comete erro insignificante, tomindo a tangente pelo arco e vice versa; e,
- o valor da projeção de uma reta sobre o P. H. é função do ângulo de inclinação, quanto menor for este, a projeção mais se aproxima da linha reta; para os ângulos inferiores a 11° ($200''$), podemos tomar indistintamente a projeção pela reta real e vice versa.

Os elementos da trajetória podem ser obtidos:

- nas tabelas de tiro, que nos fornecem os valores exactos correspondentes as trajetórias no meio resistente;

- nos ábacos das trajetórias, que nos fornecem vários elementos gráficamente; e,
- com o auxílio de fórmulas práticas retiradas da Balística no vácuo, que nos fornecem vários elementos com boa aproximação.

62 — **Angulo de tiro** — é obtido diretamente na tabela de tiro em função do alcance.

Para $X = 1800\text{m.}$.. $\alpha = 45' \text{ } 19''$ ou $2^\circ 33' 19''$ (M.).

Madsen 35-F)

Para $X = 1800\text{m.}$.. $\alpha = 71' \text{ } 19''$ ou $4^\circ 04' 04''$ (M.t.

Hotchkiss)

Para $X = 1800\text{m.}$.. $\alpha = 55,5' \text{ } 19''$ ou $3^\circ 10' 54''$ (Mtr.

Madsen 35-F)

A Luneta Alça Zeiss mod. 22 A nos fornece o valôr do ângulo de tiro, desde que façamos a coincidência do índice correspondente ao setor das alças com alcance considerado, sendo a leitura feita na pequena escala dos sítios. Como já foi dito, na tabela Madsen 35-F está por equívoco "ângulo de elevação" e na Hotchkiss "ângulo de projeção"; a da Madsen 32 confunde ângulo de projeção com ângulo de alça; em vez de alcance, todas consignam erradamente "distância".

63 — **Angulo de sitio** — é independente do material considerado, foi incluido neste estudo para facilitar a compreensão de alguns dos elementos. O sítio pode ser obtido:

- com o auxílio da tabua dos sítios;
- com o auxílio do cálculo;
- medido na posição de tiro; e,
- medido do observatório.

1º Processo — A tabua dos sítios nada tem que ver com o material, é função da distância topográfica e da diferença de altitude entre a posição de tiro e o objetivo.

Os resultados são as tangentes e não os arcos, de modo que quando o resultado for superior a $\pm 300''$ devemos recorrer a Tabua dos declives para retirar o valôr do arco.

A tabua é de dupla entrada e os argumentos são: diferença de altitudes em metros e distância topográfica em metros.

Exemplo — A diferença de altitude a é igual a 20m e a distância topográfica d igual a 1900m, calcular o sitio.

$a =$	20
$d = 1900$	10

No cruzamento temos: $\operatorname{tg} S = 10''' (0,010m)$ e $S = 10'''$.

Exemplo Dados $d = 1200m$ e $a = 800m$, pede-se o sítio.

Processado como já foi ensinado e como não existe na tabela o valor 800m para a , procuramos para 100m de diferença de altitude e multiplicamos o resultado por 8.

Temos portanto: cruzamento 1200m com 100m, 83''' e $8 \times 83''' = 664'''$.

Sendo este valor superior a 300''', devemos procurar na Tabua de declives o arco e vem:

586'''	0,6494m
X	0,664m
604'''	0,6745m

Por interpolação temos: $18''' \dots 0,0251m$

$$X' \dots 0,0146m \quad X' = \frac{146 \times 18}{251}$$

$= 10'''$

Portanto teremos para S o valor $586''' + 10''' = 596'''$

Caso tivesssemos considerado o valor de $S = 664'''$, vemos que cometíramos um erro para mais, de 68'''.

Exemplo — Sabendo-se que $a = 115m$ e $d = 540m$, pede-se o sítio.

Não existindo tais valores na tabela, recorremos à interpolação.

em relação a d

	110	120
500	220	240
540	x	y
600	184	200

Na tabela não temos 500 nem 600m, porém recorremos a 1000m e 1200m e os resultados serão os dobros.

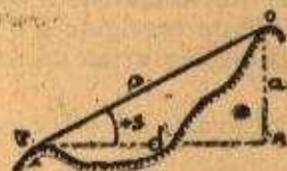
Para achar os valores x e y armamos regras de 3 simples e vem:

$$100m \dots \dots \dots 36''$$

$$4m \dots \dots \dots x' \dots x' = 14,4'' \text{ e } x = \\ = 220'' - 14,4'' = 205'' ; \text{ e para } y \text{ temos } 224''$$

Procedendo de idêntica maneira em relação a diferença de altitudes, teremos para o valôr de S = 214,5'''.

2.^o Processo — com auxílio do cálculo — Fig. 12



Seja d a distância topográfica e a a diferença de altitude entre a peça P e o objetivo O. Do triângulo retângulo P A O tiramos: $\operatorname{tg} S = \frac{a}{d}$

Quando tangente de S fôr igual ou menor que 0,300 m, podemos tomar a tangente pelo arco e vice-versa, e o quociente é o sítio procurado.

Quando tangente de S fôr superior a 0,300 m procuramos o valôr de S na tabua de declives, pois o quociente é a tangente do arco e não o arco.

Exemplo:

Calcular o sítio sabendo-se que: d = 120 m e a = 100 m
100

$$\operatorname{tg} S = \frac{100}{1200} = 0,083 \text{ m ou } 83'''$$

Exemplo:

Calcular S sabendo-se que a = 115 m e d = 540 m
115

$$\operatorname{tg} S = \frac{115}{540} = 0,213 \text{ m ou } S = 213'''$$

Exemplo:

Calcular S sabendo-se que: a = 400 m e d = 500 m
400

$$\operatorname{tg} S = \frac{400}{500} = 0,800 \text{ m}$$

Sendo 0,800 m superior a 0,300 m, não podemos tomar a tangente pelo arco, e indo a tabela de declives (nas Topografias) entramos com o argumento 0,800 m e obtemos o ângulo $S = 688''$. Como vemos cometíramos um erro de 112'' se tivessemos empregado a fórmula dos milésimos.

3.º Processo — Medido na posição de tiro

Nos tiros direto e mascarado não temos necessidade de conhecer o ângulo de sítio, pois a pontaria é feita diretamente sobre o objetivo, isto é, tomamos a visada, e o ângulo de sítio fica automaticamente corrigido e o eixo do cano já fica inclinado com o horizonte da arma de um valor igual ao ângulo de elevação.

Todavia se necessitarmos do valor de S , procedemos como abaixo:

- colocamos a alça em branco e agindo no mecanismo de pontaria em altura apontamos diretamente para o objetivo;
- sem mexer na inclinação do cano, medimos com um clinômetro (nível F. E. R., Luneta, etc) a inclinação do cano e temos o ângulo de sítio.

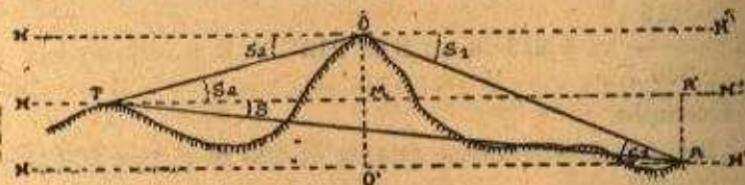
4.º Processo — Medido do observatório.

Este processo é utilizado no Tiro Indireto e algumas vezes no Tiro Mascarado. Fig. 13

Quando do ponto P (peça) não for possível visar o ponto A (objetivo), recorremos a um observatório O , de onde se veja simultaneamente os pontos P e A . Este observatório O poderá estar na frente, à retaguarda, ou lateralmente em relação ao ponto P .

Do triângulo retângulo $P A' A$, tiramos: $\operatorname{tg} S = \frac{A A'}{P A'}$; todavia notamos que:

$A A' = O O' - O M$, valores que calculamos parceladamente.



Do triângulo retângulo $A O' O$ tiramos: $\operatorname{tg} S_1 = \frac{O O'}{O' A'}$
 $O O' = O' A' \times \operatorname{tg} S_1$

Do triângulo retângulo P M O tiramos: $\operatorname{tg} S_2 = \frac{OM}{PM}$.
 $OM = PM \times \operatorname{tg} S_2$.

Substituindo os valores achados em A A' vem:

$$S = \frac{OA \times \operatorname{tg} S_1 - OP \times \operatorname{tg} S_2}{PA}$$

Considerando-se que S , S_1 e S_2 sejam isoladamente inferiores a $\pm 300''$, e confundindo as projeções com as retas reais, teremos:

$$S = \frac{OA \times S_1 - OP \times S_2}{PA} \quad (2)$$

onde os valores OA e OP são obtidos telemétricamente do observatório, a distância de tiro PA pelo cálculo, ou gráficamente, e S_1 e S_2 medidos com um clinômetro (3.º processo) diretamente do observatório.

Desde que se observe corretamente os sinais de S_1 e S_2 a fórmula tem caráter geral para todos os casos.

Exemplo:

Do ponto O mediu-se: Pede-se o ângulo de sitio.

$$OA = 2000m$$

$$OP = 300 m$$

$$S_1 = 12''$$

$$D = 2200m$$

$$S_2 = 30''$$

$$S = \frac{2000 (-12'') - |300 (-30'')|}{2200} = -7''$$

64 — Angulo de elevação — Dentro dos limites do princípio da rigidez da trajetória, o valor do ângulo de elevação é expresso:

$$E = \alpha \pm S \quad (1)$$

Exemplo — Na posição de tiro mediu-se: $D = 1800m$, e $S = 16''$

Recorrendo a tabela de tiro obtemos para E :

$$\text{Madsen 35F} \dots E = 45'' + 16'' = 61''$$

Exemplo — Caso o sítio fosse negativo, $S = -16''$, teríamos no caso anterior $E = 45'' - 16'' = 29''$

Exemplo — Caso o sítio fôsse nulo, mesma altitude da peça e do objetivo, o ângulo de elevação seria igual ao de tiro.

Exemplo — Caso o ângulo de sítio fôsse igual ao ângulo de tiro em valor absoluto e de sinal contrário, teríamos para E = O, isto é, a linha de tiro ficava na horizontal, confundida com o horizonte da arma.

O ângulo de elevação pode ser determinado diretamente tôdas as vezes que fôr possível apontar diretamente para o objetivo (tiro direto, mascarado, amarração do tiro), para isto basta graduar na alça ou na Luneta a distância do objetivo e apontar para o mesmo, sem mexer na inclinação do cano, medi-la com um nível ou mesmo com a Luneta. Neste caso temos diretamente E pois a linha de visada (sítio) corrigiu automaticamente o sítio.

Somente para trabalhos na carta ou quando não fôr possível se visar com a alça ou Luneta, é que se emprega a fórmula 1.

65 — **Distância de tiro** — é obtida diretamente pelo telêmetro na posição de tiro; medida na carta ou por outros processos expeditos.

Quando o sítio fôr inferior a $\pm 200''$ (11°) a medida da carta pode ser empregada indistintamente pelo do telêmetro, pois o cosseno ou reduzida para os pequenos ângulos tende para a unidade e a reduzida é quasi igual a reta real.

Exemplo — Na carta mediu-se $d=900m$ e o sítio é de $142''$, pede-se D.

A topografia nos ensina que $D = \frac{d}{\cos S}$, logo temos:

$D = \frac{900}{0,990} = 909m$ vemos que cometemos um êrro de 9 metros para menos empregando d por D.

O êrro aumenta a medida que S aumenta e para ângulos superiores a $200''$ (11°) o êrro poderá afetar o efeito do tiro, pois como veremos posteriormente um êrro de 50 m para menos na alça, diminue de 50% a eficácia do tiro.

66 — **Fôrça viva** — E' fornecida pela tabela de tiro para os pontos de queda, sendo seus valôres aplicáveis aos pontos de chegada.

Sendo a fôrça viva função da velocidade e da massa da bala, poderemos calculá-la para qualquer ponto da trajetória, desde que se conheça a velocidade nêste ponto.

A expressão da fôrça viva é: $f.v. = 1/2 m v^2$

A massa da bala é: $m = p/g$, onde p é o peso da bala e g a aceleração da gravidade ou 9,8 m/seg.

Substituindo na expressão da fôrça viva g pelo seu valor teremos:

$$f.v. = 1/2 \times p/9,8 \times v^2 \text{ ou finalmente}$$

$$f.v. = \frac{p \times v^2}{19,6} \quad (3)$$

Na origem do tiro $v = V_0$ e no ponto de queda das tabelas $v = U$.

Exemplo:

Calcular a f.v. da bala B2M na origem do tiro (Mtr. Mad-sen 35-F) $v = V_0 = 745$ m/seg. e $p = 0,0105$ kg

Substituindo e efetuando, achamos: $f.v. = 300$ kgm

Exemplo:

Calcular a f.v. restante para $X = 1900$ m na Mtr. Hotchkiss.

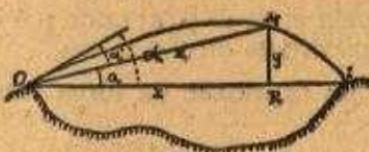
Na tabela achamos $U = 200$ m/seg. e $p = 0,0112$ kg (M. 1895 — ogival).

Esfetuando os cálculos obtemos: $f.v. = 22,85$ kgm ou 23 kgm.

O resultado da fôrça viva é expresso em kilogrâmetros (kgm) que é unidade de trabalho, não devendo ser confundido com kilograma (kg) que é unidade de peso.

- 67 — **Ordenada balística** — As ordenadas balísticas são referidas à linha de sítio, acima são positivas e abaixo negativas, podendo ser obtidas: —
- na tabela de tiro;
 - nos ábacos das trajetórias; e,
 - com o auxílio do cálculo.

Com o auxílio do cálculo — Seja M um ponto qualquer da trajetória OMI do qual queremos a ordenada balística y , e α o ângulo de tiro correspondente a esta trajetória. Fig 14



Caso fôssemos atirar no ponto M, a bala descreveria o arco O M, e M passaria a ser o ponto de chegada da trajetória O M.

Sendo x a abcissa balística de M e α' o ângulo de tiro correspondente a trajetória O M, podemos escrever: $\alpha = \alpha' + a$.

Do triângulo retângulo ORM tiramos: $a = \frac{1000y}{x}$,
pois OM é quase igual a OR.

Levando o valôr de a na expressão do ângulo de tiro da trajetória O M I e tirando o valôr de y , temos:

$$\alpha = \alpha' + a \quad \alpha' + \frac{1000y}{x} \quad \text{tirando o valôr de } y \text{ temos:}$$

$$y = \frac{(\alpha - \alpha')x}{1000} \quad (4)$$

onde x é a abcissa balística de M (O R), α o ângulo de tiro da trajetória e α' o ângulo de tiro correspondente a x .

Exemplo — Mtr. Madsen 35-F

Calcular o valôr de y que fica a 600 m da origem na trajetória de 1700 m.

Retiramos da tabela de tiro: $\alpha = 41''$ e $\alpha' = 6,8''$, e substituindo na fórmula 4 temos:

$$y = \frac{(41'' - 6,8'') \cdot 600}{1000} = 20,52 \text{ m} \quad (\text{a tabua III nos fornece } 20 \text{ m})$$

Exemplo: — Mtr. Madsen 35-F

Calcular o valôr de y que fica a 2000 m na trajetória de 1600 m (esta ordenada está além do ponto de queda ou de chegada).

Da tabela tiramos $\alpha = 36' \cdot \cdot$ e $\alpha' = 55' \cdot \cdot$ e substituindo na fórmula vem:

$$y = \frac{(36' \cdot \cdot - 55' \cdot \cdot) 2000}{1000} = -38 \text{ m} \text{ (a tabua III nos fornece } -38 \text{ m).}$$

Fica de passagem esclarecido que as ordenadas balísticas além do ponto de queda são negativas, e apresentam pouca finalidade na prática.

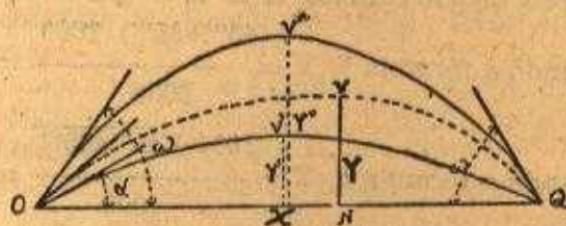
68 — Coordenadas do vértice

a) — **Flecha** — A ordenada balística máxima pode ser obtida diretamente na tabela, nos ábacos ou calculada com aproximação.

Existem várias fórmulas para o cálculo aproximado da flecha, algumas empíricas, que dão resultados até mesmo grosseiros.

A fórmula que nos fornece a flecha com aproximação aceitável é obtida em função de α e ω .

Consideremos duas trajetórias parabólicas cujos ângulos de tiro sejam: α e ω . Fig. 15



A flecha da 1.^a trajetória será: $Y' = \frac{X \operatorname{tg} \alpha}{X \operatorname{tg} \omega} \quad (7)$ e

para a 2.^a trajetória $Y'' = \frac{4}{4}$ (7).

(7) — A flecha no vácuo é a 4.^a parte do abaixamento total.

Considerando que a trajetória normal esteja compreendida entre as duas parábolas do vácuo, teremos para a flecha no meio resistente a média das flechas no vácuo. Tomando a média aritmética, vem:

$$\frac{Y' + Y''}{2} = \frac{X(\operatorname{tg} \alpha + \operatorname{tg} \omega)}{4} \text{ ou } Y = \frac{X(\operatorname{tg} \alpha + \operatorname{tg} \omega)}{8}$$

Tomando a média geométrica, vem:

$$Y' \times Y'' = Y^2 = \frac{X^2 \times \operatorname{tg} \alpha \times \operatorname{tg} \omega}{16}$$

$$Y = \frac{X V \operatorname{tg} \alpha \times \operatorname{tg} \omega}{4}$$

Considerando os ângulos inferiores a $300'$ e colo-
cando sob a forma milesimal, vem:

$$\boxed{\left. Y = \frac{X(\alpha + \omega)}{8000} \right\} (5) \quad \left. Y = \frac{X V \alpha \times \omega}{4000} \right\} (6)}$$

Exemplo — Mtr. Madsen 35-F

Calcular Y na trajetória de 1800 m

Da tabela de tiro tiramos: $\alpha = 45'$ e $\omega = 85'$

$(45'' + 85'') 1800$

Aplicando a fórmula 5: $Y = \frac{1800}{8000} = 29,25m$

Aplicando a fórmula 6: $Y = \frac{1800 V 45'' \times 85''}{4000}$

$= 28,00m$

A tabela de tiro nos fornece 29,31 m (Coluna 7-Tabua 1)

b) — **Abcissa balística do vértice** — A abcissa balística do vértice é obtida com aproximação grosseira, com auxílio da fórmula empírica do Coronel Ronca.

$$\boxed{x_v = 0,549 X} \quad (7)$$

A fórmula independe da arma, sendo função apenas do alcance.

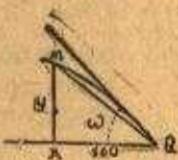
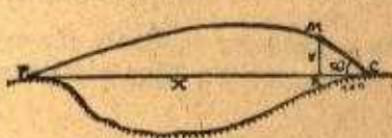
Exemplo:

Calcular a abcissa balística do vértice da trajetória de 1600 m

$$\text{Teremos: } X_v = 0,549 \times 1600 = 878,4 \text{ m}$$

A tabela de tiro da Madsen 35-F nos fornece 117 m e da Hotchkiss 923,8 m.

- 69 — **Angulo de queda (de chegada)** — O ângulo de queda (de chegada) pode ser obtido na tabela de tiro, no ábaco das trajetórias, ou calculado com aproximação regular. (8)



Considerando que o ponto M esteja muito próximo de Q (C), de tal modo que a ordenada balística y esteja a 100 metros de Q ou seja a X — 100 m da origem do tiro, vemos que a ordenada balística de M será:

$$y = \frac{(\alpha - \alpha') (X - 100)}{1000}$$

No entanto, o triângulo retângulo MQR nos fornece:

$$1000 y$$

$\omega = \frac{1000 y}{1000} = 10y$ "o ângulo de queda (de chegada) vale 10 vezes a ordenada balística que fica

a 100 metros do ponto de queda (de chegada)". Fig. 16 e 17

Levando o valor y na expressão de sua ordenada, vem:

$$\omega = (\alpha - \alpha') (X - 100)$$

$\frac{10}{100} = \frac{(\alpha - \alpha') (X - 100)}{1000}$; tirando o valor de ω temos:

$$\boxed{\omega = \frac{(\alpha - \alpha') (X - 100)}{100}} \quad (8)$$

(8) — Muito variável, pois considera-se a trajetória retilínea entre os pontos C (Q) e M.

Onde α' é o ângulo de tiro da trajetória, α' o ângulo de tiro correspondente a $X = 100$ e X o alcance da trajetória.

Exemplo — Mtr. Madsen 35-F.

Calcular o ângulo de queda (de chegada) da trajetória de 1200 m

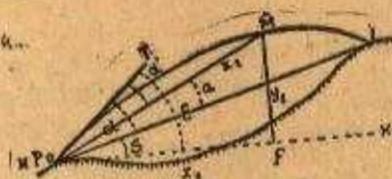
a) — A ordenada balística situada a 1100 m na trajetória de 1200 m vale $y = 3,32m$
Teremos: $\omega = 10 \times 3,32 = 33,2' \cdot \cdot \cdot$

b) — Aplicando a fórmula 8 temos:

$$\omega = \frac{(22 - 19) \cdot 1100}{100} = 33' \cdot \cdot \cdot$$

A tabela de tiro nos fornece: $38' \cdot \cdot \cdot$ (Coluna 16-Tabua I)

70 — **Ordenada vertical** — As ordenadas verticais são referidas ao horizonte da arma, acima são positivas e abaixo, negativas.



Seja M um ponto qualquer da trajetória OM , E o ângulo de elevação para atingir o ponto I e S o sítio do ponto I . Como o mesmo raciocínio feito no caso da ordenada balística, tiramos:

$$E = \alpha' + a + S, \text{ do triângulo retângulo } OPM: a + S = 1000 y_1$$

$$Levando este valor na expressão de E, vem: E = \alpha' + \frac{1000 y_1}{x_1}$$

Tirando o valor de y_1 , teremos:

$$y_1 = \frac{(\alpha' - E) x_1}{1000} \quad (9)$$

Observamos que x_1 é estimado no horizonte da arma, α' o ângulo de tiro para x_1 e $E = \alpha' \pm S$ (caso geral).

Exemplo — Mtr. Madsen 35-F

Calcular a ordenada vertical de um ponto M da trajetória de 1400 m, sabendo-se que M está a 400 m da origem e o sítio é de: — 5' '.

Da tabela de tiro tiramos: $\alpha = 28' ''$ e $\alpha' = 3,8' ''$.
 $E = 28' '' - 5' '' = 23' ''$ e teremos:

$$y_1 = \frac{(23' '') - 3,8' '')}{1000} = 7,68 \text{ m}$$

Caso o ângulo de sítio fôsse positivo, $E = 33' ''$ e $y_1 = 11,68 \text{ m}$

17 — Ângulo de incidência — O ângulo de incidência é função do ângulo de sítio, da rampa do terreno e do ângulo de chegada.

Quando o terreno sobe na direção do tiro (aclive) a rampa é positiva, quando desce na direção do tiro (declive) é negativa.

O valôr da rampa é tirado da carta, sendo a relação entre a equidistância e a reduzida.

a) — Quando o sítio é positivo e o terreno em aclive, o ângulo de incidência será:

$$i = \omega_1 + r - S = (\omega_1 - S) + r \text{ (Fig. 19)}$$

b) — Quando o sítio é positivo e o terreno em declive, o ângulo de incidência será:

$$i = \omega_1 - (r + S) = (\omega_1 - S) - r \text{ (Fig. 19)}$$

c) — Quando o sítio é negativo e o terreno em aclive o ângulo de incidência será:

$$i = (\omega_1 + S) + r \text{ (Fig. 20)}$$

d) — Quando o sítio é negativo e o terreno em declive, o ângulo de incidência será:

$$i = (\omega_1 + S) - r \text{ (Fig. 20)}$$

Quando o sítio fôr nulo, nos aclives teremos: $i = \omega_1 + r$; nos declives: $i = \omega_1 - r$. Quando a rampa fôr nula, e o ângulo de sítio negativo, $i = \omega_1 - S$; e o S positivo $i = \omega_1 + S$.

Observando todos os valôres encontrados para i, podemos grupá-los numa fórmula única e geral:

$i = \omega_1 + r - S$

(10)

E' necessário para o seu emprêgo que se considere os sítios com os seus sinais, nos acrivos r positivo e nos declives r negativo.

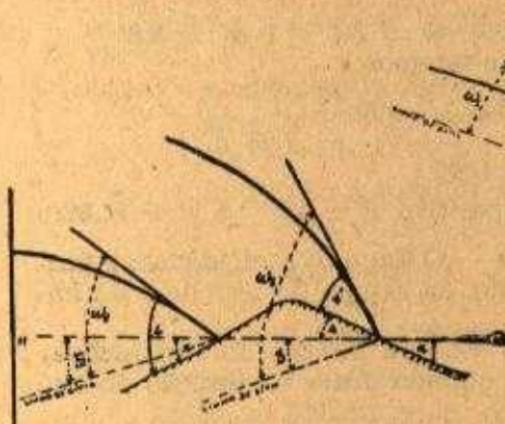


Fig. 19 — Sítios positivos

Fig. 20 — Sítios negativos

Exemplo — Sabendo que $\omega_1 = 59''$, $S = -15''$ e o terreno é um declive de rampa 2%, pede-se o ângulo de incidência.

Temos para r o valôr: $-20''$, e substituindo na fórmula 10, vem: $i = 59'' + (-20'') - (-15'') = 59'' - 20'' + 15'' = 54''$

Exemplo — Sabendo-se que $\omega_1 = 95''$, $S = 16''$ e o terreno é um acrivo com rampa de 3,4%, pede-se o ângulo de incidência.

Temos para r o valôr: $+34''$, é substituindo na fórmula 10, vem: $i = 95'' + 34'' - (16'') = 113''$

XI — ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS ORDENADAS BALÍSTICAS E VERTICAIS

- 72 — O presente estudo visa mostrar as variações em grandeza e sinal das ordenadas de um mesmo ponto da trajetória, situado aquém do ponto de chegada. Inicialmente façamos dois lembretes:
- as ordenadas balísticas aquém do ponto de chegada são sempre positivas, pois são referidas à linha de sítio (princípio da rigidez da trajetória); e,

— as ordenadas verticais variam com o ângulo de elevação e são referidas à linha do horizonte.

Para facilidade do estudo consideremos $x = x_1$, e o erro cometido será insignificante nos limites de $S = \pm 200''$.

1.º Caso

O ângulo de sitio é positivo, em consequência o ângulo de elevação será positivo. Teremos:

$$y = \frac{(\alpha - \alpha')x}{1000} \text{ e } y_1 = \frac{(E - \alpha')x}{1000}$$

Sendo E superior a α , e as duas frações tendo o mesmo denominador o valôr de y será sempre superior a y_1 , pois α' é função de x, e y_1 será sempre positivo.

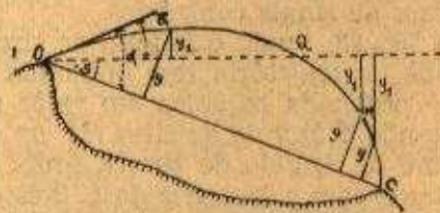
2.º Caso

O ângulo de sitio é nulo; em consequência $E = \alpha$ (caso das tabelas) a ordenada balística é sempre igual a ordenada vertical e ambas positivas.

3.º Caso

O ângulo de sitio é negativo; sendo negativo, o ângulo de elevação poderá ser positivo, negativo ou nulo.

a) — Ângulo de elevação positivo — Fig. 21



Entre O e Q as ordenadas verticais são positivas;

- no ponto Q é nula; e,
- além do ponto Q são negativas.

As ordenadas balísticas são positivas até o ponto de chegada C.

As ordenadas verticais serão positivas enquanto α' for maior, serão negativas; e quando iguais serão nulas. Quanto ao valôr absoluto, notamos que:

Quando $E = O$, a linha de tiro se confunde com o horizonte da arma, pois o ângulo de sítio é igual em valor absoluto ao ângulo de tiro. As ordenadas verticais serão sempre negativas, e as balísticas serão positivas (aqueém do ponto de chegada).

Até o ponto M , pertencente a bissetriz de S , as ordenadas balísticas são superiores as ordenadas verticais; no ponto M são iguais, e além de M são menores.

73 — Resumo

As ordenadas balísticas, aqueém do ponto de chegada, são sempre positivas.

As ordenadas verticais, aqueém do ponto de chegada, são:

- quando E é positivo, sítio positivo, todas positivas;
- quando E é positivo, sítio negativo, são todas positivas até o ponto de queda teórico, e daí por diante são todas negativas;
- quando $E = O$, sítio negativo é igual ao ângulo de tiro, são todas negativas;
- quando E é negativo, sítio negativo e superior ao ângulo de tiro, são todas negativas.

XII — TABELA DE TIRO

74 — Denomina-se tabela de tiro de uma arma, o conjunto de dados numéricos sobre as diversas trajetórios desta arma, utilizando uma determinada munição.

Os dados numéricos fornecidos pela tabela de tiro correspondem as trajetórias normais, e só podem ser empregados para a arma, com a munição com que forem calculados.

Para o cálculo de uma tabela de tiro são levados em conta dois elementos: a velocidade inicial da arma e o coeficiente balístico; o primeiro invariável e o segundo variável com o alcance considerado.

No caso da Mtr. Madsen 35-F, a tabela de tiro é um farto repositório de dados importantes sobre a arma, que nos permitem um conhecimento completo sobre a mesma.

A tabela de tiro da Mtr. Hotchkiss é muito deficiente em informações, bem como a tabela da Mtr. Madsen 32.

SÃO OS CAVALOS ESSENCIAIS NA GUERRA MODERNA ?

— SIM, disseram os generais da campanha Sicilia e da Tunisia.

Do Major Eldrede do U. S. Army

Síntese pelo Major JOSE H. GARCIA da E.A.O.

O equipamento do 7.^º Ex. era transportado por todos os meios para as praias da Sicilia, mas quando este Ex. iniciou sua progreção pelas suas terras montanhosas, duas coisas se fizeram imprescindíveis — cargueiros e Cavalaria hipomóvel.

Sem êles o transporte dos suprimentos constituía um problema insolúvel, os reconhecimentos eram muito difíceis e a perseguição do inimigo batido não era de modo a destruí-lo. Em consequência disto muitas tropas alemães escaparam pelo estreito de Messina e foram combater na Itália continental.

No correr da campanha os animais de carga eram transportados às pressas em caminhões para as regiões onde deviam ser utilizados, e aí empregados sem treinamento e inadequadamente por pessoal sem instrução.

Assim opinam o Gen. Patton e seus comandantes de Corpos e Divisões a respeito desta questão proposta:

- em regiões como as da Sicilia é sempre necessário ter cargueiros.
- em qualquer teatro de operações podem surgir situações onde a presença de uma D. C. por Ex. será de vital necessidade.
- si possuíssemos uma D. C. com artilharia de dorso na Tunísia e na Sicilia, os alemães não teriam escapado porque a Cavalaria a cavalo pode desenvolver uma ve-

locidade em terreno montanhoso suficiente para persegui e agarrar o inimigo, "até a mais poderosa infantaria e tanques podem ser vencidos e destruidos por ela".

O Cmt. da 9.^º D. I. desceu a mais detalhes; tratou particularmente do transporte de suprimentos, mas concluiu "porque praticamente todas as pontes estavam destruídas e o terreno era tal que os veículos motorizados não podiam ser utilizados sem que os engenheiros construissem grandes e difíceis by-passes, enquanto isso somente os cargueiros resolviam. "Concluiu ainda pela necessidade de dispor, nas reservas gerais, de unidades de cargueiros que, conforme as circunstâncias, seriam entregues como reforço às Divisões.

O Gen. Truscott acrescenta que a necessidade de elementos montados de reconhecimento e de combate para agir em estreita ligação com a infantaria não era menor que a de cargueiros. Diz mais que se em San Stefano em Agosto tivesse de um Esquadrão de Cavalaria a cavalo e de 200 cargueiros teria capturado importantes forças alemãs que se lhe opunham e teria entrado em Messina 48 horas depois. Diz ainda que houve necessidade de organizar um Esq. a cavalo e outro de cargueiros, bem como treinar pessoal no manejo dos animais e do equipamento.

Este General conclui: "Estou firmemente convencido que se minha Divisão fosse no futuro empregada em regiões semelhantes às da Sicilia, seus cargueiros e suas unidades montadas de reconhecimento e combate poderiam ser trocadas por seus pesos em ouro".

O que se diz sobre a campanha da Sicilia é válido para a da Tunisia e para todas as regiões montanhosas da Itália e provavelmente as regiões de floresta e pântanos do SW do Pacífico.

Nas estações chuvosas este quesito não é apenas uma interrogatório a esclarecer, mas um sério problema em qualquer teatro de operações.

Conhecendo isto e trazendo no pensamento "que mantemos nas estradas para marchar e as abandonamos para combater" teremos uma resposta à pergunta "SÃO OS CARGUEIROS E A CAVALARIA A CAVALO ESSENCIAIS NA GUERRA MODERNA?"

NOTA:— O grifo é do tradutor.

CALCULADORES DE DADOS, PARA CANHÃO

Pelo Coronel DONALD HSMITH. da Artilharia de Costa,
dos E. E. M. M. (Coast Artillery Journal, March-April 1946)

Tradução pelo Ten. Cel. ARY SILVEIRA

Os calculadores para a A. de Costa têm passado por várias fases de desenvolvimento durante os últimos vinte e seis anos passados. Alguns oficiais se admiraram porque um tal método preciso de "fire control" não foi desenvolvido anos antes, e outros têm expresso a opinião de que o calculador foi um surto — consequência dos desenvolvimentos recentes, estimulados pelo advento da guerra. Este artigo é um ensaio para relatar resumidamente os pontos capitais do desenvolvimento do calculador de dados para canhão, na A. de Costa.

O progresso dos equipamentos militares é geralmente guiado e canalizado por diretivas segundo a doutrina. As doutrinas do tipo das que controlavam o desenvolvimento de calculadores sómente muito raras vezes eram publicadas. É evidente, dos artigos publicados no Jornal da Artilharia dos E. E. U. U. (vêr artigo intitulado "Fire Control" pelo Major W P. Wilson C. A. C., no Volume 53, N.º 2, Agosto 1920) que vinte e seis anos atrás a doutrina oficial do Chefe da A. de Costa encorajava o desenvolvimento de calculadores e de sistemas eletro-automáticos de Transmissão de dados. A correspondência e os artigos do Jornal do começo de 1920 são notáveis quanto às análises, de certa forma detalhadas, das exigências que foram realizadas nos quatro últimos anos passados.

Em 1920 o Departamento da Guerra ofereceu um prêmio de \$ 25,000 para o desenvolvimento de um aparelho mecânico calculador, de acordo com certas especificações. A Ford Instrument Company de New York projetou e construiu um "Calculador da posição do alvo" e um "Calculador para bateria e range Keeper".

A idéia de Mr. Ford foi de fazer uma máquina completa de tal forma que a artilharia pudesse escolher quaisquer características, julgadas necessárias, para incorporação no mecanismo calculador. Com relação aos atuais instrumentos padrões, é interessante notar algumas das características comparáveis d'este primeiro instrumento. Os itens seguintes foram tomados dos relatórios feitos em 1921-22. Este primitivo calculador dispunha de:

- a. Transmissão elétrica contínua dos dados de entrada;
- b. Azimute e alcance indicados em mostradores ou em contadores.
- c. Direção do percurso e velocidade do alvo indicados por um diagrama automático.
- d. Quaisquer pontos dentro de 25,000 jardas, em relação ao ponto diretor, podiam ser usados como estações de observação (estações visuais, estações rádio-receptoras, ou estações sub-água). Também eram providos recursos para usar os sistemas de base vertical e de base no aparêlho.
- e. O instrumento funcionava para 360° de azimute e 50.000 jardas de alcance.
- f. O triângulo inicial foi completamente resolvido e o instrumento então resolia o problema dando o alcance e o azimute de um terceiro ponto. Em complemento, ele podia ser usado para determinar o alcance e azimute de uma terceira estação.
- g. No caso em que os dados de entrada fôssem interrompidos" o instrumento fazia a média dos dados e indicavam azimute e alcance segundo uma curva suave.

As especificações para este Mecanismo foram aprovados em 14 de Novembro de 1919, e o instrumento foi experimentado no Panamá em 1922 e 1923. Foi nomeada uma Comissão de oficiais para fazer experiências; seu relatório foi desfavorável à adoção e o Chefe da A. de Costa recomendou que nada mais se fizesse para a continuação dos desenvolvimentos dos aparelhos da Companhia Ford. Em 1924, o aparelho foi experimentado pela Comissão da A. de Costa. Seus pareceres foram de modo geral aceitos pelo chefe da A. de Costa e preconisava que os instrumentos fôssem recondicionados, modificados e remetidos ao Forte Story para experiências em conexão com as experiências do sistema de transmissões comprados à Companhia de Instrumentos Ford.

O Calculador de Dados para Canhão, T1, era o "calculador da posição do alvo sistema Ford" modificado pela adição de um mecanismo preditor, porém sem dispositivos de correções balísticas. As correções balísticas e arbitrárias eram determinadas pelos métodos padrões e aplicadas aos dados calculados, os quais eram então transmitidos para os canhões por meio de transmissores de corrente contínua e alternada. O relatório desta experiência acha-se publicado no Projeto N.º 618 da Comissão da A. de Costa, onde se recomendava o desenvolvimento de um calculador aperfeiçoado que incluisse meios de calcular e aplicar as correções balísticas.

O chefe da A. de Costa aprovou essas recomendações. Foram preparadas especificações para um calculador automático e por meio de contrato com o Material Bélico a Companhia Sperry desenvolveu e construiu o Calculador de Dados para Canhão, T3, o Sistema de Transmissão de Dados de Grande Distância T6 e o Sistema contínuo de Transmissão de Dados T7. Este equipamento foi instalado no Forte Hancock, New Jersey, e foram feitas experiências em 1932 e 1933. Os resultados destas experiências indicaram que o equipamento tinha algumas características desejáveis, porém não em número ou grau suficiente que permitisse maior número de acertos, por peça, por minuto, que o método até então padrão, de "fire control". No propor e seguir este desenvolvimento o Chefe da A. de Costa não entretinha a idéia de que o resultado viesse a ser um grupo de mecanismos satisfatórios sob todos os aspectos. O desenvolvimento realizado foi considerado fundamentalmente como bem sucedido no sentido de ter mostrado definitivamente que era praticável uma solução mecânica do problema de fire control para canhões de Costa. Tinha sido reconhecido, das verificações feitas, que os mecanismos eram demasiadamente incômodos e volumosos, demasiadamente complicados, e demasiadamente caros para padronização e aquisição; contudo, foram sugeridas muitas simplificações materiais como resultado das experiências, e foi recomendado que outros desenvolvimentos para o calculador T3 fossem detidos a espera de outros desenvolvimentos e estudos correlatos que então se faziam e como resultado das experiências investigações prévias a Comissão da A. de Costa propôs a construção de um calculador e sistema de transmissão segundo linhas sugeridas pelo General da Divisão John T. Lewis (então capitão da A. de Costa) e Coronel Gervais W. Trichel, do Material Bélico (então 1.º Ten. da A. de Costa). Obteve-se a verba necessária e foi construído um modelo experimental no Forte Monroe, Virginia e experimentando em 1932. Este instrumento era baseado num princípio inte-

ramente novo, era de construção simples, se comparado com outros calculadores, e foi adaptado para aquisições rápidas e com um custo muito inferior ao de qualquer outro calculador então conhecido. O sucesso atingido com o primeiro modelo experimental levou à construção de um segundo modelo experimental. Isto foi feito com auxílio do Material Bélico. Este Calculador, conhecido como Diretor da Artilharia de Costa L.T., foi completamente experimentado durante o mês de Junho de 1933 com resultados muito satisfatórios. Foi fornecida verba ao Material Bélico, destinada a um modelo piloto, para provas mais desenvolvidas em serviço, e como resultado foi projetado e construído o Calculador de Dados para Canhão, T5, pelo Arsenal de Frankford. O projeto, desenvolvimento e manufatura, com a verba limitada disponível, foi um processo lento, e sómente depois de Setembro de 1937 foi que o Calculador de Dados T5 e o Sistema de Transmissão de Dados, T15, foram embarcados para o Forte Monroe para experiências. Este calculador era inconveniente principalmente devido a falta de precisão e segurança no funcionamento do mecanismo de locação da posição atual do alvo, e devido ao tempo excessivo exigido para orientar o reorientar. O calculador foi modificado e remetido para outras provas no fim de 1938. O Chefe da A. de Costa aprovou a recomendação de que o Calculador T5 não fosse adotado e sugeriu que os sucessos ou falhas do desenvolvimento deste calculador fossem estudados cuidadosamente em conexão com o projeto do calculador Sperry-Max Son.

Subsequentemente às provas de calculador T5, foi proposto pela Max Son Corporation um instrumento empregado soluções matemáticas, geralmente similares as do T5, porém utilizando mecanismos diferentes julgados capazes de melhorar a precisão. Foi encomendado um modelo piloto de calculador Maxson com o fim de desenvolver um mecanismo conveniente para bateria de longo alcance, e também para determinar a adaptabilidade das componentes do projeto a um calculador para canhões de calibre médio. O projeto Maxson-Sperry, e respectivos desenvolvimentos, foram feitos durante 1937-38 e 1939. O modelo piloto foi designado por Calculador de Dados para Canhão T7, foi completado e experimentado na primavera de 1940. Este instrumento, com modificações pouco importantes, foi padronizado como Calculador de Dados para Canhão, M1, o qual é agora o calculador padrão para baterias de 16 polegadas. Um outro surto de desenvolvimento de calculador do tipo mecânico foi a aquisição do T8. Este calculador foi proposto para emprêgo com o armamento de calibre médio. Ele utilizou partes componentes

do T7 omitindo tôdas as correções balísticas e meios para correções particulares para um canhão afastado em relação ao ponto diretor, com o fim de reduzir o volume e custo. O T8 foi manufaturado pela Companhia Sperry e foi completado no fins de 1942. Este instrumento não foi padronizado porque fornecia dados sómente para a posição de um canhão, não incluía unidades mecânicas para correções balísticas, e era inferior ao Calculador de Dados para Canhão T12.

Com a possibilidade das hostilidades, pôde-se dispor de verbas em quantidades crescentes para o desenvolvimento e produção de modelos pilotos. Tornou-se disponível pessoal cientificamente treinado e outras facilidades adicionais para auxiliar o desenvolvimento do equipamento das forças armadas. A Comissão Nacional de Pesquisas, sob a Diretoria de Pesquisas Científicas e de Invenções, foi solicitada para o desenvolvimento de um diretor anti-aéreo aperfeiçoado, no começo de 1940. Mecanismos elétricos para a solução dos dados no "fire control" foram empregados primeiro no Diretor Anti-aéreo T10, agora Diretor M9, desenvolvido e projetado pelos Laboratórios de Telefones Bell, segundo contrato com a Comissão de Pesquisas de Defesa Nacional. O desenvolvimento de um calculador elétrico para canhão de costa teve início em Abril de 1941 baseado nos relatórios do Diretor T10. As experiências do diretor indicaram que era praticável e desejável o emprêgo de calculadores de dados, para canhão, com mecanismos elétricos. Características militares para calculadores destinados aos grandes e médios armamentos foram aprovados pelo Chefe da A. de Costa em Janeiro de 1942 e no mesmo mês iniciou-se pelo Material Bélico e desenvolvimento do programa de experiências e a aprovação das características militares. Foi projetado o Calculador de Dados para Canhão, T12, e construído pelos Laboratórios de Telefone Bell. Foi provado em 1943, padronizado como Calculador de Dados para Canhão, M8, e estava em produção em série nos fins da Guerra.

O Calculador M8 será usado com baterias de calibres médios. É muito preciso e é considerado superior ao Calculador de dados para Canhão M7 e ao equipamento padrão dotado de pranchetas de levantamento. Sistemas de transmissão de dados foram padronizados para uso dos dados básicos, de recebimento, relativos à posição do alvo, e para transmissão dos dados para os canhões. O método de tratar o problema das correções balísticas no tipo de calculador elétrico é único porque ele incorpora a primeira aproximação de uma solução teórica correta do problema balístico. As tabelas de tiro contêm listas dos efeitos diferen-

QUESTIONÁRIO DO TELEGRÁFISTA

I.^o Ten. JACKSON PITOMBO CAVALANTI

Aluno do C. O. R.

P — Que é o telegrafo?

R — É um aparelho empregado para a transmissão de despachos, sob os auspícios da corrente elétrica.

P — Que quer dizer telegrafo?

R — Escrever de longe.

P — Quais são os processos da telegrafia?

R — Telegrafia com fio, telegrafia sem fio (T.S.F.), telegrafia pelo solo (T. P. S.) e telegrafia ótica. No presente QUESTIONARIO trataremos, apenas, da telegrafia com fio, pois a telegrafia pelo solo (T. P. S.) foi inteiramente abandonada e as outras duas serão objetos de outros QUESTIONARIOS.

P — Que denominação recebe o despacho transmitido pelo telegrafo?

R — Telegrama.

P — Qual é a característica fundamental da telegrafia com fio?

R — Emprega um condutor elétrico (linha) ligando dois aparelhos.

P — Qual é o princípio de telegrafia?

R — A telegrafia utiliza os sinais do Código Telegráfico Internacional de Morse. Os pontos e traços que caracterizam êsses sinais são transmitidos por emissões curtas e longas da corrente contínua fornecida por uma bateria de pilhas. A cada emissão, o eletro-iman do posto receptor atrai uma armadura de ferro dôce, que volta ao seu lugar, cessada a atração, graças a uma mola antagonista. A amplitude desses movi-

mentos é regulada por dois parafusos limitadores. A armadura de ferro dôce é presa uma lâmina que leva o papel-fita de encontro a um disco-impessor.

P — De que se compõe um aparelho telegráfico?

R — O aparelho telegráfico de campanha encontrado nas Unidades de Transmissões é o aparelho MORSE de campanha, francês, modelo 1907. Outros aparelhos que se possam encontrar apresentam ligeiras modificações, porém não chegam a contrariar o princípio acima descrito. Um aparelho telegráfico de campanha consta, essencialmente, do seguinte:

EMISSOR — manipulador e bateria de pilhas;

RECEPTOR — eletro-iman (sistema elétrico), órgãos de impressão e mecanismo de relojoaria.

Emissor: a emissão de sinais faz-se por meio de um manipulador intercalado no circuito de uma bateria de pilhas ou acumuladores.

Pilhas: as pilhas próprias para empregar nos aparelhos telegráficos de campanha são do tipo LECLANCHE, de líquido imobilizado. São em número de dez ligadas em série e acondicionadas em uma caixa de pinho, comportando bornes exteriores. Na falta dessas pilhas regulamentares, podemos empregar dez a vinte elementos secos, comuns, seriados (pilhas de Gaillard). Sendo a corrente limite de funcionamento de eletro-iman do aparelho MORSE de 0,007 ampéres, deve-se verificar os elementos de pilha antes de ligá-los. Para isso, mede-se a corrente debitada pelo elemento sobre uma resistência de 40 a 50 ohms. Um bom elemento deve debitá-lo, no mínimo, 0,025 ampéres. Deve ser rejeitado o elemento que acusar menos de 0,007 ampéres. Também podemos empregar baterias de acumuladores, no mínimo duas de 6 volts, ligadas em série. Para distâncias superiores a 20 quilômetros, devemos aumentar a tensão das pilhas.

Eletro-iman: o eletro-iman, onde chega a corrente que vem pela linha e que se torna ativo somente quando essa corrente passa, é formado por duas bobinas de 230 ohms de resistência, protegidas por uma camada de latão. A corrente circulando nas espiras das bobinas, produz linhas de força que vão magnetizar o núcleo de ferro dôce e este vai atrair a armadura por espaços maiores ou menores que correspondem aos traços ou pontos, ao comando do manipulador do posto emissor, fazendo, então, funcionar os órgãos de impressão.

ESQUEMAS DE UM APARELHO TELEGRÁFICO

ESQUEMA CARDEADO

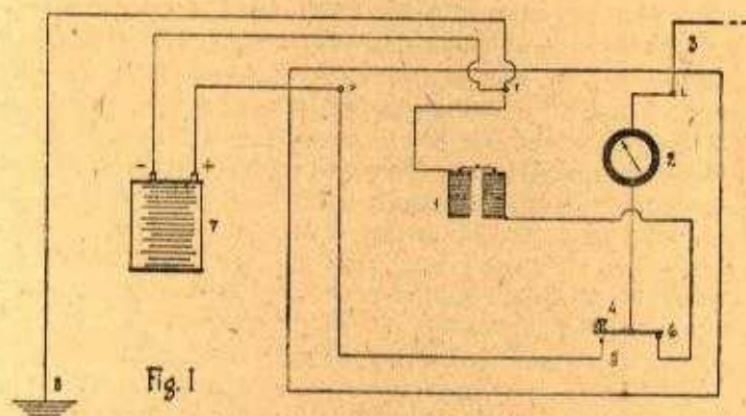


Fig. I

ÓRGÃOS DE IMPRESSÃO

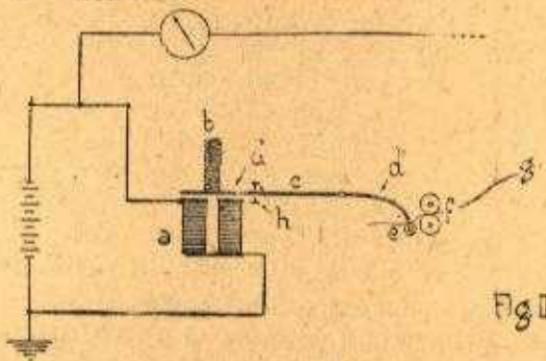


Fig. II

Fig. I

- | | |
|-------------------------|------------------------|
| 1 - E IMAN | 6 - CONTATO DE REPOUSO |
| 2 - GALVANOMETRO | 7 - PILHA |
| 3 - LINHA | 8 - TERRA |
| 4 - MANIPULADOR | |
| 5 - CONTATO DE TRABALHO | |

- | | |
|---------|--------------------------------|
| Fig. II | a - E - IMAN |
| | b - MOLA ANTAGONISTA |
| | c - BARRA DE AÇO |
| | d - ARMADURA - d' - LAMINA |
| | e - DISCO IMPRESSOR |
| | f - CILINDROS - g - PAPEL FITA |
| | h - PARAFUSOS - LIMITADORES |

Órgãos de impressão: uma barra de aço é articulada à armadura, podendo acompanhar os movimentos desta. Na extremidade da barra acha-se conjugada uma lâmina rígida e ligeiramente recurvada na extremidade livre. Quando a armadura é atraída, a lâmina ergue o papel-fita e o faz apoiar sobre o disco-impressor, que um tinteiro embebe em tinta oleaginosa, verificando-se, então, a impressão dos sinais.

Mecanismo de relojoaria: o rôlo de papel-fita colocado na gaveta da prancheta é desenrolado da direita para a esquerda, passando por um garfo e por um cilindro-guia. A impressão se faz entre o disco-impressor e a lâmina. O papel-fita passa em seguida entre dois cilindros (rôlos) formando uma espécie de laminador, que o arrasta. O cilindro superior é montado sobre um braço de alavanca suscetível de oscilar em torno do parafuso que o prende à face anterior da caixa. Uma mola fixa sobre este braço de alavanca, determina a pressão do cilindro superior sobre o inferior. Um parafuso regulável permite dar maior ou menor tensão à mola e, portanto, permite apertar mais, ou menos o papel-fita entre os dois cilindros. Os dois cilindros são movidos em sentido contrário pelo mecanismo de relojoaria, cuja base é uma mola em espiral de 4 metros, suficiente para desenrolar o papel durante 35 a 40 minutos. Um regulador à borboleta mantém uma velocidade constante (cerca de 1,60 m por minuto). Uma alavanca permite à vontade, parar ou fazer desenrolar o papel-fita, conforme seja conduzida para a direita ou para a esquerda. Depois de passar entre os cilindros, o papel-fita é enrolado à mão numa roda que fica à esquerda do telegrafista. Essa roda é sustentada por duas barras presas à prancheta e pode-se abrir de cada lado. Para o transporte do aparelho, a roda é desmontada e guardada na gaveta da prancheta.

Galvanômetro: um galvanômetro permite ao telegrafista verificar constantemente a recepção e a transmissão da corrente, sua intensidade, etc.. O do aparelho de campanha é do modelo vertical, suportando um iman em forma de "V" invertido, móvel em torno de seu eixo horizontal, perpendicular ao seu plano. Uma agulha indicadora presa ao vértice do "V" move-se em frente a um quadrante graduado. O iman é envolvido por uma bobina chata e alongada de um fio isolado, cujas extremidades vão ter, uma à linha e a outra ao manipulador. Todos os órgãos constituindo o conjunto chamado MORSE DE CAMPANHA modelo 1907, são reunidos e fixos sobre uma prancheta de nogueira.

P — Quais são as regulagens que devemos fazer no aparêlho?

R — A regulagem pode dizer respeito à regulagem da impressão e à regulagem do desenrolamento.

Regulagem da impressão: sob a influência da corrente elétrica a armadura do eletro-iman deve ser atraída e a lâmina deve apoiar o papel-fita contra o disco-impressor. Essa pressão não deve ser muito forte para não perturbar o desenrolamento do papel-fita. Para se proceder à regulagem operar do seguinte modo: 1.) Parafuso limitador inferior — Deve impedir o contacto entre a armadura e os nucleos, entretanto a aproximação deve ser a maior possível. Se se faz apoiar a armadura contra o parafuso, deve então existir entre a armadura e os nucleos um intervalo de três espessuras do papel-fita. O parafuso é imobilizado nessa posição por uma contra porca; 2.) Lâmina — Apoia-se com o dedo a extremidade da armadura sobre o limitador inferior, faz-se desenrolar o papel-fita e afrouxa-se o parafuso da regulação da lâmina, até que não se produza traço sobre o papel-fita. Em seguida, aperta-se esse parafuso progressivamente até que se obtenha um traço nitido e regular, não sendo a pressão da lâmina, muito forte. Fazem-se, em seguida, algumas chamadas, manobrando-se o sistema com a mão. Essas chamadas devem-se reproduzir nitidamente; 3.) — Parafuso limitador — A posição desse parafuso determina o jogo do sistema. Deve ser regulado de modo que, estando a armadura em contacto com ele, haja um intervalo de 1,5 a 2 mm entre o papel-fita e o disco-impressor; 4.) Mola antagonista — Afrouxar a mola completamente até que a armadura caia por seu próprio peso sobre o limitador inferior. Depois aperta-se ligeiramente para levar a armadura contra o parafuso limitador superior. O aparêlho assim tem a sensibilidade máxima. Pedir ao correspondente que envie sinais e apertar a mola até que esses sinais se registrem nitidamente. Para que a regulação se faça melhor, o correspondente deve enviar sinais variando a velocidade de manipulação. Deve, inicialmente, manipular lentamente e acelerar progressivamente.

Eixo da alavanca: o eixo da alavanca é bem regulado e deve apresentar um leve jogo manifestado por um fraco movimento da alavanca quando se ensaiá agitá-la transversalmente. No MORSE 1907 o eixo é sustentado em sua posição definitiva por dois mancais fixos.

Regulagem do desenrolamento: para se desenrolar o papel-fita deve-se dar corda ao aparêlho, baixar o cilindro superior e soltar o mecanismo de relojoaria por meio da alavanca. A lâmina não deve fazer muita pressão sobre a fita e o disco-impressor, por isso que o desenrolamento se deteria na recepção de cada traço. Os cilindros não devem estar nem pouco nem muito afastados. Se a pressão do cilindro superior sobre o inferior é fraca, o papel-fita não é arrastado e se fôr muito forte o cilindro superior age como freio. Para se regular essa pressão, deve-se afrouxar completamente o aparelho de regulação, depois apertá-lo progressivamente até que se obtenha um desenrolamento regular.

P — O que pode ocorrer durante uma recepção?

R — No decorrer de uma recepção duas causas podem acontecer: faltarem os pontos ou os sinais colarem.

P — Quais são as providências a tomar?

R — No primeiro caso deve-se afrouxar a mola antagônica e no segundo caso deve-se apertá-la.

P — Que mais pode ocorrer durante uma recepção?

R — Há, ainda, dois casos particulares a observar:

1.^º) A corrente recebida é muito fraca e não atrai a armadura. Deve-se afrouxar a mola, apertar o parafuso limitador superior para aproximar a armadura do electro-iman ou avisar, se possível, ao correspondente para aumentar o número de pilhas. Pode-se, em último recurso, descer um pouco o limitador inferior, mas de tal sorte que a armadura não possa tocar os nucleos. Esta operação exige uma nova regulação da lâmina e só se deve fazer nas condições indicadas precedentemente;

2.^º) A corrente recebida é muito forte e os sinais permanecem colados mesmo com a mola tensa a fundo. Deve-se pedir ao correspondente para diminuir o número de pilhas, colocar uma ou duas espessuras de papel-fita sob a armadura sem, entretanto, impedir que esta toque o limitador inferior, pedir para manipular mais lentamente, inverter as ligações dos fios da linha e da terra ou, ainda, afrouxar o parafuso limitador superior.

P — Como asseguramos a conservação do aparelho?

R — Quando o aparelho não está trabalhando, a mola (corda) não deve permanecer tensa. E' preciso, pois, deixar o aparelho em movimento após o uso, levantando-se o cilindro su-

perior a fim de que não haja arrastamento inútil de papel-fita, até que se gaste toda a corda.

As engrenagens do mecanismo de relojoaria não devem ser engraxadas e não se deve abrir a tampa de latão, e que favoreceria a penetração de poeira. Sómente as extremidades dos eixos devem ser azeitadas de cinco em cinco dias.

Deve-se limpar o tinteiro periódicamente, raspando-o ou lavando-o com gasolina.

Tôdas as vezes que se fizerem necessárias, o receptor deve ser limpo exteriormente com um pano embebido em essência ou petróleo para tirar tôdas as manchas de tinta e ferrugem.

P — Existe algum derivado desse tipo de telegrafo?

R — Sim. Aqueles que possuem um *releio* para a recepção ao som.

P — Quais são as vantagens do emprêgo do telegrafo?

R — 1.^a) processo econômico, comparativamente ao telefone, pois exige um único condutor elétrico;

2.^a) pode utilizar os circuitos telefônicos (circuitos apropriados);

3.^a) os despachos ficam gravados no papel-fita, o que permite a constituição de arquivo.

P — E quais são as desvantagens?

R — 1.^a) linhas de construção demoradíssima (10 a 12 horas por quiômetro e às vezes mais, dependendo do material que se emprega);

2.^a) as linhas telegráficas muito se prestam ao ardil do inimigo, por serem os aparelhos telegráficos quase que inteiramente metálicos;

3.^a) visibilidade pela aviação do traçado geral da posteação (marchas), em virtude da impossibilidade da terra retirada e posteriormente reposta às bases dos postes ficar com a coloração do terreno adjacente;

4.^a) grande vulnerabilidade das linhas às explosões das bombas.

P — Em quais escalões é empregado o telégrafo?

R — Nos escalões da retaguarda.

P — E' possível o aproveitamento das rôdes telegráficas civis?

R — Sim. Em princípio, os Estados-Maiores, desde o tempo de paz, cuidam do aproveitamento das rôdes civis existentes e estudam possíveis prolongamentos de trechos.

P — Como se obtém um circuito apropriado?

R — Por intermédio de uma *bobina translatora*.

P — Quais são os sinais do Código Telegráfico Internacional de Morse?

R — São os seguintes:

CÓDIGO TELEGRÁFICO INTERNACIONAL DE MORSE

LETROS	NÚMEROS
a	1
b	2
c	3
d	4
e	5
f	6
g	7
h	8
i	9
j	0
k	
l	
m	
n	
o	
p	
q	
r	
s	
t	
u	
v	
w	
x	
y	
z	
á	
ú	
ç	
ch	
é	
ñ	
ões	
ú ü	
PONTUAÇÕES	
Ponto (.)
Vírgula (,) - - -
Ponto e vírgula (;) - - .
Dois pontos (:) - - - -
Exclamação (!)	... - - - -
Interrogação (?)	... - - - .
Parêntesis (()) - - - -
Aspas ("") - - - -
Apóstrofe ('') - - - -
Traço de união (-) - - - -
Grifo (—) - - - -
Traço de fração (/) - - - -
Sinal de algarismos - - - -
SINAIS DE SERVIÇO	
Securro (SOS)	... - - - - -
Chamada	... - - - -
Convite p/transmitir	- - - -
Separação	- - - -
Espera	- - - -
Transmissão errada	- - - -
Compreendido	- - - -
Fim de mensagem	- - - -
Fim de trabalho	- - - -

NOTA: Os sinais de parêntesis, aspas e algarismos devem ser feitos antes e depois da palavra ou número.

P — Qual é o rendimento dum telegráfico?

R — Os aparelhos telegráficos normais permitem transmitir 400 palavras por hora. Com aparelhos especiais, esse número de palavras pode elevar-se à 900. Porém, não se deve esquecer de que o verdadeiro rendimento dum posto telegráfico é função do telegrafista, razão por que o telegrafista deve ser um elemento de bom preparo técnico, possuidor de larga iniciativa e mórmente bom conhecedor de eletricidade.

P — Qualquer vocabulário conta-se por uma palavra?

R — Não. Em telegrafia, conta-se por palavra cada grupo de 5 (cinco) sinais.

P — Quais são as características elétricas dos órgãos do aparelho telegráfico?

R — Linha (cabo pesado simples) : resistência elétrica, por quilômetro, 18Ω (lê-se 18 ohms);

galvanômetro : resistência de 200Ω , mais ou menos;

eletro-iman : geralmente de resistência igual a 500Ω ;

pilhas : os elementos mais usados são Leclanché, Daniell e Bunsen, geralmente com resistência de 3 a 5Ω ;

condutores de cobre : nunca trazem a resistência quilométrica especificada; entretanto, calculamo-la por intermédio da

fórmula $R = \rho \times \frac{c}{s}$, em que: R é a resistência que se deseja determinar;

ρ (r_0) é a resistência específica do condutor;

l é o comprimento do condutor em metros e

s é a secção do condutor em milímetros quadrados.

P — Que é resistência elétrica?

R — É a resistência que um condutor oferece à passagem da corrente elétrica.

P — Qual é a unidade de resistência elétrica?

R — É o ohm.

P — Que é o ohm?

R — É a resistência que um condutor de cobre de 1 mm^2 de secção e 55 m de comprimento oferece à passagem da corrente elétrica.

P — Qual é a fórmula que permite calcular o número de elementos de pilhas para um posto telegráfico?

R — É a seguinte: $N \times 1,5 = R \times 0,010$, em que:

N representa o número procurado de elementos de pilha;

1,5 o valôr da fôrça eltro-motriz (f. e. m.) dos elementos de pilha mais usados;

R a resistência total do circuito, abrangendo: a resistência do galvanômetro do posto emissor, a resistência total da linha, a resistência do galvanômetro do posto receptor e a resistência do eletro-iman do posto receptor e

0,010 é a intensidade da corrente elétrica capaz de fazer funcionar o eletro-iman dum aparelho telegráfico. Vejamos um exemplo.

P — Quantos elementos de pilha são necessários para explorar uma linha telegráfica de cabo pesado simples de 88 quilômetros de extensão?

R — Aplicando a fórmula $N \times 1,5 = R \times 0,010$, temos:

$$N = \frac{R \times 0,010}{1,5}$$

Cálculo de *R*:

$$R = 200\Omega + 88 \times 18\Omega + 200\Omega + 500\Omega$$

$$R = 200\Omega + 1.584\Omega + 200\Omega + 500\Omega$$

$$R = 2.484\Omega$$

Logo:

$$N = \frac{2.484 \times 0,010}{1,5} = \frac{24,480}{1,5} = 16,56$$

Com a margem de segurança aconselhada, podemos responder que são necessários 20 (vinte) elementos de pilha.

P — Quantos telegrafistas são necessários para um posto telegráfico?

R — Um telegrafista é suficiente para o serviço dum aparelho Morse.

P — Quais são as Regras Especiais para a telegrafia com fio?

R — As Regras Especiais para a telegrafia com fio dizem respeito à manipulação, à transmissão e recebimento dos telegramas, ao cotejo e aos arquivos. São:

I — Manipulação: produzem-se os pontos e os traços que formam os sinais Morse, enviando à linha correntes de duração curta ou longa. Uma corrente de duração curta dá *um ponto*, uma corrente de duração longa dá *um traço*. Um traço é igual, em comprimento, a três pontos. O intervalo entre os pontos ou

os traços de um sinal é de um ponto. O intervalo entre os sinais de uma mesma palavra ou grupo é de três pontos. O intervalo entre duas palavras ou grupos é de seis pontos. A velocidade normal de manipulação é de quinhentos grupos de cinco sinais por hora. Se o correspondente recebe pelo som, a manipulação deve ser mais lenta.

II — Transmissão de telegramas: o telegrafista do posto de partida, para transmitir um telegrama, faz a chamada do posto com o qual deseja falar, emitindo o *indicativo desse posto* e o sinal — . — (convite para transmitir) até que o telegrafista do posto chamado lhe responda pelo sinal — . — (convite para transmitir). O telegrafista do posto de partida, depois de dois sinais . . . — . (compreendido), anuncia a natureza do serviço que tem a transmitir, telegrama oficial, urgente ou outro sinal, conforme à natureza do telegrama. Se o telegrafista correspondente lhe envia *compreendido* e dois sinais — . — (convite, ele começa logo a transmissão do telegrama: primeiro o preâmbulo e depois o texto. Já é sabido que o preâmbulo se compõe dos indicativos, de número de palavras e da hora de entrega do telegrama. Entre o preâmbulo e o texto é transmitido o sinal — . . . — (separação). A indicação eventual (T. C.), fazendo parte integrante do texto, não leva o sinal de separação. Entretanto, entre o texto e a assinatura é necessário o sinal. O fim da transmissão do telegrama é indicado pelo sinal — (AR K, que quer dizer fim de transmissão, convite para transmitir). Durante a transmissão podem se apresentar ao telegrafista do posto de partida as particularidades seguintes: 1.º) O telegrafista comete um erro: envia logo o sinal de erro (no mínimo sete pontos). Transmite novamente a última palavra certa e continua transmitindo: 2.º) O telegrafista recebe um telegrama urgente para transmitir: interrompe a transmissão por contacto prolongado do valor de três traços, pelo menos, e envia três sinais de espera (. — . .) e justifica a espera, enviando: . — — (ROU receba oficial urgente). O correspondente responde pelo sinal: . . . — . — . (entendido e convite para transmitir). O telegrafista transmite, então, seu telegrama urgente e recebe o cotejo, cujo fim é indicado pelo sinal: . — . — . . — (fim de transmissão — pode transmitir). Para retomar a transmissão do telegrama interrompido o telegrafista do posto de partida chama seu correspondente pelo indicativo já conhecido, até que o mesmo atenda. O correspondente chamado responde por dois sinais . . . — . (compreendido) seguidos do sinal — . — (convite para transmitir), significando: continua a transmissão do telegrama. O telegrafista

ta retoma, então, a transmissão pela palavra que segue a última que foi anunciada bem recebida. Se o telegrama urgente deve ser transmitido em outra direção, o telegrafista interrompe a transmissão e envia ao seu correspondente três sinais de espera (— . . .) e justifica enviando, em seguida, o sinal TTTU (eu transmito um telegrama urgente). A transmissão do telegrama interrompido e retomada como foi dito acima; 3.^o) O telegrafista percebe ou ouve as pancadas da armadura do seu aparelho: isto significa que seu correspondente tem alguma causa urgente para lhe transmitir. Para imediatamente a transmissão e aguarda ordens; 4.^o) O telegrafista observa que a agulha de seu galvanômetro não se desvia mais, ou se desvia demasiadamente: suspende imediatamente a transmissão e faz chamadas. Se o correspondente não responde, isto significa que existe um isolamento ou perda pela terra. O telegrafista previne, então, o chefe do posto, que faz as necessárias investigações. Assim que for restabelecida a comunicação, o telegrafista retoma a transmissão do telegrama como nos casos precedentes.

III — Recebimento de telegramas: os sinais são recebidos por inscrição sobre o papel-fita. O telegrafista deve ler os sinais sobre a prancheta de leitura desde a saída do papel-fita e inscrevê-los gradativamente na caderneta, enquanto com a mão esquerda guia continuamente a roda para enrolar o papel-fita. O telegrafista do posto de chegada assim que fôr chamado dá corda na aparelho, se necessário, e envia os sinais: indicativo de seu posto duas vezes — — (convite para transmitir); em seguida faz desenrolar a fita. Durante o recebimento do telegrama, podem se apresentar os seguintes casos: 1.^o) Os sinais não são mais legíveis sobre o papel-fita; o telegrafista interrompe por um contacto prolongado no valor de três traços, pelo menos, e remete ao correspondente três sinais . . . — (compreendido) e, em seguida, o sinal — (FV, significante: transmita uma série de letras V para regular meu aparelho); se possível, remedia o desarranjo. Quando os sinais se tornarem novamente legíveis, o telegrafista interrompe outra vez e envia três sinais . . . — (compreendido), depois a última palavra bem recebida e finalmente o sinal: — — (convite para transmitir, significando continua a transmissão). O correspondente recomeça a transmissão da palavra que segue a última que foi anunciada bem recebida; 2.^o) O telegrafista não lê suficientemente depressa os sinais sobre o papel-fita: interrompe e envia ao correspondente três . . . — (compreendido) e depois o sinal — — — . . . (MD, isto é: manipule devagar). Envia em seguida a última palavra bem recebida e finalmente o sinal

— . — (convite para transmitir, significando continue a transmissão). O correspondente reforma a transmissão a partir da palavra que segue a que foi anunciada bem recebida; 3.) Os sinais aparecem ligados sobre o papel-fita. Isto significa manipulação má por parte do telegrafista do posto de partida. O telegrafista do posto de chegada procede como no 2.º caso, mas em vez de enviar MD, enviará (SS, significando: separe sinais); 4.) O telegrafista tem necessidade de interromper o recebimento durante um certo tempo (substituir um rôlo de papel-fita, receber um telegrama urgente de uma outra direção ou enviar um, também urgente). Interrompe e envia ao correspondente três sinais . — . . . (espera) e justifica a espera, enviando segundo o caso: papel, receber ou transmitir telegrama urgente. Para retomar o recebimento de um telegrama interrompido, o telegrafista chamará o correspondente pelo seu indicativo até que o mesmo lhe envie o sinal — . — (convite para transmitir). O outro telegrafista responde por dois sinais . . . — (compreendido), envia a última palavra bem recebida e em seguida o sinal — . — (convite para transmitir, significando continue a transmitir). O correspondente retoma a transmissão a partir da palavra que segue a última que foi anunciada bem recebida; 5.) O telegrafista recebe um telegrama urgente para transmitir: interrompe, e envia a seu correspondente dois sinais . — . . . (espera) e justifica a espera enviando: . — . — . . . (RTU, isto é: receba telegrama urgente). O correspondente responde pelo sinal — . — (convite para transmitir). O telegrafista transmite, então, o telegrama urgente e recebe o cotejo, cujo fim é indicado pelo sinal . — . — . (fim de transmissão). O recebimento do telegrama interrompido é retomado como no 4.º caso; 6.) O recebimento é bruscamente interrompido (isolamento ou perda pela terra). O chefe do posto e o telegrafista fazem as necessárias investigações. Reparado o defeito, o telegrafista retoma o recebimento como no 4.º caso.

Quando a recepção é pelo som, estas mesmas regras lhe são perfeitamente aplicáveis, sendo a transmissão feita em cadência mais lenta.

IV — Cotejo: o objetivo do cotejo é verificar se o telegrama recebido é idêntico ao transmitido, sendo:
parcial — para os telegramas em linguagem clara, recebidos sobre o papel-fita;

integral — para os telegramas em linguagem cifrada, os telegramas T. C., os telegramas em língua estrangeira recebidos sobre o papel-fita e para todos os telegramas recebidos pelo som.

O cotejo parcial é feito sómente: no preâmbulo, dos números; no texto, dos nomes próprios, das palavras duvidosas (palavras de grafia semelhante: gadogabo, reiterar — retirar, etc.), das palavras que representam sentido importante e dos algarismos. O cotejo integral compreende, pelo contrário, a repetição completa do telegrama.

Cotejo parcial — Quando o telegrafista do posto de partida termina a transmissão do telegrama, envia o sinal (fim de transmissão; pode transmitir). O telegrafista do posto de chegada responde por dois sinais . . . — (compreendido); depois compara o número de palavras recebidas com o número anunciado. Havendo acordo, transmite os números do preâmbulo e os nomes próprios, as palavras duvidosas, as palavras que representam sentido importante e os algarismos do texto.

Cotejo integral — Como o nome indica, o telegrafista do posto de chegada deve repetir integralmente o telegrama recebido.

V — Arquivos: a) Folha de serviço diário — Na folha de serviço diário só se registram as horas de início e fim de transmissão, os incidentes diversos e as substituições de operador; b) Rôlo de papel-fita — Quando um rôlo é posto em serviço, o telegrafista inscreve na extremidade da fita: o nome do posto, a data e a hora em que o rôlo começou a ser utilizado e assina claramente. Exemplo: Curitiba, 20-XI-43, 0645, (assinatura). Se em virtude de acidente, uma fita se rompe, o telegrafista menciona o fato na folha de serviço diário, com o dizer "fita rompida"; coloca em seguida sua assinatura sobre as duas frações da fita, após certificar-se de que nenhum pedaço foi perdido. Se o posto é fechado antes de terminar o rôlo, o telegrafista escreve na fita, por exemplo: Curitiba, fechado 21-XI-43, 1320, (assinatura). A nova entrada em serviço deste rôlo, em outro posto, é indicada da mesma maneira, em seguida à menção precedente. Quando o rôlo termina, o telegrafista escreve na extremidade da fita o número da seção (se houver lugar), o nome do último posto, a data e a hora do fim dorôlo, repete a data e a hora do começo e assina claramente. A extremidade da fita é em seguida colada e o rôlo fixado por meio de Quatro barbantes em cruz, passando pelo orifício central. Os rôlos provenientes de um mesmo aparelho são embrulhados juntos.

Fonte de consultas: R. T. E. M. T. — E. M. E.

Em 20-XI-946.

ALGUNS CONSELHOS E INDICAÇÕES PRÁTICAS PARA OS CAVALEIROS QUE SE INICIAM NAS ATIVIDADES HÍPICAS

Pelo 1.^o Ten. D. Julio Alsogaray e Ten. Alcides Lopes Aufranc

Traduzido pelo Cap. MÁRIO DE CASTRO PINTO

Ao traduzirmos este interessante trabalho, publicado na Revista Militar da República Argentina, em seu número de Fevereiro deste ano, tivemos uma dupla preocupação: faze-la o mais possível ao pé da letra, para não desvirtuar as idéias dos autores; conciliar isto com o nossa nomenclatura e conhecimentos equestres, razão pela qual, deixamos de traduzir alguns conselhos sobre o emprêgo de certos artifícios, por serem os mesmos desconhecidos da maioria de nossos cavaleiros e não ser útil o seu emprêgo por cavaleiros inexperientes.

Este pequeno trabalho tem o único propósito de oferecer aos nossos jovens camaradas, futuros cavaleiros, uma orientação geral e um guia prático para seu desenvolvimento nas distintas atividades hípicas que aqui trataremos.

Esta colaboração é especialmente destinada ao "Aspirante", elemento cujo entusiasmo, vontade de progredir e superar, como assim também seu amor ao cavalo, se vê em inúmeros casos, lamentavelmente malogrados e perdidos, entre outras muitas coisas, pela falta de uma orientação definida, um conselho eficaz ou um estímulo oportuno.

Ao incipiente equitador, ao sair da Escola Militar, a primeira incógnita que se apresenta, é: SALTAR OU JOGAR PÓLO?... Não é propósito estabelecer aqui comparações e determinar si uma ou outra atividade é melhor e mais completa; ou si, o que pratica mais intensamente uma delas, é mais hábil cavaleiro que o que pratica a outra. Ambos os esportes são, por

igual, próprios do homem que se sente cavaleiro, que quer o cavalo e que necessita imperiosamente desenvolver algumas destas atividades, para alegria de seu coração e beneplacito de seus músculos; para exteriorização de sua virilidade ante si mesmo e para, ante a emoção frente ao obstáculo, ou arco contrário, transpôr aquêle ou vencer este, experimentando assim a infinita alegria do triunfo.

Dado que as multiplas atividades do serviço não nos permitem dedicar-nos a fundo à prática intensa de ambos os esportes, resolvemos então essa incognita, orientando nossos melhores esforços, para o desenvolvimento do que mais nos agrada e praticando o outro na medida do possível.

Como resolvemos este primeiro problema, dedicando-nos à prática do salto e, por sua afinidade, as corridas de obstáculos (steeple-chaise) e percursos através campo (cross-country), deixaremos de lado o pólo e nos dedicaremos a estas atividades.

Em consequência, trataremos de desenvolver em separado:

1.º — Salto.

2.º — Corrida de Obstáculos.

SALTO:

E' de indubitável influência no aspirante, no que se refere ao futuro desenvolvimento de suas atividades hípicas, o destino que se lhe dá ao sair da Escola Militar, isto é, o ambiente hípico em que terá de atuar. Nem todas as localidades onde estão sediados os corpos, existem instituições hípicas ou similares que, mediante a organização periódica de concursos e competições, mantenham firme o entusiasmo dos cavaleiros; seja pela escassa população ou simplesmente e isto ocorre na maioria dos casos, por falta de iniciativa, empenho e apôio dos que podem e devem fazê-lo.

Mesmo que isto ocorra, o jovem cavaleiro não deve sentir-se desanimado ou deixar diminuir sua vontade; pelo contrário, desenvolvendo uma grande atividade pessoal, entusiasmado com seu exemplo aos camaradas indiferentes e aos civis da localidade, se formará rapidamente esse ambiente hípico indispensável para manter vivo nos cavaleiros o interesse de progredir, ante o atraente da disputa dos concursos.

Chegado ao Regimento, o "Aspirante" deve escolher um cavalo para saltar.

Não analisaremos aqui quais são as características ou o "tipo" de um cavalo de salto, pois muito se há escrito sobre este

assunto. A respeito só diremos que nas pistas de nosso país, não há um "tipo" definido de cavalo de salto. Como escolhê-lo então? Escolhê-lo-emos, experimentando-o no salto. E' natural que para olharmos com atenção um cavalo determinado, é porque nêle nos despertou a atenção, seja por sua conformação exterior — Um cavalo "lindo", — seja no nosso trabalho com a tropa, em instrução a cavalo, vendo-o saltar bem. Esclareçamos agora o que chamamos "saltar bem", tendo em conta que os obstáculos que utilizamos com os soldados, nunca ultrapassarão 0,90. Dentro desse ponto de vista, diremos que um cavalo salta bem, quando exterioriza agilidade e força e passa o obstáculo com folga, isto é, quando salta com "delicadeza".

Escolhido o cavalo por alguma das coisas expostas, passemos agora a experimentá-lo.

Como o faremos? Teremos para isso, duas formas: o salto em liberdade e o salto montado. O primeiro destes métodos, requer a utilização de um picadeiro coberto ou de um picadeiro descoberto, mas de paredes altas, elementos que possuem contados regimentos de cavalaria, apesar do indispensável de sua existência.

Si temos a sorte de dispôr de uma destas instalações, experimentaremos nosso cavalo, ensinando-o primeiro a galopar calmo e franco pela pista, colocando-se algumas varas no solo. Em seguida colocaremos um obstáculo baixo no centro de cada lado maior, os quais levantaremos aos poucos. E' conveniente que estes obstáculos sejam "duplas", não devendo no primeiro "dia de experiência" alcançar mais de 1m. de altura por 1m. de largura, sempre que o cavalo tenha trabalhado bem, do contrário nos conformaremos com uma só vara, no máximo a 0,80em. O número de saltos não deve exceder de 15.

Em três ou quatro sessões sucessivas, faremos com que nosso cavalo chegue a transpor com facilidade, uma "dupla" de 1,20 cm. x 1,40 cm., com o que ficaremos muito satisfeitos e decididos a continuar trabalhando o animal escolhido.

Em caso de não dispormos de picadeiro para o trabalho exposto, poderemos começar pelo salto a "guia". O método a seguir é o mesmo, porém, requererá mais tempo e paciência e, sobre tudo, muitas precauções, para evitar refugos e desvios, que nos fariam formar um falso juízo sobre as aptidões do cavalo. Para esse trabalho é preciso dispôr-se de varas de 4,50 cm. e guarda-flancos.

Quando o cavalo trabalha perfeitamente a "guia", passa bem a vara no solo e dois ou três cavaletes, podemos iniciar a passagem do obstáculo.

Para experimentar nosso cavalo diretamente no salto montado, procederemos de forma análoga às anteriores. Iniciamos a experiência, passando a vara no solo; a levantaremos paulatinamente até conseguirmos transpôr, sempre que o animal trabalhe a contento, uma dupla de 0,80 ou 0,90 cm. x 1,00 de largura, com a mesma agilidade, força e delicadeza que lhe notamos no dia em que nos agradou. Em três ou quatro provas subsequentes, trataremos de chegar a passar uma dupla de 1,10 x 1,30 e um vertical de 1,10 sempre com as mencionadas características. Se devido a pouca docilidade ou ao temperamento nervoso do animal, torna-se difícil efetuar esta prova ao galope, podemos realizá-la perfeitamente ao trote, diminuindo um pouco a altura máxima mencionada.

E' claro que, si dispomos de picadeiro, apreciaremos muito melhor as condições de nosso cavalo, efetuando a prova, fazendo-o saltar em liberdade ou montado, alternativamente. Satisfeitos com o trabalho do animal escolhido e decididos a obter dêle um cavalo de salto, iniciamos seu adestramento e preparação.

Qual é nosso objetivo imediato? Que pretendemos obter de nosso cavalo? Ficaremos muito satisfeitos si depois de cinco meses de trabalho, pudermos executar um percurso de dez ou doze saltos variados, de 1,10 x 1,50, com pequenas falhas. "Esse é o nosso objetivo imediato".

Para podermos chegar a realizar o mencionado percurso, é necessário que o cavalo preencha duas exigências fundamentais: que transponha os obstáculos e que se deixe conduzir com facilidade no decorrer do percurso. A primeira obteremos com o trabalho intenso no salto e a segunda, com o que adante chamarímos "equitação de salto". Desenvolveremos separadamente cada um destes trabalhos, porém, tendo sempre presente que estão intimamente ligados entre si e que não pode existir um sem o outro.

Cabe esclarecer aqui que, o "aspirante" não só deve "fazer" o seu cavalo, bem como "fazer-se", aumentando e aperfeiçoando, mediante intensa prática, os conhecimentos adquiridos na Escola Militar.

Primeiramente veremos o modo de trabalhar em salto, com um cavalo mais ou menos dócil, de bom temperamento e que não possua grandes defeitos; deixaremos para tratar mais adante a forma de proceder com cavalos indóceis, de mau temperamento e com alguns defeitos na execução do salto.

Nunca começaremos a saltar logo após montar nosso cavalo; antes devemos trabalhá-lo dez a quinze minutos em "equitação de salto", a fim de distender seus músculos, acalmá-lo, pon-

do-o em boa disposição para saltar. Iniciamos logo o salto a galope, podendo realizar os primeiros saltos também ao tróte, sobre um dupla baixa e estreita, de 0,60 x 0,60, mais ou menos, salto que repetiremos várias vezes, para logo ir subindo e alargando paulatinamente, até chegar a ter, como máximo, 1,00 x 1,00. Entre as varas da dupla, deve haver uma diferença nunca menor de 0,20 cm. a fim de facilitar a execução do salto.

Este trabalho convirá iniciá-lo com varas rústicas e continuá-lo com varas pintadas de cores e o repetiremos em várias sessões, até que o animal aborde o obstáculo com franqueza e decisão e o transponha com agilidade e "delicadeza". Obtido este primeiro resultado, iniciaremos as sessões seguintes, saltando sempre a "dupla", para passar logo a uma "estacionata" formada por duas ou três varas, as quais iremos levantando até chegar a 1,00 metro de altura. De 25 a 30 saltos por sessão, é o número que podemos fixar a fim de não excedermos no trabalho; recordar sempre: "frequência, não intensidade".

Como terceiro objetivo em nosso trabalho, passaremos a ensinar ao cavalo a saltar uma "triplice", porém, não deixando de saltar previamente a "dupla" e a estacionata já conhecidas. Ter sempre presente que não devemos exceder de 1m. de altura x 1,20 de largura e que a diferença entre as varas não seja menor que 0,20 cm..

Quando o animal estiver confirmado nestes saltos "clássicos", estaremos em condições de fazê-lo abordar outros, como: Sébes de formas distintas — Muros — Cancelas — Passagem de nível, etc., tendo porém sempre presente o método seguido até agora, isto é, começar baixo até que o cavalo fique "franco" e em seguida subir paulatinamente até chegar a 1m. de altura.

Logo que tivermos obtido absoluta franqueza e segurança na passagem de obstáculos isolados, estaremos em condições de iniciar o trabalho sobre vários deles combinados. Neste sentido devemos ter presente que as distâncias mais utilizadas em todas as provas, são de 7m. a 7m.50 e 10m. 50 a 11m.

O mesmo procedimento metódico e de paciência que temos seguido com os obstáculos isolados, seguiremos com os obstáculos combinados. Iniciaremos com duas estacionatas baixas, colocadas a 10m.50 de distância, as quais iremos levantando até chegar a 1m., sendo que a primeira deve ser mais baixa 0,50 cm. do que a outra, sendo conveniente utilizar guarda-flancos para evitar desvios. Passemos depois ao "triplo" de estacionatas colocadas ainda a 10m.50, para mais tarde chegarmos à distância de 7m.50 e finalmente chegarmos até quatro estacionatas separadas de 7m.50 e 10m.50.

Estaremos assim em condições de combinar dois ou três obstáculos quaisquer, colocados às distâncias mencionadas. Continuarémos nosso trabalho sobre estes obstáculos, tomados isoladamente, até que nosso cavalo não tenha nenhuma dificuldade em transpõe-los com franqueza e agilidade; a partir daí, estaremos em condições de realizar pequenos percursos. De início será suficiente com 4 ou 5 obstáculos, dos quais, pelo menos um será "duplo" ou "triplo", percurso que pode ser realizado duas ou três vezes. Passaremos a aumentar o número de obstáculos, até chegar 10 a 12 que, contando as combinações, nos obrigarão realizar de 12 a 15 saltos, não ultrapassando 1m. de altura por 1m.30 de largura.

Si dispuzermos de picadeiro, os progressos de nosso cavalo serão muito mais firmes e rápidos, pois o salto em liberdade, intercalado com o salto montado, é de resultados excelentes. Com o cavalo nestas condições poderemos já, com grandes possibilidades de êxito, realizar um percurso sobre 10 ou 12 obstáculos com 12 a 15 saltos, até 1m.10 de altura por 1m.50 de largura. Com segurança nosso cavalo se desempenhará bem e terminará o percurso sem cometer falta ou no máximo, derrubará um ou dois obstáculos. Si isto ocorre, podemos ficar muito satisfeitos e participar com nosso cavalo no primeiro concurso que se realize, desde que a altura não exceda 1m.10.

CAVALOS COM DEFEITOS NO SALTO

Muitos e mui variados são os defeitos que podem ter os cavalos na execução do salto; por esta razão não nos ocuparemos de cada um deles separadamente e os gruparemos segundo suas características mais importantes e, dentro de cada grupo, trataremos dos casos mais comuns:

Segundo o pique	("Cavalo que saí de baixo"
	("Cavalo que saí de longe"
	("Disparador"
Segundo o temperamento . . .	("Cavalo que se retém"
Segundo a colocação do pescoço	" Cavalo invertido"

Analisemos agora cada um destes casos particulares.

Cavalo que sai de baixo

Este defeito o têm normalmente os cavalos que abordam o obstáculo com pouca impulsão, compreendendo-se neste caso, o "cavalo que se retém" e o cavalo que dispara até perto do obstáculo e diminuindo bruscamente sua impulsão "se mete debaixo", "sapateia" e salta quase que parado. Estes cavalos, normalmente transpõem sem inconvenientes, os obstáculos verticais, porém terão grandes dificuldades nos obstáculos largos e suas combinações, em que seu segundo ou terceiro salto seja um obstáculo largo; estas serão tanto maiores quanto mais acentuado seja o defeito. Para corrigí-lo, devemos trabalhar intensamente nosso cavalo sobre obstáculos largos e baixos, sendo o mais adequado o constituido por três, cinco ou sete varas, cuja separação se vai aumentando a medida que se aumenta também a altura, podendo chegar-se até 3m. de largura no salto montado e a 4m. no salto em liberdade, não devendo exceder a altura de 1m. Se completa muito bem este trabalho, colocando uma vara a pouca altura do solo antes do obstáculo e a uma distância que obrigue o animal a "picar o salto" no lugar conveniente: 7m. a 7m.50 e 10m.50 a 11m.

E' fácil compreender que este trabalho, destinado a corrigir os defeitos assinalados deve complementar-se com um trabalho de equitação de salto. Evidentemente, o cavalo cujo defeito analizamos, necessita de ser impulsionado — "deixá-lo para frente" — e fazê-lo com toda a energia uns metros antes do obstáculo, quando estiver para iniciar o "sapateio". Si o animal é "disparador", devemos fazer ao contrário, isto é: quando quer iniciar a se retér, impulsioná-lo energicamente utilizando também o pingalim se fôr necessário. Ainda que neste tema nada possa ser matemático, podemos fixar o ponto de iniciar esta impulsão energica a 10 ou 12 metros do obstáculo.

A medida que o cavalo vai melhorando a forma de saltar, poderemos alternar os saltos largos com os verticais, porém, sempre trabalhando mais intensamente sobre os primeiros. Si este trabalho se realiza em liberdade, deve ser ainda mais energica a impulsão porém sem chegar a um castigo desmedido que perturba e desorienta o cavalo.

Cavalo que sai de longe

Este defeito que, à primeira vista, parece mais lógico encontrá-lo nos cavalos "disparadores", também é comum nos que "se retém" e nos de andadura normal. Esta particularmente no

"pique", quando não é muito acentuada, longe de ser um defeito, é uma vantagem e como tal, devemos cultivá-la e fomentá-la. Analizemos o caso, pois, em que o defeito seja evidente, isto é, quando o cavalo pica o salto demasiadamente longe do obstáculo. Si o obstáculo é vertical, o salto se efetuará sem inconvenientes, porém os riscos serão grandes e graves quando o obstáculo é largo, pois o animal pode até cair.

Os obstáculos colocados às distâncias comuns, 7m. a 7m50 e 10m.50 a 11m., um pouco aumentadas no princípio, são o melhor remédio para estes cavalos. Pode-se completar o trabalho com o salto ao trôte, cuja execução veremos mais adiante, que obriga o animal a aproximar-se do obstáculo. Como em todos os casos já vistos, o salto em liberdade contribuirá muito eficazmente para este trabalho; realizando-o sobre as distâncias referidas e também 3m.50 a 4m., obteremos muito bom resultado.

Cavalo disparador

Este cavalo é o que mais necessita de equitação de salto. Trabalhos diários prolongados, em especial, ao galópe em círculo, ao redor ou tangenciando um obstáculo, alternando com alguns saltos baixos, fazendo alto e recuar, antes ou depois do salto, são a melhor receita para estes animais. É um complemento muito eficaz o salto ao trôte, que executaremos descrevendo um oito, com o obstáculo no ponto de tangência dos dois círculos. Si o cavalo é extremamente nervoso, iniciaremos este trabalho ao passo e com as varas no solo e, a medida que o animal vai se acalmando poderemos tomar o trôte e ir levantando as varas até 0,80cm. É conveniente colocar uma vara no solo, adeante e bem perto do obstáculo que passamos ao trôte, como também fazer alto e recuar, frequentemente, diante do obstáculo. Alternando habilmente o salto ao trôte com o obstáculo indicado acima, poderemos chegar a transpôr, sem lugar a dúvidas, pequenos obstáculos ao galópe ou trôte, com o cavalo calmo e com as rédeas alongadas. Não interprete o cavaleiro leitor, que o salto com as rédeas alongadas, seja uma finalidade, sinão que é uma prova de que nosso cavalo já não é disparador.

Cavalo que se retém

Em parte já tratamos deste defeito ao referir-nos ao cavalo "que sai de baixo" e dissemos que era necessário impulsionar, "deixar para frente", o animal. Conseguiremos isto, fazendo nossa equitação de salto muito movimentada, com muitas partidas ao galópe, seja do passo, seja parado, que serão tanto mais ener-

gicas quanto mais linfático seja o cavalo. Prolongados galópes, realizados entre os obstáculos da pista, ao redor dela e ainda no exterior, como assim também, o acertado emprêgo das espóras e do pingalim, completam muito eficazmente o trabalho anterior.

Cavalo invertido

Antes de tudo diremos que o cavalo invertido é aquele que durante o salto, em lugar de estirar o seu pescoço para baixo — o que origina um arco normal na coluna vertebral do cavalo — salta com seu pescoço recolhido ou levantado, quebrando assim este arco, pelo que normalmente derruba o obstáculo com os posteriores. Em geral, estes cavalos são de grande poder e executam seus saltos empregando exclusivamente a força. Este defeito deve ser corrigido, quase exclusivamente, com o intenso trabalho em liberdade, sobre obstáculos das seguintes características: um obstáculo vertical que permita ver pouco o outro lado, como muro, sébe, etc., e detras dele uma série de varas e cavaletes de altura progressivamente descendente e no possível de diferentes cores vivas. O cavalo inicia o salto como costuma fazê-lo, porém quando está no ár, olha atentamente os cavaletes, estirando e abaixando o pescoço. Estas varas e cavaletes podem ir distanciando-se cada vez mais, ou aumentando em número, de modo que a largura do salto atinja até 3m.50.

EQUITAÇÃO DE SALTO

Exporemos aqui o procedimento a seguir para pôr um cavalo em condições de efetuar sem dificuldade um percurso de saltos variados, isto é, alcançar o objetivo que nos havíamos fixado e fazê-lo simultaneamente com o trabalho de salto, mais ou menos aos cinco ou seis meses após iniciado o adestramento. Como já o fizemos com o salto, trataremos em primeiro lugar do adestramento de um cavalo dócil, que não possua maiores defeitos para passarmos em seguida aos que os tenham, mostrando então a forma de corrigí-los e os meios que teremos para isso.

Primeiramente dedicaremos alguns parágrafos ao tipo de embocadura que devemos colocar em nosso cavalo. Ainda há uma tendência muito generalizada nos cavaleiros inexperientes e naqueles em que a experiência é "bem grande", de utilizar para salto, o freio e bridão, o freio articulado, o freio simplesmente e outros elementos que em mãos inhabeis resultam "elementos de tortura".

Desde já podemos afirmar de forma terminante, que a embocadura ideal para o cavalo de salto é o bridão. Não existe nenhum cavalo que não seja possível conduzir com bridão. Esclarecemos que, entre os bridões encontramos vários tipos, sendo melhores os de embocadura mais grossa e leve. Em rápida análise veremos as vantagens do bridão sobre o freio e os inconvenientes deste.

A ação do bridão na boca do animal é suave pela forma e peso do "ferro", ainda que acionado brusca e pesadamente (o que ocorre com os cavaleiros inexperientes), não martiriza demasiado a boca do cavalo. Pela ação suave, o bridão permite ao animal estirar seu pescoço à vontade e com ele um esticamento natural do dorso, o que facilita a livre ação do posterior, descrevendo assim, no ar o "arco" adequado para transpôr com facilidade o obstáculo. Ao formar-se bem o "arco" se evitam, em grande parte, os saltos irregulares, especialmente aqueles em que o animal se "encapota", "saí de baixo" (se aproxima demasiado do obstáculo), o que provoca um salto em força, caindo o animal do outro lado do obstáculo, também demasiado perto e sobre seus quatro membros, com o consequente prejuízo para seu dorso, rins e membros.

Em especial, ao cavaleiro novo é mais fácil ter em suas mãos um só par de rédeas, que os dois que requerem a condução com freio e bridão. Pelo que foi dito, é evidente que a condução com bridão se torna "agradável" ao animal e isto redunda na regularidade de suas andaduras e cadência, bem como na eficiácia do percurso.

O emprêgo do freio e bridão tem, entre outros inconvenientes, o de que o "freio" é maior e mais pesado que o bridão e sua ação não é direta desde a mão do cavaleiro, senão que atua em forma de alavanca, que multiplica várias vezes a "intenção" de ser suave do cavaleiro, martirizando habitualmente o cavalo. Como resultado da ação forte da alavanca, obtemos uma posição forçada do pescoço e nuca, o que provoca a contração do dorso do animal, isto é, o contrário do que se procura ou seja, o estiramento; o "arco" é então quebrado e temos os saltos irregulares, saltos em força que já mencionamos.

Ao cavaleiro inexperiente resulta a difícil condução com quatro rédeas, devido à sua pouca habilidade, o que somado ao que ficou dito, torna quase que intolerável ao animal suportar o manejo com freio e bridão. Considerando que muitos cavaleiros empregam o freio simplesmente, ou de tamanho exagerado, ou de colocação deficiente, concluimos que os inconvenientes apontados acima são agravados.

Embridado nosso futuro cavalo, iniciaremos seu adextramento. O objetivo a alcançar neste sentido é muito simples e claro: docilidade e tranquilidade em todas as andaduras e cidades, que aborde os obstáculos com decisão, mas sem precipitação. Podemos resumir tudo isto dizendo que o cavalo deve atender perfeitamente as paradas e meias paradas; que o cavalo deve estar "na perna".

Si dispomos de picadeiro, nossas primeiras sessões serão integralmente executadas nêle, para logo terminá-las na pista e, finalmente, só trabalhar nela ou no lugar em que se salta. Devemos iniciar todas as sessões pelo trabalho ao passo. Em seguida passamos ao trôte elevado, efetuando várias mudanças de mão, não esquecendo de mudar em cada caso, de diagonal. Seremos muito cuidadosos na aplicação correta das ajudas, na passagem dos cantos e voltas marchando, conservando sempre a posição correspondente e efetuando uma meia parada antes de cada um destes movimentos. É conveniente colocar em um lado maior, deixando livre a pista, até quatro cavaletes (altura dos cavaletes, 20cm. a 25cm.) à distância correspondente (1m.⁴⁰ no máximo) e fazer nosso cavalo passá-los. Com este trabalho inicial o animal ficará "distendido" e poderemos tomar a galope e dar várias voltas no picadeiro, mudando constantemente de mão, efetuando mudanças diagonais e longitudinais ou no meio do picadeiro, intercalando alguns tempos de passo ao mudar de pé. Recordemos também, no trabalho ao galope, o que foi dito para o trôte, no que se refere às ajudas, posição e meia parada prévia às voltas e passagem de angulos. Até esta altura da sessão terão decorrido mais ou menos cinco minutos a cujo término deixaremos que o cavalo estire o pescoço livremente, "deixando tirar-nos as rédeas das mãos" sem perder no entretanto a correta posição do corpo e das pernas.

Este pequeno descanso consistirá em andar poucos metros nas condições indicadas, para retomar em seguida o contacto e continuar nosso trabalho. O restante do tempo, isto é, até completar uns 25 minutos no total, utilizamos, intercalando os seguintes movimentos: trôte de trabalho e ligeiramente mais curto, sempre elevado; galope de trabalho, alargando e encurtando; alto; recuar; ceder a perna e girar sobre o anterior; e quando o adextramento o permite, espádua para dentro e garupa para fora. Não esquecer que as paradas e meias paradas devem abundar no desenvolvimento da sessão.

Durante o trabalho ao galope, devem efetuar-se frequentes mudanças de pé, passando por dois ou três tempos de passo, no ponto de tangência de dois círculos (o oito) ou ao cortar a linha

do centro, descrevendo então uma serpentina. Alternar estas mudanças de pé com uma ou duas voltas de galope largo; aumentar e diminuir o círculo, alongando e encurtando o galope, produz bons resultados.

Lógicamente, durante as primeiras sessões, nosso cavalo executará estes movimentos com certa lentidão; aporá algumas resistências para partir a mão ou para executar o recuar, ou resistirá a ceder à perna, ou sua posição será defeituosa ao executar um giro, ou se "defenderá" estirando o pescoço ou levantando a cabeça ao executar uma parada; insistiremos então naquilo em que apresentar maior reação.

E' necessário intercalar frequentes descansos, como o que já mencionamos, e durante os 25 minutos da sessão sómente tomar o passo para conceder estes descansos ou para executar os movimentos que não podemos executar em outras andaduras.

• Não devemos esquecer que a "equitação de salto" não é um fim, senão um meio para alcançarmos o objetivo imposto ao nosso cavalo de salto; em consequência, não devemos exigir-lhe nem pretender alcançar com exatidão e preteza, os movimentos que exigiríamos a um cavalo que trabalhassemos para uma prova de adestramento (equitação propriamente dita).

Devemos de início, dispensar uma maior energia na aplicação das ajudas e conformar-nos no que se refere ao flexionamento do pescoço e nuca, com aquele algo estirado e esta flexionada. Dissemos que o tempo diário que devemos destinar a este trabalho será de 25 minutos. Claro está que este tempo não pode ser o mesmo para todos os cavalos; ele variará, especialmente, segundo o temperamento do animal e seu estado físico.

Dá bons resultados praticar esta equitação de salto entre os obstáculos da pista, ainda que não saltemos nesse dia. Nos dias de salto dedicaremos os primeiros 10 ou 15 minutos à equitação únicamente, para logo passar ao salto, podendo praticar ambas as coisas intercaladas, o que beneficiará nosso trabalho.

Quando nos referimos ao trabalho de salto, dissemos que podíamos estar muito satisfeitos se depois de cinco meses de seu início, nosso cavalo realizasse, com algumas falhas, um percurso de 10 a 12 obstáculos, de altura máxima de 1m.10 por 1m.50 de largura. Acrecentamos agora que o intenso trabalho de equitação realizado paralelamente ao do salto, contribuirá grandemente para alcançar aquêle objetivo.

(Continua no próximo número)

ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

"O que a Psicologia ensina, antes de tudo ao educador, é que, se ele quiser ver coroados de êxito os seus esforços, deve subordinar tôda a educação à natureza particular do aluno. Porque de nada adianta querer ir contra as leis naturais. Como já se disse muito expressivamente, não se governa a natureza senão prestando-lhe obediência.

A pedagogia deve, pois, partir do aluno. A *Escola para o aluno e não mais o aluno para a Escola*, o método e o programa gravitando em torno do aluno, e não mais este torturado em meio de um programa abstrato — tal é a revolução "Copernicana" e para a qual a Psicologia moderna convida o educador".

ED. CLAYPAEDE

UM ANO DE ADMINISTRAÇÃO EM FERNANDO NORONHA

1.º Ten. Dr. GUILHERME AULER

Ao chegarmos ao término das festas da Padroeira de Fernando de Noronha, a Virgem dps Remédios, data que também assinala o primeiro aniversário do Govêrno do Exmo. Snr. Major Mário Fernandes Imbiriba, justo é que com admiração, curiosidade natural de todos que labutam na imprensa e no rádio, aos vossos lábios assome uma interrogação do que fez a atual administração pelos destinos do Arquipélago.

De início é preciso fixar que a tarefa é ciclópica e poucos os auxiliares, pouquíssimos se quizermos ser exatos, pois, as condições de população móvel, instável, não têm permitido que aqui se organize uma equipe de técnicos, funcionários dedicados e competentes.

No começo de sua administração, quiz o Exmo. Governador dar-lhe um cunho de descentralização eficiente, criando pelo Decreto n.º 1, de 8-IX-945, quatro Departamentos em que se sub-

divide a Secretaria do Território: Departamento de Produção Animal, de Produção Vegetal, de Viação e Obras Públicas e de Justiça e Polícia. Dentro desse esquema de atividades é que se desenvolve a administração do Território, num crescente de intensidade que a muitos céticos já tornou exaltados e obreiros de uma constante atividade.

Dirigindo as nossas vistos, primeiramente, para o Departamento da Produção Animal, que se subdivide nas organizações de Pesca, Pecuária Suinocultura e Aviário, temos que retroceder até as primeiras notícias históricas que existem de Fernando de Noronha, para ajuizarmos qual importância que representa para todos nós a concretização do desenvolvimento pleno e satisfatório desse Departamento.

Com efeito, ao nos referirmos à pesca, data de 1817, o projeto da organização de um plano racional, elaborado pelo então Governador da Capitania de Pernambuco, Luiz do Rêgo Barreto, que no ano seguinte a 27 de novembro nos enviava a sumaca "N. S. da Penha" a fim de realizar as primeiras experiências, que corcadas de êxito, vinham justificar as instruções dadas em 1819 e em 1824 para que os então administradores da Ilha dirigissem os seus olhos para tão futurosa indústria.

Os planos ficaram, mas só agora é que com o Governo do Exmo. Sr. Major Mário Fernandes Imbiriba, pôde Fernando de Noronha aproveitar a fertilidade dos seus mares.

De início, para garantia da conservação do peixe no frigorífico surgiu a primeira dificuldade que consistia em que o mesmo frigorífico funcionava irregularmente, pois era acionado por um trator, não havendo ligação elétrica da Usina para o mesmo. Em outubro de 1945, com a extensão de 2 quilômetros e 250 metros, foi terminada a ligação, por meio de cabo subterrâneo, empresa difícil em terreno pedregoso e acidentado, calculado anteriormente como trabalho de um ano, mas efetuado num mês de constante vigília.

Tendo onde conservar o peixe para exportação, O Governo do Território encarou o problema do equipamento de uma flotilha de barcos, com a reconstrução do "Avaí"; a aquisição do "Mumbebo" e de outro pronto para embarque, além da compra do madeiramento, complemento para confecção aqui mesmo de mais 4 embarcações. O ponto mais alto, contudo, será a concretização das negociações que o Governo do Território está realizando, com os estaleiros suécos, ingleses e canadenses, para compra de um moderno navio de pesca, com câmara frigorífica e motor a óleo diesel. Mas da reconstrução e equipamento de uma

flotilha de pesca, vamos chegar ao estaleiro construído para conserto das lanchas do Porto e que também servem para a pesca. Foi uma das grandes realizações do Exmo. Snr. Governador, conseguindo que a lancha "General Milton" com vários rombos, prestes a sossobrar, sem solução para ser enviada ao Recife, pois, não oferecia segurança de ser rebocada, hoje aqui estivesse singrando os mares atlânticos, a atestar que do esforço e capacidade humanos o querer é poder. Depois da "General Milton", a lancha "General Reguera" subiu aos estaleiros, foi reparada e lançada ao mar. Hoje já se encontra em conserto a 3.^a lancha "Tupaceretá", que dentro de poucas semanas também cederá o seu lugar a uma quarta.

A antiga Pocilga de Fernando de Noronha estava formada de tambores vazios de óleo e gasolina, num acidentado terreno pedregoso, sem cobertura adequada. Hoje, instalada modernamente em terreno indicado, segundo os requisitos técnicos modernos, tem ao seu lado a Maternidade, cuja construção é hoje dada, como inaugurada.

Seguindo ainda a técnica aconselhada, é que foi construído o Aviário de emergência, hoje também concluído, com capacidade inicial para 300 aves, a fim de sanar esse deficit de abastecimento, que nos obriga importar até ovos, do Continente.

A Pecuária está no seu estágio de organização e produção selecionada. Encontrou o atual Governo, todo o gado, quase 800 cabeças, disseminadas, espalhadas por toda a Ilha. A primeira tarefa foi dividir a superfície em duas regiões distintas para o trabalho agrícola e o pastoril. Logo em seguida, foram construídos estabulos, currais, mangas, e como parte principal da Pecuária e reconstrução e aparelhamento do Matadouro, hoje também concluído, que virá acabar com a prática anti-higiênica da matança desorganizada e debaixo de árvores.

Muito há, entretanto, que realizar neste Departamento, mas a vontade de cumprir o plano traçado totalmente, nos anima em futuro próximo, esperar que em Fernando de Noronha a Pecuária seja um modelo de experimentação e reprodução de espécies raciadas.

A tradição agrícola da Ilha é a das mais numerosas. Em 1503 Américo Vespucio dizia que a terra "tem muitas águas doces e correntes, infinitas árvores e inumeráveis aves marinhas e terrestres".

O missionário capuchinho Frei Claude de Abbeville, em julho de 1612, assim se expressa: "a terra é capaz de produzir

tudo quanto seja útil. Encontramos melões, jerimuns, batatas, ervilhas e outros frutos excelentes, muito milho e algodão, bois, cabras, sobretudo grande quantidade de pássaros".

Por ocasião da invasão holandesa de 1629 os nossos inimigos, segundo o testemunho do historiador, tinham "plantado muita mandioca e havia também grande plantação de legumes e fumo".

Mais tarde, quando da passagem e estabelecimento dos franceses por aqui, em 1736, tinham eles "feito horta, plantações de feijão, milho, inhames, tabaco e muitas outras plantas do Brasil e da Europa, havendo criação de porcos, cabras, galinhas, perús, patos, gansos e outras aves".

Milho e algodão receberam os holandeses de Fernando de Noronha quando escravizavam o Nordeste Brasileiro. E a informação histórica continua, seja em Abreu e Lima (1857), que afirmava que a Ilha poderia ser "o celeiro de Pernambuco", ou em Beaurepaire Rohan (1865), que exclamava "tão fértil esta Ilha, tão abundantes as colheitas, tão pescoso o seu mar, tão fértil enfim a aquisição de todos os meios de subsistência", ou em Pereira da Costa (1887), que assinala que o algodão de Fernando de Noronha recebera o prêmio de medalha de Prata na Exposição Universal de Paris de 1867. Mas, justamente dentro desse quadro de tradição agrária tão acentuada é que a atual administração recebeu os mais desoladores legados, sem nenhuma atividade agrícola, seja em horta, reflorestamento, fruticultura ou simples plantação rudimentar ou empírica.

Com referência ao reflorestamento, a situação atual é tão angustiante, que nos obriga a importar a lenha do Continente, como os legumes e as frutas. A devastação das matas de Fernando de Noronha é assunto que, em 1865, já Beaurepaire Rohan, clamava e predizia o momento que atravessamos em 1946. Também Abreu e Lima (1857) dava como uma das primeiras atividades a realizar, o "plantio de grandes árvores".

O Horto Florestal que foi iniciado em junho passado, sob a orientação técnica do Diretor do Serviço de Reflorestamento de Pernambuco, que aqui plantou 1.300 pés de craibeiras, anjicos e azeitoneiras, já foi ampliado com mais de 1.200 pés de jenipapeiros e azeitoneiras. Mas se trabalhamos para o futuro, esperando que os habitantes de Fernando de Noronha daqui a uns 10 ou 20 anos, sofram as agruras do presente, plantando carvalhos como ensina a fábula, também plantamos couves, com a organização de uma horta dotada de um moderno serviço de irri-

gacão, que cobre já uma área inicial de 7.772 metros quadrados, cuja Festa da Colheita hoje se realizou.

Da Fruticultura, a atividade compreendeu a conservação e defesa das existentes árvores frutíferas e mais a organização de um Pomar e uma Semementeira de Vinhedo, composta esta de 1.000 pés de uvas moscatel. Foram plantados: 230 figueiras, 144 bananeiras, 89 mangeiras, 36 abacateiros, 11 sapotiseiros, 9 jaqueiras e 8 pés de carambolas. Tudo soma, pois, um total de 1.527 pés.

Para o problema do alojamento, tão angustiante e premente, a solução adotada pelo Exmo. Snr. Governador foi de fato a do princípio. Isto é, a organização de uma fábrica de blocos e mosaicos, e dentro dessa orientação é que pôde ser feita a obra de construção dos próprios da Ilha, a maioria dêles em ruina ou desabados. Dentre as obras de vulto, podemos destacar o Grupo Escolar "Manoel Borba", o reinício das obras do Palácio do Governo, o prédio da Merceologia, o Mercado Sto. Onofre, a casa à Praça Gen. Dutra, 5, o alojamento do Continente, a casa à Praça Gen. Góis Monteiro, 15 e o alojamento do Aprendizado Presidente Dutra.

No capítulo da Assistência Social, o Governo do Exmo. Snr. Major Mário Fernandes Imbiriba tem realizações exemplares — A Caixa de Depósitos Populares, que permite e fomenta a economia popular, como fins educativos e sociais; o Serviço de Proteção à Maternidade e à Infância, que fornece diariamente 1 litro de leite gratuito às crianças até a idade de 5 anos, e às gestantes e lactantes, cujos chefes de família ganhem menos de mil cruzeiros mensais; o Grupo Escolar Manuel Borba com 2 professores, de frequência obrigatória para a população infantil, fornecendo gratuitamente livros, material escolar, fardamento, merenda, assistência médica e odontológica.

Ultrapassando, entretanto, as fronteiras do Território, com irradiação pelo Nordeste, o Aprendizado Agro-Pesco-Pecuário Presidente Dutra, fundado a 18 de maio e hoje com o seu funcionamento iniciado, vem de certo modo alterar a fisionomia educativa das populações rurais pela alfabetização mas também pelo preparo técnico de agricultores, criadores de gado e pescadores, despertando em todos o amor pela terra e a valorização da nossa vida agrária e pastoril. Ao terminar o curso de 3 anos, o aluno do Aprendizado recebe o diploma de Mestre de Campo e tem em sua caderneta da Caixa de Depósitos Populares, uma economia proporcional a um cruzeiro por cada dia em que esteve estudando, que lhe permitirá encarar o futuro com otimismo.

Dentro da orientação do Exmo. Snr. Presidente da República, de baixar por todos os meios o "standard" de vida, é que o Governo do Território veio criar dois órgãos de abastecimento capazes de trazer à população o que ela necessita, sem intermediários e pelo preço do custo. A Merceologia e o Mercado Sto. Onofre estão aí a atestar os benefícios que proporcionam a todos.

Com referência ao abastecimento d'água, traçou o Exmo. Snr. Governador o plano de dotar a Ilha de uma equipe de cataventos, num total de 13, dos quais 8 já se acham no Território. E Fernando de Noronha que tinha a crônica da terra sem água, hoje inaugurou as máquinas de gazeificação da água da Cacimba do Padre, que se espalhará por todo o Brasil, num movimento de sincronização patriótica, a atestar que Fernando de Noronha é parte do Brasil.

Nenhuma renda do Território existia há um ano. Hoje temos as seguintes parcelas: peixe, carne de boi e de porco, côcos, e bananas, leite, couros e aluguéis do mercado. Já podemos no próximo mês acrescentar a este total, as parcelas provenientes da horticultura, fruticultura e da água da Cacimba do Padre. E grande renda terá o Território quando se iniciarem as explorações das jazidas de fosfato e a industrialização da cal, além de outros minérios.

O problema das estradas, resolvido no inicio do século, em alguns lugares pelo empedramento, não se pode aplicar hoje pela morosidade e alto custo da mão de obra. E' verdade que as estradas para Fernando de Noronha são problemas vitais, acrescendo que na estação invernosa o terreno fica amolecido e escorregadiço, cheio de atoleiros, paralizando o trânsito. Já está iniciada a grande estrada que cortará a Ilha de norte a sul, modernamente asfaltada.

E como o oxigênio que respiramos, para a vida industrial e econômica do Território, está a energia elétrica, cuja nova usina, adquirida pela importância de Cr\$ 1.689.200,00 trará uma nova era de progresso. Esta usina, importada da América do Norte, já deveria estar montada e em funcionamento, não fossem os movimentos de desorganização do trabalho que esse País atravessou.

Estas têm sido as primeiras e principais atividades do Governo do Exmo. Snr. Major Mário Fernandes Imbiriba, num ano, que hoje festejamos. E' particularmente motivo de júbilo, Senhorinhas e Senhores da P. R. A. 8 a vossa presença, trazendo até esta parte do sólo brasileiro distante mais de 500 quilômetros do nosso Recife, a alegria das vossas artistas e dos vossos can-

tores, levando aos ares da Pátria a música que dedicais aos soldados do Brasil, que aqui estão guarnecendo os nossos canhões para garantia da integridade e soberania nacional. O vosso gesto é magnânimo e patriótico, pois, no meio da agitada vida de super-ocupações, lembraste-vos de Fernando de Noronha e empreendestes esta viagem para alegrar os pracinhas verde-oliva, que aqui estão com a mesma disposição de ânimo com que combateram na última guerra, em Monte-Castelo.

Fernando de Noronha, 29 de agosto de 1946.

ATRAZOS

Solicitamos aos companheiros que considerem o serviço de correios e a distancia sempre que houver atrazo no recebimento da revista: ----- somente utilizamos trem ou vapor. -----

A' GLORIOSA FEB,

as homenagens da

SKF

COMPNHIA **SKF** DO BRASIL
ROLAMENTOS

A IMPORTÂNCIA DAS FÔRÇAS MORAIS NA GUERRA

1.^o Ten. HEITOR C. OLIVEIRA

Assunto importante e demasiadamente complexo, é o que me proponho, nesta primeira aula de Educação Moral, tratar resumidamente, procurando, porém, focalizar os seus aspectos primordiais e mais dignos de interesse. Digo demasiadamente complexo, porque o seu estudo implica numa apreciação de fatos concretos à luz de princípios teóricos e, porque não dizer, metafísicos e, a subtileza com que certos fenômenos se processam, deixam-nos margem a divagações as mais diversas sobre como e de que maneira podemos encará-los, tendo por escopo colher ensinamentos que nos ajudem a resolver as situações reais que ocorrem diuturnamente no exercício da profissão militar.

A guerra, na sua configuração atual, deixa de ser apenas uma série de combates travados em certa porção de território, para ser a conjugação de tôdas as fôrças físicas e morais, industriais e econômicas, gerais e individuais, da linha de combate e da retaguarda, num gigantesco esforço por uma causa que deve ser única.

Tanto as mulheres, como as crianças e os velhos, os sãos e os doentes, são chamados a esse esforço e a nele empregarem tôdas as energias psíquicas e espirituais. Em seus tentáculos, ela não se limita aos que empunham os fuzis, mas alcança aos que manejam a pá e guiam o arado, aos que trabalham nas oficinas e aos que ensinam nas escolas, de tudo e de todos exigindo sacrifícios sem conta, a fim de que haja um "minimum" de perdas e um "maximum" de rendimento.

Mas, para que haja esse esforço, essa economia de perdas e essa possibilidade de vitória, é preciso que haja uma preparação, material e moral. Aquela, porém, embora conte com todos os meios de aperfeiçoamento, nada pode, si não tiver o concurso desta. E, essa preparação moral, deve constituir uma fôrça, tão potente e inextinguível, que acompanhe o combate às linhas de

fogo mais avançadas e que, dessas linhas, volte reduplicada aos que mourejam nas lides da retaguarda.

Como obtê-la, porém? E' o que procuraremos analisar.

O conceito de guerra é exclusivamente materialista e varia de povo para povo, de época para época. Ora, um fato é justo para a declaração de uma guerra, ora, o mesmo fato, é injusto. Para o Vencedor, ela sempre é acertada e, para os vencidos, é sempre injusta.

A relatividade do conceito que fazemos da luta, que assume uma feição por um lado, e outra fisionomia pelo outro, impõe-nos a tarefa árdua de, antes da ação, efetivarmos uma longa preparação, capaz de, por si só, criar uma mentalidade guerreira uniforme, que anime combatentes e comandantes para a consecução da vitória, graças a uma elevada força moral. Essa força moral é a geradora da confiança, sem a qual não há possibilidade de êxito, qualquer que seja a hipótese que se formule.

Mas, sendo a moral a soma de princípios elevados e nobres e sendo a guerra essencialmente um recurso moral, de que lançam mão os povos atuais, porque em sua marcha evolutiva ainda não atingiram à perfeição, que lhes possibilite a harmonia e a concórdia universais, como poderemos preparar moralmente o soldado para a guerra?

Desde que Licurgo, com suas leis drásticas e implacáveis, formou a força moral, com que os espartanos costumavam enfrentar os atenienses, sem dúvida mais cultos e adiantados, até os nossos dias, em que pequenas coletividades sociais, como Andorra e São Marino, mantém sua independência, num mundo conturbado e ambicioso, graças à sua força moral, temos colhido exemplos que constituem para nós lições inesquecíveis de quanto pode um povo preparado moralmente para manutenção de sua independência.

Tanto mais que, graças à evolução do mais importante ramo da Filosofia, podemos preparar psicológicamente todos os cidadãos, de todas as classes e condições, para alcançar o êxito bélico. Esse ramo maravilhoso, que é a Psicologia, tem servido a todas as ciências como subsidiária de suas aplicações práticas.

O que seria do médico, por exemplo, que, sem procurar perceber, através das manifestações de dôr do enfermo, as verdadeiras razões da sua dôr, formulasse um diagnóstico, baseado exclusivamente na auscultação material do paciente?

Que resultados colheria o professor que, pondo de lado os princípios da "ciência que estuda as manifestações da alma", quizesse transmitir conhecimentos a seus instruendos?

Como exerceria com justiça o seu divino sacerdócio social, o juiz que se dispuzesse a julgar, baseado sómente nas provas dos autos, sem dispôr-se a analisar psicológicamente o acusado?

Finalmente, qual seria a eficiência do oficial que, sem psicologia, quizesse impor-se ao respeito e estima dos seus subordinados, dêles exigindo atos de despreendimento que os levassem ao feliz cumprimento de sua missão?

Sem essa maravilha de normas que constituem o conteúdo dessa filosofia, nada é possível a quem tem qualquer parcela de autoridade, seja hierárquica ou funcional.

Pois bem, é graças a ela, que se prepara o recruta, que aprimora o soldado, que se forma o graduado e o oficial; é graças a ela, que se mantém a energia e a força, capazes de levarem as tropas à luta e à vitória, em virtude de uma integral mobilização das massas.

Por ser nossa tarefa mais comum, passemos a estudar o preparo psicológico do recruta.

O Exército, no papel que desempenha de uma instituição nacional, de caráter permanente, destinada a defender a Pátria no exterior e a manter as leis, zelando pelo seu fiel cumprimento, dentro das lindes territoriais, assume, dentro de suas elevadas finalidades, a tarefa árdua e espinhosa da preparação moral dos brasileiros, dentro dos sagrados interesses nacionais.

E, quais são êsses interesses em um conflito externo, sinão aqueles que decorrem da atitude assumida pelo Brasil ante os demais povos civilizados.

Não nos cabe, por não interessar ao tema, indagar aqui dos motivos de Direito Público Internacional, pelos quais as nações, como os indivíduos, são portadoras de direitos e executoras de deveres, nem porque, agindo como um todo, o concerto das nações se comporta tal qual uma nação isoladamente. Uma nação é, como nos ensina Rénan, um princípio espiritual. Daí decorre a necessidade inadiável de unificar êsse princípio espiritual. Daí decorre a necessidade inadiável de unificar êsse princípio, dentro de si mesmo, para satisfazer aos imperativos nacionais.

O recruta, que nada mais é, em sua maioria, do que o cidadão pacato, afeito exclusivamente aos seus interesses pessoais e aos de sua família, requer cuidados especialíssimos nessa preparação moral de que falámos.

Analisemos, a breves traços, o feitio do cidadão convocado a prestar o serviço militar, levando em conta a sua natureza mental.

Sem preocupação de dados estatísticos exatos, podemos considerar em cerca de 70% o número de analfabetos convocados. Dos restantes 30%, que se dizem alfabetizados, em grande número de casos, seus conhecimentos não vão muito além das primeiras noções da Cartilha Maternal. De onde se conclue que um número ínfimo é apto a receber, com probabilidades de êxito, alguns ensinamentos sobre o que seja nação, estado, conflito mundial, etc.

Acrescentemos a isso, a origem étnica dos chamados à cserna, os quais, quase sempre, embora de terceira ou quarta geração, guardam ainda os costumes, a língua e a religião dos seus ancestrais, quando não são fervorosos adeptos dos seus princípios políticos, e teremos um panorama aproximado da natureza psíquica do recruta. Referimo-nos aqui ao caso mais comum que ocorre na zona sul do país. Certamente que, em outras regiões, os problemas são de outro quilate e o fenômeno de outra espécie.

Colocando a questão em seus devidos termos, passemos a algumas considerações.

Uma das coisas que mais nos causaram admiração, quando de nosso ingresso nas fileiras do Exército ativo, foi o trabalho patriótico, anônimo é verdade, mas nem por isso menos nobre e digno, realizado pelos oficiais, no afã de transformar um cérebro rude e primitivista como é o de certos recrutas, em um cidadão útil à Pátria e aos seus concidadãos.

Quando, por mais de uma vez, me dirigi a um recruta, no sentido de transmitir-lhe alguns conhecimentos sobre pátria, exército, nação, etc. verifiquei que estava diante de uma soma de grandes dificuldades, embora não fosse um obstáculo intransponível.

Tendo em vista que "o comando de uma sub-unidade é a verdadeira escola de comando, em que o oficial aprimora as virtudes militares e adquire a energia capaz de manter e elevar o nível moral da tropa no campo de batalha" e que "ao comandante dela cabe cuidar, com especial atenção, da educação moral e cívica de suas praças, principalmente dos recrutas", deduzimos que necessárias são ao comandante de sub-unidade qualidades excepcionais de instrutor e de educador, capaz, consequentemente, de poder, de acordo com o n.º 27, do art. 156 do R. I. S. G., responsabilizar os comandantes de pelotões ou seções "pela instrução profissional e educação moral e militar dos seus homens".

Qual o melhor caminho a seguir?

Apontemos, resumidamente, duas maneiras de resolver o assunto.

I — a) Primeiramente, buscar, em todas as fontes possíveis, tomar conhecimento de todos os acontecimentos que antecederam ao conflito externo, estudando detidamente as causas que levaram à guerra, e o papel das operações bélicas.

b) Converter êsses conhecimentos em pequenas dissertações, capazes de serem facilmente assimiladas pelos instruidos, não esquecendo nunca de que se está falando a indivíduos de nível mental baixo, que requerem linguagem simples, resumida e, às vezes, até mesmo vulgar, sem fugir ao tom de respeito. É aconselhável, pedagogicamente, selecionar os recrutas, "a priori", em turmas, tendo em vista sua capacidade intelectual, a fim de dar a cada uma a linguagem e os ensinamentos adequados.

II — a) Semelhante ao conteúdo da alínea a do primeiro processo.

b) Converter êsses conhecimentos em cartazes, acompanhados de gravuras ou fotografias ou, ainda, de desenhos representativos dos acontecimentos mundiais, com notas explicativas em linguagem acessível, numerando-os pelas ordem dos acontecimentos que representam e colocando-os em locais em que possam ser facilmente vistos e lidos.

Ao primeiro processo, poderemos chamar de *explanativo*; ao segundo, *processo das objetivações*.

Qualquer dos dois processos sugeridos, não exclui o papel dos instrutores, oficiais e graduados, na exaltação dos nossos feitos guerreiros do passado, trazendo-os em conexão com os já celebrados e reconhecidos atos de heroísmo dos brasileiros, praticados nas lutas em que tomámos parte.

Para que a frente de batalha possa manter o êxito, é necessário que a retaguarda, constituida pela frente interna, esteja mobilizada psiquicamente, pois que, para cada combatente participante da refrega, devem corresponder cem defensores da frente interna.

Quem luta não é só o Exército, mas toda a nação.

E o recruta, como parte ativa da nação e do Exército, deve sentir essa responsabilidade, mobilizado moralmente pelo instrutor, o qual nesse sentido deve agir constante e permanentemente.

Os vultos inconfundíveis de Caxias e de Osório, de Tamanharé e de Andrade Neves, fornecem dados para a exaltação do nosso valor militar; os de Osvaldo Cruz e Santos Dumont, de

Miguel Couto e Augusto Severo, exaltam o progresso da nossa cultura técnica-científica; os de Tobias Barreto e Rui Barbosa, de Galdino Siqueira e Beviláqua, as nossas letras jurídicas; os de Rio Branco e Bonifácio, de Bocaiuva e João Alfredo, as nossas aspirações de fraternidade.

O combatente, dominado pelo complexo da sua inferioridade nacional, está derrotado antes de entrar em combate. O instrutor, na invocação perene daqueles vultos da nossa história, incute no soldado em perspectiva o valor que o levará à vitória.

A guerra não se vence dando ao soldado, apenas, a arma de tiro preciso e ajustado que, utilizada convenientemente no terreno em que progride, é fator de sucesso no fragor do embate, mas, principalmente, assegurando-lhe a fibra moral que, somente uma longa e paciente preparação, poderá torná-lo eficiente.

Nessa altura, cumpre-nos ainda fazer menção à situação econômica da nação. Não há guerra, nem compromisso internacional algum, que não traga consequências econômicas. O crédito, a moeda, o padrão de vida individual, o capital e o trabalho, a habitação e o transporte, o pão e o vestuário, tudo sofre as consequências da conflagração. O recruta deve tomar conhecimento disso e, mais, que a guerra exige de cada um sacrifícios grandes e imensuráveis, privações sem conta, espírito de patriotismo em todos os momentos, desapêgo dos interesses pessoais, cooperação com as autoridades legais, enfim, abnegação constante, tendo em vista exclusivamente a vitória final.

A paz não é a conquista de um momento.

E' a resultante de um processo lento e complicado, em que o esforço e a tenacidade do gênio andam de par com o despreendimento e o sacrifício do ignorante; em que a evolução da ciência, compartilha com a miséria do povo, onde o progresso político é feito com o sangue de vidas preciosas e o desejo de melhorar é satisfeito por etapas.

A paz só é possível permanentemente, depois que os homens melhorarem individualmente o seu caráter e depurarem completamente a sua moral.

Antes disso, é preciso a preparação constante para a guerra, porque, hoje como sempre, só os povos militarmente fortes conseguirão atingir a meta final.

Dessa exposição, concluimos que o fator confiança é oriundo da preparação moral. Mas, qual será a importância das for-

cas morais no teatro de operações? Será que a preparação psicológica do recruta, de que já tratámos, produz resultados práticos? E' o que procurarei responder de maneira sumária.

Nos tempos primitivos da civilização, pois a guerra é tão antiga quanto esta, o valor pessoal era soberano e o êxito das batalhas residia exclusivamente nele.

Com o canhão e as armas automáticas, teria desaparecido a necessidade do valor pessoal? Não, ao contrário, mais o acentuou, embora modificadas as formas de combate e de manobra, em face do alcance e da potência dos seus fogos.

No período das lutas a arma branca, as crenças religiosas, a esperança da pilhagem e do saque, as penalidades bárbaras da disciplina militar, estimulavam ou amedrontavam os combatentes, enquanto hoje esse estímulo provém da razão e do bom senso, da educação e, principalmente, do patriotismo, tudo forjado numa meticulosa preparação psicológica para a guerra.

E' preciso que a força material seja estimulada, explorada e utilizada convenientemente pelo valor pessoal. Dada a complexidade cada vez maior, do quadro, dentro do qual se ferem os combates, não bastam armamentos, pois são precisos músculos e nervos bem educados.

Foch acrescenta a isso, em suas "Memórias", a necessidade de um perfeito ajustamento à fisionomia da guerra. Foi o que faltou à França, neste último conflito mundial, quando as tropas moto-mecanizadas alemãs transpuzeram as suas fronteiras. Os quadros de oficiais do exército francês não estavam ajustados à eventualidade de uma guerra diferente, como a que lhes impunha a Alemanha nazista.

Fenômeno inverso ocorreu nos Estados Unidos, com respeito a esse pormenor.

O ataque a Pearl Harbour encontrou o povo norte-americano, apesar das manobras do movimento isolacionista, perfeitamente integrado na fisionomia da guerra moderna, e, graças à capacidade industrial e econômica daquele grande povo, em pouco tempo mobilizado totalmente para a luta, pôde enfrentar com energia a guerra que, tão traiçoeiramente, se lhe oferecia.

Uma verdade inconteste é a de que os chefes não se improvisam.

Eles resultam de um longo trabalho preparatório, durante o qual a cultura e a experiência realizam tarefas decisivas. E um mau exército, muitas vezes, com um bom general, pode conseguir o que um mau general não consegue com um bom exército.

Decorre de tudo que foi dito linhas atrás, o aparecimento de bons comandantes.

Alexandre ou Hanibal, Júlio Cesar ou Napoleão, todos foram produto de uma longa e persistente experiência, lenta, mas que produziu verdadeiros mestres na arte da guerra.

"Napoleão, disse o General Lavalade, foi um homem não apenas de ação, mas de estudos, cuja cultura era verdadeiramente enciclopédica e que tinha elevado ao extremo o estudo teórico da Arte Militar, antes de passar à ação".

Na guerra, em que se empregam totalmente tôdas as forças vivas da nação, em que todos são chamados a cumprir, com uma parcela ao menos do dever comum, é aos chefes, pelo exemplo como condutores de homens, que cabe a maior soma de responsabilidades.

Diz o nosso Regulamento para os Exercícios de Combate da Infantaria, 2.^a Parte, que "as virtudes guerreiras são alimentadas pela exaltação de dois sentimentos: o patriotismo e a honra.

Os combates são sobretudo lutas morais. O moral é fruto da confiança. A derrota é inevitável desde que cesse a esperança de vencer. Em igualdade de valor técnico de organização material, o bom êxito cabe sempre, em última análise, não à tropa que sofre menores perdas, mas àquela cujo moral resiste melhor e por mais tempo. O Chefe prepara a tropa para o combate, empenha-a, condú-la e comanda-a até o fim. Nenhum dos problemas que se apresentam no campo de batalha pode ser resolvido só pela coragem dos soldados. Os esforços isolados, ainda os mais meritórios, redundam em sacrifícios inúteis, si não houver, em qualquer escalão, um chefe capaz de os coordenar até o fim, e de assegurar à tropa um êxito digno de seu valor. O chefe desenvolve a iniciativa de seus subordinados encorajando-os a pô-la em prática, e de modo tanto mais amplo quanto maior fôr a sua confiança no espírito de disciplina e na capacidade profissional dêles."

"No soldado, a unidade de doutrina traduz-se por meio de reflexos criados pela instrução e que dirigem as ações no combate. Aos chefes não bastam os reflexos; para realizar as intenções do comando são necessários o julgamento e a decisão. Tendo cultivado nesse sentido o espírito militar e as aptidões profissionais de seus subordinados, o chefe está seguro de manter com êles uma ligação, que subsistirá durante o combate, às interrupções inevitáveis da ligação material".

"O chefe influe no valor da tropa ministrando-lhe a instrução e levantando-lhe o moral.

A manutenção do moral é missão das mais delicadas.

Não consiste apenas em apelar, nas ocasiões críticas, para as virtudes inatas da raça isto é, a honra, o sentimento do dever, o amor da Pátria e a liberdade. Exige também cultura paciente e contínua das qualidades naturais de cada um: sangue frio, gôsto da atividade e do perigo, amor próprio e retidão de julgamento.

E' preciso que o combatente tenha confiança nas armas que usa na habilidade própria, e em seus camaradas e chefes; que se sinta ajudado; que saiba apreciar o concurso prestado pelas outras unidades do Regimento pelas outras armas, e também por seus concidadãos no interior do país; sem induzi-lo a desprezar a força do adversário, convém pôr em relevo todas as nossas superioridades materiais, intelectuais e morais. E' preciso também convencê-lo de que a salvação da Pátria depende tanto de sua aptidão para suportar virilmente as fadigas e as privações, quanto da sua tenacidade e entusiasmo no fogo. O chefe deve esforçar-se por atuar nesse sentido sobre todos os seus homens. E' dirigindo-se à razão e à alma dêles, sem mascarar a verdade, que êle obtém os mais sólidos resultados".

E com a transcrição desses trechos do nosso Regulamento, no qual se evidencia a importância do fator confiança e o valor do exemplo, espero ter cumprido o que me propuz no inicio desta aula.

Quartel em Santa Maria 26 de Setembro de 1946.

CIA. T. JANÉR

FORNECEDORES DE "A DEFESA NACIONAL"

GRANDE STOCK

D E

PAPEL ESTRANGEIRO — Com linhas d'água para revistas e jornais.

PAPEL NACIONAL — Para jornais e revistas não registrados na Alfândega.

PAPEL PARA EMBALAGEM DE LARANJAS — Impresso "Mapa do Brasil".

CELULOSE E PASTA DE MADEIRA — Para fabricação de papel.

Matriz — RIO DE JANEIRO — Av. Rio Branco, 85 - 1.º andar - Tel. 23-2064

Filial — S. PAULO — Largo do Tezoure, 16 — Tel. 26728

Endereço Telegráfico: JANER

Agentes nas cidades principais

A BATALHA DE ROMA

— do —

Major GERALDO DE MENEZES CORTES

"Escrito em linguagem precisa e clara, esse trabalho merece ser lido e meditado por quantos, no Exército, na Marinha e na Aeronáutica se com penetrem das responsabilidades profissionais e dos deveres imperecíveis assumidos para com a segurança nacional" (Extraido do parecer do Gen. Div. Mario Ary Pires).

O livro é calcado em variada documentação Norte-Americana e Inglesa e comprehende:

- Título I — Situação antes da batalha.
- Título II — A batalha na zona do 5.^o Exército.
- Título IV — A batalha apreciada em seu conjunto.
- Título V — Ensinamentos Táticos.

Ilustrado com diversas fotografias, dois mapas e três cartas impressas em cores, sua leitura é agradável.

Preço: Cr. 18,00



NA GUERRA —

Milhares de Latinhas de NEOCID EM PÓ — à base de DDT — protegeram os nossos bravos soldados da FEB contra o temível piolho do corpo, transmissor do tifo, salvando, assim, milhares de vidas preciosas...

Neocid A sentinel da higiene no quartel

NA PAZ —

NEOCID continua na defesa dos nossos soldados, protegendo-os contra os insetos nocivos, quase sempre transmissores de doenças infeciosas —

NEOCID EM PÓ

contra pulgas, percevejos e piolhos (do púbis, corpo e cabeça)

NEOCID LIQUIDO

contra moscas e mosquitos



DDT NEOCID GEIGY do BRASIL S/A. DDT NEOCID

Representantes em todos os Estados do Brasil

PROBLEMAS DA VIDA DO OFICIAL

RUI ALENCAR NOGUEIRA

Cap. de Infantaria

III

Abordámos, em publicações anteriores, os aspectos mais interessantes da vida atual, que afligem os Oficiais e, diga-se a bem da verdade, com maior razão, os Sargentos, com encargos de família.

Temos visto, diariamente, nos jornais desta Capital, os projetos para a construção da chamada "Casa Popular" ou para edificação de conjuntos residenciais para moradia de funcionários públicos e operários, pois tal é o problema insolúvel do momento.

Sobretudo a Prefeitura Municipal o vem atacando intensamente procurando resolvê-lo a contento, com relação aos seus servidores ao mesmo tempo que o Banco do Brasil, no bairro das Laranjeiras, financia e facilita o pagamento para a aquisição da casa própria dos que nêle trabalham, visando um sistema mais amplo de cooperação, sómente digno de registo, pela felicidade da iniciativa.

Do mesmo modo, empenham-se com afinco os diversos Institutos de Aposentadorias e Pensões, em favorecer a todos os associados, idêntica aquisição.

Julgamos, portanto, bastante oportuno relembrá-lo uma vez que, também a nós, tanto interessa e muito nos preocupa, maxime nesta fase difícil que estamos atravessando.

Realmente, se o Oficial chegar à localidade de destino e encontrar imediatamente uma casa ou apartamento confortável para instalar-se sem mais delongas, com a sua família, terá resolvido um problema fundamental para quem chega em qualquer parte, manter-se-á de ânimo forte e estará bem disposto e sem preocupações seja para cuidar dos seus encargos, no caso de ar-

regimentação, seja para dedicar-se aos seus estudos, quando matriculado em alguma Escola.

Conhecemos, com grande tristeza, a situação deprimente em que se encontram muitos camaradas que aqui têm chegado com a família e, explorados pelos hoteleiros, são obrigados a residir em verdadeiros "porões", sem higiene e incompatíveis com a nossa posição social.

Que satisfação pode ter um indivíduo nestas condições? Que efeito moral não lhe traz tão vexatória situação? Que projeto poderá obter durante o curso, sujeito a tamanho padecimento?

Mas é indispensável que observemos não ser o Rio apenas, a cidade subordinada a tais dificuldades. Pela correspondência que recebemos de vários amigos, não ignoramos que as dificuldades são de caráter geral. Pequenas cidades, atualmente, apresentam dificuldades de habitação dando em resultado a exorbitância nos preços dos aluguéis.

Certamente que há necessidade de traçarmos diretrizes mais objetivas neste sentido.

Muito embora tenhamos progredido, graças à clarividência dos nossos chefes, que não regateam esforços para a satisfação das nossas maiores necessidades pois aí está, como marco glorioso, tudo quanto há sido feito, desde as inúmeras vilas militares espalhadas pelas diversas guarnições até o magestoso edifício que se vai levantando na Praia Vermelha, convenhamos, muito temos que fazer ainda, neste sentido.

No tocante à "Casa própria" para o Oficial, sabemos perfeitamente que não são satisfatórias as condições apresentadas pela "Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra" e a prova disto está em que, se fizermos um levantamento estatístico, veremos que metade do número de Oficiais do Exército dela não fazem parte e, dos que participaram da F. E. B. e de regresso adquiriram imóveis, poucos o fizeram por seu intermédio.

E' que as Empresas de Construções Civis, mais atualizadas, oferecem maiores vantagens e menos dificuldade e dai o maior interesse por elas.

Portanto, se o nosso objetivo é progredir e facilitar a vida do Oficial, há necessidade de ser estudado um processo mais simples e mais atualizado, obedecendo a um sistema de financiamento mais real e mais acessível a todos quanto pretendam possuir o teto para a família.

O nosso organismo, indiscutivelmente, necessita de maior cooperativismo para tornar mais fácil a vida aos militares nesta época de tanta carestia.

Uma vez que tenhamos assegurada a residência, recebamos gratuitamente os uniformes, uma vez que se tornam cada dia mais onerosos, contemos com um perfeito funcionamento dos serviços de saúde e de Subsistência, é fácil prevermos: não é preciso haver aumento de vencimentos.

Mas, como será possível conseguirmos moradia para todos os militares?

Imaginamos dois processos:

a) compra, pelo Ministério da Guerra, de alguns edifícios ou vilas já construídos, nas diversas cidades;

b) contrato de aluguel, por parte do Ministério da Guerra, com diversas Empresas Locatárias, a fim de evitar o "câmbio negro" dos aluguéis.

No primeiro caso, se fosse estabelecida uma tabela na base de Quinhentos Cruzeiros (Cr\$ 500,00) mensais de aluguel, nas Capitais, e Trezentos (Cr\$ 300,00) em outras cidades, sujeita a pequenos acréscimos, conforme o posto, dentro de certo tempo seriam cobertas as despesas de aquisição e passaria a haver lucro.

No segundo caso havia a facilidade de ser entregue a cada um, moradia certa, obedecendo aos preços tabelados pela Prefeitura, evitando-se a exploração.

Dizem os camaradas que têm ido aos Estados Unidos, que lá o militar tem direito a uma casa mobiliada com todos os requisitos do conforto moderno, inclusive rádio e geladeira.

A reestruturação das nossas forças armadas nos moldes americanos deve, sem nenhuma dúvida, abranger o setor social.

Aliás, um plano apresentado por um Capitão, há alguns meses e publicado nesta revista, foi mandada submeter a estudos pelo Exmo. Snr. Gen. Ministro da Guerra de então.

Tudo o que fôr feito em benefício do militar e das suas famílias, bem o sabemos, não será em pura perda porquanto a vida é de sacrifícios e de lutas, para os quais são arrastados esposa e filhos perturbando-lhes, muita vez, conforto, estudos, saúde e bem estar.

Nesta nossa profissão das armas, fazemos tudo com satisfação, boa vontade e perfeita compreensão do exato cumprimento do dever sem, contudo, relegarmos a um segundo plano, a noção de conforto e bem estar essenciais e indispensáveis à vida do homem moderno.

Há nas grandes cidades verdadeiros espertalhões que chegam a "controlar" as transferências dos Oficiais e, aproveitando a oportunidade, locupletam-se com a compra de móveis, com os serviços de encaixotamento e transportes.

Destarte, torna-se cada vez mais aflitiva a nossa situação, bem diversa da vida dos funcionários públicos que, embora com vencimentos do mesmo padrão, instalam-se vitaliciamente, pagam aluguéis antigos e não estão sujeitos à perda de livros e outros utensílios porque lhes não ocorrem transferências.

A mentalidade predominante nos exércitos europeus que nos serviram de modelo durante muito tempo e que considerava o militar únicamente como um "sacerdote", sofredor cotidiano, de maneira a adaptar o físico às agruras da campanha e que, também, conservámos igualmente tão enraizada, feneceu completamente depois que o americano provou praticamente que, quanto mais conforto é dado ao soldado mais disposto ele fica para combater.

Não vamos, com isto, ao exagero de pretendermos igualar as nossas condições às do exército estadunidense, pois as possibilidades econômico-financeiras não são iguais.

No entanto, é possível estabelecermos um melhor padrão de vida, empregando os nossos próprios recursos, desde que seja estabelecido *a priori* um plano de execução parcelada.

Eis por que não regateamos os nossos esforços, embora sem grande valia, a tudo quanto tenha o objetivo de construir.

Escrevendo o presente trabalho, com franqueza e sinceridade, como temos feito sempre, visamos contribuir para melhoria da vida do militar em geral, de modo a lhe ser proporcionado bem estar e à sua família, para que seja cada vez mais indestrutível a união das Forças Armadas, para grandeza e felicidade de nossa Pátria.

Vermes? "HOMEOVERMIL"

Efeito seguro e rápido; gosto agradável e dose mínima;
preparação homeopata isenta de riscos para a saúde.
É um produto do grande Laboratório de

DE FARIA & CIA.—Rua de S. José, 74—Rio

À VENDA EM TODAS AS FARMÁCIAS E DROGARIAS

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MILITARES E A POLÍTICA

Cel. JOÃO B. DE MAGALHÃES

"Quem escreve deve fazê-lo pela Pátria".

Gen. OSÓRIO.

P R E A M B U L O

"Homem espantoso, tú não comprehendes nem mesmo o que vês?"

XENOFONTE.

O assunto que hoje nos propomos tratar é quase banal. Todavia justifica-se que nos ocupemos dele, tal é a aparente incompreensão que comumente se revela, entre civis e militares, a seu respeito. No meio civil muito se reclama contra o número de militares que ocupam cargos políticos e exercem funções administrativas civis, mas há ainda quem julgue que a **salvação disto está nas mãos dos militares**. Entre os militares também se notam incoerências, mas há menos enganos ou ilusões a respeito da **salvação disto**. Eles temem, e com bem fundadas razões, que **isto lhes caia nas mãos...** Bem sabem que as coisas não iriam muito melhor e que eles só teriam a perder, embora alguns ganhassem. Têm farta experiência na matéria.

Na realidade, os militares que entram com alma militar na política, isto é inflamados por um sincero amor da Pátria, frequentemente se arrependem, e confessam-se desiludidos, tal como no fim da vida se manifestou o nosso Osório, citando o Lavalle: "O General Lavalle cometeu um grande êrro envolvendo-se em política... Eu também fui uma vítima". (1)

(1) — Osório — símbolo de um povo, síntese de uma época — do Autor
— Editora Agir — Rio, 1946.

Na realidade também, as grandes modificações nos regimes políticos não se podem fazer sem a conivência das forças armadas, ou contra elas, porque o povo desarmado não tem como impôr sua vontade. Foi assim sempre: as lutas políticas do Parlamento Inglês que redundaram na ditadura de Cromwell, a Revolução Francesa, o Consulado e o Império Napoleônico, a Revolução Russa, a nossa República, etc.. Foi assim, na Grécia, em Roma, na China e na Turquia, em tóda a parte.

Esses factos, mastram-nos apenas, quanto a razão é ainda insuficiente para governar e quanto o gráu de evolução da civilização é ainda baixo na escala do progresso, nos povos em que isto se dá. A medida, porém, que a evolução avança, que os povos se instruem e se educam, a razão tende a prevalecer sobre a força; pode-se deduzir no das reações que crescentemente surgem contra a preponderância brutal desta.

Isto posto, não se surpreenderá certamente o nosso bondoso leitor, se ao começarmos este trabalho, lhe pedirmos que reflita serenamente serem os militares, homens, como tóda a gente, e que a política é uma função essencial da vida da coletividade humana, nem se lhe pedimos também que recorde a opinião de Aristóteles quando considera o homem um animal essencialmente político e gregário.

De facto, os militares, não é demais insistir, convém não esquecer, são homens como todos os outros, com suas necessidades animais, espertezas, necessidades, defeitos e virtudes. Nem todos se fizeram militares por vocação. Se alguns desde meninos sonharam com isto, outros a isso se resignaram para obter um meio de vida; muitos, viram na carreira militar um meio de adquirir recursos, uma base sólida, para depois se dedicarem a ocupação mais do seu gosto.

Enquanto isto, certos individuos não lograram fazer-se soldados e ficaram labutando na vida civil com alma militar.

Assim, é fácil ver que não é muito profunda a diferença entre o **soldado** e o **paisano**. Civis há de mentalidade, aprumo e gestos de militares, como entre estes existem os que não conseguem ser mais do que paisanos, elegantemente fardados ou mal entrochados nos seus uniformes, fenômeno facilmente observável aqui em nosso meio brasiliense, mas, que supomos ser geral.

Em certas sociedades, os militares como os padres, adquiriram situação predominante; em outras, em certas épocas, a sua situação social teve uma importância vacilante, chegando a ser até um título pouco recomendável.

Ninguém aqui desconhece, pois é evidente que há, menos talvez hoje do que ôntem, mercê dos novos métodos de formação sistemática das reservas, um antagonismo brasileiro, prevenção recíproca entre o **paisano** e o **soldado**: Note bem o leitor que dizemos **recíproca**, mas observe que essa prevenção revela às vezes **despeito**, na maioria dos casos, de parte do **civil** e de parte do **soldado**, incompreensão do paisano e dos próprios interesses militares da sociedade. No fundo, é principalmente um julgamento oriundo dos prejuizos da época colonial e agora condenatório das abusivas manifestações de força de alguns militares, na vida civil administrativa e política do país.

E' aspecto nacional curioso, digno de observar-se o que diz respeito à ingerência dos militares, individualmente ou como corporação, na vida política nacional. E' curioso e interessante pelas contradições que apresenta. A corporação militar, notadamente o Exército que, por sua formação, seu ambiente de vida, sua antiguidade e seu valor numérico, é a mais importante, e o elemento central da organização militar nacional, recebe, nos momentos de crise, os mais ingentes para que intervenha na vida política do país. O apôlo dos chefes militares é solicitado pelos **políticos em baixa** e suas manifestações são temidas pelos **políticos em alta**. Clama-se contra o mal dos militares políticos, da ingerência dos quartéis na política, e, ao mesmo tempo, apela-se para que ela se dê, quando isto convém a certos designios. De modo geral, para honra nossa, pode-se dizer que as intervenções da **corporação militar**, quando feitas sem discrepância entre seus componentes, têm até aqui sido sempre benéficas e de acordo com a opinião pública. Mas, se certos elementos dessa corporação manifestam-se isoladamente, o contrário se verifica.

Há, porém, a respeito, evidente confusão nos espíritos: Não só na heterogeneidade da sociedade civil, onde os indivíduos, grupos, classes de que se constitui, em maioria, obedecem a regras por êles mesmo estabelecidas, ou não seguem regra alguma fora do que seja o respectivo interesse predominante em certo momento, como na sociedade militar. Nesta é menos palpável, pois ela é por natureza mais uniformemente instruída, mais homogênea, sujeita a regras de vida que dominam ou devem dominar, soberanamente os indivíduos. Mas também aí há indivíduos de má formação profissional, nos quais predominam pontos de vistas pessoais e sempre preponderantes.

Vale a pena portanto, analisar o assunto com razoável minudência para que possamos formular a respeito uma opinião lógica, consciente ou sensata, e só não dissemos científica ou filosófica, para não sermos acoimados de pedantes. Visando êsse objetivo, procederemos como o inolvidável Descartes tanto quanto nos fôr possível. Faremos taboa raza do que sabemos a respeito e, do exame do problema através dos tempos procuraremos concluir alguma coisa bem fundamentada. Acreditamos como Políbio que "não há para os homens lição mais eficaz que o conhecimento do passado. Haverá apaixonados por outras cousas a tal ponto que desconheçam o interesse que há nêste estudo da realidade?"

QUE VEMOS NO COMEÇO DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL?

"Veremos Sócrates considerar Homero seu mestre de guerra e os atenienses pediram-lhe conselhos para exercer melhor os seus comandos".

(L'Art de Vaincre — Gen. A. BOUCHER).

No início da civilização, depois que as diversas sociedades tomaram um certo desenvolvimento, formou-se um regime de governo puramente militar, regime que não foi mera satisfação de ambições pessoais e trouxe, ao contrário, sensíveis contribuições aos progressos da sociedade humana. Nascido com as necessidades de conquista e obrigado a atender às condições positivas da guerra, contribuiu para aperfeiçoar a educação, fortalecer a noção de organização e estimular as artes, a ciência e a indústria.

Esse sistema de governo, cujo melhor modelo nos é revelado em Sparta, atingiu o máximo de perfeição, por não importar em hipertrofia da função militar, com a República Romana, quando Roma realizou o grande progresso político que importou em reconhecer o convívio dos povos sob um mesmo governo geral compatível com a liberdade de crenças e opiniões, compreendendo que não era indispensável para a paz das sociedades, a submissão de todos às mesmas regras de procedimento. Sua obra de aglutinação da humanidade, demandava apenas que todos aceitassem certas condições de viver.

consustanciadas na sua famosa jurisprudência que mereceu a qualificação de "razão escrita" e que constitui as raízes imortais da moderna civilização ocidental. (2)

A evolução até aí porém, foi lenta.

No início da era grega, ou da civilização mediterrânea, todos viviam de armas à mão, para se defenderem a qualquer momento contra os ataques inopinados, momentaneamente, dos piratas. Trabalhava-se o campo ou pastoreava-se o gado, sempre com armas prontas para entrar em ação.

Nos tempos homéricos a sociedade havia adquirido já uma forma superior à do estado tribal, e era ainda essencialmente militar. Nela o primeiro dever do homem era ser soldado. Com Esparta desenvolveu-se ainda esse modo de viver que então atingiu o auge. Criou-se um tipo de organização social, militar e comunista, no qual o Estado dominava em absoluto o cidadão. Tomava-o a seu cargo, mal desprendia-se da dependência materna cerca dos sete anos de idade e educava-o e utilizava até a morte, sempre em função militar. A família tinha uma importância secundária. Era mera fábrica de filhos. Certos maridos ou chefes de família, para terem filhos de melhor tipo, empenhavam-se até para que os homens de boas linhas e de reconhecidas qualidades guerreiras, lhes ficassem as mulheres.

Foi este o tempo em que se estabeleceram as primeiras leis que a humanidade conheceu formando código, as leis orais de Licurgo. (Parece-nos, diga-se de passagem, ter sido esta a fonte em que Hitler se inspirou para selecionar a gente do seu nazismo. A instituição dos "filhos de Hitler" que visava constituir a máxima potencialidade militar, com o carácter de força bruta, tem aí seu modelo. Não pôde ele ver que a humanidade havia se afastado disto há mais de 3 mil anos, e havia criado para uma das principais componentes da força militar, a energia moral, características novas).

A civilização de Sparta, sucedeu a de Atenas. Após as leis orais e tradicionais de Licurgo, vieram as escritas de Solon. Após a renúncia da riqueza dos espartanos, que a consideravam amolecedora do caráter, veio o regime ateniense fundado no comércio e na riqueza. Ao comunismo, sucedeu a democracia dos que tinham bens.

A prosperidade geral foi preferida à miséria generalizada. Em pouco surgiu o século de Péricles no qual a inteligê-

(2) — Sociologie Positive — Emili Corra — Paris — 1926.

cis helénica cria maravilhas eternas para a civilização ocidental, aproveita as férteis produções da sua genialidade e forma bases sólidas para os novos progressos da cultura do espírito humano.

Nessa época, ainda a função militar é predominante na vida social, mas já, ao contrário do caso de Sparta, o cidadão vive mais como civil que como soldado. O estado não é seu proprietário. A cidade e a sociedade, não são mais uma caserna e o seu regimento. O exército é que adota os costumes sociais e os reproduz. Suas normas são democráticas. Os chefes, eleitos e julgados pelo próprio Exército; se fracassam, por incapacidade, são condenados pela assembléia da tropa. Esta exige dêle energias capazes de dominarem as circunstâncias mais graves e se êle acaso por fraqueza deixa que a indisciplina predomine, é apedrejado, lapidado. Uma vez seus planos aprovados pela tropa a quem os explica, tem que saber fazê-los cumprir a despeito de tudo e de todos.

A diferenciação ateniense sobre o conceito da instituição guerreira dá lugar ao surto da profissão militar que aparece então, como que independente do Estado.

A formação dos *estrategos* nos mostra isso. Conta Xeno-fonte, que havendo Dionisódoro se anunciado em Atenas como professor de estratégia, Sócrates interpelou um de seus discípulos que ambicionava ser general.

“— Não te parece vergonhoso, jóvem, que um candidato a general deixe escapar uma oportunidade de se instruir em estratégia? Não merecia ser castigado mais severamente que alguém que pretendesse fazer estatutas sem estudar estatuária? Certamente. No perigo, a cidade inteira põe-se à sua mercê, donde lhe advêm grandes vantagens se êle é bem sucedido e graves males se há revézes.

Vai procurar Dionisódoro...”

Outro testemunho da modalidade militar ateniense é a instituição do mercenariado. São cidadãos que fazem profissão de soldado ou se fazem soldados para adquirirem fortuna. São fôrças que se reunem por contratos individuais com os respectivos chefes, para determinados fins ou campanhas.

Aparecem então as *tiranias*, a conquista do poder por golpes de fôrça.

A democracia militar ateniense prevaleceu até que a Macedônia, intelectualmente a menos culta das populações helenicas, com Felipe II e Alexandre, assumisse a liderança na

península. Então, a hierarquia eletiva, e os exércitos improvisados, reunidos para a guerra, cedem lugar aos de organização permanente e hierarquizados em virtude de escolha ou seleção efetuada pelo chefe principal, ou rei.

Tais instituições militares, do tempo de Felipe e Alexandre, predominam na Grécia mesmo depois da morte do último. Mas, então, o império se decompõe e os seus generais se fazem reis, entre os quais o mais celebre é Ptolomeu que foi fundar uma nova dinastia no Egito. Em território helênico, a última manifestação de vigor desse regime foi dada mais tarde por Pirro, rei e general de valôr. Mas Pirro, que se lança contra o poder nascente de Roma, embora desbarate suas legiões, não consegue vencê-las. Obtem vitórias sem fruto e chega a dizer que se conseguisse mais duas como as que até então colhera, suas forças desapareceriam.

E' que lutava contra uma força nova que surgia, fundada na disciplina cívica. Roma a esse tempo havia já evoluído do regime da Realeza para o da República, do poder pessoal para o coletivo.

Nela a função militar predominava, de facto, na vida social e cívica, mas derivava dessa mesma vida e a instituição da força ficava absolutamente dependente de poder civil. Não era justaposta ou acidental como na Grécia de Atenas, nem exclusiva como na de Sparta.

As legiões romanas eram a sociedade romana em armas, organizada para uma campanha. A hierarquia militar derivava da social. O triunfo militar, dava direitos civis. As legiões eram constituídas pelos consules seus comandantes natos, para uma determinada missão e por um tempo certo, e estas condições uma vez satisfeitas tinham que ser dissolvidas. Dissolviam-se também se o consul perdia a função, ou era substituído. A legião e o consul eram um todo solidário.

Mas o próprio êxito romano impôs modificações no sistema. Após as guerras púnicas, com o afastamento dos teatros de operações e a duração das campanhas, com as modificações da vida dos cidadãos romanos pelo acúmulo de riquezas e a afluência de escravos, fez-se necessário criar exércitos de voluntários. Surgiu então, a profissão das armas. Veio o tempo de Mario e já a República começava a declinar.

Todavia, ainda o essencial da velha fórmula prevalecia. As legiões mantinham o seu caráter de consulares e eram formações para a ação externa, devendo ser dissolvidas antes

dos consules e seus comandos penetrarem no território romano propriamente dito.

Desde, porém, que se constituem sob esse aspecto profissional, surge o perigo e a ameaça dos golpes manu-militares. Vem a era dos Imperadores, o Senado com o seu poder decadente vai cedendo às ditaduras que ele mesmo decreta e acaba perdendo toda a importância política. O povo, também, desarmado, fica à mercê das legiões organizadas como forças permanentes, que fazem e desfazem imperadores.

O perigo que Roma temia, e que se traduz pela fórmula de Cícero: *Cedant arma togae*" desaba sobre ela. Depois de um período longo de paz, obtida pela formação do Império, o velho mundo marcha para a decomposição.

O êxito romano e a imensidão da paz romana instalada na bacia do Mediterrâneo, transbordante sobre o Atlântico e o Mar do Norte através da Galia e da Iberia, durou cerca de quatro séculos. Mas depois o colosso foi a pouco amolecendo. A riqueza e a escravidão corromperam a força invencível de Roma. Os bárbaros já instalados dentro de suas fronteiras como uma quinta coluna imensa, embora inconscientes, servindo às famílias em atividades domésticas e exercendo funções públicas subalternas, porém necessárias à vida social, enfraqueceram-na e tornaram-na fácil presa das hordas que faziam pressão no Danubio e no Rêno.

De nada serviram as advertências dos que viam claro e alertavam os patrícios e os Imperadores contra o perigo. Foram inúteis os esforços de Vegetius, ressurgindo Frontinus, para reavivar as virtudes militares. Ficaram insubsistentes os princípios doutrinários capazes de revigorar na força romana, corroída pela bajulação, a corrupção dos costumes, e decadência dos sentimentos cívicos. Roma, que construirá aquele imenso império Mediterrâneo, tornava-se incapaz de defendê-lo. Foi destruída.

Desprezando os conselhos de Vegécio, "o duque desconhecia o valor do legionário e não evitava ouvir os invejosos e despeitados". A outra regra de Vegécio, de que "o exército se fortalece pelo trabalho e se enfraquece pela ociosidade" também era desprezada. Roma cai devorada pelos "odios civis que não têm consideração alguma pelos perigos a que expõem a Pátria, tornam a nação pouco arguta e pouco sábia para os interesses da própria defesa".

Surge, então, o período caótico que precede a instalação sistemática da Idade Média, com Carlos Magno.

Em síntese, o que constatámos até aqui, do ponto de vista que adotamos, pode-se expressar assim. A função militar prepondera na sociedade e os militares dominam a política, enquanto a guerra prevalece como fenômeno principal da vida social. Depois se atenua e a ordem civil começa a prevalecer e, desde então, as intromissões vitoriosas dos militares na política tornam-se perturbadoras, desde que não se justifiquem pela necessidade premente do restabelecimento da ordem. A Roma dos reis dá lugar à República e aí a ordem civil prepondera. Depois, enfraquece-se a República e Cesar, com suas legiões, intervém para reconstituir a ordem que Augusto e os seus sucessores desenvolvem. Quando, porém, as legiões se tornam o principal sustentáculo do poder, de novo a desordem surge minando profundamente o Império. Com o tempo, a disciplina militar se enfraquece e tudo se corrompe. Roma cai.

NA IDADE MÉDIA E DEPOIS

Após o desmoronamento de Roma, a reconstituição do mundo ocidental se fez pelo agrupamento dos detritos da velha sociedade em torno dos mais fortes, pois então, só a força podia ser lei.

Formou-se pouco a pouco o regime feudal, cujas características predominaram até o século XV, quando os reis começaram a transformar os sistemas existentes no dos Estados soberanos, evolução que atingiu o auge com Richelieu, Mazarino e Luiz XIV.

Na idade média, a função militar predominava necessariamente na sociedade. Os nobres se ilustravam pelas armas. Eram chefes de guerra e proprietários de regimentos. A necessidade de força era tal, para se poder viver, que ressurgiu o mercenariado grego e se criaram as ordens religiosas militares com os templários, os cavaleiros teutônicos, etc. e as cidades livres formaram fôrças próprias para protegerem o seu comércio.

A honra era militar. A dignidade humana existia principalmente pela força do braço. Ninguém se humilhava por não saber ler ou escrever, mas aí daquêle que fraquejasse num torneio! Olhava-se para a sabedoria científica, o saber literário, a capacidade artística ou de artezanato, como cousa própria de seres inferiores! . . .

Não obstante, a evolução seguiu seu curso. Já no antigo regime, o valôr da cabeça emparelha com o do braço forte e por fim, rebela-se e vence-o. Sobrevém depois, os exagêros do romantismo... Sòmente em nossos dias, apesar da antiguidade do *mens sana in corpore sano*, da equilibrada sabedoria greco-romana, generalizou-se a ideia de que o homem deve cultivar o *espírito* e o *corpo*, para que a força sadia e equilibrada d'este permita àquèle obter seu maior desenvolvimento com a perfeita harmonia da inteligência, do sentimento e do carácter, em estado de saúde plena, condição necessária à produção de bôas obras domésticas, cívicas e humanas.

Certamente, seria impossível a organização dos Estados soberanos, o predominio absoluto dos reis sobre os senhores feudais, sem a prévia e completa subordinação da força militar ao soberano.

Não foi, porém, fácil. O rei precisava ser bom soldado, ou dispôr de quem, preenchendo essa qualidade, lhe fôsse fiel, do que nos dão testemunho as insurreições do Grande Conde e até a do admirável Turenne quando se deixou fascinar pelos encantos de uma sereia.

O Grande Richelieu, porém, àquèle a quem Pedro I, o Grande, da Rússia, daria a metade dos seus domínios para com élé aprender a governar a outrá metade, compreendeu o problema. Criou a instituição dos intendentes do rei. "Ces intendants marquent la volonté très nette du gouvernement de subordonner le pouvoir militaire au pouvoir civil", informa-nos Jacques Godechet em seu "Les Comissaires aux Armées". (3) E élle nos explica mais pormenoradamente: "En confiant la surveillance des finances de l'armée à un homme à lui, le Rei limitait mieux que par n'importe quel règlement le pouvoir du général. En plaçant la justice et la police d'une armée sous la surveillance de son commissaire, le Roi interposait un intermédiaire entre l'autorité militaire et la population civile. Il previnait mieux que par n'importe quelle loi, les abus que le chef des troupes pouvait être tenté de commettre".

No século XVIII, essa novidade firmou-se definitivamente, definindo-se as funções e os poderes dos intendentes do rei, os quais acabaram, em nossos dias, por fazer parte integrante dos exércitos e foram perfeitamente ajustados nos quadros

(3) — Ed. Fustier — Paris — 1937 — Prêmio Thérouanne da Academia Francesa.

de hierarquia militar, sob a forma de que hoje chamamos serviços. Essa incorporação só não foi feita ainda integralmente, exceto na Rússia Soviética, para as funções da justiça. Os órgãos judiciaários nos diversos exércitos ainda comportam muitos elementos civis e se regem por uma disciplina que lhes é peculiar.

Seja como fôr, o que mais importa registar aqui, é que, no fim da Idade Média e começo do Antigo Regime, novas luzes vieram iluminar a civilização. Surgiram os Bacon, Copérnico, Guttemberg, os Galileus, Harvey e outros reformadores do espírito humano como Lutero, Mostesquieu, etc. Não tardaram em aparecer os Descartes, Newton, Leibnitz, D'Alembert, Diderot, Voltaire, Danton, Lavoisier, Carnot e Condorcet construindo a filosofia positiva, presidindo a liquidação das antigas concepções do mundo. Então, a sociedade, de facto, começa a ser dirigida por civis. Mas ainda à Frederico sucede Napoleão, precedidos ambos por Crommweel. Mas Napoleão ou Crommweel, são incidentes e não podem perdurar porque contrariam a marcha lógica da evolução.

Na Inglaterra, durante a era feudal e no período de transição para o regime de fundação da preponderância dos povos, por intermédio do poder sem competição dos reis, a situação pouco difere da dos países continentais. Todavia é nas suas ilhas onde o liberalismo primário prolifera e se instala definitivamente, em virtude da importância crescente do comércio na sua vida. O parlamento assume o governo, de facto, muito antes da revolução francesa e a revolução a mão armada de Crommweel mostra-se tipicamente civil, sob uma capa ou pretexto religioso. Nunca houve por lá militarismo, importando pouco para a influência na vida civil os postos de hierarquia militar. Mais valem para isto, o tradicionalismo das correntes políticas a que cada qual se filia, as situações de família e de riqueza e as atividades públicas desenvolvidas pelos indivíduos. Depois de Crommweel, que se fez militar e general na guerra civil, não se conhecem lá rebeliões baseadas na força armada e tendo por decisivas as intervenções destas.

A medida justa da compreensão inglesa desta matéria, é dada pelas considerações de Burke, em suas "Reflexões sobre a Revolução Francesa". Diz êle: "— a natureza das coisas exige que o exército só atue como instrumento. Desde que se converta em corpo deliberante, agirá por conta própria, e o governo, seja qual fôr, degenerará rapidamente numa demo-

cracia militar, espécie de monstro político que acaba sempre por devorar a quem o engendra".

Não se refere aos militares agindo individualmente e sim à força militar, convém atentar.

Deixemos, porém, à margem, o caso particular da Grã Bretanha, cuja evolução tomou aspectos peculiares e que só exerceu, até a era industrial, sobre a marcha geral da civilização uma ação secundária, e limitemo-nos ao continente, onde se elaboraram as influências dominantes em todo o mundo ocidental. Constatamos, então, ai, uma perda constante da influência da função militar na vida social e política dos povos, à medida que nos afastamos da Idade Média, com uma evolução, porém, mais rápida a Oeste que a Leste do Reno. **Cedant arma togae** é a regra que se quer seguir.

Frederico, na Prússia, forçou aquela Germânia feudal a evoluir no sentido da cultura ocidental, como Pedro, o Grande, e Catarina, fizeram-no na Rússia. Mas partindo da base militar criada por seu bisavô e desenvolvida por seu pai, que soube combinar com certos refinamentos culturais adotados por seu avô, introduziu na Prussia um sistema de governo despotico, a que os filósofos chamavam de esclarecido. Embora fôssem aí os progressos naturalmente mais rápidos e generalizados do que na Rússia, onde havia também despotismo esclarecido, jamais, até a I Guerra Mundial, perdeu completamente o seu caráter antigo tipicamente militar.

Com os progressos do século XIX a influência política dos militares, na vida alemã perdia-se, em verdade. Mas a preponderância da política militar em toda a nação, dava à situação social do militar destacada importância e mesmo acima do alto conceito que desfrutava o "Herr Professor"! na sociedade.

E' interessante notar-se a solidez dessa sociedade militarmente organizada, pois foi capaz de resistir aos choques da Revolução Francesa, de subsistir ao vendaval Napoleônico e penetrar, sem modificações fundamentais, na era da evolução industrial.

Na Rússia de antes da I Guerra Mundial, tudo tomou um caráter tipicamente nacional, preponderando no sistema político a submissão feudal ao Tzar. As forças armadas eram-lhe fieis. Não eram forças nacionais propriamente ditas, mas dêle. Juravam-lhe fidelidade, a bem dizer-se religiosa. Isto não impediu os assassinatos e os golpes de estado para substitui-

ção dos Tzares, mas foi causa de revoltas armadas como aquela do tempo de Nicolau I, por fidelidade ao juramento.

Apesar de tudo, desde as guerras Napoleônicas, as ideias liberais foram penetrando na Rússia. Duramente reprimidas, suas sementes proliferaram afinal, quando a industrialização tomou vulto e criou populações numerosas nas cidades. Menos do que na Alemanha, e sempre por intermédio da nobreza, as forças armadas exerciam lá influência política.

NA FRANÇA E NA RÚSSIA MODERNAS

Ao contrário do mundo da língua Inglesa, onde o poder militar nunca foi ameaça, excepto durante a revolução de Crommwel, na França moderna, tal como em Roma, houve sempre o temor do predominio da força militar na sociedade, desde que o poder dos reis passou a depender do povo. Ainda na III República, quando, após o período difícil que originou questões como a do caso Dreyfus, a política prejudicou enormemente a defesa nacional, o pavor da ingerência do militar na política tomou vulto considerável. E para evitar tais males observou-se lá a regra de que o Exército era "*la grande muette*", o qual a aceitou de boa mente. Todavia, isto não evitou que os militares e os políticos, em muitos casos, se fizessem íntimos ou se guerreassem, com evidente prejuízo dos interesses nacionais, nos bastidores do poder.

O fenómeno manifestou-se fortemente durante a Revolução. Para evitar esse perigo, a tropa, notadamente os generais, passaram a ser estreitamente vigiados. *"Les Commissaires aux Armées"* ressurgiram os intendentes do rei, com poderes muito ampliados. A Revolução, que tanto se inspirou em Roma, com isto nada mais fez do que reafirmar, o princípio Ciceroniano da preponderância do poder civil sobre o militar: "*Cedant arma togae*". Tal era o temor do militarismo que Saint-Just, em seu projeto de constituição, instituía "*os censores dos Exércitos*". E' sentimento claro e abertamente expresso. Ao restabelecerem sob a forma nova os intendentes de Richelieu, os convencionais do século XIX diziam pela boca de Billau-Varrene: "D'ailleurs, quand on a douze armées scus la tente, ce ne sont pas seulement les defections qu'on doit craindre et prévenir: — l'influence militaire et l'ambition d'un chef entrepennant que sort tout à coup de la ligne sont

également à redouter". Para esse convencional e a maioria deles, "um governo militar era pior que o teocrático".

Os comissários junto aos exércitos, representavam o poder civil e tinham a seu cargo tudo que interessava a vida da tropa, inclusive a disciplina. No começo, houve um para cada exército, depois chegaram a ser três. Nem sempre se portaram bem e muitos enriqueceram, havendo até um, junto aos exércitos da Suíça, que fazia trocadilho com o próprio nome (Rapinat — rapinant — rapineur), sem que, no entanto, houvesse sido dos piores.

Depois, as dificuldades iniciais da Revolução, agravadas pelas reações exteriores contra ela, levaram à criação do Comitê de Salut Public, constituído, no começo, de quarenta membros destinados a cuidar dos interesses das guerras externas. Mais tarde, esse Comitê reduz-se a nove membros, quando a sua ação passa a se exercer também contra os inimigos internos. Surge, então, o tenebroso período do Terror. O regime faz-se ditatorial, verdadeiramente duro. O poder civil intromete-se na vida íntima dos exércitos, junto aos quais envia cerca de sessenta representantes seus munidos de uma autoridade absoluta. Os comissários prestam contas sómente ao Comitê, aos Clubes e à Convenção Nacional. Tinham autoridade para prender, destruir e submeter a conselho de guerra os generais, cuja conduta vigiavam e cujos atos examinavam.

A autoridade dos generais comandantes em chefe ficou, destarte, seriamente diminuída e sua liberdade de ação de tal modo reduzida, que não se pode hoje saber com precisão a quem são devidos os êxitos ou fraquezas das campanhas de 1793 e 1794.

Na escolha dos chefes militares, o idealismo prevaleceu de modo absoluto sobre a competência. (4)

Sem dúvida alguma, os comissários prestaram serviços. Justificavam-se pelos riscos dos movimentos restauradores, como mostra o caso de Dumourier e outros, mas a presença de dois comandos nos exércitos — um do general, para as operações e outro, dos comissários, para tudo mais, era um ilogismo. Para que a ação militar se pudesse desenvolver normalmente, fazia-se preciso que entre o general e o comissário

(4) — La direction de la guerre — V. Dupuis — Lib. Mil. Chapelet — Paris — 1912.

houvesse perfeita harmonia e que o comissário compreendesse cabalmente o papel daquele e se dedicasse, sem quaisquer restrições, à tarefa de facilitá-lo. E isto exigia que o General o mantivesse ao par mesmo de suas intenções, as quais em boa ética, não deveria revelar. Mas sem o Comissário conhecer essas intenções e os projetos de operações, não lhe era possível tomar as respectivas medidas preparatórias convenientemente, como era de suas funções. Dêsse facto, resultam muitos inconvenientes.

Destarte, quando o general era de facto um homem superior, o comissário acabava absorvido e entusiasmado por ele, como se deu com Salicette e Napoleão. Quando não se deixava absorver e pretendia agir livremente, ou anulava o general, que só aceitava a situação se era mediocre, ou entrava em conflito com ele, como se deu com Napoleão e Garau. No dia em que este, fazendo avançar com antecedência suas próprias bagagens para determinado ponto, inutilizou o segredo da operação que Napoleão tinha em mente, o conflito foi inevitável.

A instituição dos comisários, não podia pois permanecer, e Napoleão deu-lhe golpes mortais, com o enorme ascendente que adquiriu pelo prestígio de suas estonteantes vitórias.

O ascendente do militarismo, que os convencionais e o Diretório tanto temiam, não tarda a surgir, de resto, por culpa da própria Convenção. Desde que esta entra em luta com o Comité, e chama para apoiá-la os generais, primeiro Manou e depois Napoleão, transforma realmente a força militar em árbitro político e enfraquece o poder da autoridade civil.

Com o golpe do 18 Brumário findou-se a fase republicana da Revolução francesa e surgiu o novo sistema político que não restaurava o poder dos reis, mas minorava as conquistas daquela. O Regime Napoleônico fez-se essencialmente militar. Jamais logrou ter um carácter civil, porque era ilegítimo.

Mais tarde, vemos surgir de novo a instituição dos comisários na Rússia Soviética por motivos analogos aos da Revolução Francesa: vigilância contra o perigo da reação conservadora. Obteve, porém, certo êxito incontestável, em virtude de sua organização mais ampla e do seu papel mais profundo, como é natural.

Esta questão assim apreciamos em o nosso "Fenômeno Militar Russo". "Os bolchevistas, exímios na arte revolucionária, mas inexperientes na da guerra, foram forçados, a fim

de se organizarem para a guerra, a recorrer a oficiais do antigo Exército para que pudessem criar a sua conveniente estrutura militar, notadamente no que dizia respeito às armas mais técnicas e à formação dos mais elevados comandos".

"Esses oficiais, a quem por força das circunstâncias tinham que ser dados comandos, não inspiravam confiança política por não estarem integrados no pensamento revolucionário".

"Procedeu-se, então, tal como na Revolução Francesa. Puseram junto a êles comissários políticos incumbidos de vigiá-los e de, mais de que na Revolução Francesa, dar instrução política e moral à tropa. Era preciso vigiá-los e apoiá-los ao mesmo tempo".

Não se limitou porém, a instituição russa como no caso da França, à esfera do alto comando, desceu até às diversas unidades de armas do Exército, onde penetrou, em virtude do seu papel de instrutora política".

E, portanto, mais do que no caso dos comissários convencionais, formou-se lá "uma dualidade de comando cujos inconvenientes não tardaram a ser constatados e sentidos. Como evitá-la, porém?".

O recurso natural era instruir militarmente os comissários políticos e ir reconstituindo os quadros e a hierarquia com elementos educados ou reeducados nas novas idéias".

Assim procederam os soviéticos. Obtiveram incontestável êxito, e tal, que a função dos comissários políticos acabou sendo integrada na preparação militar normal e subordinada ao comando. Os comissários eram realmente meros instrumentos e especialistas de instrução moral, necessária ao espírito combativo das tropas. Muitos prestaram a esse respeito reais serviços, sabendo dar o exemplo de seu entusiasmo, da tenacidade e do próprio sacrifício nos mais críticos momentos, notadamente na guerra civil. Durante a II Guerra Mundial, êles foram suprimidos por algum tempo, mas depois novamente restabelecidos, sob uma forma menos sujeita ao comando, conforme certas notícias. Apesar do imenso prestígio que êle mesmo adquiriu, é evidente que Stalin, e os dirigentes do partido comunista, assim que houve paz, preocuparam-se em neutralizar qualquer influência política dos chefes militares, que se haviam feito muito prestigiosos. Não deixaram lugar para êles na direção do partido ou do Estado e

de novo passaram a vigiar o Exército de perto, com o N. K. V. D., a polícia política.

Esse restabelecimento resulta evidentemente da necessidade de neutralizar os efeitos morais e cívicos exercidos pela guerra no Exército Vermelho e no povo russo, para prevenir possíveis reações, esperadas, aliás, por vários estudiosos das causas russas, contra a pureza do regime. Esta é na realidade tão frágil que só pode viver estrelada numa política forte. Não suporta a liberdade individual de informação, isto é, menos do que a de pensar, sentir e dizer, a de saber como outros povos pensam, sentem e reagem. Trata-se de facto, com a restauração dos agentes políticos no seio do Exército, de impedir que este, exaltado pelo patriotismo e conciente de sua força, queira evoluir inspirado pelos seus contactos com o exterior e apoiado nas abafadas aspirações gerais do povo dia a dia, mais, e mais, sensíveis.

Os russos, a esse respeito, sem que o que vamos dizer implique em aplauso, prevalecem-se da experiência alheia. Eles sabem que as forças armadas, constituem um dos mais poderosos instrumentos de que dispõem os governos, principalmente, nos países ainda não largamente evoluídos, para promover a educação nacional e efetuar progressos de ordem cívica, mas não desconhecem também quão fortemente se deixam elas influenciar pelos pensamentos e sentimentos patrióticos. Não é difícil que, estimuladas pelas aspirações nacionais, tomem iniciativas para realizá-las ou lhes facilitar a realização.

Formadas pelas incorporações periódicas e em massa da juventude, reagem sobre a nação pela influência que exercem na educação dessa juventude, e recebem com ela os influxos da opinião pública. Refletem sempre a nação. Meio selecionado, onde a vida é regida por uma disciplina bem definida, resistem, mais do que as outras classes, à corrupção mas, observa Von der Goltz, uma vez corrompidas ultrapassam todas as outras. É natural. São parte da própria nação, cujo moto principal de vida é o culto da pátria e se este nelas se enfraquecer tudo o mais periclitaria.

Nelas, observe-se, por fim, há uma tendência espontânea a se solidarizarem com a nação e por isso facilmente se tornam elemento de perturbação dos governos quando a opinião nacional se divide e forma partidos que se dispõem a lutar a mão armada para predominar. Disto só as salva um rigoroso e inteligente regime disciplinar.

RÁPIDO GOLPE DE VISTA SOBRE A AMÉRICA

"Feliz o cidadão que, sob o escudo das armas de seu comando convocou a Soberania Nacional para que exerça sua vontade absoluta".

BOLIVAR.

Os ensinamentos que a História da América nos pode fornecer a respeito do nosso assunto, são bastante ricos, não obstante a sua juventude. As relações características entre os militares e a política começam aqui com as guerras da Independência e se prolongam até os nossos dias, apresentando várias modalidades, entre as quais sobressai o **căudilhismo**, cuja eliminação se vai fazendo à medida que a civilização vai tornando os seus povos mais cultos e mais industrializados e as suas instituições políticas mais estáveis.

Na América do Norte, Estados Unidos, caso militar particular derivado das instituições, da mentalidade e dos costumes ingleses, os aspectos da vida civil preponderam na política e, na administração, mas lá a força militar não forma classe, e até há pouco, era possível ingressar nela mesmo em alto posto, sem os mesmos requisitos e as condições que se exigem nos outros povos. Mesmo Grant e Lee, que serviram as causas políticas em choque na guerra da secessão, fizeram-no como simples chefes militares a serviço dos poderes políticos em luta.

Depois da guerra de secessão, vemos, em 1868, o General Grant, ser eleito Presidente da República e reeleito, em 1872. Isto foi o efeito da imensa popularidade que adquiriu durante o seu comando na guerra civil e talvez uma necessidade imposta pela liquidação dessa guerra. Coube-lhe pacificar a Luisiania e resolver as questões com a Inglaterra por causa do Alabama, bem como, proteger os negros.

Hoje, aparecem nos noticiários mundiais, com frequência, os nomes de Mac. Arthur e Eisenhower, para candidatos à suprema magistratura yankee e Marshall é chamado para a Secretaria de Estado. Tudo isto parece consequência das necessidades resultantes da liquidação da guerra, na qual êsses chefes adquiriram grande popularidade por sua atuação militar e durante a qual souberam mostrar eminentes qualidades políticas.

Eles, porém, não dão mostras de almejar o poder, e Eisenhower chega mesmo a se manifestar contra a idéia porque considera prejudicial aos Estados Unidos qualquer coisa que venha a ferir o caráter não partidário e nacional do Exército.

Na América Latina, a questão apresentou aspecto diverso. O caudilhismo ai imperou desde cedo e ainda hoje manifesta-se, embora com muito menor força..

Dois tipos eminentes, desde logo, prendem a atenção de quem estuda este assunto: San Martin e Bolívar, o primeiro mais militar que político, o segundo mais político do que militar.

Aparecem, como Washington, nas guerras da Independência. Este que era engenheiro, fez-se militar para lutar contra a Inglaterra, aqueles que eram militares, assumiram as atitudes políticas que o patriotismo lhes ditava.

No início, mais como militares do que como políticos, suas ações convergem e assim conseguem alcançar os resultados que almejam, sacudir o jugo da metrópole ibérica. Desde que este objetivo é alcançado e se trata da organização das ex-colônias em nações independentes, divergem.

San Martin é monarquista e Bolívar é republicano. Mas San Martin é tão sincero e sensato, quanto Bolívar é ardendo, e por isto, a luta entre ambos não se dá.

Bolívar é essencialmente um espírito empolgado pelas idéias da Revolução Francesa, enquanto que San Martin, lembrando em parte o nosso José Bonifácio, mostra-se mais realista, teme o desequilíbrio da República nos espíritos e as excitações a que um tal regime, em povos e nações pouco evoluídos, pode conduzir. Queria a independência com monarquia, diz Otero, (5) porque visava atrair "de inmediato las simpatías y el reconocimiento oficial de la vieja Europa", razões também influentes na atitude política do nosso patriarca.

Quando Bolívar e San Martin se enfrentam, este cede para evitar os prejuizos de uma luta de resultados imprevisíveis, isto porque fazia a guerra "realizando la con la sumisión de la espada a la inteligencia". (6)

Os acontecimentos ulteriores deram razão a San Martin. Os antigos Vice-Reinados se esfacelaram em pequenas repú-

(5) — História del Libertador Don José de San Martin — 1.^a Volume.

(6) — Idem.

blicas e estas foram o campo do mais inconsiderado caudilhismo.

A evolução desse aspecto das relações entre os militares e a política, toma particular interesse na Argentina. Ai, enquanto o gênio de Mitre não preponderou e não se deu o surto da riqueza econômica, que a cultura dos campos lhe proporcionou, houve a luta entre as províncias, e a nação conheceu os mais ignóbeis despotismos, nos quais avulta a figura sinistra de Rosas.

Depois, o progresso nacional, foi dando feito estável às instituições. Não desaparece a influência dos militares na política, mas não há mais caudilhismo. Mitre e Roca não são caudilhos, são estadistas. Justo, que vem depois, entra na cena política não como um chefe de facção armada, mas como representante das forças armadas, e para atender aos reclamos manifestos da opinião pública, a fim de fazer face à degenerescência dos costumes republicanos.

No Chile, onde as forças armadas também atingiram um alto grau de organização, preparação profissional e disciplina, o fenômeno é idêntico.

A Argentina e o Chile, apresentam, portanto, um grau intermediário, entre o caudilhismo puro dos tempos que se seguiram à independência e os estados avançados da evolução política, quando as instituições civis preponderaram, a representação política é a expressão da verdade eleitoral e a responsabilidade civil uma realidade.

Apesar das perturbações da marcha dessa evolução causadas pelos desequilíbrios que deram lugar à segunda Grande Guerra e por suas consequências, tudo faz crer que não demorará muito a Grande República do Prata a retomar o seu curso evolutivo normal, bem como, o Chile, o Perú e os demais países da Sul América, estes quando obtiverem um melhor desenvolvimento econômico, e uma riqueza suficientemente equilibrada.

Na América Latina, há o caso particular do México, onde o caudilhismo durou longo tempo e a chefia do Governo era conseguida mais pelas armas que pelos votos pacíficos. Ai ficou célebre a ditadura do General Porfirio Diaz, por sua duração, o qual só deixou o poder pela vitória conseguida por outro general. Vários golpes de Estado sucederam-se depois, até que afinal aquela grande nação parece ter encontrado nesses últimos vinte anos sua madureza política, após, se não nos enganamos, a presidência do general Madero.

Quando contemplamos a ocorrência destes factos na América, parece-nos serem êles produzidos por causa das heranças históricas e até das raças que povoaram as suas diferentes regiões, mas se aprofundamos o exame da questão, encontramos motivos ecológicos, geográficos e geológicos, condicionando o desenvolvimento natural e a vida económica destas nações e reagindo inexoravelmente sobre a vida política.

COMO SE APRESENTA A QUESTÃO NO BRASIL?

"Se os que governam não acreditam nos factos andarão enganados toda a vida".

Gen. OSÓRIO:

Durante o largo período colonial tudo aqui nada mais era do que português. Todavia, desde que o povoamento começou a se desenvolver a colônia adquiriu uma feição peculiar, certos aspectos locais foram surgindo e estabelecendo sensível diferenciação para com a mãe-Pátria.

As instituições militares do século XVI, introduzidas durante o período de Tomé de Souza, criavam uma milícia colonial, semelhante a que acabava de se implantar em Portugal, (era de D. Sebastião) para a formação das forças guerreiras. Possuía caráter feudal. Todos os senhores da terra, tinham obrigações militares e o dever de possuir armamentos mínimos, à custa própria. Nessa época a autoridade era essencialmente militar.

As funções militares e civis confundiam-se.

Depois, a impossibilidade de Portugal prover o Brasil de forças militares regulares para as necessidades da guerra nestas paragens, induziu naturalmente a constituir tropa puramente colonial, como coadjutora da metropolitana. Os reinos reagem despeitados e os ancionais se fortalecem na consciência da própria força.

No século XVIII, os contingentes formados com tropas brasileiras crescem de valor, no Sul, reforçados por elementos do Rio, Minas e notadamente de S. Paulo. Os quadros são ainda principalmente alienígenas mas os aborígenes vão aumentando em número e importância.

Embora muito confundidas as funções sociais civis e militares, por que eram ambas meros serviços do rei, já apre-

sentam certa diferenciação e já em pouco, nesse mesmo século XVIII, surgem manifestações cada vez mais enérgicas da influência dos militares na política nacional, se assim podemos dizer em relação às rebeliões e tentativas de sacudir o jugo português, do território pátrio.

No período colonial, houve muitas dificuldades em recrutar para as tropas gente de qualidade, e tantas que os responsáveis pelos negócios da colónia faziam frequentes representações ao Rei, sugerindo providências. O facto de se arrolarem nas forças aqui formadas mestiços e pretos libertos, o serviço a longo térmo e a desatenção do governo no cumprir sua obrigação para com a tropa, até quanto ao pagamento dos soldos devidos aos militares, o que os levava a procedimentos incorretos, fizeram das forças militares permanentes uma classe pouco estimada da sociedade por sua indisciplina e deram causa à numerosos conflitos com as autoridades civis.

A situação chegou a se tornar verdadeiramente calamitosa pelo incompreensível e perigoso descalabro em que jaziam as cousas militares, no período que antecedeu a ascenção ao poder do Marquês de Pombal. Depois desse grande homem assumir o governo vieram ter aqui tipos do valôr de Gomes Freire, o Bobadela, e chefes militares como o general Bohm, Funk e outros. Então as coisas militares da Colónia melhoraram, notadamente, nas paragens do Sul.

As cartas e relatórios de Bohm diziam-nos muito bem qual era a precária situação das nossas forças militares e nos dão perfeita idéia das relações entre os militares, a administração e a política. (7) Não foram raros os conflitos. O desejo de sujeição que uns nutrem contra os outros, por vaidade, orgulho, toleima ou tendência abusiva do respectivo poder, despeito da autoridade civil contra a militar, ou legítima reação contra a intromissão indébita desta na esfera de jurisdição daquela, promoveram muitos dissídios. Tudo, porém, se limitava no campo restritivo da vassalagem a El-Rei e aos seus ministros e de modo algum parecem sintomas de tentativas militares para influir na política geral.

Na vida brasileira, as primeiras manifestações de influência dos militares, ou da força militar na situação política do país, tal como nos outros países da América, surgem nitidamente no período da Revolução da Independência. Nas rebeliões anteriores contra a prepotência do poder ou em favor

(7) — Mass — Correspondência de Bohm — Biblioteca Nacional.

da liberdade, sempre figuraram em primeiro plano, ao par das personagens civis que as estimularam ou dirigiram, chefes de forças militares, mas sem consequências para o que nos interessa aqui conhecer, porque foram dominadas.

As lutas da independência, porém, deram à força militar brasileira, uma importância preponderante e definitiva, na situação política do país. Foram elas, como é natural, o instrumento principal para a execução dos desiderata políticos de então. Dessa influência ficaram lembranças tais que, acabada a Revolução da Independência, ainda as forças militares, continuaram a querer influir nas soluções adotadas para a organização da Monarquia.

Certas decisões de carácter grave, tais como o Fico, a expulsão das tropas portuguesas do Rio de Janeiro, a aclamação de Pedro I, a dissolução da Constituinte e a abdicação do primeiro imperador, foram apoiadas ostensivamente por elas, ou somente decididas por sua intervenção direta e franca.

Em regra, porém, até aí e mesmo depois, em todo o decorso da nossa história, a iniciativa das mudanças de situação ou revoltas, das reformas políticas jamais coube às forças militares. Nem nunca se viu aqui, excepto, mais tarde, o caso particular de Benjamim Constant, chefes militares alistados entre os diretores, propagandistas ou iniciadores de novos ideais políticos. No período monárquico, o chefe militar que fundou e dirigiu partido político, em sua Província, acintosa e autonomamente, foi Osório, mas este como os demais chefes militares políticos da Monarquia, mantinha-se nos quadros monárquicos e pugnava mais pela verdade das instituições que por sua transformação. Não são os militares, por seu natural espírito conservador, em regra precursores de idéias novas.

E' facto, porém, que com a Independência surgiu no Brasil um partidarismo político intenso e organizado. A medida que o perigo restaurador foi se afastando, de um lado, e os excessos de reação, que pretendiam ir até a República foram amainando, de outro, transformaram-se estas correntes políticas originais, cristalizando depois nas duas opiniões monárquicas, a liberal e a conservadora, pelas quais os militares se dividiram.

Os respectivos partidos, governaram o Brasil longamente, até que enfraquecidos por suas dissidências internas e pelo uso do poder moderador, mais pessoal de que verdadeiramente político, não mais puderam sustentar a Monarquia.

Os dois representantes máximos fardados das duas correntes foram Osório, liberal, e Caxias, conservador. Com o primeiro, figuravam nomes prestigiosos, como os do Conde de Pôrto Alegre, o Marquês de Souza, e o Visconde de Pelotas, o general Câmara. Com o segundo, alistavam-se muitos outros, entre os quais o futuro proclamador da República, Deodoro da Fonseca.

Mortos Osório e Caxias, os liberais chamaram ao Senado e ao Ministério o Visconde de Pelotas, e os conservadores trataram de fazer Deodoro senador, o que não houve tempo de realizar. De resto, esse recurso político, para repartir entre os partidos a influência ou o prestígio militar, viu-se que seria pouco eficiente, pois os militares mostravam, em regra, mais solidariedade de classe que divergência política, nas questões que surgiram logo após o desaparecimento dos dois maiores representantes da classe, Osório e Caxias.

Essa ostensividade da atividade política dos militares não foi sem inconvenientes. Para a administração do país e mesmo para a solução dos problemas militares, foi até prejudicíalíssima, pois, tornaram-se estes, destarte, dependentes das manobras políticas e dos interesses partidários, cuja finalidade, era na realidade principalmente, criar forças eleitorais.

Em 1831, visando os políticos em grande parte terem o que opôr ao Exército nas contendas da política, e ao mesmo tempo criar uma força militar barata, surgiu a Guarda Nacional, administrada pelo Ministério da Justiça. Extinguiam-se, consequentemente, os antigos corpos militares e de ordenanças que até aí existiam, como elementos auxiliares do Exército e eram administrados pelo Ministério da Guerra.

Foi, no entanto, uma inspiração feliz para solucionar economicamente a necessidade de poder dispôr de numerosas forças, prontamente em armas, e tanto assim, que à Guarda Nacional do Rio Grande do Sul é o Brasil devedor de importantíssimos serviços. Na vigilância e defesa das fronteiras, nas intervenções do Império no Prata, foi ela um instrumento de primeira ordem, distinguindo-se particularmente nas campanhas de 1851 (Rosas) e de 1864-1870 (Praguai).

Todavia, embora o artigo primeiro do decreto de 18 de Agosto de 1831, que a criou, vedasse, como atentatório contra a liberdade e considerasse um delito contra a Constituição, deliberarem os guardas nacionais sobre os negócios públicos, com ela surgiu um forte recurso eleitoral, no qual se ceyaram largamente os partidos monárquicos e os chefetes

do início republicano. A guarda nacional, abastardou-se a tal ponto, com os seus coronéis, mandões locais, e os seus maiores, solicitadores e escrivães de cartórios, que apesar de suas honrosas tradições guerreiras no Sul e dos nomes ilustres de generais dela oriundos como Canabarro, Portinho e Andrade Neves, e muitos outros, não pôde ser aproveitada como reserva do Exército, quando aqui se legislou para modernizar a organização de nossas forças guerreiras.

Depois de apaziguado o Império, com o termo da Revolução Farroupilha, até a guerra do Paraguai, a política e os militares mantiveram relações sem pontos marcantes, embora percebe-se bem, através da História do Império, quanto essa harmonia e boa camaradagem, foram prejudiciais aos interesses militares do país. Essa intimidade influia decisivamente nas promoções e repartição das funções e até nas meras ações militares, quando o chefe era de um partido e os subordinados de outro. O único chefe militar político que separava efetivamente a função política da militar, e era capaz de servir com superiores ou subordinados de partido adverso, sem levar isso em consideração, de que temos notícia, era Osório.

Quando irrompeu a guerra do Paraguai, deu-se o primeiro choque sério entre a política e a militância. A política era liberal, do gabinete do Senador Furtado e o chefe militar mais indicado para exercer o supremo comando era o Marquês de Caxias, general e senador, um dos principais do partido conservador.

Convidado pelo Ministro da Guerra, Beaurepaire-Rohan, Caxias aceita o comando, mas exige que conjuntamente lhe seja dada a presidência da província do Rio Grande, com o que concorda o Ministro. Esta condição, porém, é recusada pelo presidente do Conselho, o Senador Furtado, por motivos evidentemente de política partidária. Beaurepaire demite-se. Caxias, então, prevalecendo-se de suas imunidades parlamentares, nega-se a assumir o Comando, tanto mais fortemente quanto o novo ministro, Camamú, era seu desafeto e não lhe inspirava confiança. Ele que nunca o quis ter às suas ordens, declara, não poderia agora servir sob as ordens de Camamú.

A natureza da comissão exigia mútua confiança entre o governo e o chefe militar e o facto, entre outros, de serem os presidentes de Província, responsáveis pela Guarda Nacional, é bastante para dar razão à exigência inicial de Caxias, o que, aliás, os acontecimentos ulteriores justificaram, mas Furta-

do viu no caso, principalmente, os interesses da política partidária e não quis ceder.

A situação tornou-se crítica. Mas, felizmente para o Brasil, Osório estava ao pé da obra, ou melhor já com a mão na massa e ele, que afora Caxias, seria o único chefe a quem o Exército aceitaria com entusiasmo, havia assumido automaticamente o comando, no qual foi depois confirmado. Mais fácil do que Caxias, a substituição depois de Camamú que, de resto, também não lhe era afeiçoado, por Silva Ferraz, inimigo político de Osório, não trouxe consequências graves.

Este ministro essencialmente político, fustigou-se com questiúnculas, mas o bom espírito de Almeida Rosa, o ministro do Brasil no Prata, procurando amortecer os atritos, e os retruques pacientes de Osório, sempre elevados, embora terriblemente irônicos, ajudados pelo enorme ascendente que a sua atuação de general foi logo adquirida no teatro da luta, acabaram por amainar as dificuldades.

Mais tarde, com a entrada em ação das forças de Pôrto Alegre no teatro principal de operações e a retirada de Osório por doença, a crise criada pelos desentendimentos entre os chefes da esquadra e Mirte, e o desastre de Curupaiti que tudo agravou, fez-se necessário reorganizar as forças e o Comando brasileiro da guerra.

Caxias, foi então nomeado pelo novo governo, de Zácarias de Góes e Vasconcelos, também liberal, aceitando a incumbência.

No começo tudo correu bem. Mas, depois, a luta se prolongando, os políticos começaram a tecer as suas habituais intrigas e, ao fim, Caxias se demite, pois não podia comandar atacado pelos partidários do governo, embora este o sustentasse.

A demissão de Caxias, foi o motivo da queda dos liberais do poder. Ao menos, é esta de causa dada por políticos do tempo e historiadores como Calogeras, para a mudança do ministério. O próprio Osório em carta que escreve ao próprio Duque, diz que ele por menores motivos que os que possuía, dera com "o ministério na lama". Não fazia, porém, explica, por patriotismo.

Logo após a guerra do Paraguai, a política brasileira agita-se fortemente. No senado, discute-se a guerra entre liberais e conservadores, e as personagens máximas daquelas lutas são lançadas em cheque, Osório e Caxias, por meras razões partidárias.

Depois, as paixões se acirram.

As consequências do desequilíbrio econômico e financeiro resultante da longa luta, dão lugar a descontentamentos que favoreceram o esfacelamento dos partidos, notadamente do liberal.

Reaparecem as idéias republicanas, com forte propaganda organizada pelo respectivo partido que se funda. Adquire rapidamente forte intensidade.

Logo após à terminação da guerra, se Osório houvesse cedido, como o fizeram Pôrto Alegre e outros, à sedução das idéias revolucionárias, dado o imenso prestígio por ele adquirido no Exército e em toda a nação, talvez houvessemos tido república, cerca de vinte anos antes e com os gravíssimos riscos e consequências, cujo temor foram a causa principal de sua repulsa energica e decidida aos que tentavam seduzi-lo.

Em meio de toda a agitação que então surgiu com o necessário processo de eliminação do trabalho servil, em virtude dos progressos industriais do século XIX, que estavam rapidamente penetrando no país, os políticos empenharam-se em obter apoio dos chefes militares, embora muitos temesssem as espadas políticas com receio dos golpes caudilheiros. Assim, dia a dia, a preocupação política foi penetrando nos quartéis e predominando sobre o espírito profissional. Muitos oficiais, desprezando mesmo inteiramente os seus deveres profissionais, confessada e publicamente, dedicaram-se inteiramente às agitações do momento. Grande número, entre os mais jovens, fez-se republicano; todos eram anti-esclavagistas. Muitos eram apenas rotineiros. Só uma pequena parcela não se descuidava da cultura profissional própria e de trabalhar efetivamente pelo progresso das instituições militares.

Formou-se uma fermentação crescente, que redundou na eliminação da Monarquia. Mas, examinando-se atentamente os factos, e o papel que as classes armadas exerceram então, sente-se que, em grande parte, tudo ocorreu porque a política e os seus governos, levaram os militares a tomar partido. Foi ela e foram elas, que se introduziram nos quartéis e não cuidaram que as tropas tivessem uma vida profissional suficientemente intensa para que se fizessem eficientes e porque ao tratarem os atos mais sérios e necessários à obtenção dessa eficiência, tais como o provimento da hierarquia e a designação para as funções, agiam somente por seus interesses partidários e para satisfazer a amigos, parentes e influentes, sem maior exame das grandes responsabilidades no caso.

Seja como fôr, na Monarquia, após o período tormentoso da Independência, dados os costumes e as práticas políticas do Império nunca houve lugar para golpes militares. Quando isto se deu, fez-se a República. Nesta, a êsse respeito, nunca mais houve a mesma segurança, e as tentativas de conquista do poder ou de resistência a êle pela força militar tornaram-se frequentes.

NA FASE REPUBLICANA

"Mais il faudra (à Revolução Francesa) vingt-cinq ans et de tourrents de sang pour refaire ce qui six semaines avaient suffi à démolir".

(*Pouvoir — Guglielmo Ferrero*).

A República, cuja proclamação se fez sem sangue, precisou de cerca de cinco anos para se consolidar, nos quais se derramaram torrentes dêle. E nesse período, a política e a militância eram uma coisa só. Os militares e a política tornaram-se íntimos. Alguns, havendo assumido cargos políticos como tenentes, jamais voltaram a labutar nas fileiras das armas, o que não impediu que ascendessem na hierarquia fardada até o generalato. Outros, havendo servido à política como tenentes, só vieram prestar serviços militares como coronéis. Certos, conseguiram ser militares, professores e membros do Congresso, ganhando os proventos de tôdas estas funções. Recebiam mesmo, de quando em vez, gratificações adicionais. Eram duas vezes vitalícios, como militares e professores, e não exerciam função alguma, afora as concernentes à política eleitoral, governista ou oposicionista.

Compu'sando os anais do nosso parlamento republicano, não achamos nenhum militar político, debatendo-se empenhadamente, **motu-próprio** pela solução dos problemas militares nacionais.

Certos, foram meros porta-vozes do governo ou de elementos militares não políticos, que se preocupavam com os problemas da nação e da classe. Assim mesmo, os que se arriscaram em seara a êles tão extranha, não demonstravam possuir conhecimentos profissionais à la paga. Vemo-los porém, quase sempre, por ocasiões de voto dos orçamentos, empenhados na defesa de medidas pessoais e na conquista de

certas vantagens para determinados indivíduos, sem nenhuma cogitação dos interesses da defesa nacional, e do vigor das instituições militares, sempre olhados como pretexto mais para servir os indivíduos que êstes a elas.

Várias quarteladas deram-se no período republicano por visível excitação das discussões de questões políticas sobre alguns espíritos esquentados, levando de roldão a juventude militar, das quais o **militar político** era agente principal.

A partir, porém, de certo momento, que coincide com as importantes reformas das instituições militares, iniciadas ao tempo em que o General Hermes fôra Ministro da Guerra, tempo que recebeu a forte influência de Rio Branco, começam as classes armadas a reagir contra o próprio atraso em que se encontram. Nas surge uma corrente de opiniões favorável ao progresso profissional e ao das instituições militares do país, visando adaptá-las às necessidades de uma guerra eventual.

Embora essas correntes de opinião se degladiassem por seguirem modelos diferentes e por possuirem mentalidades diversas, tôdas convergem para a obtenção de reformas que dêem eficiência prática às instituições militares. Aparece, então, uma forte ogerisa nas classes armadas pelos doutores, pelos que se afastavam da profissão a qual, no entanto, não consegue predominar de modo incontestável e definitivo.

Dá-se, pouco depois, fenômeno de aparência estranha, mas muito lógico. A incompreensão dos políticos lança de novo as classes armadas, como corporações, na política. Incapazes de sentirem a sua mentalidade, ignorantes dos interesses militares do país, retardados na concepção da psicologia da tropa, atuam de tal modo que elas se agitam fortemente e entram ostensivamente na contenda em que se debatem. E' o período da Presidência Hermes, que muito prejudicou os reais interesses da preparação militar da nação e as boas relações entre as forças armadas e as classes civis. Foi uma época agitada, de abusivo emprêgo da força na ordem civil, na qual muito sofreu a conveniente disciplina militar.

Essas perturbações, foram compensadas por uma reação salutar em benefício da melhor eficiência do Exército. Mas, logo a seguir, repercutiram a fundo na ordem política. E nisso foram ajudados pelos que, interessados inconscientes na desordem, sem perceberem o mal que faziam, aqui se oprimiam ao êxito completo da Missão Militar Francesa.

As úteis medidas adotadas para reformar as instituições militares lançavam nelas terrível indisciplina. Refaziam a cultura profissional pelos postos inferiores, e deixavam por isto os superiores sem a necessária força moral, que é a resultante do seu maior saber e experiência, e isto porque, como muito bem observa Ferrero, em seu "Pouvoir", "*le droit de commander ne peut se justifier que par la superiorité.*" Além disso, o modo porque se pretendeu reagir contra as primeiras manifestações de indisciplina surgentes mais agravou a situação. Então, o Exército e a política deram-se as mãos em macabra intimidade, surgindo assim, as explosões revolucionárias iniciadas em 1922 e que levaram a 1930. O progresso militar que se vinha conseguindo, ficou quase inteiramente perdido.

De 1930 a 1932, mais ainda que no período inicial da República, os militares dominaram na política. O Clube 3 de Outubro, onde predominavam os tenentes, fez-se o árbitro verdadeiro da política nacional. As classes armadas, notadamente o Exército, pareciam em decomposição e contra a sua existência se desencadeavam terríveis ódios destruidores. Houve amnesia completa da disciplina, com a subversão da hierarquia; os títulos revolucionários, às vezes não muito legítimos, ou obtidos na undécima hora, adquiriram um valor maior para o acesso na hierarquia e o exercício das funções, que quaisquer outros.

Mas, em 1932, houve a reação paulista e o governo, para não cair, teve que se valer dos que não eram revolucionários ou políticos; e com isto morreu o tenentismo outubrista. Mas a situação não melhorou muito. Houve certamente a idéia de sair do caos, aproveitando os elementos militares que influiam no Exército, os últimos momentos do governo discricionário para obter decretos de reformas profundas e consideráveis, cuja execução honesta e capaz, teria resgatado os males do passado e inaugurado uma era de progressos reais para os interesses guerreiros do país. Todavia, nada de real se conseguiu, porque os executores eram mais políticos do que militares e sujeitaram tudo ao critério político.

Veio depois a fugacíssima era constitucional de 1934. Aí, novamente, os militares não políticos, tentam promover medidas que possam servir de base sólida para uma eficaz reconstrução dos interesses da função militar nacional. Conseguem, teóricamente muito, pois a Constituição consigna um capítulo sobre a matéria, como em nenhuma outra até então

se havia feito e cujas idéias principais foram mantidas nas que lhe sucederam em 1937 e 1946, mas os políticos com farfa e sem ela, tratam de minorar êsse resultado, o mais possível.

Já o que chegou a ser adotado no texto constitucional, era uma atenuação do que fôra projetado pelos encarregados do estudo essencial da matéria, atenuação promovida principalmente pelos militares congressistas, para atenderem às situações individuais, ou para satisfazerem meros interesses eleitorais, ou por mera demagogia sem nenhum fundo.

No período de 1937 a 1945, o governo ditatorial, foi nitidamente militar e só sustentado, como o declarou várias vezes o chefe do Estado, pelo apôio que lhe deram as classes armadas, em cujo nome governava. Não lucravam nada, porém, com isto, nem essas classes armadas nem a organização militar da nação. Só se beneficiaram os militares políticos, os do peito dos detentores do poder.

Foi o governo pródigo em decretar as reformas que lhe solicitavam, mas indiferente às suas realizações. Tantas foram essas reformas decretadas, que a situação tornou-se tumultuosa e caótica no Exército e o progresso real ficou muito prejudicado. De resto, faltou sempre nelas a preponderância de uma idéia nítida e precisa que as presidissem com sinceridade, praticamente sensata, que as tornasse exequíveis metodicamente, super abundando, ao contrário, o critério personalístico, na formação da hierarquia e na distribuição das funções, notadamente nos quadros mais elevados, o que foi o maior mal.

Formaram-se, então, nos quadros das forças armadas, três correntes de opinião. Uma, a mais favorecida, formada pelos que gostam de subir, seja como fôr, na qual poucos não punham de lado o interesse em crescer o próprio val'or profissional. Outra, a menor de tôdas, a mais ativa e instruída, formada pelos que amam a verdade inteira e têm consciência das responsabilidades e das necessidades funcionais, foi das menos agradáveis e a mais prejudicada. E' a dos que sempre sustentaram a massa da estrutura militar de pé e permitiram que, ao menor descuido dos que fazem política, se obtivesse algum progresso. A terceira, a maior de tôdas, é a dos que vivem apenas.

No período de 1937 a 1945, em resumo, o problema militar, dadas as correntes mentais que então se geraram, tão numerosas foram as iniciativas e tão incompletas as realiza-

ções, tão caótica a mentalidade que presidiu as reformas decretadas e tão pouco eficientes os esforços para tentar realizá-las, complicou-se enormemente. A importância da influência dos militares na política não serviu aos interesses militares da nação, a menos que se considerem como ótimos os êrros e as dificuldades criadas para a solução definitiva dos problemas.

Nesse período, tal era a influência das forças armadas na política, que o resto da nação só a elas responsabilizava pela situação e somente dela esperava o remédio, sem poder avaliar o que por trás da aparência de sua organização e disciplina, ocorria de facto, na sua vida. Por fim, as classes armadas, fartas de ouvirem afirmações inverídicas sobre os seus progressos e realizações, fatigadas, dos ludibrios com que eram despresadas, começa a reagir, despertadas pela compreensão da situação internacional, e estimuladas pelos apelos ouvidos em toda parte na sociedade brasileira. A corrente reagente se avoluma. Os métodos que as mantinham sujeitas perdem o encanto e elas, demonstrando um vigor que surpreende, mormente aos que supunham havê-las bem ageitado ao seu serviço, dão o golpe político de 29 de outubro, cuja característica principal bem a definiu publicamente o tenente coronel Solon: "afirmando que se haveria dado com gerais ou sem êles".

Finalmente, para honra nossa, tanto no período monárquico como republicano, as intervenções das forças armadas coesas na política, obedeceram sempre a imposições das necessidades cívicas. Nos períodos de crise nacional, quando a opinião pública reclama uma solução, o Exército jamais se deixou ficar surdo aos apelos desta, muito embora, às vezes, tenham os seus chefes parecido hesitantes. Toda vez que a rebelião se processou apenas numa parte das forças, os rebeldes foram batidos.

OBSERVAÇÕES FINAIS

"Nada temos aprendido com o passado nem o presente garante melhor futuro".

Gen. OSÓRIO

O rápido exame que acabamos de proceder nas relações entre as instituições militares e a sociedade em geral, e nas relações entre os militares e a política no Brasil, parece con-

veniente terminar pelo registo de algumas observações que a meditação do assunto nos convida a fazer.

O primeiro reparo que nos ocorre formular, é que a ingérvia das forças armadas na política, torna-se fatal sempre que a ordem civil periclite ou as necessidades da preparação da guerra o impõem, pois isto é próprio da classe que mais sistemáticamente exerce o culto da Pátria. Daí não há prejuízo algum se, cessada a causa, cessa o efeito. A persistência porém, do predominio militar na política, e sempre nociva e contrária ao progresso geral, se não se justifica por uma das quelas razões capitais.

A natureza da função militar, cuja característica principal é a faculdade de exercer ações enérgicas, prontas e profundas, cria para os respectivos órgãos a necessidade de um exercício perene, e lhes dá uma tendência acentuada para intervir na realização das outras funções da vida social, com a idéia de sanarem o mal de que também sofrem. Daí advêm vários prejuízos para a sociedade e para o próprio organismo militar. A primeira padece, quando isto se dá, dos métodos violentos e demasiados enérgicos que são próprios à mentalidade militar, o segundo se enfraquece pela necessidade de adaptação às características das outras funções da vida social.

Todavia, deve-se ponderar, quando o militar é bem formado, sua educação profissional o habilita, mais que o homem comum das profissões civis, ao exercício eficaz da direção da causa pública. Ele, no caso em aprêço, é sempre um espírito positivo, realista e eminentemente objetivo, habituado a agir por previsão, afeito à idéia de que nada está feste enquanto resta qualquer coisa a fazer, sóbrio de costumes e desprovido das ambições de riqueza, sempre predisposto ao sacrifício, sem que isto lhe pese ou revolte, quando sua necessidade é patente. Se atingiu os altos postos da hierarquia, — falamos sempre do militar típico — nos tempos de paz, foi em virtude de um processo seletivo, constante e sucessivo, das qualidades de carácter, inteligência e cultura, profissional e geral, entre os seus pares.

Apesar disto, possui uma mentalidade que nem sempre o torna próprio ao governo das sociedades civis nacionais em épocas normais. E' a mentalidade que Philip B. Ballard, assinala como defeito de certos funcionários da instrução pública na Inglaterra: "If he cannot convince he commands". (8)

(8) — Mental Tests — U. London Press — 1945.

Atitude utilíssima nos casos urgentes, mas prejudicialíssima na evolução normal da sociedade, porque não penetra até os necessários fundamentos das construções que se visam realizar.

Se o militar, porém, se adapta às necessidades da ordem civil, são as instituições militares que se enfraquecem, porque então êles passam a ser mais políticos que militares. Daí resultam também frouxidões da **disciplina militar**, encarada em sua significação profunda e assim há perda de energia vital na força militar.

O segundo reparo, que nos parece útil fazer, é o que também se vê através da história. Esta nos mostra uma tendência para abrandar a função militar na existência social. Atenas atenua Esparta e Roma adota à fórmula "Cedant arma togae". Da Idade Média ao regime da paz armada, que reconhece a necessidade de prevenir a guerra sem deseja-la, os progressos realizados acentuam a adoção do princípio romano.

Todavia, depois que o regime de paz armada se instituiu, e os processos de mobilização moderna permitiram preparar com a necessária antecedência o máximo de efetivos que uma nação pode jogar na luta, o problema adquire um aspecto novo. As forças armadas são apenas quadros técnicos nacionais para a guerra, e com isto, suas intervenções na política já não representam a opinião de um grupo nacional isolado, dominado por uma personalidade empolgante. Elas encerram em si, as diversas correntes da opinião nacional e, para que se possam manter integras, é necessário que vivam afastadas das agitações daquelas, para não entrarem em conflito c/ c a parte que não está aquartelada.

Isto não impede que a nação adote uma política militar em tudo predominante na sua vida. Favorece-o mesmo. Mas nesse caso a marcha celeremente para a guerra, sem o que uma tal política não se justifica nem se pode sustentar. E' o caso da Alemanha de Hitler e da Itália de Mussolini e será o de qualquer outra nação que adote normas e mentalidades militar preponderantes no seu sistema de vida.

As instituições destinadas à preparação da capacidade combativa nacional, possuem enormes possibilidades de realização em todos os ramos da atividade coletiva e os indivíduos que as servem, quando o mecanismo é eficiente, instruídos e treinados para a ação na guerra, possuem uma força de disciplina só comparável à de certas organizações religiosas, e uma capacidade de ação metódica que os habilita para en-

frentar as mais caóticas situações. De resto, hoje, sua instrução não se limita mais a uma técnica profissional restrita. "Comment — pergunta Foch (9) pourrait il (o oficial) présider aux phénomènes sociaux caractéristiques des guerres nationales, sans un certain savoir moral et politique, sans connaissances historiques lui expliquant la vie des nations dans le passé et dans le présent?"

Dêsse facto mesmo, e porque os militares possuem um patriotismo exaltado por um exercício intenso, nasce entre êles espontâneamente uma tendência para intervir nas soluções da política. Afligem-se com as incompreensões que esta mostra a respeito de interesses militares capitais.

Procuram, por isto, naturalmente intervir, o que explica o exagerado cuidado com que certas democracias evitam a sua influência ans soluções políticas que adotam, mesmo as mais transcedentes, do que é um grande exemplo, e eloquente, o conflito Clemenceau-Foch por causa dos termos iniciais da paz na primeira Grande Guerra, e de cujos inconvenientes, quando isto não é evitado, são bons exemplos as ocorrências tão frequentes na América do Sul, nos últimos tempos.

Mais outros reparos parecem ainda oportunos. Nos países, onde a educação democrática ainda opera mais por imitação que por consenso natural, e onde a cultura política ainda não adquiriu profundidade, há falta de compreensão dos deveres cívicos. Os cargos servem mais para dar prazeres à vaidade ou para adquirir proveitos capazes de assegurarem uma vida material fácil, que para promover medidas úteis à felicidade geral. Nesses países, como se presume que os militares têm força, não hesitam os políticos em apelar para êles a fim de satisfazer suas tristes ambições. Orgulham-se até, e disso blasfemam largamente, quando conseguem o seu concurso, ameaçando os seus adversários. Depois, uma vez no poder, se o alcançam, não se pejam de governar apoiados na força. Para isso, favorecem os menos escrupulosos, ou tratam de enfraquecer as classes armadas, procurando nelas dar preponderância aos lealistas, sem nenhuma outra consideração.

A intervenção dos militares, individualmente, na política, por processos democráticos, não tem nenhum caráter alarmante e só é verdadeiramente prejudicial para as instituições militares, que com isso se enfraquecem. Eles as representam quand même...

(9) — *Memoires.*

Cumpre, porém, assinalar aqui que o militar pode ser político sem sair das fileiras e esta é a espécie mais nociva. Em tal caso, é sempre uma ameaça à ordem pública política e um elemento perturbador da vida das organizações militares. Este afeta não ser político e só ser soldado, mas dos deveres desta última qualidade, é sempre um descuidado.

O soldado de hoje, e isto tanto mais quanto mais elevada é a sua situação hierárquica, si o quer ser de facto, ame ou não a sua carreira, tem que ser um perene estudioso do que interessa à guerra e a eficiência das forças militares. Não lhe basta ler muitos livros e revistas, tem que meditar, assimilar e formar uma opinião pessoal sobre os seus assuntos. E isto também não lhe basta, tem que se exercitar para o desempenho de suas possíveis funções de comando, e nestas, si é oficial combatente. Destarte não lhe sobra tempo, para se intrometer em mais nada.

Os militares que ingressam cedo na política e nela se mantém, perdem suas características profissionais; os que, bem formados, tentam obter uma situação política para facilitar ou trabalhar na solução de problemas militares, nada conseguem, em regra, e nela não permanecem por inaptáveis ao meio, e, aliás, os que levam esse propósito, formam casos raríssimos, se é que existem. Os que tentam, em regra, a carreira política, ou outra carreira qualquer, é porque desamam a militar e nela ingressaram incidentalmente. Aborrecem-lhe os deveres, o sistema de vida e as idéias...

A fuga dos militares para a política, ou atividades diferentes da militância, quando não é motivada por causas prementes, tais como graves responsabilidades morais de família e insuficientes recursos materiais para as satisfazer, é sempre prova de insuficiente amor profissional ou de esclercido amor da Pátria. Muitos adquirem ilustração e erudição profissional, até de grande desenvolvimento, mas sem se dedicarem jamais de corpo e alma às atividades mentais, sentimentais e práticas da carreira das armas, não chegam a perceber ou sentir as grandes da servidão militar. Ficam incapazes de reagir contra a preguiçosa, a pesada e obcedante rotina tornando-a, por isto, mais preguiçosa, pesada e obediente. Não sabem opôr-se às grosseiras deformações de uma animalidade sem cultura, de um materialismo preponderante onde, de elevado ou artístico, nem há centelha. Esses, sem se aperceberem de que criam com suas atitudes reais, deploráveis exemplos a evitar-se, por fim, transvasam bilis e se rene-

gam de haver errado na escolha da profissão, esquecidos de que não souberam reagir contra êsses males que existem em tôdas as atividades animalmente vividas. Si antes de assim se manifestarem, houvessem meditado sobre a sua própria conduta, sobre o que fizeram ou deixaram de fazer, verificariam, afinal, que muito contribuiram para uma situação que razoavelmente aborrecem.

Ainda convém agora observar que o facto de haver muitos militares na política não quer dizer que haja militarismo. Este só existe se a política adota métodos militares. Os militares egressos da carreira das armas, são quase sempre menos militares que muitos paisanos. Têm sempre uma formação profissional imperfeita, ou eram tipos inadaptáveis à caserna.

Podemos agora terminar e resumir nossas observações: as instituições militares e os militares são elementos essencialmente políticos, mas sómente apropriados para intervir nas crises agudas e graves;

— as intimidades correntes e duradouras entre os militares e a política, são tão prejudiciais à nação em geral como ao valor das próprias instituições militares;

— é interessante que se adote uma legislação pela qual se honrem os bons costumes e combatam os prejuízos da doença intímidade entre os militares e a política, mas será filógico, numa democracia, querer se privar o militar seja qual for sua situação hierárquica, de certos direitos inherentes à cidadania;

— não podem clamar contra os abusos que os militares cometam na política, os políticos que intervêm na vida íntima das instituições militares e inconscientemente batem-se para que os seus amigos sejam favorecidos pelo governo, em promoções, e com o exercício de certas funções, sem consideração pelos interesses do serviço público e com desprezo, que às vezes causa revolta, aos méritos alheios; nem podem queixar-se dos malefícios da política os militares que dela se servem para obter vantagens pessoais ou a ela se submetem por quaisquer motivos;

— o fastamento, de facto, dos militares da vida política corrente, só pode ser obtido por uma conveniente educação militar, por práticas que evidenciem a sinceridade dos que isso aconselham, sejam políticos ou chefes militares, por uma rigorosa e verdadeira justiça na apreciação dos méritos profissionais dos militares para a escolha dos que devem ser preferidos para galgar os postos da hierarquia militar, feita por

processo que não tem o exame dos julgamentos e não elimine o recurso de reclamação dos que se julgam prejudicados. Eram êstes os princípios gerais e o espírito dos métodos adotados na primeira lei de promoção decretada no Governo Getúlio Vargas, modificados, porém, em reformas sucessivas, cerca de uma dezena de decreto ulteriores, visando somente enfraquecê-los, para permitir o livre arbitrio irresponsável.

Finalmente, para evitar eficientemente o mal do militar político, é preciso saber criar o espírito de corpo, consequência, êle mesmo, de uma observância honesta e inteligente das leis e regulamentos militares, postos em prática sem sofisma, para a apreciação dos deveres funcionais, notadamente dos altos chefes, que êles prescrevem. Essas práticas, em última análise, vizam antes de tudo, e sempre, evitar que as classes armadas possuam chefes sem vocação e sem experiência, porque já nos ensina a milenar sabedoria chinesa: — “um guerreiro sem vocação é um morto; sem experiência, um vencido”.

E' preciso, portanto, que os maiores responsáveis pelos negócios públicos tenham sempre presente ao espírito o que dizia Xenofonte: “é difícil sustentar um vadio, mais ainda uma família, e dificílimo um exército ocioso”. Enão esquecer que aprendemos da milenar sabedoria chinesa: “Um general esclarecido é como a chama ardente que lança longe o seu brilho e calor. Justo, elimina os descontentamentos e murmúrios e se faz amar até quando castiga; correto, não se vergonha de confessar as suas faltas; desinteressado, só pensa no bem da pátria, não se corrompe por honras e riquezas. está a prova de tudo”. Nem olvidar o conselho de S. Paulo: “Aprendam também os nossos a serem os primeiros em bôas obras para as causas que são necessárias para que não sejam infrutuosos”. (10)

A purificação do ambiente não é empresa irrealizável porque “se não podemos apontar os maus por certos sinais, o som de sua voz basta para os desmascarar”. (11)

No fundo, o único problema do militar político que existe, é todos se convencerem do que disse Aristóteles: “A autoridade foi criada para servir os interesses daqueles sobre quem se exerce e não dos que a exercem”, o que depende da cultura nacional a ser conseguida pela instrução das inteligências e a educação dos sentimentos.

(10) — Epistola de Tito.

(11) — Coração — Cap. XLVII — vers. 82.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA MILITAR

"O mundo de hoje e o de amanhã, ao contrário do de ontem, é uma pequena comunidade.

"Si a política anglo-americana de após guerra levar as pequenas nações da Europa a se isolarem, a tornarem-se neutras, a se agruparem em torno da França ou da Alemanha nascente, é fácil imaginar o que fará a U. R. S. S. num tal mundo. Este, em todo caso, marchará na direção de uma terceira guerra mundial, cujo advento se pode dar dentro de 15 anos". (1944)

GEORGE T. RENNER.

A POLÍTICA IMPERIAL EM RELAÇÃO AO PARAGUAI

Major RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA

"Contra o Paraguai, Rosas foi constante ameaça. Nunca se atreveu a tacá-lo a fundo, porque a pequena Nação, submetida a uma ditadura que havia imposto a ordem, auxiliada por nós, dispunha de poder militar eficiente".

("História Militar do Brasil" — Cel. Genserico de Vasconcelos).

Desde 9 de junho de 1811, constituíra-se o Paraguai como nação independente, tendo a República das Províncias Unidas do Rio da Prata lhe reconhecido esse direito, por um tratado de 12 de outubro do mesmo ano. Tal reconhecimento, porém, se tornou praticamente nulo em face da política do ditador Rosas, que não sómente se negou a admitir a soberania paraguaia, como, ainda, levou a nova república a fazer-lhe guerra e sempre insistiu em considerá-la "como uma das províncias argentinas", segundo a nota de seu governo à Corte da Áustria, em 13 de janeiro de 1848.

O Brasil, ao contrário, organizado como Império constitucional, reconheceu desde logo a independência do Paraguai,

em ato ratificado no ano de 1844 e no firme propósito de sustentá-lo "com todas as suas consequências", conforme os termos da resposta dada pelo Ministro do Império ao protesto do ditador de Buenos Aires.

Eram, portanto, Brasil e Paraguai duas entidades internacionais soberanas, que usavam, licitamente, de prerrogativas próprias, de direitos indiscutíveis, quando procuravam estabelecer entre si relações diplomáticas e auxílios recíprocos.

A orientação da política imperial nesse sentido atendia, sabiamente, aos altos interesses nacionais, porém não deixava, também, de refletir o elevado senso de harmonia continental que sempre inspirou nossa diplomacia, através de toda a existência da nacionalidade, e tão brilhantemente reafirmada e confirmada no presente.

Talvez se possa considerar essa orientação, na época da tirania de Rosas, como fazendo parte de um plano de guerra, politicamente defensivo, tanto mais que, desde alguns anos, vinha já o governo imperial esforçando-se por celebrar alianças com a pátria de Carlos Lopez. Em 1850, com efeito, diversas províncias de ordem militar e diplomática haviam sido tomadas a esse respeito, conforme nos refere o Ministro Paulino de Souza, no seu relatório de 1852:

"Posto que o governo imperial previsse que, mais cedo ou mais tarde, uma luta geral se abriria e que seria a ela arrastado, entendeu não a dever provocar. Mas, ao mesmo tempo, julgou que devia prevenir-se e que era preciso:

- Cuidar, seriamente, do Exército e da Esquadra, cujas forças já tinham começado a aumentar.
- Evitar que a praça de Montevidéu caisse em poder de Oribé.
- Prover e aceitar alianças e, acautelado, esperar e aproveitar os acontecimentos".

Datava, entretanto, de alguns anos já a aproximação que se procurava firmar e estabelecer, de modo definitivo, com a República do Paraguai. Com efeito, referimos anteriormente que, desde 1822, existiam relações comerciais entre os dois países, tendo, mesmo, o Brasil enviado para junto do governo de Assunção, em 1824, o consul Corrêa da Câmara, o qual, dois anos depois, era acreditado, ali, como ministro representante do Império. Em 1843, o Conselheiro Pimenta Bueno, em missão especial junto ao governo paraguaio, estabeleceu um tratado de aliança, comércio e limites (firmado em 17 de outubro de 1844), no

qual se declarava livre para as duas nações contratantes a navegação dos rios Paraná e Paraguai, em toda extensão dos Estados e domínios, comprometendo-se ambas as partes a nomiar comissários para examinar e reconhecer os limites indicados pelo Tratado de Santo Ildefonso, a fim de que se fixassem os limites definitivos.

Pelo artigo 3.º desse tratado de 1844, era estabelecida uma verdadeira aliança militar entre o Brasil e o Paraguai, como se vê por seus próprios termos:

"Caso a República do Paraguai seja ameaçada de um ataque hostil, S. M. o Imperador do Brasil empregará todos os esforços não só para prevenir as hostilidades, senão, também, para que a República obtenha justa e completa satisfação das ofensas recebidas".

LOPES PROPÕE UM "ARREGLO" COM A CONFEDERAÇÃO

O Tratado de 17 de outubro de 1844, porém, não chegou a ser retificado pelo Império do Brasil, "porque as estipulações da aliança não eram suficientemente definidas e se tornavam muito impolíticas, em vista das circunstâncias supervenientes, a que o governo imperial devia atender, quando o tratado foi submetido à sanção de S. M. o Imperador".

Dai resultou, então, continuar Carlos Lopez a insistir em negociações com o Brasil, propondo aliança e, ao mesmo tempo, solução à questão de limites, mas em termos tais que o Império não podia aceitar. E precisamente nesse período, dentro do insucesso de suas tentativas de aproximação com o Brasil, segundo regista Cecilio Baez, escritor paraguaio, é que Carlos Lopez procura uma acomodação com Rosas. Em 16 de outubro de 1849, o chanceler paraguaio dirige uma nota a seu colega argentino, propondo um "arreglo" com a Confederação, nas seguintes condições:

- "1.º — renovar o Tratado de 12 de outubro de 1811;
- 2.º — estabelecer um princípio estável para a navegação dos rios;
- 3.º — para solucionar a questão de limites, esperar a reunião do Congresso Geral da Confederação Argentina;
- 4.º — diferir o reconhecimento da independência do Paraguai até a reunião do dito Congresso

5.º — estabelecer um tratado de aliança defensiva, para ajudar-se reciprocamente contra qualquer inimigo que atacasse a um ou outro país."

Rosas já estava, por essa época, quase certo de se livrar da pressão anglo-francesa. E a manifestação do Paraguai lhe deu, naturalmente, uma impressão de fraqueza por parte da vizinha república, ao mesmo tempo que encorajou a nada temer da parte do Brasil.

O CELEBRE DECRETO DE 19 DE MARÇO DE 1850

Como resposta às negociações propostas por Lopez, o ditador de Buenos Aires torna público o celebre decreto de 19 de março de 1850, votado pela "Honorable Sala de los Representantes" e em cujo artigo 3.º o governador e capitão-general da Província de Buenos Aires era autorizado a "dispôr, sem limite algum, dos fundos, rendas e recursos de todo o gênero da Província, até que faça efetiva a reencorporação da Província do Paraguai à Confederação Argentina."

Era o velho sonho do tirano a verrumar-lhe, mais uma vez, o cerebro ensandecido pela ambição de domínio absoluto... Mas, era, também, como acentua o saudoso general Tasso Fragoso, "uma advertência ameaçadora a Carlos Lopez e diante da qual não lhe seria possível manter-se indiferente. Repelindo-o dessa maneira insólita e cruel, Rosas atirava-o, para o lado dos seus inimigos (dêle Rosas), e, por conseguinte, para o lado do Brasil".

NOVO TRATADO DE ALIANÇA COM O PARAGUAI

Foi exatamente isso o que logo compreendeu o Gabinete do Governo Imperial, tanto que tratou de estabelecer nova aproximação com a República do Paraguai, do que resultou, dentro em pouco, o Tratado de aliança defensiva de 25 de dezembro de 1850.

De acordo com êsse Tratado, o Brasil se comprometia a continuar promovendo o reconhecimento da independência paraguaia e, caso a Argentina ou o Urugai atacassem qualquer dos contratantes, o outro coadjuvaria com tropas, armas e munição. Além disso, ambos os contratantes se auxiliariam reciprocamente "a fim de que a navegação do rio Paraná até o Prata fôsse livre para os súditos de ambas as nações", assim como para que

se mantivesse a independência da República Oriental do Uruguai.

O Tratado devia durar seis anos e findaria, portanto, a 26 de abril de 1857, por isso que sua duração se contava da data da ratificação e esta se verificou em Assunção, no dia 26 de abril de 1851.

A três objetivos principais — comenta o Cel. Genserico de Vasconcelos — obedeceram os governos do Paraguai e do Brasil, ao firmarem o Tratado de 25 de dezembro de 1850:

- 1.º — ligaram-se por uma aliança defensiva, no caso em que o Império ou a República fôssem atacados pela Confederação Argentina, ou por seu aliado no Estado Oriental (Oribe);
- 2.º — comprometeram-se a mutuo auxílio para obter a livre navegação do Prata, para os súditos de ambas as nações;
- 3.º — obrigaram-se à coadjuvação recíproca, para manter a independência do Estado Oriental.

E embora o Paraguai não tenha cooperado, efetivamente, na campanha contra Oribe e Rosas, ao que estava obrigado pelos termos claros do Tratado de 1850, serviu, este, não obstante, a três fins de alto valor, conforme o acentua, ainda, o autor da "História Militar do Brasil":

- 1.º — evitou que o Paraguai caisse nos braços de Rosas;
- 2.º — facilitou, dai em diante, pelo reconhecimento de nossa intervenção, o pronunciamento de Urquiza e as nossas negociações com él;
- 3.º — alentou, sob o ponto de vista moral, a resistência de Montevidéu, obrigando-nos, como consequência lógica, a expedir a André Lamas, plenipotenciário do governo da mesma cidade, a nota de 16 de março de 1851, na qual declaravamos que o governo imperial auxiliaria a defesa da praça e impediria sua tomada pelo general Oribe.

A orientação e o acerto da política imperial não sofreu, pois, solução de continuidade, no que toca ao sentido das negociações diplomáticas com relação ao Paraguai. Tanto que, ao ajustar o convênio de 29 de maio de 1851, para uma aliança ofensiva e defensiva com a República Oriental e os Estados de Entre-Rios e Corrientes, "a fim de manter a independência e pacificar o território daquela República", o governo imperial ai inclue a Re-

pública do Paraguai. O artigo 23 do referido convênio estabelecia, efetivamente:

"O Governo do Paraguai será convidado a entrar na aliança, enviando-se-lhe um exemplar do presente convênio; e, se assim o fizer, concordando nas disposições exaradas, tomará a parte que lhe corresponda na cooperação, a fim de que possa gozar, também das vantagens mutuamente concedidas aos governos aliados."

A INDEPENDÊNCIA DO PARAGUAI COMO BASE DAS ALIANÇAS COMUNS

Em um convênio especial, datado de 21 de novembro de 1851 e firmado pelos mesmos signatários do pacto de 29 de maio, "com o fim de assegurar o modo e os meios de fazer efetiva a aliança comum estipulada", foi incluída uma clausula que reproduzia os términos do art. 23, acima transcrito. E em artigos adicionais a esse convênio de 21 de novembro, que o Brasil ratificou em 10 de dezembro do mesmo ano, foram, então, estipuladas as condições e cooperação ao Paraguai: — fornecer um contingente de 3 a 4 mil homens de infantaria, "além de qualquer outro auxílio que queira prestar". Firmaram-se, também, no mesmo documento, as vantagens que lhe caberiam como aliado e o compromisso assumido pelos governos de Entre-Rios e Corrientes, de empregarem toda a sua influência junto ao governo a se constituir na Confederação Argentina, para que esta reconhecesse a independência do Paraguai. Obrigavam-se, entretanto, ambos os governos referidos "a defendê-la contra qualquer agressão de mão armada e cooperar para esse fim com o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai, que, por tratados, já se achão ligados a esse compromisso."

O Paraguai, como já assinalamos, não participou, praticamente, da campanha de 1852, mas o compromisso assumido pelo convênio de 21 de novembro foi plenamente satisfeito posteriormente, por isso que, derrotado Rosas em Caseros e estando Urquiza à testa do governo argentino, este reconheceu, oficialmente, a independência do Paraguai, em 17 de julho de 1852. Já antes disso, todavia, quando o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai firmaram o tratado de aliança de 12 de outubro de 1851, o Paraguai fôra contemplado em um dispositivo expresso, pelo qual se tornava de obrigação o reconhecimento de sua independência.

O artigo XVI desse tratado dizia, com efeito, o seguinte:

"Havendo-se comprometido o governo da República do Paraguai a cooperar com o de S. M. o Imperador do Brasil em manter a independência da República Oriental do Uruguai e interessando a independência do Paraguai ao equilíbrio e segurança dos Estados vizinhos, o governo da República Oriental do Uruguai se obriga, sem prejuízo do resultado do convite de que trata o artigo antecedente (para participar da aliança), a cooperação também, por sua parte, conjuntamente com o Império do Brasil, para a conservação e defesa da independência da República do Paraguai."

Verifica-se, portanto, do exposto, que a política imperial em relação ao Paraguai foi sempre de uma invariabilidade admirável, pugnando, a bem dizer, por sua soberania, porque outra coisa não significava o empenho sistemático pelo reconhecimento de sua independência. Não foram poupad os esforços para a realização dessa política. Além disso, o Brasil ajudou eficazmente o Paraguai a amar-se contra Rosas, como muito bem o evidencia o Cel. Genserico, impedindo, assim, a reconstituição do Vice-Reinado do Prata. Mas, a arma de que se procurava valer o Império tinha dois gumes: — e Humaitá iria exigir-nos, mais tarde, muito sangue...

(*A seguir: — A Campanha do Prata — Capitulação de Oribé.*)

FUMEM CIGARROS
HOLLYWOOD
 — D.A. —
SOUZA CRUZ

A GRUTA DO INFERNO

(Notas de um diário de viagem)

Major AIRTON SALGUEIRO DE FREITAS

O "Fernandes Vieira" dobrou uma curva fechada do rio Paraguai e, vimos então, surgirem uns pontos brancos sobre o fundo verde da floresta que nos circundava. Tais pontos foram se tornando mais nítidos, à proporção que nos aproximavamos, e, com auxílio do binóculo, alguns oficiais já divizavam a Bandeira Nacional tremulando em um mastro mais comprido que o comum, característica do nosso local de desembarque, ou seja, o lendário FORTE DE COIMBRA.

Um homem da maruja, nos informou que faltavam ainda uns quarenta minutos para abordarmos a praia do FORTE, tempo este que foi aproveitado para recordarmos o que representava aquele reduto, na história de nossa Pátria.

Sua existência monta de 1775, por ordem de Luiz de Albuquerque, tendo a fortificação, naquela época, dupla finalidade:

a) — aliviar o povo de Cuiabá das contínuas depredações do gentio paitaguá.

b) — impedir que os espanhóis se animassem a invadir o território português.

E, assim foi que, COIMBRA, chave da navegação brasileira no rio Paraguai, sustentou dois assédios, o de Setembro de 1801, executado por D. Lazaro de Ribera, que após oito dias de tenta-

tivas, desiste da aventura ante a heróica guarnição ao comando de Ricardo Franco de Almeida Serra e o de Dezembro de 1864, sob a direção de Vicente Barrios.

* * *

Aproxima-se o pequeno vapor da "praia de desembarque", à margem direita, onde já divisavamos a guarnição formada, com seu comandante à frente.

O rio, cujas margens, até então, não apresentavam obstáculos à sua transbordação, passa na região do FORTE, apertado entre duas elevações, as quais, nas enchentes de maior vulto, são transformadas em verdadeiras ilhas.

O canal, conhecido na região com o nome de "Estreito de Coimbra", é limitado à direita por uma elevação alongada, de uns três quilômetros de extensão, com cotas variáveis entre duzentos e trezentos metros. Na sua encosta NO, acha-se construído o FORTE, com o traçado da gola e das muradas, apresentando todos os traços característicos das obras deixadas pelos portuguêses, em nosso território.

Após as cerimônias de estilo, parte da caravana dirigiu-se em caminhão para a região onde ficam as celebradas cavernas, de que muitos viajantes têm falado, o que não impede que, cada novo visitante narre, também, as surpresas e emoções por que passou.

Nem o sol causticante, nem a estrada pedregosa provocando os solavancos no velho caminhão, nem os ramos espinhosos que, por vezes, se lançavam sobre os passageiros, conseguiu perturbar o bom humor reinante. Mas, em meio caminho, o caminhão, seja pelo peso da carga que transportava, seja pelo estado impraticável que se encontrava a "estrada", teve uma de suas rodas avariadas, obrigando-nos a descer e prosseguir, os quilômetros restantes, à pé.

Abandonando a "estrada", seguimos por uma trilha, distante uns quinhentos metros do grande rio e, entre arbustos ribeirinhos, que os nativos chamam de "saraus", alcançamos a encosta do morro.

O terreno, até então percorrido, é uma baixada sujeita às frequentes inundações, coberto de gramíneas e apresentando, de quando em vez, toiceiras de "algodão do campo" ou ingazeiros isolados.

Começamos a galgar a encosta pedregosa e difícil, de uma elevação de uns duzentos metros, atravessando uma região arbo-

rizada, onde se destacavam a umburana e o guaiaco, saindo do interior de moitas, que servem, segundo nos informaram, de ninhos às serpentes venenosas que habitam àquela região. Lembramos, por um instante de Os Sertões onde Euclides, descrevendo a ressurreição da flora nos diz... "as umburanas perfumam os ares, filtrando-os nas frontes esfolhadas, e — dominando a reviviscencia geral — não já pela altura senão pelo gracioso do porte..."

O caminho, além de ingreme, é limitado por cercas vivas de espinhos tanto aos lados como por sobre a cabeça do "alpinista", o que torna a subida mais difícil e mesmo, muito vagarosa, pois, à todos êstes precalços, devemos acrescentar o cansaço da "turma", não só pela marcha já efetuada, como ainda, ser a mesma composta de elementos que, em geral, se achavam afastados, cerca de três anos, qualquer trabalho físico, mais ou menos intenso; mas, a vontade de prosseguir era grande e ninguém podia esmorecer, dado o exemplo dos mais graduados e mais velhos.

Por fim, chegamos a mais de meio do morro e deparamos com a entrada da GRUTA DO INFERNO, também conhecida pelo nome de "Buraco do Soturno" (acreditamos que seja uma corruptela local de Saturno).

Uma gameleira, que parece ser a sentinela do algar, está postada à sua entrada, como que procurando esconder do mundo a beleza que aí se encerra e, tanto é o seu cuidado que, suas raízes mais longas são lançadas para a "porta de entrada", como que procurando impedir o acesso de quem se atraver a penetrar no ámago da terra.

Existe mesmo, uma lenda que atribue aos Jesuitas terem escondido aí um grande tesouro e plantado à entrada da caverna diversas árvores, das quais, a única que até hoje resistiu, foi a representante dos "ficus dolaria".

Logo ao entrarmos, deparamos com o primeiro descânço, ou seja uma lage de uns quatro metros de comprido por três de largo e onde retiramos as camisas de instrução, para termos nossos movimentos mais desembaraçados e iniciarmos a descida.

Acendidas as velas, fornecidas pelo tenente Salino, único subalterno do FORTE, colocado o guia à frente do general, começamos a descer por uma "escadaria" de uns trinta metros de altura, que, serpenteando a parede à direita, deixa à esquerda alguns precipícios, cujo fundo a vista não devassa.

A descida foi movimentada pelos frequentes tombos que os degraus, alguns colocados em falso, ocasionavam.

A luz da vela, embora fraca, nos permitia admirar a estranha magnificência deste trabalho da natureza, onde a mão do homem em nada interviu.

De um lado colunas de stalactites, por vezes contorcidas, descem de alturas que a visão não alcançava, se nos afigurando como fixas à um teto muito alto; de outro lado, as stalagmites, que, com suas bases em forma de crivos, se elevam em busca de um plano que não podíamos divisar. Nos intervalos, formações caprichosas soerguiam-se, entre pedras soltas ou nelas engastadas.

Olhando-se para cima, podia-se, ainda, ver a "porta", o que nos proporcionava um suave contentamento, mostrando-nos que aquele mundo subterrâneo estava ligado ao nosso mundo.

Após a descida desta primeira escada, chegamos à uma grande caverna, denominada "Salão", onde um pequeno lago de água salobra, muito carregada de carbonato calcáreo, irradia frescor, aliviando e dando uma sensação de bem estar a quem acabava de dispender tantas energias.

Naturalmente foi esta água que, infiltrando-se pela abóboda, produziu tais maravilhas, dissolvendo as terras, decompondo-se ao contacto com o ar e perdendo parte do ácido carbônico que a saturava.

A "Wonder Cave", de menores proporções que a GRUTA DO INFERNO, é um ponto de atração dos turistas que pagam bom preço para nela penetrar, e, no entanto, só o "Salão" desta, suplanta tudo o que a caverna americana, possa apresentar de maravilhoso; mas, não desejamos pensar em turismo em COIMBRA, pelo menos, presentemente.

Os primeiros que chegaram ao "Salão", gozaram ainda, de um admirável espetáculo, olhando para cima e vendo, à tênue luz da penumbra, os retardatários, agarrados às asperezas das rochas com uma das mãos, enquanto na outra sustentavam a vela, pondo em prática tôdas as leis de equilíbrio para não se despenharem.

Enquanto descansavamos, procuramos ler diversos nomes gravados nas pedras e, foi com prazer que encontramos o sinal da passagem por aquela região, de diversos conhecidos e amigos, tais como, General Pessoa, Coronel Fonseca, Tenente Welt, Capitão Hermes e muitos outros...

No "Salão" existe diversas saídas que vão dar às diferentes cavernas que o circundam, onde ainda ninguém se aventurou a penetrar, salvo na maior delas, para onde alguns oficiais se dirigiram, continuando na excursão subterrânea.

Conta-se, na região, que uma expedição chefiada por um oficial penetrou profundamente na segunda caverna e nas outras que a esta se seguem, procurando uma outra saída e ligada por telefone com a porta da gruta. Após terem percorrido mais de quilômetro e terem consumido toda a dotação de fio telefônico do Forte, viram-se obrigados à voltar ao ponto inicial sem ter atingido a meta desejada.

As paredes da maior caverna, são formadas por concreções stalactiformes, sob as formas mais interessantes que podem ser imaginadas. Ao lado de verdadeiras cascatas petrificadas, levantam-se colunas que parecem modeladas pela mão do homem, ou então, cortinás de numerosos crivos, causando assim, não só admiração como prazer à todo aquele que tem a ventura de contemplá-las.

Estamos extasiados nesta contemplação, quando ouvimos o "filósofo" da turma, parodiando Vitor Hugo, sentenciar:

"Qualquer que seja a posição do homem, ante tanta magnificência, sua alma se posta de joelhos..."

PREÇO DE ASSINATURA

As assinaturas a partir do 2.º semestre do corrente ano já serão feitos aos preços abaixo:

ANO

---- Oficiais	Cr\$ 60,00
---- Praças	Cr\$ 50,00

SEMESTRE

---- Oficiais	Cr\$ 30,00
---- Praças	Cr\$ 25,00

NUMERO AVULSO

---- Cr\$ 8,00

ASSUNTOS DIVERSOS

BOLETIM

No ano que findou, o Brasil recebeu a visita de alguns dos mais destacados chefes militares que construiram a vitória da 2.^a Guerra Mundial. Além do Supremo Comandante Aliado, o General de Exército DWIGHT DAVID EISENHOWER, aqui estiveram também o Ten.-General WILLIS CRITTENBERGER, que comandou o IV Corpo de Exército na Itália e sob cujas ordens serviu a nossa gloriosa F. E. B., e outros oficiais-generais norte-americanos.

Coube a vez, em seguida, à pátria de *Joana d'Arc* e de *Bayard*, de enviar-nos alguns de seus expoentes da última conflagração. Chefiando uma brilhante comitiva de militares de terra, mar e ar, aqui aportou o Chefe do Estado-Maior Geral Francês, o General ALPHONSE JUIN. Herói de duas grandes guerras, experimentado e valoroso conductor de tropas, conhecedor profundo dos campos de batalha da França e da Itália, assim como possuidor de longo tirocínio nas guarnições coloniais, o General JUIN veio altamente credenciado para nos falar do que viu e aprendeu. E entre os membros de sua comitiva, sobressai um vulto de elite, já nos o amigo de outrora, o General CARPENTIER, que, há anos, aqui lecionara em nossa E. E. M. como membro da Missão Militar Francesa, e que, maturando uma separação de mais de dez anos, não esqueceu nosso idioma nem os amigos e discípulos que aqui deixara.

Por motivos de força maior, somente agora é possível referirmo-nos a tão honrosa visita, pois queríamos fazê-lo dando um resumo substancial das conferências realizadas pelos ilustres generais franceses em nossa Escola de Estado-Maior.

* * *

O Gen. JUIN realizou duas conferências na Praia Vermelha. Em ambas, patenteou sua grande amizade ao nosso mais elevado estabelecimento de ensino militar, dizendo ser ela uma sequência dos sentimentos que sempre nortearam a M. M. F., e pôs em relevo aspectos gerais dos princípios da guerra.

O assunto de sua primeira conferência foi, sem dúvida, de grande sensação para nossos militares. Começou assinalando a vitória da França na 1.^a Grande Guerra. Em 1918, o mundo reconheceu no Exército Francês o grande artífice dos louros colhidos, pela fibra do combatente e pelo alto valor de seus chefes. Esse conceito também dele fazia o Brasil — tanto assim que contractou a Missão Militar Francesa para orientar nossa reorganização técnico-profissional. Os oficiais franceses, então, na E. E. M. ensinaram a aplicação dos princípios da guerra, através os ensinamentos modernos da arte militar e os processos de combate praticados nos cam-

pos de batalha: — era o que, ao mesmo tempo, se ensinava' nas escolas militares da França.

Passam-se os anos e irrompe a 2.^a Grande Guerra. Aqueles mesmos elementos que, no Brasil, haviam ensinado a aplicação dos princípios da guerra, ajudam a levar o Exército Francês à batalha: — destaca-se inequivocavelmente a grande figura do General GAMBETTA. A França que, em 1918, alcançara a maior vitória de suas armas, sofre agora a mais desastrosa de suas derrotas.

Dar-se-ia que os princípios aqui ensinados não eram os verdadeiros princípios da arte da guerra? Não. Aqueles princípios, que se acham incorporados à doutrina da nossa Escola de Estado-Maior são realmente os únicos verdadeiros.

O que ocorreu foi, tão somente, a má aplicação desses princípios. O mais essencial deles — o da economia de forças — foi negligenciado. A França tinha a grande barreira defensiva a Leste, constituída pela Linha Maginot, que, enquanto esteve normalmente guarnelecida, foi invulnerável. A decisão teria que ser procurada ao Norte.

Que se viu, porém? A maioria dos meios do Exército Francês foi colocada atrás da Linha Maginot... Quando há a invasão alemã pelo norte da Europa Ocidental, o grosso do Exército Francês se desloca naquela direção e é tomado em flagrante delito de manobra. Não foi aplicado o princípio de economia de forças. Além disso, o Alto Comando não teve, de parte do Governo, o necessário ambiente de apoio e confiança. Houve mudança do Comandante em Chefe em plena batalha.

O conferencista se alongou em outras considerações para salientar depois que o Exército Francês renasceu, com aquela fibra da vitória de 1918 e com chefes que souberam aplicar os princípios ensinados na E. E. M. do Brasil. Reorganizou-se na África, combateu em vários de seus territórios e transportou-se para a Itália; aí, em manobras decisivas, infligiu derrotas às tropas germanicas, e, em seguida, desembarcou na França para auxiliar vitoriosamente a libertação do solo patrio e lançar-se na espetacular penetração aliada através a Alemanha.

* * *

A segunda conferência do Gen. JUIN constou da apreciação sobre vários aspectos dos principais ensinamentos da 2.^a Grande Guerra.

Um deles foi sobre o Comando, em particular a ação do Chefe. Comparou os tipos das manobras de FOCH com os dos Russos em suas ofensivas, demonstrando haver os mesmos elementos básicos e serem idênticos os métodos aplicados.

Fez o elogio do Exército Norte-Americano, que apresenta como o criador da arte moderna das ações de desembarque.

Depois de várias apreciações, analisou a diferença entre a doutrina dos Alemães e a dos Aliados, na batalha. O Comando Alemão empreende a exploração do êxito antes de terminar a ação de ruptura; os Aliados, no conjunto das operações, completam a ação de força para, em seguida, largarem-se ao aproveitamento do êxito. Daí o facto das ofensivas aliadas

terem vencido irremediavelmente as tropas do Eixo, mesmo quando estas dispunham de grande potencial, na África, no Leste e no Oeste europeu.

* * *

Viveu assim a E. E. M. e o nosso corpo de oficiais por ela diplomados, em particular os da época da M. M. F., momentos de grande vibração ao contacto com seus antigos mestres, tributando-lhes as justas homenagens que lhes devem como reconhecimento e gratidão pela obra realizada em prol do aperfeiçoamento de nosso Exército.

Que esses vínculos afetivos entre os soldados dos dois grandes países amigos e latinos se consolidem e se ampliem, como penhor da fraternidade e compreensão reciproca, tão brilhantemente demonstradas no campo da honra, a serviço da justiça e liberdade dos povos.

SRS. REPRESENTANTES

VEJAM A NOVA TABELA DE PREÇOS
PARA ASSINATURAS DESTA REVISTA;
ESTARÁ EM VIGOR A PARTIR DAS AS-
SINATURAS DO 2.º SEMESTRE DO
CORRENTE ANO.

J. J. PEREIRA LOURO

ENGENHEIRO CIVIL E ELETROTÉCNICO

PLANTAS
PROJETOS
CALCULOS DE
CONCRETO ARMADO

EMPREITA
FISCALISA
ADMINISTRA

CONSTRUÇÕES CIVIS

DIVISÕES
MEDIÇÕES
E
LOTEAMENTOS DE TERRAS

RUA DR. ALENCAR LIMA, 12 - 1.º AND. SALA 6 - T. 2356 - PETROPOLIS

DICIONÁRIO MILITAR BRASILEIRO

Cap. OCTÁVIO ALVES VELHO

(Continuação)

ECONOMIA DOS FOGOS — Consiste, para um chefe militar, em consagrar a maior quantidade das munições e armas disponíveis aos tiros mais necessários e mais eficazes.

ECONOMIA DE FÔRÇAS — Um dos três *princípios fundamentais das operações de guerra*. Consiste em repartir as fôrças pelas diferentes missões, consagrando o máximo de meios à missão principal e procurando obter o melhor rendimento de cada grupamento de fôrças e de sua combinação no tempo e no espaço.

EFEITO DE PENETRAÇÃO — A profundidade máxima de penetração de um projétil depende de numerosos fatores variando com a natureza do terreno, a resistência dos obstáculos a atravessar, o *calibre* e a *velocidade restante* do projétil, etc. A penetração em grande profundidade só pode ser obtida com projétils de grosso calibre que atinjam o solo sob grandes ângulos e providos de *espolétas de longo retardor*. Para penetração no concreto armado são necessários projétils de grosso calibre e animados de grande velocidade restante; e para que possam penetrar profundamente sem se romper, é necessário empregar os de *semi-ruptura* com ogivas espessas de aço endurecido e armados de *espoléta de culote*.

EFEITO DE SÓPRO — É assim chamado o efeito da expansão brusca dos gases formados pela detonação da granada ou bomba, que será tanto mais considerável quanto maior for a *carga de arrebentamento*. Acima do solo, em sua rápida expansão, a massa gasosa provoca o deslocamento dos objetos situados nas proximidades do ponto de arrebentamento.

Em recinto fechado, mais evidente é êsse efeito, manifestando-se uma tendência à formação do vácuo, com abalo ou demolição das paredes. No interior do solo ou obstáculo, a expansão dos gases provoca deslocamentos profundos que podem ocasionar a formação de crateras ou fogas e provocar o desmoronamento de abrigos situados nas vizinhanças. Os efeitos fisiológicos sobre os seres humanos, são consideráveis, mesmo porque êsses gases são extremamente deletérios.

EFEITO ÚTIL — Número de balas que um atirador põe num alvo determinado em um minuto. E' igual ao produto da justeza pela *velocidade do tiro*.

EFEITOS DOS PROJETIS — Os efeitos produzidos pelo arrebentamento de um projétil dependem da natureza do carregamento, da espoléta, e ainda, se esta funcionar em percussão, do percurso do projétil depois do contato com o solo ou obstáculo.

EIXO DE COMANDO DAS VALVULAS — V. *Arvore de ressaltos*.

ENVOLVIMENTO — 1) Acto ou efeito de um movimento ou manobra envolvente. Pode ser *integral* ou *parcial*.

2) Manobra ofensiva na qual o ataque principal é lançado de uma zona completa ou parcialmente voltada para o flanco do dispositivo inicial do inimigo, e feito em direção a um objetivo à retaguarda dêste. Normalmente tal ataque é apoiado por um ataque secundário dirigido contra a frente do dispositivo adversário.

EIXO DE MANUTENÇÃO — Linha, normalmente constituída por uma estrada, dentro da zona de progressão de uma unidade moto-mecanizada, ao longo da qual se faz a manutenção e também a evacuação do material.

EIXO-MOTOR — Eixo de um motor a explosão que recebe o movimento produzido pelos êmbolos dos cilindros por intermédio da *árvore de manivelas* e vai acionar os *órgãos de rolagem* do veículo, através dos *órgãos de transmissão*.

EIXO DE TRANSMISSÕES — 1) Itinerário organizado numa ofensiva ou num movimento retrógrado, com o fim de assegurar a circulação das ordens e informações entre o coman-

do e a tropa. Ele parte de um pôsto central telefônico importante e é constituído por um certo número de postos centrais telefônicos e ópticos, aos quais se vêm ligar os P. C. das unidades subordinadas, seguindo em geral a direção prevista para o deslocamento do P. C. da respectiva unidade.

2) Itinerário aproximadamente central, escolhido na zona de ação de uma G. U. Sobre essa linha as unidades subordinadas devem tomar contacto com aquela, e eventualmente entre si.

ELEMENTO — 1) Uma das subdivisões de uma unidade.

2) Térmo empregado para referir-se a todas as pequenas unidades ou frações de unidades, geralmente diferentes em suas características, tais como, por exemplo, elementos de Serviços.

ELEMENTOS DE AÇÃO — São os recursos de que dispõem as fôrças armadas para manifestarem sua ação nas operações de guerra: — *o fogo e o movimento*.

ELEVAÇÃO — 1) Ação ou efeito de tornar mais alto ou de fazer subir.

2) Exaltação. Promoção. Condução a um pôsto ou dignidade de maior valor.

3) Situação dominante. Posição alta. Altura.

4) Forma fundamental do relêvo do terreno, caracterizada por sua altura. Pode ser *isolada* ou *grupada* com outras.

5) Acidente do terreno resultante da justaposição de dois ou mais *tergos*.

ELEVAÇÕES GRUPADAS — 1) São as resultantes da associação de vários *tergos* ao mesmo tempo.

2) Conjunto de elevações associadas, que se pode apresentar sob a forma de: — *montanha, cordilheira, cadeia de montanhas, serra, serraria, maciço, planalto*.

ELEVAÇÕES ISOLADAS — São movimentos de terreno dos quais se desce para todos os lados, a partir de um ponto chamado *vértice*. Classificam-se quanto à forma em *cotia* e *mamelão*; quanto ao porte em *monte, morro, outeiro, cérro, cerrote, chapada, chapadão, serrate* e *dobra*. A sua parte superior pode apresentar-se em *pico*, em *zimbório* e em *planura ou platô*.

ELIPSE DOS 50% — V. *Elipse provável*.

ELIPSE PROVAVEL — E' a que contém em seu interior 50% dos impactos de uma série de tiros, supondo-se o ponto médio d'estes coincidindo com o centro da elipse.

ELIPSE DOS 25% — E' a que contém no seu interior 25% dos impactos de uma série de tiros, supondo-se o ponto d'estes coincidindo com o centro da elipse.

ELIPSES DE IGUAL PROBABILIDADE — São as elipses concéntricas e homotéticas, cujos pontos têm a mesma probabilidade de serem atingidos.

EMBOLO — 1) Fundo móvel do *cilindro* de um motor. Tem por fim comprimir o gás admitido nesse cilindro e receber o esforço de expansão do gás inflamado, transmitindo-o à *manivela* por intermédio da *bela*.

2) Haste cilíndrica que, numa bomba, seringa, máquina, etc., desloca-se alternadamente para um lado e outro, a fim de comprimir alguma coisa.

EMPENAGEM — Conjunto de superfícies montadas na extremidade posterior da *fuselagem* do avião, e cuja função é assegurar a estabilidade e o governo do avião durante o vôo. Compreende a *empenagem horizontal* e a *empenagem vertical*.

EMPENAGEM HORIZONTAL — Conjunto do *leme de profundidade* e do *estabilizador* de um avião.

EMPENAGEM VERTICAL — Conjunto da *deriva* e do *leme de direção* de um avião.

ENCOSTA — 1) *Vertente*.

2) *Aba*. Terreno em rampa

EMPREGO RESTRITO DO RÁDIO — Expressão utilizada nas ordens de transmissões para indicar que são somente permitidas as transmissões para estabelecer as redes-rádio na frequência conveniente (sinais de serviço) e as transmissões de mensagens urgentes no caso do sistema telefônico não poder atendê-las no momento.

ENDERECO — 1) Sobrescrito de um documento ou volume postal.

2) Indicação do nome (ou indicativo em código) e do local em que pode ser encontrada determinada pessoa, unidade, etc.

3) Conjunto de informações apostas na sobrecarta das mensagens, compreendendo: designação do destinatário por sua função; unidade ou formação, indicada por seu nome regulamentar, por extenso; indicação do setor postal (do Serviço Postal do Exército) ou da localidade (quando a cargo do Departamento dos Correios e Telégrafos).

ENGENHARIA — 1) Uma das Armas do Exército, cuja missão essencial é: — constituir, reparar, conservar e melhorar as comunicações; executar certos *trabalhos especiais* de organização do terreno e, em determinadas circunstâncias, *trabalhos correntes*; preparar a transposição dos cursos d'água; preparar e geralmente realizar as *destruições* e *trabalhos de barragens* necessários a retardar a progressão do inimigo; assegurar as *transmissões* necessárias ao exercício do comando das G. U.; executar e explorar os *trabalhos de instalações* necessários na zona dos Exércitos; fazer a guerra de minas.

Trabalha sempre por frações constituídas (no mínimo, Pelotão) sob o comando de seus chefes, dirigindo e enquadrando as unidades de *trabalhadores* e *pioneiros* e a mão de obra civil, postas à sua disposição. E' provida de ferramentas, engenhos e materiais diversos para a execução dos trabalhos técnicos, inclusive carros lançadores e varredores de minas, lança-chamas, aparelhamento mecânico para os trabalhos de comunicações e de organização do terreno, assim como do armamento necessário à defesa imediata de seus canteiros.

Devido às diversas especialidades, as tropas de Engenharia sub-dividem-se em: *Sapadores-mineiros*, *Pontoneiros*, *Transmissões*, *Rodoviárias*, *Ferroviárias* e unidades de *Trabalhadores*.

2) Serviço de Engenharia.

EQUIDISTÂNCIA — 1) Distância igual.

2) Distância vertical entre dois planos horizontais sucessivos que cortam o terreno, utilizados para a representação do modelado do relêvo desse terreno.

EQUIDISTÂNCIA GRAFICA — E' a equidistância reduzida à escala da carta considerada.

EQUIDISTÂNCIA NATURAL — V. *Equidistância (b)*.

OSÓRIO

Coronel J. B. MAGALHÃES

A MAIS COMPLETA OBRA SOBRE A PERSONALIDADE E A AÇÃO DO CHEFE LENDÁRIO

UM LIVRO QUE TODOS OS OFICIAIS DEVEM LER, E QUE DEVE FIGURAR EM TODAS AS BIBLIOTECAS DE CORPOS E DE QUARTÉIS-GERENCIAS

Opiniões dos críticos:

Jornal do Comércio de 9.-.47: — Depois de narrar o que o livro contém, em mais de uma de suas cerradas colunas, diz:

"Tal é o resumo da existência do "Centauro dos Pampas", a qual serve de tema ao livro com que o Cel. J. B. Magalhães enriquece, de maneira benemérita e não vulgar, a nossa história contemporânea".

Diretrizes de 25-1.-47 (Gondim da Fonseca): — O autor "preferiu observar a figura de Osório, não de um lado só, mas de todos os lados sob todos os aspectos — e escrever acerca do grande cabo de guerra uma obra imorredoura, definitiva, que permanecerá na historiografia brasileira".

Revista da Semana de 25-1.-47 (João Luso): — Conduz-nos atrás do seu personagem sempre atentos, não raro possuidos de entusiasmo. "Induz-nos, ao geral dos leitores, a recordar ainda com mais veneração aquela figura portentosa".

Jornal do Brasil de 26-1.-47: — Depois de detido exame, em quase duas colunas, conclui: "Para o povo brasileiro, o livro do Cel. J. B. Magalhães foi um serviço de patriotismo, contribuindo para sublimar o culto que já tem a memória do General Osório, etc. etc.

Soube o Cel. J. B. Magalhães, num trabalho de Geografia e História, bem servir o Brasil, escrevendo a vida de Osório, paralela à vida de Caxias, entrelaçando o merecimento incomparável dos dois grandes cidadãos, de memória imperecível na conquista da independência e da consolidação da unidade territorial e política da Pátria comum, em cujas classes armadas tem o Brasil a garantia de sua vida internacional, inseparável de uma honrosa vida política interna".

A Manhã de 12-1.-47: — De tudo isso (o que o livro encerra) ressaltam novos riquíssimos ângulos da personalidade de Osório, essa culminante figura, grande e valorosa, em todos os planos nos quais se projetou: como soldado, como político, como homem".

A Noite de 20-1.-47: — Há livros que valem pela afirmação de cultura de um povo. Está neste caso o volume que o Cel. J. B. Magalhães acaba de publicar sobre a personalidade marcante de Manoel Luiz Osório".

A venda na sede de "A Defesa Nacional": edifício do Ministério da Guerra 4.º andar, lado da rua Marcellio Dias.

Pedidos à Gerência, por vale ou reembolso postal, para a Caixa Postal n.º 32 do Ministério da Guerra.

PREÇO: Cr\$ 100,00

LIVROS À VENDA

Abreviaturas militares norte-americanas — Cap. Octávio Alves Velho — Rio, 1946. — Preço: Cr\$ 5,00.

Contém este pequeno volume todas as abreviaturas regulamentares do Exército de Tio Sam, e ainda mais algumas centenas de abreviaturas de uso corrente no mesmo, inclusive em suas Forças Aéreas. Para maior facilidade dos militares brasileiros e dos tradutores em geral, o Autor incluiu em seu trabalho 5 quadros e 200 notas elucidativas.

Alguns comentários sobre esse livro:

Do Chefe da Delegação Americano à Comissão Militar Mixta Brasil-Estados Unidos, General CHARLES H. GENHARDT:

"Felictito o autor pelo belo trabalho de compilação e tradução, que considero como um forte elo na união militar brasileira-americana. Com ele, tornar-se-á muito mais fácil aos oficiais brasileiros buscarem nas próprias fontes as informações que possam desejar".

Do Adido Militar e de Aeronáutica à Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, General R. E. NUGENT:

"Aproveito a oportunidade para cumprimentar o autor pelo seu excelente trabalho. Ele já me tem sido bastante útil, e estou certo de que prestará grande ajuda tanto aos militares brasileiros quanto aos norte-americanos".

ALEM DAS ORGANISAÇÕES INDUSTRIAS E COMERCIAIS CUJOS ANUNCIOS ESTÃO INSERIDOS NO CORPO DA REVISTA — "A DEFESA NACIONAL" RECOMENDA AS CONCEITUADAS FIRMAS SEGUINTEs:

L. B. DE ALMEIDA & CIA.

Rua dos Arcos n.º 30/42 — Tel. 22-2549 / 22-1342

AUGUSTO NOGUEIRA GONÇALVES

Rua Sacadura Cabral, 79 - 1º andar — Tel. 29-5258

OTTO STRAUS - Relojoaria

Rua Buenos Aires, 53 — 23-0220

NOTICIÁRIO E LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no «Diário Oficial» no período de 20 de Janeiro a 20 de Fevereiro de 1947

"A DEFESA NACIONAL" — (Recomendação).

— Tendo em vista que "A Defesa Nacional" vem cooperando, ininterruptamente, há 34 anos, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnicos-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, apraz-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente ne-la colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes. Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército.

(Aviso n.º 99 de 21 — D. O. de 23-1-947).

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa a ter).

— O Depósito de Motomecanização da 2.ª R. M., criado por Decreto-lei n.º 9.262, de 11-4-1946, passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25 do R. A. E. aprovado pelo Decreto n.º 3.251, de 9-11-1938.

(Aviso n.º 117 de 24 — D. O. de 27-1-947).

ASSENTAMENTOS DE OFICIAL — (Solução de consulta).

— O Major Silvio Alves Catão, adjunto da 4.ª Secção da 2.ª Divisão do Departamento Geral de Administração, consulta como se deve proceder com respeito aos assentamentos de um oficial que teve anulada uma punição imposta em outra Unidade ou Estabelecimento, onde não está mais servindo e cuja fóliha de alterações, em que se acha registrada a punição, se encontra em seu poder.

— Em solução, declaro:

— a) sendo as alterações dos oficiais distribuídas semestralmente, quando a punição anulada se der dentro do semestre nenhuma anotação deverá constar das alterações;

— b) no caso de ser anulada a punição após estarem as alterações em poder do próprio deverão as mesmas ser apresentadas pelo interessado ao comandante ou chefe para que proceda ao cancelamento como determina o art. 62 e seus §§ do R. D. E., fazendo a devida anotação à margem.

(Aviso n.º 91 de 18 — D. O. de 22-1-947).

CIDADÃOS ALISTADOS — (Inclusão).

— Tendo em vista que no corrente ano serão convocadas para incorporação duas classes, declaro que deverão ser incluídos no excesso do

contingente anual a que se refere o art. 62 da Lí do Serviço Militar os cidadãos alistados, pertencentes às classes convocadas que estejam residindo no exterior do país.

— (Aviso n.º 159 de 10 — D. O. de 12-2-947).

CONESSÃO DE REENGAJAMENTO DE SARGENTOS — (Solução de consulta).

— Consulta o Comandante da 8.ª Região Militar em radiograma n.º 2.769-A, de 28 de setembro de 1946, como proceder quanto à data de inicio de concessão de reengajamento aos sargentos que vinham servindo, com licenciamento adiado em virtude de dispositivos legais e reservistas convocados, tendo em vista o art. 93 da Lei do Serviço Militar em vigor.

— Em solução, declaro:

— a) Os sargentos que estão servindo com licenciamento adiado ou sustado e se encontram amparados pela Lei do Serviço Militar terão seus engajamentos ou reengajamentos concedidos a contar de 23 de julho de 1946, data do Decreto-lei n.º 9.500, que instituiu a referida lei.

— b) Deverão ser licenciados até o dia 28 de fevereiro próximo todos os sargentos da reserva remunerada ou reformados que se encontram convocados.

(Aviso n.º 144 de 4 — D. O. de 6-2-947).

CURSO DE CABO E SARGENTO — (Declaração).

— Tendo em vista que nas sub-unidades de Fronteiras não é possível fazer funcionar os cursos de formação de cabos e sargentos, declaro, nos termos do art. 71 da L. S. M. que os claros de cabos e sargentos poderão ser preenchidos por engajamento e reengajamento de praças que tenham essas graduações, exigindo-se, como requisito: aptidão física, comprovada capacidade de trabalho e boa conduta.

— As praças nessas condições poderão servir até a idade limite de permanência no serviço ativo, não podendo, porém, servir em hipótese alguma em outra unidade do Exército.

(Aviso n.º 157 de 10 — D. O. de 12-2-947).

CURSO DE ESPECIALISTA — (Equiparação).

— Tendo em vista a necessidade atual de especialistas e artífices em material motomecanizado, ficam equiparados, para os fins do disposto no parágrafo único do art. 90 da Lei do Serviço Militar, os cursos de especialistas e artífices de motomecanização feitos nos Parques e Depósitos de Motomecanização, unidades de manutenção, unidades motomecanizadas, aos cursos citados no artigo 90 dessa Lei.

(Aviso n.º 158 de 10 — D. O. de 12-2-947).

DIRETORIA DE TRANSMISSÕES — (Atribuições).

— Em complemento ao aviso n.º 1.546, de 17 de dezembro de 1946 e atendendo às razões apresentadas pela Diretoria de Transmissões, resolvo atribuir a cada um dos Serviços de Transmissões das 6.ª, 8.ª e 10.ª R. M., 3.º D. I. e 1.º, 2.º e 3.º D. C. mais um oficial adjunto e ao Serviço de Transmissões da 8.ª R. M. mais três, todos do Q. A. O., especializados em Transmissões ou oriundos do Quadro Rádio do Exército.

(Aviso n.º 113 de 24 — D. O. de 27-1-947).

ENTREPOSTO DE SUBSISTÊNCIA — (Transformação).

— Fica o Entreposto de Subsistência do E. S. da 4.ª R. M., com sede

"A Bateria de Acumuladores"

Pelo Major ARQUIMEDES P. OLIVEIRA

**Ensinamentos práticos utilíssimos
expostos em termos não técnicos.**

- I — Que é uma bateria
- II — Como gera corrente
- III — Como deve ser instalada no veículo
- IV — Como deve ser conservada
- V — Quando e como deve ser carregada
- VI — Quando e como deve ser consertada
- VII — Instalação de um posto de carga e reparação:

MATERIAL:

- Técnica de conserto
- Técnica de carregamento
- Controle de serviço

Pedidos á "A Defesa Nacional"

PREÇO: Cr\$ 15,00

em Belo Horizonte, transformado em Anexo-Reembolsável, sob a jurisdição do mesmo Estabelecimento, de acordo com o art. 34 do Regulamento n.º 89.

(Aviso n.º 131 de 28 — D. O. de 30-1-947).

INCORPORAÇÃO — (Solução de consulta).

— Consulta o Comandante da 3.ª Região Militar em radiograma n.º 196-ET, de 28 de Janeiro findo, como proceder com relação à incorporação do cidadão da classe convocada quando preso, sujeito a julgamento por crime de roubo.

— Em solução declaro:

— O cidadão convocado que estiver preso, sujeito a julgamento pela Justiça civil por ocasião da incorporação, deverá ser incluído no "excesso do contingente anual", nos termos do artigo 62, do Decreto-lei n.º 9.500, de 23 de julho de 1946; caso seja absolvido na situação prevista no § 1.º do artigo 62, e se fôr condenado aplicar-se-á o disposto na letra b do art. 54, do citado Decreto-Lei.
(Aviso n.º 152 de 5 — D. O. de 7-2-947).

LICENCIAMENTO DE SOLDADO — (Solução de consulta).

— Consulta o Comandante da 1.ª Companhia de Transmissões se pode licenciar um soldado que verificou praça voluntária no Exército e antes fôra excluído da Polícia Federal, a bem da disciplina, deverá fornecer-lhe Certificado de Reservista de 2.ª categoria.

— Em solução, declaro:

— a) Não podem ser incluídos no Exército, como voluntários, os indivíduos excluídos das Polícias Militares a bem da disciplina.
— b) Aqueles que por acaso forem incluídos, voluntariamente, por terem occultado sua verdadeira situação, deverão ser excluídos restituindo-se-lhes o documento probante de sua situação militar que apresentarem por ocasião da inclusão.
(Aviso n.º 111 de 24 — D. O. de 27-1-947).

MILITARES EM TRATAMENTO DE SAÚDE — (Abono no estrangeiro).

— Declaro, para os devidos fins, que aos militares em tratamento de saúde no estrangeiro, será abonado, apenas, o vencimento mensal simples quando forem pacientes internos, correndo as despesas de tratamento à conta da Verba 3.ª — Serviços e Encargos — 09-2.

— No caso de serem pacientes externos terão uma gratificação de representação correspondente a um mês d vencimentos. Ficam exectuadas destas normas os militares evacuados do teatro de operações para os EE. UU. e que ainda não regressaram ao território nacional, os quais continuam no regime do Decreto-Lei n.º 6.497, de 13-V-1944.
(Aviso n.º 128 de 28 — D. O. de 30-1-947).

MODELOS DE CERTIFICADO — (Aprovação).

— Aprovo, a título precário, os modelos de certificado de reservista e de isenção do serviço militar que a este acompanham. Até que seja regulamentada a Lei do Serviço Militar os certificados cujos modelos ora são aprovados, só deverão ser distribuídos aos cidadãos das classes a licenciar no corrente ano.

(Aviso n.º 135 de 30 — D. O. de 1-2-947).

OFICIAL CONVOCADO — (Solução de consulta).

— Consulta o Diretor da Coudelaria Nacional de Saican se um 2.º tenente R/1 convocado, que completou 30 anos de serviço computáveis

para fins da inatividade, deve contribuir para o montepio do posto superior, enquadrando-se no art. 3º do Decreto-Lei n.º 8.013, de 29-IX-1945. Em solução, declaro que os militares da Reserva remunerada ou reformados que tenham permanecido ou venham a permanecer em funções de atividade por período igual ou maior de 10 anos consecutivos, cabe o direito de contribuir para o montepio das graduações ou postos imediatamente superiores, de acordo com a legislação própria, se nos termos do Decreto-lei n.º 8.013, contarem mais de 30 ou 40 anos de serviço.

OS OFICIAIS QUE INTEGRARAM A F. E. B. — (Ingresso).

— Art. 1º Aos oficiais do Exército que integraram a Fôrça Expedicionária Brasileira e estão reformados em consequência de ferimentos recebidos em ação de guerra, no teatro de operações da Itália, — fica assegurado o direito de ingresso automático na terceira série do curso das Escolas de Engenharia do país.

— § 1º Os oficiais que queiram gozar da concessão deste artigo, deverão provar que fizeram o curso da Escola Militar.

— § 2º A matrícula, nos termos deste artigo, independe da prestação do concurso de habilitação.

— Art. 2º Os oficiais que se valerem da concessão contida no art. 1º, desta lei, ficarão dependentes de qualquer disciplina do Curso de Engenharia, que, porventura, não tenham feito na Escola Militar.

— Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
(Decreto n.º 29 de 15-2-947 — D. O. de 25-2-947).

PROCESSO DE CONCORRÊNCIA — (Resolução).

— Tendo em vista o processo de concorrência na parte relativa aos artigos de material de intendência não adjudicados por terem excedido em mais de 10% os preços básicos, submetido a este Ministério com o parecer do D. G. A. em ofício n.º 14 c/c de 31-XII-946, resolvo:

— a) anular a concorrência, na parte em apreço, de acordo com o art. 755 do R. G. C. P.;

— b) autorizar a aquisição dos artigos não adjudicados, nas quantidades exorbitantemente necessárias, quando não houver estoques utilizáveis, obedecendo às disposições do art. 35 do R. A. E. e letra e do art. 246 do R. G. C. P.;

— c) autorizar o emprégo das economias administrativas e da "Reposição de Estoques" dos Órgãos Provedores, no esforço às verbas orçamentárias;

— d) determinar que as aquisições dos artigos aqui referidos só sejam processadas mediante consentimento da Subdiretoria de Material de Intendência do Exército e aprovação da D. I. E.;

— e) recomendar que os artigos a adquirir estejam rigorosamente de acordo com os cadernos de encargos em vigor.
(Aviso n.º 132 de 28 — D. O. de 30-1-947).

REENGAJAMENTO DE SARGENTO — (Fixação).

— Nos termos do art. 88 da Lei do Serviço Militar é fixada, para o corrente ano, a percentagem de 60% para o reengajamento dos terceiros sargentos não possuidores do curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente.

(Aviso n.º 145 de 4 — D. O. de 6-2-947).

SARGENTO REINCLUIDO — (Solução de consulta).

— Consulta o comandante da 5.ª R. M., em radiograma número 237-A de 24 de janeiro, ao Secretário Geral do Ministério da Guerra, se um

2.º sargento mandado reincluir de acordo com o aviso n.º 2.523, de 15 de setembro de 1945 está amparado para fins de reengajamento pelo artigo 158 do Decreto-lei n.º 9.500, de 23 de julho de 1946 (LSM).

— Em solução, declaro:

— Aos sargentos que foram ou forem reincorporados nas fileiras do Exército, de acordo com o aviso n.º 2.523 de 23 de setembro de 1945, aplica-se à o disposto no art. 158 da L. S. M.
(Aviso n.º 191 de 20 — D. O. de 22-2-947).

SERVIÇO PRESTADO POR OFICIAIS E PRAÇAS.

— Tendo em vista as razões apresentadas pela Diretoria de Moto-Mecanização e de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, declaro que o serviço prestado por oficiais ou praças nas Companhias de Depósito de Moto-Mecanização (Central ou Regionais) deve ser considerado como serviço arregimentado em unidade de tropa.
(Aviso n.º 114 de 24 — D. O. de 27-1-947).

TRABALHADORES TEMPORÁRIOS — (Solução de consulta).

— Consulta a Estrada de Ferro Central do Brasil, por intermédio do Comissário da Rede n.º 1, se os trabalhadores temporários que a Estrada admite, são obrigados à exigência da apresentação de documento de quitação com o serviço militar.

— Em solução, declaro:

— 1 — Os operários adventícios classificados como "pessoal para obras", admitidos em caráter temporário, pelas empresas ferroviárias de caráter autárquico ou não, ou pelas prefeituras municipais, a fim de realizarem tarefas de pronta reparação do leito das linhas, das estradas ou ruas das cidades, não são obrigados à exigência da apresentação de documento de quitação com o serviço militar.

— 2 — As empresas acima citadas e as prefeituras municipais se obrigarão, no entanto, nos termos do artigo 119, do Decreto-lei n.º 9.500, de 23 de julho de 1946, a remeter à Circunscrição de Recrutamento de jurisdição até quinze dias após a admissão, a relação de todos os trabalhadores admitidos temporariamente, com discriminação de filiação, naturalidade, data e local de nascimento, bem como natureza e número de documento militar (se o possuir), a fim de que pela respectiva Circunscrição seja feito o controle.

— 3 — As Circunscrições de Recrutamento, após o controle a que se refere o item anterior, providenciarão ex-ofício e com prioridade, a legalização da situação daqueles que a tiverem irregular, fazendo entrega dos documentos e cobrança de multa, se fôr o caso, por intermédio do órgão empregador interessado.

(Aviso n.º 112 de 24-1 — D. O. de 27-1-947).

Colaboraram neste número:

Cel. João Batista de Magalhães.
Ten. Cel. Agustinho José Bernardo Campos.
Ten. Cel. Adolaldo Fratino.
Ten. Cel. Antônio Silveira.
Major José Henrique G. Guerreiro.
Major Rui Grandino da Costa e Sáras.
Major A. C. Mumbé de Araújo.
Major Luizem Salgueiro da Cunha.
Cap. Octávio Alves Viana.
Cap. Francisco Ribeiro Santos.
Cap. J. P. Moura Neto.
Cap. Mário das Sestas Pinto.
Cap. José Henrique Nogueira.
1º Ten. J. Pitombeira Cavalcanti.
1º Ten. Heitor Coll de Oliveira.
1º Ten. Dr. Guilherme Aldeia.



**Edição
Especial**

R\$ 5,00